UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Tese de Doutorado

A Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart: uma defesa normativa da teoria liberal da democracia

Valéria Cabreira Cabrera

Pelotas, 2021.

Valéria Cabreira Cabrera

A Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart: **uma defesa normativa da teoria liberal da democracia**

Tese de Doutorado a ser avaliada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

Orientadora: Bianca de Freitas Linhares

Pelotas, 2021.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C117t Cabrera, Valéria Cabreira

A teoria do desenvolvimento humano de Ronald Inglehart : uma defesa normativa da teoria liberal da democracia / Valéria Cabreira Cabrera ; Bianca de Freitas Linhares, orientadora. — Pelotas, 2021.

342 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Teoria do desenvolvimento humano. 2. Democracia liberal. 3. Cultura política. I. Linhares, Bianca de Freitas, orient. II. Título.

CDD : 321.4

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Valéria Cabreira Cabrera

A Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart: uma defesa normativa da teoria liberal da democracia

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 18/06/2021.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Bianca de Freitas Linhares (Orientadora)
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Profa Dra. Luciana Maria de Aragão Ballestrin
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Prof. Dr. Gabriel Eduardo Vitullo
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Dedico este trabalho àqueles que possam se sentir motivados a enfrentar tamanha empreitada que pode ser a jornada de um doutorado em tempos tão duros para a vida acadêmica e científica. Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, em especial.

Agradecimentos

Agradeço à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas pelo suporte financeiro que recebi durante parte do período de elaboração desta tese.

Agradeço aos professores Ednaldo Aparecido Ribeiro e Luciana Ballestrin pelos valiosos comentários ao projeto de tese, sem os quais não poderia ter levado o trabalho adiante.

Agradeço à professora Bianca de Freitas Linhares pela confiança no meu trabalho, pela disponibilidade e pela torcida de sempre.

Agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas pelo tempo produtivo que passamos juntos, pelos debates e pela acolhida desde o período do mestrado.

Agradeço ao Gustavo Nagel, meu companheiro de todas as horas, pelos momentos de leveza e pela motivação diária.

Resumo

CABRERA, Valéria Cabreira. **A Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart**: **uma defesa normativa da teoria liberal da democracia.** Orientadora: Bianca de Freitas Linhares. 2021. 342f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

A Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart argui que modernização gera mudanças culturais ao longo do tempo, as quais viabilizam, em determinado estágio, o surgimento da democracia em sociedades não democráticas e o seu fortalecimento em sociedades já democráticas. Tal mudança cultural conduziria à valorização da liberdade individual e, portanto, desencadearia uma série de atitudes e comportamentos individuais benéficos à democracia liberal. Nesse sentido, o autor chega a rejeitar os diagnósticos de declínio da democracia liberal no mundo hoje, na medida em que os resultados empíricos de suas análises estatísticas demonstram a ocorrência da mudança cultural no sentido esperado. Nesta tese, assim, argumenta-se que a Teoria do Desenvolvimento Humano se preocupa em construir uma regra geral de longo prazo testável empiricamente, a qual somente pode existir insulando-se os aspectos atinentes à política, tais como as desigualdades sociais, o impacto do mercado sobre a política e o conflito sempre subjacente às relações interpessoais. Defende-se, ainda, que tal construção teórica e empírica decorre da tradição normativa em que está inserida a teoria, a partir da qual a democracia liberal aparece como a única forma democrática possível, inclusive, por ser testável empiricamente. Para isso, adota-se o recurso de retomar a literatura da qual se origina a Teoria do Desenvolvimento Humano, a fim de verificar a existência de aspectos remanescentes em seus pressupostos teóricos, metodológicos e empíricos, que deixem evidente a normatividade orientada à defesa da democracia liberal. Em um segundo momento, destaca-se, a partir da própria teoria, opções definidas por Inglehart e seus colaboradores em decorrência de tal normatividade e que, não raro, correspondem a críticas já elaboradas às teorias da qual a Teoria do Desenvolvimento Humano se origina. Ao final, espera-se ter demonstrado que, a despeito de apresentar-se como uma revisão às teorias da modernização, a Teoria do Desenvolvimento Humano preserva características oriundas dessa tradição teórica e empírica, as quais orientam a sua compreensão e explicação da democratização e do avanço da democracia até os dias de hoje.

Abstract

CABRERA, Valéria Cabreira. **Ronald Inglehart's Human Development Theory: a normative defense of the liberal theory of democracy**. Advisor: Bianca de Freitas Linhares. 2021. 342f. Thesis (Doctorate in Political Science) - Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, 2021.

Ronald Inglehart's Theory of Human Development argues that modernization generates cultural changes over time, which make possible, at a certain stage, the emergence of democracy in non-democratic societies and its strengthening in already democratic societies. Such cultural change would lead to the valuation of individual freedom and, therefore, would trigger a series of individual attitudes and behaviors beneficial to liberal democracy. In this sense, the author rejects the diagnoses of declining liberal democracy in the world today, because the empirical results of his statistical analyzes demonstrate the occurrence of cultural change in the expected sense. In this thesis, therefore, it is argued that the Human Development Theory is concerned with building a long-term general rule that is empirically testable, which can only exist by insulating aspects related to politics, such as social inequalities, the impact of about politics and conflict that always underlies interpersonal relationships. It is also argued that such a theoretical and empirical construction stems from the normative tradition in which the theory is inserted, from which liberal democracy appears as the only possible democratic form, even because it is empirically testable. For this, the resource is adopted to resume the literature from which the Human Development Theory originates, in order to verify the existence of remaining aspects in its theoretical, methodological and empirical assumptions, which demonstrate the normativity oriented to the defense of democracy liberal. In a second moment, it is highlighted, from the theory itself, options defined by Inglehart and his collaborators as a result of such normativity and that, often, correspond to criticisms already elaborated to the theories from which the Theory of Human Development originates. In the end, we hope to have demonstrated that, despite presenting itself as a revision of the modernization theories, the Human Development Theory preserves characteristics derived from this theoretical and empirical tradition, which guide its understanding and explanation of democratization and the advancing democracy to this day.

Sumário

Introdução 12

Capítulo 1 – Normatividade e Democracia 23

1.1 Ciência, Ciência Política e Behavioral Revolution 24

1.2 Ciência Política e normatividade democrática 31

1.3 Implicações da normatividade democrática dominante 39

Conclusão 46

Capítulo 2 – Teorias da Modernização e suas Revisões 48

2.1 Teorias da Modernização 49

2.2 Críticas às Teorias da Modernização..... 71

2.3 Teorias Revisitadas da Modernização..... 80

Conclusão 89

Capítulo 3 - Teoria do Desenvolvimento Humano 91

3.1 Linhas gerais e conceitos centrais 92

3.2 A democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano 113

3.3 *Cultural Backlash:* a explicação de Ronald Inglehart para a ascensão populista autoritária contemporânea..... 125

3.4 Críticas à previsão da Teoria do Desenvolvimento Humano sobre o avanço da democracia hoje 140

Conclusão 151

Capítulo 4 – Método e Empiria na Teoria do Desenvolvimento Humano... 153

4.1 A metodologia da Teoria do Desenvolvimento Humano e o índice de pós-materialismo..... 155

4.2 Objeções metodológicas e empíricas à Teoria do Desenvolvimento Humano..... 164

Conclusão 186

Capítulo 5 – Capitalismo e Democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano..... 189

5.1 A construção do bem-estar social como auxiliar da modernização.... 189

5.2 A construção do capitalismo como afluente e promotor de igualdade 199

5.3 Uma perspectiva progressista neoliberal? 214

Conclusão 223

Capítulo 6 - Mudança Cultural: individualismo como evolução..... 225

6.1 Mudança Cultural: possibilidades e limitações 225

6.2 A construção dos papeis de gênero e étnicos como diluídos pela mudança cultural 230

6.3 Mudança cultural e homogeneização cultural: a construção de um *ethos* cívico liberal 242

Conclusão 252

Capítulo 7 - Individualismo e ação política coletiva..... 254

7.1 Bem-estar individual e individualismo como evolução cultural: a construção do coletivismo como prejudicial à democracia 255

7.2 Ação política coletiva, consenso e conflito na Teoria do Desenvolvimento Humano 271

Conclusão 283

Capítulo 8 - O tratamento da democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano: evidenciando em definitivo a normatividade orientada à defesa da democracia liberal 285

8.1 Aprofundando o entendimento de democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano 286

8.2 Estabilidade democrática na Teoria do Desenvolvimento Humano.... 296

8.3 Democratização e avanço da democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano 305

Conclusão 315

Considerações Finais 317

Referências Bibliográficas 326

Introdução

A Cultura Política é uma das subáreas da Ciência Política responsáveis pelo estudo do comportamento político[1]. Mais especificamente, a subárea se interessa pelo conjunto de crenças, valores, normas, opiniões, atitudes e comportamentos dos indivíduos no que diz respeito à política. Na Cultura Política, de maneira geral, a regra fundamental é que tendências valorativas no nível individual podem representar o funcionamento do regime político no nível do sistema. No entanto, a subárea possui correntes explicativas concorrentes entre si. Inglehart e Welzel (2009) discriminam a existência de pelo menos três abordagens divergentes dentro da subárea: 1) a da legitimidade (que se interessa pelo apoio do cidadão ao sistema); 2) a comunitária (que estuda o impacto do estoque de capital social na cultura política); e 3) a do desenvolvimento humano (para a qual o desenvolvimento socioeconômico faz surgir valores de autoexpressão entre os indivíduos).

Embora pudessem ser feitos apontamentos quanto às duas primeiras correntes teóricas, esta tese se detém à análise da terceira, qual seja, a abordagem do desenvolvimento humano. Ao longo de cinco décadas, Ronald Inglehart vem afirmando que a democratização depende de um processo de mudança cultural oriundo do desenvolvimento socioeconômico. O autor e seus colaboradores propõem uma revisão das teorias da modernização e advogam pela sua retomada em tempos "pós-industriais", em que valores ligados à autoexpressão predominariam entre os

[1] O estudo do comportamento político é composto por três eixos fundamentais: 1) a Cultura Política propriamente dita, que estuda questões sobre atitudes e valores políticos dos indivíduos, como a adesão à democracia; 2) o comportamento eleitoral, que analisa o processo de tomada de decisão e os condicionantes do voto; 3) a participação política, que se dedica à participação para além da arena eleitoral (RIBEIRO; FUKS, s/d). Embora os eixos definidos por esses autores sejam, geralmente, englobados todos sob o nome de Cultura Política, o comportamento político é um tema presente em outras subáreas da Ciência Política, como no estudo de Instituições Políticas, em que a análise do comportamento eleitoral e do comportamento de atores com poder decisório é muito presente, e no estudo da participação política por métodos qualitativos, mais aproximada da Teoria Política.

indivíduos de sociedades altamente industrializadas. Tal processo emanciparia os indivíduos da autoridade, tornando-os mais dispostos à participação política não convencional (INGLEHART, 1997, 2018a; INGLEHART, WELZEL, 2005a, 2005b, 2009a, 2009b). Embora largamente difundida, a Teoria do Desenvolvimento Humano não esteve livre de críticas, sobretudo, no que diz respeito à validade dos índices utilizados em sua metodologia (DAVIS; DAVENPORT, 1999; FIALHO, 2012; KYVELIDIS, 2001). Aqui, de forma diferente, mas ainda sob uma perspectiva crítica, pretende-se destacar a normatividade democrática a partir da qual os pressupostos e conceitos de tal teoria foram construídos, desvelando as implicações teóricas e metodológicas de tal normatividade para a explicação da democracia que elabora. Isso porque, o fato de fenômenos que destoam na prática dos achados e das previsões presentes em suas análises serem tratados na teoria como exceções à regra despertou interesse acerca da perspectiva normativa sobre a qual está construída. Pela recorrência com que casos empíricos são considerados exceções na obra de Inglehart e seus colaboradores conjecturou-se que a regra geral poderia apresentar alguma limitação quando considerada a complexidade sociopolítica das sociedades democráticas contemporâneas.

Assim, muito embora Inglehart e seus colaboradores afirmem a não linearidade da mudança cultural que preveem, assim como busquem salientar que crenças religiosas e tradições próprias da formação das sociedades muito dificilmente serão alteradas, percebeu-se que o autor parte da situação atual das sociedades e tenta enquadrá-las na sua “lei universal” do avanço democrático. Com isso, a teoria acaba por criar uma espécie de segregação entre países capazes de serem democráticos e outros que não são capazes por sua cultura política e suas instituições deficientes, claro, sempre em relação aos países desenvolvidos. O que distancia um grupo de outro são indicadores tais como a taxa de analfabetismo, a expectativa de vida, o funcionamento das instituições democráticas etc., numa tentativa “civilizatória” que não problematiza as condições que levaram determinados países à situação atual. Embora o objetivo do autor seja criar um modelo pelo qual se possa diagnosticar o avanço democrático nas mais diversas sociedades, acaba por reproduzir um discurso pró-democracias liberais avançadas.

A democratização na obra de Inglehart e seus colaboradores está fortemente relacionada ao desenvolvimento econômico. Isso porque, a dinâmica de mudança cultural que promove a democratização, segundo a teoria, depende da mobilização

social decorrente da modernização. No entanto, em sociedades de capitalismo tardio, sobremaneira, a dinâmica de mercado sobreposta à democrática, na prática, pode estar associada à ascensão contemporânea de movimentos populistas autoritários (para utilizar o termo adotado por Inglehart) também em sociedades não desenvolvidas. Embora Inglehart (2018a, 2018b) tenha se detido a explicar a ascensão desses movimentos em sociedades industrias avançadas, porque, provavelmente, considere esperado em sociedades não desenvolvidas, a interpretação que se faz é justamente oposta: sociedades democráticas introduzidas no mercado global, que passam a preterir demandas de inclusão social em prol de demandas do mercado para adequar-se ao modelo ocidental, constroem democracias mais frágeis, em que a dinâmica institucional dá ar de normalidade e funcionamento, em um processo que beira à desdemocratização.

Interessante notar que Inglehart (2009b, 2016a, 2018a, 2018b) acredita no papel da desigualdade social para a promoção de um processo de corrosão da democracia, mas, ainda assim, interpreta o fenômeno de forma a reafirmar as previsões da sua teoria. Além disso, o autor tende a localizar sociedades em desenvolvimento em um tempo distante em relação às sociedades desenvolvidas, isto é, propõe uma trajetória autorreferenciada em que países em desenvolvimento aparecem como atrasados na evolução social. Como a representação materialismo/pós-materialismo não existe fora da dinâmica que apresenta, o autor tem a liberdade de compreendê-las a partir de uma referência. No mesmo sentido, o autor trabalha com a noção de evolução para dar conta dessa distinção temporal, sobretudo, em dois momentos: primeiro, a trajetória cultural de países com predomínio de valores tradicionais é vista de maneira a fazer notar a sua não adequação ao modelo de desenvolvimento econômico e político ocidental; assim, não desenvolvimento acaba associado à cultura política inapropriada, o que, em um segundo momento, legitima a lógica da mudança cultural como necessária à democratização.

Sob essa perspectiva, na Teoria do Desenvolvimento Humano a democracia em seu modelo liberal é vista como a forma de governo mais justa, adequada e eficiente a qualquer Estado. Dessa maneira, é bastante lógico que a sua construção teórica apresente características próprias das sociedades democráticas liberais avançadas como positivas. Nesse sentido, os países de valores tradicionais prioritários são associados à religiosidade, violência, corrupção, enquanto os países

de valores de autoexpressão prioritários são considerados secularizados, pacíficos, com elites comprometidas.

Assim, esta tese procura contribuir para compreensão de como representações teóricas e empíricas legitimam determinadas interpretações do mundo social e político a partir da cientificidade, neutralidade e imparcialidade de suas análises quando muito de seus pressupostos e de suas conclusões teóricas, metodológicas e empíricas decorrem da sua inserção em certa normatividade democrática. No caso da Teoria do Desenvolvimento Humano procura-se desvelar o caráter político associado à normatividade hegemônica, que leva os autores a insular da trajetória da democracia que propõem aspectos atinente à política, essenciais para a realização dos próprios critérios normativos que elencam: liberdade, igualdade e soberania popular (INGLEHART; WELZEL, 2008). Tal normatividade traz implicações em todos os âmbitos: influencia na criação de hipóteses, implica a construção da metodologia adotada e afeta os elementos teóricos utilizados como referência e as conclusões adotadas a partir das testagens empíricas. Portanto, esta tese busca responder os seguintes questionamentos: como a Teoria do Desenvolvimento Humano orienta-se normativamente e quais as implicações dessa orientação normativa para a explicação da democratização e do avanço da democracia elaboradas em seu âmbito?

Um exemplo recente do impacto da normatividade orientada à defesa da democracia liberal diz respeito à interpretação de Inglehart (2016a, 2016b, 2018a, 2018b) e Norris e Inglehart (2019) sobre o momento de ascensão global de movimentos, partidos e líderes autoritários. Enquanto a previsão de muitos autores é de que a democracia liberal enfrenta uma dura crise iniciada por sua própria incapacidade de dar conta do número de demandas das sociedades contemporâneas (CASTELLS, 2018; FOA; MOUNK, 2016), os autores afirmam que a democracia liberal não está em colapso e continua a caminhar. Além disso, parte da literatura tem apontado para um processo de esvaziamento da democracia a partir da tomada da política pelo mercado (BROWN, 2015; 2019; DARDOT; LAVAL, 2016). Perceber como a Teoria do Desenvolvimento Humano opta por rechaçar diagnósticos como tais e relativizar as patologias da democracia liberal foi um dos aspectos que impulsionou o tema desta tese.

A dinâmica apresentada pela teoria, provavelmente, conduz à democracia liberal, nos moldes traçados por Inglehart e seus colaboradores: instituições representativas, direitos políticos e civis e elites responsivas. No entanto, elaborar a

trajetória pela qual se desenrola esse processo a partir do desenvolvimento econômico envolve questões outras, que, segundo se percebe, os autores preferem não discutir. Por exemplo, a dinâmica de livre mercado e de aceleração do consumo atreladas ao desenvolvimento econômico como promotoras de desigualdade social e, portanto, corrosivas à democracia liberal, não faz parte do caminho da democracia traçado pela teoria. Para Inglehart (2018a), questões como tais são “políticas” e, portanto, solucionáveis por elites governantes comprometidas.

Entretanto, embora Inglehart (2018a) mesmo afirme que tais aspectos ditos atinentes à política são cruciais para a efetividade da democracia, deixa-os de fora da dinâmica pela qual se dá a democratização em sua teoria. Nesse sentido, argumenta-se (1) que a Teoria do Desenvolvimento Humano insula os aspectos atinentes à política para possibilitar a construção de uma regra geral de longo prazo posta em termos culturais subjacentes ao regime político e (2) que o faz em razão do caráter político dos pressupostos sobre os quais está construída, isto é, que tal opção decorre da visão de mundo com a qual estão identificados os autores e a qual pretendem difundir[2]. Assim, essa teoria não apenas oferece um diagnóstico sobre o desenrolar da democratização ao redor do mundo, mas o constrói sobre pressupostos normativos orientados à defesa da democracia liberal, justificando e promovendo a necessidade de expansão desse modelo para outros países.

Então, procura-se destacar em um jogo duplo (1) a ausência de aspectos próprios da política na trajetória da democracia delineada na Teoria do Desenvolvimento Humano e (2) a presença da percepção política dos autores em seus pressupostos teóricos, metodológicos e empíricos. Para isso, especificamente, busca-se demonstrar que em tal teoria (1) o capitalismo é construído como afluente e promotor de igualdade; (2) a cultura política é restrita à priorização de valores próprios do liberalismo, valorizando-se um *ethos* cívico de uma cultura política única, representada pela ideia de mudança cultural; (3) as relações de poder são abordadas como diluídas por tal mudança cultural, privilegiando-se o individualismo; e (4) uma rota de manutenção e legitimação do *status quo*, isto é, do modelo de democracia

[2] Compreensão semelhante foi apontada na banca de qualificação do projeto de tese pela Profa. Dra. Luciana Ballestrin, a quem se agradece imensamente a colaboração. Embora desde as primeiras leituras da teoria tenha-se observado o papel de tal normatividade para a interpretação da democracia elaborada em seu âmbito, a reflexão proposta no projeto de pesquisa de tese não a contemplava com prioridade.

dominante, é desenhada, para além de um mero diagnóstico do modelo de democracia existente.

Assim, a presente pesquisa trata-se de uma análise teórico-crítica da obra de Ronald Inglehart. O autor contabiliza mais de 200 publicações diversas ao longo de sua carreira acadêmica, somadas aquelas em coautoria[3]. Por isso, para fins de recorte do objeto de análise, definiu-se o seguinte critério de seleção das obras: (1) publicações em que a Teoria do Desenvolvimento Humano é apresentada como aplicável nas mais diversas sociedades ao redor do mundo; (2) publicações em que a explicação da democratização e do avanço democrático são o foco; (3) publicações que tratam da Teoria do Desenvolvimento Humano de maneira ampla, isto é, que não se detenham a aprofundar elementos específicos.

Esses critérios foram definidos, respectivamente, pelos seguintes motivos: (1) ao ampliar sua pesquisa para países dos 5 continentes, Ronald Inglehart considerou ter confirmado a hipótese de que o desenvolvimento econômico pode promover a democracia em qualquer sociedade, desde que provoque mudança cultural, tornando-se a sua teoria uma das mais influentes em termos de política comparada; (2) embora outras publicações tragam elementos fundantes da Teoria do Desenvolvimento Humano, o argumento defendido nesta tese está intimamente relacionado à opção do autor pela democracia liberal como objeto de análise; e (3) com a noção de mudança cultural no centro da teoria, a demonstração da alteração de padrões culturais específicos perpassam o seu próprio desenvolvimento e aparecem na maioria das publicações de Ronald Inglehart entremeados ao argumento do autor; por isso, publicações que tratam da teoria em termos gerais já dão conta de apresentar o argumento principal da teoria.

Assim, desses critérios decorre que foram excluídas, respectivamente, publicações: (1) centradas em um número limitado de países, principalmente aquelas construídas a partir de dados dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental, comuns nos primeiros anos de desenvolvimento da teoria; (2) em que a Teoria do Desenvolvimento Humano aborda detalhes relacionados ao desenvolvimento econômico e à mudança cultural, mas não se propõe diretamente a explicar variações em direção à democracia liberal ou à estabilidade desse regime político; (3) que

[3] O currículo vitae do autor pode ser encontrado no site do "*Center of Political Studies*" da Universidade de Michigan. Disponível em: http://www.isr.umich.edu/cps/people_faculty_rfi.html. Acesso em: 29 mar. 2019.

buscam aprofundar temas culturais específicos, como a secularização e a igualdade de gênero. Por exemplo, o artigo "*Research in Context: Measuring Value Change*" (ABRAMSON, ELLIS; INGLEHART, 1996) aborda análises elaboradas apenas para países da Europa Ocidental e se presta a construir uma medida de mudança cultural, portanto, não tem como foco a explicação da democracia. Esse é um artigo, portanto, que foi excluído da análise, assim como outros que não cumpriram um, dois ou três dos critérios estipulados.

Nesse sentido, o primeiro livro selecionado, que de fato deu ênfase à democracia liberal com análises em larga escala (mais de 100 países), foi "*Modernization, cultural change and democracy: the human development sequence*" (2005)[4]. No entanto, o livro "*Modernization and Post-modernization: cultural, economic and political change in 43 societies*" (1997) já abordava sociedades para além daquelas de economia avançada e, embora com menor centralidade, tratava do papel da mudança cultural para a democracia liberal, inclusive com um capítulo reservado ao tema. Esses dois livros, assim, foram selecionados. Além disso, por também preencher os critérios definidos, foi selecionado o livro "*Cultural Evolution: people's motivations are changing and reshaping the world*" (2018a).

Nesse sentido, ficaram de fora os livros "*Silent Revolution: changing values and political styles among western publics*" (1977) e "*Culture Shift in Advanced Societies*" (1990), por suas análises estarem ainda restritas a países desenvolvidos. Na sequência, Ronald Inglehart publicou dois livros em coautoria com Pippa Norris, "*Rising Tide: gender equaliy and cultural change around the world*" (2003) e "*Sacred and secular: religion and politics worldwide*" (2004), os quais foram excluídos da análise por dedicarem-se unicamente a um detalhamento acurado de temas específicos atinentes à mudança cultural, secularização e igualdade de gênero. Afora isso, livros dos quais Ronald Inglehart foi organizador ou editor também foram excluídos da análise. Uma exceção foi "Cultural *Backlash: Trump, Brexit and populism*" (2019), em coautoria com Pippa Norris, que, apesar de dedicar-se a explicar a ascensão dita populista autoritária em países de industrialização avançada, foi selecionado pela atualidade do tema no que se refere à manutenção e ao avanço da democracia liberal, além de trazer a continuidade do debate levantado em Inglehart (2018a).

[4] Aqui utiliza-se a versão desse livro traduzida para a língua portuguesa, de 2009.

No que se refere aos artigos, foram utilizados os mesmos critérios detalhados acima. Entretanto, a seleção foi também delimitada pela possibilidade de acesso *online* desses textos, isto é, apenas puderam ser acessados para verificação e seleção aqueles artigos publicados em revistas ou anais que possuem acesso irrestrito via internet ou pelo portal de periódicos da CAPES. Ainda assim, restaram 18 artigos, quais sejam: "*Democratização em Perspectiva Global*" (1993), "*Cultural Values, Stable Democracy and Economic Development: A Reply*" (1996), "*Globalization and Postmodern Values*" (2000), *Human Development and the Explosion of Democracy: Analyzing Regime Change across 60 Societies*" (2001), "*Technological Change, Cultural Change and Democracy*" (2003), "*The theory of human development: A cross-cultural analysis*" (2003), "*Individualism, Self-expression and Human Development*" (2004), "*What Insights Can Multi-Country Surveys Provide about People and Societies?*" (2004), "*Liberalism, Postmaterialism and the Growth of Freedom*" (2005), "*Modernizacion y cambio cultural: la persistencia de los valores traditionales*" (2005), "*Democratization as the Growth of Freedom: The Human Development Perspective*" (2005), "*Democracy as Human Empowerment: Ordinary Citizens and Democracy*" (2008), "*How Development Leads to Democracy: What We Know About Modernization*" (2009), "*Which Way is History Marching: Debating the Authoritarian Revival*" (2009), "*Changing Mass Priorities: The Link Between Modernization and Democracy*" (2010), "*Inequality and Modernization: Why Equality is likely to Make a Comeback*" (2016), "*The Danger of Deconsolidation: How Much Should We Worry"* (2016), "*Pitfalls in the Study of Democratization: Testing the Emancipatory Theory of Democracy*" (2016), "*Trump and the Xenophobic Populist Parties: The Silent Revolution in Reverse*" (2017) e "*The age of insecurity: can democracy save itself?*" (2018). Alguns desses artigos, sobretudo, os mais recentes, foram selecionados pelo mesmo motivo do livro "*Cultural Backlash: Trump, Brexit and populism*" (2019).

Nesse sentido, a pesquisa parte de retomar características da Ciência Política empirista do período de institucionalização da disciplina, quando estudos de comportamento político sob perspectiva cultural foram introduzidos, bem como das teorias da modernização, as quais Inglehart e seus colaboradores se propõem a revisar. Com isso, busca-se obter parâmetros de análise a delinear a normatividade democrática em que está inserida a Teoria do Desenvolvimento Humano. Assim, em um segundo momento, procura-se destacar com base nos textos de autoria de

Inglehart e seus colaboradores características que remontem a tal normatividade democrática, a qual, argumenta-se, está atrelada à defesa da democracia liberal. Assim, ao mesmo tempo, no desenrolar dos capítulos repercute-se a construção da Teoria do Desenvolvimento Humano como uma regra geral de longo prazo, que depende da exclusão de aspectos próprios da política para existir. Sob essa perspectiva, esta tese foi organizada em dois momentos: no primeiro, estão os capítulos teóricos (capítulos 1 a 4) e, no segundo, está a construção do argumento aqui levantado e elaborado sobre os pressupostos da própria teoria em análise (capítulo 5 a 8).

No primeiro momento, o capítulo 1, “Normatividade e Democracia”, discorre sobre a construção de uma normatividade democrática dominante no âmbito da Ciência Política: remonta-se ao período de institucionalização da disciplina, perpassa-se a noção dominante de democracia atrelada ao modelo elitista e apresentam-se algumas das críticas mais relevantes das implicações de interpretações normativamente orientadas à defesa do *status quo*. No capítulo 2, “Teorias da Modernização e suas revisões”, sintetiza-se o tratamento da democracia, principalmente, em três influentes perspectivas das teorias da modernização – a de Lipset (1967), Huntington (1975) e Moore Jr. (1975). Optou-se por esses autores por sua influência crucial nas pesquisas sobre o tema a partir dos anos 1960: Lipset (1967) serviu de referência para muitas análises institucionalistas e Huntington (1975) despontou entre os culturalistas, enquanto Moore Jr., contrabalanceando essas duas perspectivas, cogitou a possibilidade de que outros sistemas de governo, que não a democracia, pudessem decorrer da modernização. Depois, narraram-se detalhes de algumas das objeções que foram elaboradas às teorias da modernização, deixando para o final do capítulo revisões construídas em tom mais colaborativo do que crítico. Nesse ponto, optou-se por enfatizar as colaborações de Beck (1997) e Giddens (1997), por sua importância como referência para a Teoria do Desenvolvimento Humano.

Na sequência, no capítulo 3, “A Teoria do Desenvolvimento Humano”, são traçadas linhas gerais da teoria em análise, imprescindíveis ao entendimento do argumento interposto nesta tese. Especialmente, procura-se delinear os principais pressupostos, hipóteses e achados de Inglehart e seus colaboradores, como é o caso da tese da mudança intergeracional de valores, das hipóteses da escassez e da socialização e da noção de que valores de autoexpressão em massa influenciam na

instalação e no funcionamento das instituições democráticas. Em seguida, centra-se no conceito de democracia adotado pelos autores, dada a sua importância nesta tese, destacando-se a importância das instituições democráticas e das liberdades civis e políticas para a teoria. Ainda, aborda-se a explicação dos autores para a queda das democracias liberais mesmo em países de industrialização avançada, trazendo-se a ideia recente de "*cultural backlash*", presente em Norris e Inglehart (2019). Por último, são apresentadas algumas objeções à interpretação otimista da teoria sobre o avanço da democracia liberal no mundo hoje.

O capítulo 4, "Método e empiria na Teoria do Desenvolvimento Humano", dá sequência aos aspectos centrais da teoria, mas foi desenvolvido em separado para dar ênfase aos elementos técnicos, tão caros a Inglehart e seus colaboradores. Não raro, os autores mostram-se orgulhosos pela metodologia robusta e pela vasta capacidade de demonstração empírica de seus dados, os quais são atualizados com periodicidade e cada vez abrangem mais países ao redor do mundo, o que demanda uma equipe numerosa de colaboradores. Assim, dividiu-se o capítulo em duas seções: uma apresenta a metodologia propriamente dita, dando destaque aos índices de pós-materialismo, e a outra expõe um número considerável de críticas e revisões interpostas a essa metodologia.

Afora isso, o segundo momento desta tese é composto pela análise direcionada da Teoria do Desenvolvimento Humano, visando responder o problema de pesquisa proposto. No capítulo 5, "Capitalismo e Democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano", procura-se apontar a construção do capitalismo como afluente e promotor de igualdade na teoria, bem como do Estado de bem-estar social como acessório à dinâmica de mobilização social gerado pela modernização. Com isso, pretende-se demonstrar a acriticidade deliberada dos autores no que diz respeito à relação entre democracia e capitalismo, levantando-se ao final uma provocação quanto à possibilidade de enquadramento da teoria em análise como uma visão progressista neoliberal. No capítulo 6, "Mudança Cultural: homogeneização cultural e relações de poder", procura-se demonstrar a construção na Teoria do Desenvolvimento Humano dos papeis de gênero e étnicos como diluídos pela mudança cultural e destacar a sua busca pela composição de um *ethos* cívico fundado em valores liberais. Já no capítulo 7, "Individualismo e ação política coletiva", aprofunda-se o tema tratado no capítulo 6, salientando-se a importância da ideia de bem-estar individual para a teoria e a consequente interpretação do individualismo como representação de evolução

cultural. Com isso, é possível debater a compreensão na Teoria do Desenvolvimento Humano da ação política e do lugar do conflito na democracia liberal. Por último, no capítulo 8, “A democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano: evidenciando em definitivo a normatividade orientada à defesa do modelo liberal”, aprofunda-se a perspectiva já delineada no capítulo 3, para, então, debater as consequências da normatividade orientada à defesa da democracia liberal para a explicação da democratização e da estabilidade democrática na Teoria do Desenvolvimento Humano.

Capítulo 1 - Democracia e normatividade

Quando se diz que algo é normativo, refere-se a sua orientação por uma gramática moral ou ideológica que se expressa enquanto regra e que impõe um “dever ser”. Uma teoria normativa, nesse sentido, é aquela que revela um posicionamento valorativo por meio do qual seus pressupostos e juízos são construídos. A teoria política pós-rawlsiana, não por acaso, é comumente referida como uma “teoria política normativa”, na medida em que “desenvolve-se com base em proposições que se apresentam como julgamentos avaliativos”, conforme a asserção de Vita (2017, p. 95-96). Ainda, de acordo com o autor, a teoria política normativa explicita princípios gerais e os confronta com outros princípios, orientando-se por problemas próprios da realidade social. Já o que o autor chama de “teoria política positiva”, ou seja, aquela que busca teorizar a política por meio da demonstração empírica, busca elaborar regras gerais e constituir alguma capacidade preditiva, sendo orientada pelo método (VITA, 2017).

O fato é que Vita (2017) vê a Ciência Política como uma área que atua dentro de um campo teórico e contribui para a Teoria Política. Entretanto, o autor considera a Ciência Política uma área predominantemente empírica e revela a sua convicção de que algum espaço haveria de ser reservado na disciplina para a reflexão de natureza normativa. Isso porque, segundo o autor, todas as questões políticas controversas têm uma dimensão normativa suscetível de discussão (VITA, 2017).

A percepção de Vita (2017) sobre a Ciência Política como disciplina eminentemente empírica não é equivocada. Entretanto, ao analisar-se a relação da disciplina com a democracia, seu objeto mais frequente nos estudos ocidentais contemporâneos, fica visível que a sua natureza empírica, posta como contrária ao normativo, é apenas aparente, pois, com efeito, fica clara a sua associação a certa normatividade democrática. É sobre essa associação que se busca discorrer nesta

seção, trazendo elementos que remontam à institucionalização da disciplina e ao seu desenvolvimento epistemológico.

1.1 Ciência, Ciência Política e *Behavioral Revolution*

A Ciência Política é uma disciplina relativamente jovem, cuja definição está ainda em construção. Nesse sentido, Duverger (1981) já mencionava a dificuldade de precisar um conceito de Ciência Política em razão da incompletude do domínio da disciplina. Bobbio (1998, p. 165), entretanto, fez o esforço de elaborar um enunciado em sentido amplo da Ciência Política, a qual entendeu como o "estudo dos fenômenos e das estruturas políticas, conduzido sistematicamente e com rigor, apoiado num amplo e cuidadoso exame dos fatos expostos com argumentos racionais". Embora se possa, a priori, pensar na Ciência Política como uma ciência da política, o próprio entendimento do que seja política dependerá da orientação temporal do intérprete e de considerar-se a polissemia do termo[5]. No entanto, a ligação inevitável entre política e poder contribuiu para que o poder se tornasse o objeto por excelência da Ciência Política (BOBBIO, 1998; DUVERGER, 1981).

Enquanto Tomás de Aquino foi o primeiro a revisar o conceito medieval da política, predominantemente baseado em uma visão cristã, ao tentar integrá-la ao pensamento grego, Maquiavel tornou-se expoente da defesa da autonomia da política em relação à religião. No entanto, foi a concepção medieval de política que esteve presente durante a construção do Estado moderno. Assim, foi apenas no Renascimento que houve uma mudança de mentalidade no sentido de afastar interpretações religiosas de fenômenos políticos. Desse processo culminou a configuração do Estado como objeto de estudo, quando surgiu a Teoria do Estado, no século XIX. Com a transmutação do Estado liberal em Estado liberal-democrático – que deu ênfase à ampliação do direito à participação, ao pluralismo político, à integração das classes sociais ao sistema político, bem como tornou os partidos políticos atores fundamentais – a política não pôde esgotar-se dentro dos limites do Estado. Esse período, final do século XIX a meados do século XX, coincide com o

[5] Na língua inglesa, existem três termos distintos a dar conta do significado de política: *politcs, policy e polity*. Frey (2000) define *polity* como a dimensão institucional delineada pelo sistema jurídico, *politics* como a dimensão associada ao processo político, em geral, conflituoso, e *policy* como a configuração dos programas políticos em seus conteúdos.

momento de fundação da Ciência Política como disciplina científica, quando o objeto e o método de análise da política foram modificados (NASCIMENTO, 2011). O poder tornou-se o objeto central de estudo[6] e o empirismo passou a predominar nas análises (BOBBIO, 1998; DUVERGER, 1981; NASCIMENTO, 2011).

O poder foi definido por Hobbes e Russel como um meio para a consecução de vantagens (BOBBIO, 1998). Assim, de acordo com Stoppino (1998), o poder aparece representado como o domínio do homem sobre a natureza e, sob uma perspectiva intimamente conectada ao âmbito social e político, do domínio do homem sobre outros homens. Conforme explica o autor, as relações de poder que envolvem poder político se expressam, por exemplo, como relações entre governantes e governados, soberano e súditos, Estado e cidadãos, autoridade e obediência etc. Nesse sentido, o poder social não é uma coisa ou uma posse, mas uma relação, isto é, depende da existência de duas partes: um indivíduo ou grupo que detém algo valorizado na sociedade e outro indivíduo ou grupo que está subordinado ao primeiro pela desvantagem de não deter tal objeto ou qualidade (STOPPINO, 1998).

Embora a concepção de ciência que se conhece hoje tenha surgido no Renascimento (século XVI) com estudos como os de Galileu e de Kepler, e com a proposição do método indutivo experimental por Francis Bacon, o modelo epistemológico predominante até os dias atuais foi apresentado na obra de Hume: uma perspectiva empirista e livre de racionalismo, considerada a inauguração do positivismo. Após, no século XIX, Auguste Comte e Stuart Mill definiram formalmente essa perspectiva. Assim, a análise de fenômenos empíricos, isto é, aqueles perceptíveis aos sentidos, passou a ser considerada a única realmente científica (NASCIMENTO, 2011).

Por isso, o estudo dos fenômenos políticos e sociais, facilmente classificados como não-empíricos, foi, também, adequado à perspectiva epistemológica positivista, priorizando-se análises elaboradas por meio de métodos próprios das ciências da natureza. A sequência metodológica do positivismo era previamente delineada, aproximadamente, da seguinte forma: 1) observação controlada dos fatos e fenômenos empíricos; 2) formulação e comprovação de hipóteses; 3) elaboração de

[6] Nesse sentido, Weber (2005) apresentou uma das classificações de poder mais influentes da análise da política contemporânea a partir de sua noção de poder legítimo e seus três tipos puros: o poder legal, o poder tradicional e o poder carismático.

leis explicativas dos fenômenos observados; 4) predição, a partir das leis elaboradas, de fenômenos futuros (NASCIMENTO, 2011).

Com efeito, a abordagem posta sob a denominação “positivismo” é um conjunto de ideias bastante variadas. Embora tenha no “empirismo lógico” do círculo de Viena um expoente, teve versões alternativas, como o racionalismo crítico de Karl Popper. O empirismo lógico diferenciava a ciência das outras formas de conhecimento – a partir de um chamado “critério de demarcação ou de verificação” – pela correspondência entre uma afirmação e a realidade empírica (LACERDA, 2011). Já Popper foi um crítico do positivismo clássico sem abandoná-lo. O autor via, por exemplo, a predição como permanentemente incompleta e limitada em razão da contingência dos fenômenos empíricos. Da mesma forma, acreditava que o próprio critério de verificação positivista rechaçava a si mesmo, já que não foi verificado empiricamente, e sim criado pela mente humana. Para Popper, então, a fonte originária do critério de verificação não era neutra, de forma que delinear o método científico como uma observação dessa natureza era equivocado. Assim, em sua proposição, substituiu a verificação de enunciados pela falsificação e o método indutivo pelo dedutivo (NASCIMENTO, 2011). De modo geral, entretanto, as proposições de base positivista mantinham a separação entre fato e valor (LACERDA, 2011).

Embora a teorização da política possa remontar à Grécia antiga, o uso da expressão Ciência Política iniciou nos Estados Unidos no século XVIII. As primeiras tentativas de elaboração de um método de análise da política aparecem em Hobbes, Hume e Espinoza, mas não chegam a ser qualificados como análises científicas. O desenvolvimento de uma disciplina autônoma e institucionalizada, entretanto, iniciou-se apenas no século seguinte, com a fundação da *École Libre de Sciencies Politiques,* em 1871, em Paris; também, considera-se um importante marco a publicação de revistas da área, como a estadunidense *Political Science Quartely* e a francesa *Annales de L’Ecole Libre de Sciences Politiques* (NASCIMENTO, 2011). Essa institucionalização de fato concretizou-se, contudo, quando a matéria entrou para o currículo acadêmico da Universidade de Columbia (FERES, 2000).

A maioria dos estudos que analisam esse período de institucionalização da disciplina o descrevem como baseado em uma tradição nacional estadunidense caracterizada por seu compromisso com os princípios liberais, por seu enfoque nas instituições políticas e pela afirmação da cientificidade de suas análises (BIANCHI,

2011). Muito embora tenha havido um período de hegemonia da análise política alemã, a Ciência Política contemporânea é um produto originário dos Estados Unidos e, por isso, a institucionalização da disciplina nesse país confunde-se com a institucionalização da disciplina que hoje se conhece em todo Ocidente (NASCIMENTO, 2011).

De acordo com Bobbio (1998), o nascimento da Ciência Política moderna passa pela tentativa de distanciar a análise política dos estudos políticos da matriz tradicional do direito, muito fundada na filosofia oriunda de Kant e Hobbes, da qual surgiram desdobramentos tais como a noção de direito natural e o entendimento do Estado como uma entidade jurídica instituída e criadora do direito positivo. Ludwig Gumplowicz e Gaetano Mosca foram autores expoentes desse movimento de distanciamento da tradição jurídico-institucional, os quais Bobbio (1998) considera terem tido papel fundamental na instituição da Ciência Política moderna.

No entanto, John W. Burguess, que estudou na *École Libre de Sciences Politiques* de Paris, foi quem criou a *School of Political Science* na Universidade de Columbia. Nesse período, apesar do caráter formalista e institucionalista advindo da influência alemã ainda predominar nas análises políticas, já havia uma corrente, até então minoritária, que requisitava uma abordagem ligada ao darwinismo social dentro da Ciência Política, abrindo portas para o positivismo. Frank Goodnow foi um expoente dessa minoria, que colocou em voga conceitos como “comportamento” e “processo”, preponderantes nas análises do período pós-Segunda Guerra (NASCIMENTO, 2011).

Ainda, Charles Merriam, da Escola de Chicago, foi bastante influente ao defender o maior uso do método estatístico para otimizar a mensuração empírica[7], bem como, juntamente a Harold Lasswell – este último com maior afinco – propor o uso de pressupostos da psicologia para compreensão dos resultados referentes às atitudes políticas. A partir da Segunda Guerra Mundial, essa corrente minoritária ganhou corpo e o giro metodológico proposto por seus defensores tornou-se conhecida como *Behavioral Revolution*. Essa corrente ganhou muitos adeptos, sobretudo, durante a Guerra da Coreia, na década de 1950, quando o então senador McCarthy passou a perseguir pesquisadores progressistas, entre os quais muitos

[7] Teve destaque o artigo de Charles Merriam intitulado “*The present state of the study of politics*” (1921) (BOBBIO, 1998).

encontraram na investigação behaviorista – tida como neutra e livre de valores – uma saída[8] (NASCIMENTO, 2011).

Assim, de uma perspectiva jurídico-institucional, que dominava a primeira fase da análise da política, o foco passou para o comportamento do indivíduo. Da mesma forma, a metodologia passou a ser inspirada nas ciências empíricas, a partir do que a coleta de dados em campo se tornou frequente. Sob essa perspectiva, predominaram análises do voto e do eleitorado, da participação dos atores nos partidos políticos e da formação do processo de decisão nos mais diversos níveis. Essa mudança deixou disponível uma grande quantidade de dados aos pesquisadores e, em contrapartida, exigiu uma grande especialização em técnicas quantitativas para possibilitar a criação de metodologias replicáveis (BOBBIO, 1998). A aplicação cada vez mais extensiva dos métodos quantitativos foi muitas vezes criticada e, na percepção de Bobbio (1998), nem sempre foi proveitosa.

O *behaviorismo* ou comportamentalismo tem sido indicado como tributário do positivismo, em razão de sua ênfase no empirismo e na separação entre fato e valor. Lacerda (2011), entretanto, encontra características comuns, sobremaneira, entre a metodologia do comportamentalismo e a proposta do Círculo de Viena, sendo cauteloso ao não identificar o comportamentalismo com o positivismo como um todo. Como exemplo o autor refere a oposição entre muitas das ideias sociológicas e filosóficas de Auguste Comte em relação ao empirismo lógico. Além disso, para Lacerda (2011), embora o comportamentalismo buscasse o empirismo, a neutralidade científica e a rejeição das especulações teóricas, não é correto interpretar que os autores da área estavam alheios às preocupações sociais. É justamente por não estarem alheios, segundo o autor, que suas investigações, não raro, baseavam-se em objetivos políticos (LACERDA, 2011).

A Ciência Política comportamentalista passou a ser acusada por autores como Hannah Arendt de relativismo moral em razão da neutralidade que pregava. Isso porque, a revisão proposta pela *Behavioral Revolution* não gerou outro resultado prático que não a supervalorização da Ciência Política empírica em detrimento da normativa, ou seja, o descarte de pressupostos teóricos advindos de subáreas consideradas menos científicas. Assim, foi posta de um lado a Ciência Política

[8] De acordo com Nascimento (2011), a obra de Bell (1960) intitulada "*The End of Ideology",* traz um bom retrato desse período.

“verdadeiramente científica” e, de outro, as demais subáreas, tais como a história do pensamento político e as teorias políticas normativas (EASTON, 1953).

De acordo com Feres (2000), autores ligados ao *mainstream* da Ciência Política americana, como Farr e Ricci, identificaram o final do século XIX e o início do século XX como um período de vocação democrática inquestionável da disciplina. Entretanto, acreditavam que o rigor do procedimento científico, advindo da alta profissionalização da área, teria enfraquecido essa vocação. Outros autores, como Ball (2004), narraram que, na verdade, após a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, estudos sobre comportamento político tornaram-se úteis para os governos e, assim, receberam maior financiamento, o que acabou por auxiliar a institucionalização da área e pré-direcionar seus temas de pesquisa. Nesses estudos, o modelo liberal americano foi enaltecido e mesmo seus aspectos problemáticos tratados como virtudes pela Ciência Política. Esse é o caso da noção, difundida pelos elitistas, de que a abstenção popular à participação seria uma virtude democrática. Com efeito, a vocação atribuída à Ciência Política não correspondia a valores propriamente democráticos, mas apenas ao modelo *americano* de democracia (FERES, 2000).

Nesse sentido, Bianchi (2011) exemplifica dizendo que a obra de Lieber, professor da primeira cadeira de Ciência Política em Columbia, deixava claro o seu temor a um certo absolutismo democrático de inspiração rousseauniana ou, em outras palavras, um medo quanto à chegada do comunismo na América. Embora não fossem poucos os escritos da época que procuravam reforçar o compromisso da Ciência Política com a democracia, Bianchi (2011) descreve como ambivalente a posição de autores importantes, como Burgess, Wilson, Madison e o próprio Lieber, em relação a esse regime político, na medida em que revelavam uma desconfiança do povo, contrapondo-se à etimologia do termo democracia no sentido exposto nos clássicos do pensamento político, qual seja, a soberania popular.

Antes da *Behavioral Revolution*, portanto, não havia distinção entre Ciência Política e Teoria Política. A *Behavioral Revolution* acabou levando a Teoria Política ao isolamento das questões práticas mais valorizadas. A verdadeira ciência, considerava-se, era feita pelas demais subáreas (política americana, política comparada, relações internacionais e políticas públicas), em uma valorização da Ciência Política empirista, que tinha critérios metodológicos vistos como mais rígidos, tais como a elaboração de proposições sintéticas e analíticas, a adoção da noção de

que proferimentos éticos são vazios, a distinção entre fatos e valores, a preferência pelo empírico em detrimento do normativo etc. (BALL, 2004).

O contexto era de uma Ciência Política acrítica em relação à política e à sociedade dos Estados Unidos, com a proliferação de explicações que exaltavam a forma de organização social e política estadunidense. É o caso das teorias da modernização, que atribuíam o subdesenvolvimento a fatores culturais, e das explicações ao surgimento do autoritarismo na América Latina, que desconsideravam a participação do governo dos Estados Unidos. A segregação de teorias mais críticas ao âmbito da Teoria Política acaba por colaborar com os interesses de manter a Ciência Política "científica" distante do pensamento crítico (FERES, 2000). Assim, para Feres (2000), a história oficial da Ciência Política, adotada pelo *mainstream*, estava correta ao indicar para a profissionalização excessiva, mas equivocada ao não apontar a contradição evidente entre a democracia e o objetivo de controle social e educação cívica alinhado ao modelo liberal da democracia estadunidense.

Dessa forma, segundo Feres (2000), foi incutida na Ciência Política uma vocação democrática, que, na realidade, a disciplina não tinha. O intuito de garantir a institucionalização acadêmica da disciplina engendrou uma exaltação da democracia liberal dos Estados Unidos, fortemente ligada ao modelo elitista. No entanto, com efeito, Ciência Política e Teoria Política nasceram com vocação conservadora e antipopular (FERES, 2000). A tradição estadunidense de pensamento político tratava democracia, liberalismo, institucionalismo e ciência como denominadores comuns. Havia um compromisso político persistente nesse sentido e uma opção teórico-metodológica que caracterizava a Ciência Política como nacional. De forma que a expansão internacional da disciplina fez com que as características nacionais estadunidenses fossem consideradas aspectos da própria Ciência Política (BIANCHI, 2011).

Com isso, o compromisso normativo com a democracia liberal aos moldes do modelo norte-americano tornou-se a regra nas análises da política; tal modelo de democracia passou a ser considerado o único possível e, sobretudo, o único testável empiricamente. Na seção que segue aprofunda-se o desenrolar das implicações oriundas desse juízo e suas consequências para a Ciência Política.

1.2 Ciência Política e normatividade democrática

No primeiro período da fase *behaviorista*, o poder continuava como o principal objeto de pesquisa da Ciência Política e o Estado aparecia como parte do estudo do poder. O interesse pela análise do exercício do poder na vida política foi que deu origem aos estudos de elites na Europa, importados depois para os Estados Unidos e lá difundidos sob influência da Escola de Chicago (NASCIMENTO, 2011).

Os estudos de elites surgiram dos debates propostos por Mosca, Pareto e Michels, que se tornaram expoentes da "Teoria das Elites". Mosca (1966) afirmou haver uma minoria possuidora de qualidades apreciadas na sociedade em determinada época, que governa em razão de ser mais organizada que a massa. A essa minoria chamou de *classe dirigente*, grupo inevitável em qualquer ordem política. Já Pareto (1966) afirmou a existência de uma classe de pessoas com grande aproveitamento em seus ramos, as quais classificou como *elites governantes*, desenvolvendo *a teoria da circulação das elites*, ou seja, buscou explicar a dinâmica pela qual se dá a locomoção de indivíduos entre a não-elite e a elite. Por fim, Michels (1966) trabalhou com a formação inevitável de minorias dominantes, as *oligarquias*, no interior das organizações, sobretudo do Partido Social-Democrata alemão. Esses três autores reconheciam a existência de elites, mas não as consideravam compatíveis com a democracia.

Em seguida, Schumpeter (1961) passou a admitir a compatibilidade da formação necessária de elites com a democracia, inaugurando o chamado *modelo elitista de democracia*. O autor definiu a democracia como um método para seleção de elites governantes, isto é, sua teoria abordou a democracia como um sistema institucional que possibilita a tomada de decisões políticas a partir de eleições competitivas. Para Miguel (2005), ao lançar "Capitalismo, socialismo e democracia", Schumpeter (1961) mudou a história da reflexão política, ainda que sua intenção central tenha sido revisar o pensamento marxista, pois, em poucas páginas dedicadas à democracia, conseguiu redefinir o sentido da palavra, a qualificando como uma forma de selecionar legitimamente a minoria governante.

Assim, segundo entende Schumpeter (1961), o resultado do processo eleitoral não indica a formação de nenhum tipo de vontade coletiva, logo, para o autor, aos cidadãos comuns cabe apenas votar e se submeter aos governantes. Isso porque, segundo explica Miguel (2005, p. 10), esse autor "via o eleitorado como volátil e

sugestionável, sempre sob a influência dos discursos demagógicos dos candidatos". Nesse sentido, Schumpeter (1961) não acredita na capacidade da democracia de cumprir quaisquer de suas promessas fundamentais, pois a apatia inerente dos cidadãos comuns impossibilita qualquer tentativa de governo do povo por meio de participação na tomada de decisões.

Em suma, Schumpeter (1961) redefiniu o significado de democracia para afirmar a sua impossibilidade em sentido clássico (MIGUEL, 2005). Segundo Pateman (1992), a partir do que Schumpeter denominou método democrático e do modelo de teoria clássica por ele delineado, outros autores, dentre eles Sartori, Eckstein, Dahl, Berelson, passaram a elaborar definições próprias de democracia. De acordo com a autora, por exemplo, embora Dahl tenha aberto passagem para o conceito de participação, delineou o controle do regime político por meio da competição entre os líderes, do mesmo modo já observado por Schumpeter (PATEMAN, 1992).

Segundo Avritzer (1997), as questões levantadas pelo elitismo não foram capazes de explicar as rupturas democráticas, sobretudo, as ocorridas na América Latina, a partir dos anos 1960. De acordo com o autor, duas características do elitismo não operaram nesse contexto: a primeira é a adesão das elites a valores democráticos; a segunda é o papel da mobilização de massas nesses episódios. Ou seja, os elitistas não refletiram sobre a possibilidade da existência de elites não-democráticas, bem como não compreenderam de maneira adequada a atividade das massas, desprezando a possibilidade de ações coletivas democráticas, o que fez seus elementos analíticos básicos insuficientes para o estudo da política latino-americana (AVRITZER, 1997).

Foi nesse contexto, segundo Avritzer (1997) – principalmente, por não conseguir explicar cenários externos ao europeu e ao norte-americano – que o elitismo acabou por inserir outra variável na análise da ruptura com a democracia: a variável econômica. Em lugar de perceber a incapacidade de seus próprios elementos para abordar a relação entre autoritarismo e democracia, o elitismo apostou na insuficiência econômica dos países latino-americanos (também dos países asiáticos e africanos). Foi assim que surgiu uma onda de trabalhos enfatizando a relação entre desenvolvimento econômico e democracia (AVRITZER, 1997).

Autores como Anthony Downs (1957) esforçaram-se para reaproximar a concepção schumpeteriana da democracia aos valores democráticos básicos. De acordo com Miguel (2002), "Uma teoria econômica da democracia", de Downs, revela

o impasse da teoria democrática ao tentar adaptar-se à realidade dos regimes eleitorais capitalistas. A solução encontrada por Downs foi a de formular um conceito mínimo do ideal democrático, mantendo-o, assim, distante da noção de "governo do povo". De qualquer sorte, sua teoria tornou-se muito influente na década de 1960 e a sua interpretação sobre o comportamento de partidos políticos e de votantes, baseada no comportamento dos agentes econômicos – isto é, auto-interessado e racional – tornou-se referência (MIGUEL, 2002).

Com o empirismo em alta, a análise do poder acabou restringindo-se pela dificuldade de mensuração do objeto a partir de variáveis operacionalizáveis quantitativamente. Foi, por isso, que um outro conceito acabou dominando a Ciência Política: o conceito de "sistema político", que foi introduzido por Talcott Parsons na Teoria Social e trazido para Teoria Política por David Easton (1953). A contribuição mais relevante a essa abordagem foi elaborada por Gabriel Almond (1956 *apud* NASCIMENTO, 2011), que inseriu o conceito de ação social às análises do sistema político. Gabriel Almond, anos mais tarde, juntamente com Sidney Verba, publicaria a obra inaugural da perspectiva teórica que até os dias atuais orienta a teoria da Cultura Política, "*The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*" (1963)[9]. As teorias da modernização, que também tiveram inspiração em Parsons, surgiram e expandiram-se, tornando influente a explicação da democratização por meio de variáveis econômicas (sobre estas tratar-se-á de forma mais detalhada no capítulo 2).

Nesse contexto, com o "sistema político" e a visão elitista da democracia em voga, a democracia tornou-se o objeto central da análise política. Uma das análises da democracia mais prestigiadas na Política Comparada nesse momento foi a elaborada no âmbito da teoria da Cultura Política. Embora formulada em um período de predomínio do elitismo democrático, a teoria aparece como inovadora no estudo da democracia ao inserir a perspectiva do cidadão comum à análise. Antes da publicação de "*The Civic Culture*", o debate sobre democracia sob aspectos comportamentais detinha-se às interações entre membros das elites. Entretanto, com efeito, Almond e Verba (1989) delinearam uma orientação de como novas democracias poderiam adaptar-se à cultura política de países de democracia avançada.

[9] Nesta tese utilizou-se versão publicada em 1989 dessa obra.

De acordo com Almond e Verba (1989), a estabilidade da democracia dependia, além de instituições políticas democráticas, de uma cultura política congruente com esse arranjo institucional. Os autores acreditavam que as populações das novas democracias precisariam incorporar atitudes e sentimentos democráticos, bem como modernizar suas tecnologias e sistemas sociais. Assim, propõem um modelo de cultura política que combina modernidade com tradição: a cultura cívica. Para isso, Almond e Verba (1989) procuram especificar o conteúdo de uma cultura democrática ao analisar, por meio de pesquisa *survey*, as atitudes da população dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Alemanha, da Itália e do México (ALMOND; VERBA, 1989).

Conforme Almond e Verba (1989), o termo “cultura política” refere-se às orientações (ou aos aspectos culturais internalizados nos indivíduos) relacionadas ao sistema político. Essas orientações são analisadas a partir do conhecimento dos indivíduos sobre: 1) o sistema político do seu país; 2) as estruturas, regras, elites políticas; 3) a aplicação de políticas e as decisões que as envolvem; e 4) o seu papel como membro do sistema político. Almond e Verba (1989), assim, classificam a cultura política dos países em paroquial, sujeita e participante, conforme a frequência para cada um dos aspectos acima elencados. A cultura política participante seria aquela em que os membros da sociedade tenderiam a ser explicitamente orientados a conhecer o sistema como um todo e a tornarem-se ativos na política e, portanto, foi considerada a mais favorável ao que entendem por democracia[10] (ALMOND; VERBA, 1989).

Uma das principais críticas sofridas pela teoria da Cultura Política denuncia a postura etnocêntrica implícita nas conclusões de *The Civic Culture*, a partir da qual toda e qualquer manifestação de valores contrários às regras do jogo político liberal hegemônico no Ocidente são interpretadas como incongruentes com a democracia. Nesse sentido, a crítica de Pateman (1989) talvez tenha sido a mais prestigiada: para a autora, há nessa teoria um compromisso com os princípios liberais e individualistas, que a impede de reconhecer alguns problemas observados empiricamente na própria pesquisa a partir da qual é construída. Há, segundo Pateman (1989), uma identificação exclusiva com a corrente democrática liberal, o que é contraditório com

[10] Esses sistemas de orientação política, segundo Almond e Verba (1989), podem aparecer mesclados em alguns países: cultura política paroquial-sujeita; cultura política participante-sujeita; cultura política participante-paroquial.

a proposta de democracia participativa, de forma que qualquer preocupação com a opinião dos indivíduos e com a participação política torna-se inócua (PATEMAN, 1989).

Somado a isso, de acordo com Laisner (2008), apesar de as variáveis relacionadas à cultura política não assumirem posição central no modelo das teorias da modernização, tiveram extrema relevância em suas análises, sobretudo, para o estudo da estabilidade do sistema político. Limongi (2005) explica que até o início dos anos 1970, a Ciência Política, muito sob orientação da teoria da Cultura Política, direcionou seu foco para as teorias da modernização. Assim, o surgimento da democracia ou a sua queda passaram a ser explicadas pelas mudanças sociais e culturais geradas pela modernização, isto é, pelos condicionantes que assumiram valor na sociedade moderna. Sob essa perspectiva, a possibilidade de democratização de países não desenvolvidos era descartada (LIMONGI, 2005).

No entanto, as críticas destinadas a *The Civic Culture* foram prestigiadas o suficiente para que a teoria da Cultura Política passasse a ser menos influente na área e abrisse espaço para o neoinstitucionalismo a partir da década de 1970. O estudo da transição do autoritarismo para a democracia entrou em voga na Ciência Política, o que tornou comum análises que levavam em consideração a ação dos atores políticos como agentes nesse processo. Nesse período, as instituições políticas constituíram-se em um importante fator explicativo na análise política, o que contribuiu para que o neoinstitucionalismo ganhasse relevância. Nesse contexto, Robert Dahl tornou-se influente no estudo da democracia e, segundo Limongi (2005), rompeu com a lógica das teorias da modernização.

Dahl (1970) criticou a ausência de cientificidade nas afirmações de existência de uma elite dirigente, preponderante na noção de democracia predominante naquele período, tributária da obra de Schumpeter (1961). Para o autor, muitos dos testes elaborados confundiam a elite com grupos de controle e, assim, consideravam somente a perspectiva influencial. Dahl (1970), então, propôs a tomada de casos concretos para análise da existência ou não de elites dirigentes, a partir da observação de um grupo determinado, que possuísse preferências políticas conflitantes e prevalecentes em relação a outro grupo qualquer. Sob essa perspectiva, Dahl (1970) debateu mais diretamente com Mills (1968) e tornou-se o expoente do método decisional de estudo das elites, pelo qual os detentores do poder não

necessariamente são os mesmos atores ocupantes de posições formais (CODATO, 2015).

No entanto, “Poliarquia: Participação e Oposição”, originalmente publicado em 1972[11], foi o livro mais influente da obra de Dahl e um dos mais importantes da teoria democrática. Dahl (2005) classificou as melhores democracias existentes como “Poliarquias”, regimes que, embora distantes dos ideais democráticos clássicos, mantêm-se estáveis por seu grau elevado de pluralismo. Segundo o autor, o pluralismo transforma as estruturas legítimas em estruturas adequadas à competição política. Desse modo, de acordo com Limongi (2005), Dahl (2005) fez crer que não apenas os países modernizados poderiam tornar-se democráticos. Na esteira de “Poliarquia”, surgiu uma série de estudos neoinstitucionalistas, sendo o trabalho de Linz e Stepan (1978) sobre a queda das democracias e o autoritarismo um dos mais influentes.

Na verdade, segundo Avritzer (1997), após tornar-se evidente a incapacidade da teoria das elites de explicar as rupturas democráticas ocorridas a partir dos anos 1960, surgiram as teorias da transição, que reconheceram a responsabilidade das elites pela existência de novos regimes autoritários. De acordo com o autor, basicamente, as teorias da transição inovaram em relação à teoria das elites quanto aos seguintes aspectos: problematizaram a natureza das elites políticas e da participação política das massas, reavaliaram o papel das instituições e iniciaram a inserção de um elemento cultural nas análises. No entanto, para Avritzer (1997), as teorias da transição mantiveram ambiguidades ao, por exemplo, deixarem de problematizar as práticas e as crenças da oposição democrática em relação à democracia, bem como subteorizarem a relação entre as elites e a mobilização de massas para a democratização, entre outras questões.

Nesse contexto, alguns dos teóricos da transição filiaram-se ao argumento da “consolidação democrática” (que trazia aspectos remanescentes da teoria das elites), pelo qual a democracia estaria consolidada quando fosse “*the only game in the town*” (LINZ; STEPAN, 1996). Outra opção foi a adotada por Guillermo O’Donnell (1991) ao elaborar o conceito de democracia delegativa: um regime duradouro, embora não necessariamente consolidado. Não obstante, segundo Avritzer (1997), o foco no estudo das elites manteve-se e foram listadas características para as democracias

[11] Nesta tese utiliza-se a versão publicada em 2005, traduzida para o português.

consolidadas discrepantes em relação àquelas democracias sobreviventes à segunda onda reversa.

Sob a perspectiva da Teoria Política, foi com Dahl (2005) que se ensaiou a abertura ao conceito de participação política na definição de democracia a partir da formulação de seu método poliárquico. Para Miguel (2016), entre os liberais, Dahl foi um dos primeiros a investir numa tentativa de compatibilizar o ideal democrático com o predomínio do liberalismo nas sociedades do pós-guerra. Veja-se as palavras de Dahl (2005, p. 16):

> Quanto menores os obstáculos à contestação pública e maior a proporção da população incluída no sistema político, mais dificuldade terá o governo de um país em adotar e aplicar políticas que exijam o exercício de sanções extremas contra uma porção maior do que uma pequena porcentagem da população; e menos provável, também, que o governo tente fazê-lo.

A percepção de pluralismo explorada por Dahl (2005) era de que a capacidade de influência junto aos líderes deveria ser distribuída entre muitas minorias, em um modelo – a poliarquia – em que múltiplos centros de poder influenciariam escolhas políticas. Para Miguel (2016), entretanto, Dahl (2005) ressaltou as consequências das desigualdades de recursos para a igualdade política, mas nada propôs para combatê-las, de forma que o pluralismo liberal que defendia teria reduzido o modelo possível à concessão de direitos políticos, com foco em eleições competitivas e múltiplos grupos de pressão. Isso, segundo Miguel (2016), muito se deve às próprias contradições da relação entre democracia e liberalismo, na medida em que este aceita uma desigualdade necessária advinda das diferenças naturais de capacidade entre as pessoas dentro de determinada ordem social.

Segundo Ballestrin (2018, p. 151), “o conteúdo liberal-pluralista não permitiu [...] o desaparecimento do traço disciplinar elitista”. Isso porque, a separação liberal, contemporaneamente posta em termos neoliberais, entre economia e política, e entre público e privado, foi endossada pela Ciência Política para conferir neutralidade e tecnicidade às suas análises. Em razão disso a disciplina tende a isolar elementos atinentes à política, sendo incapaz de pensá-la como inserida em um contexto de relações sociais ou afirmando a possibilidade de que grande parte dos conflitos sociais sejam absorvidos pelas instituições. A Ciência Política foi, assim, sobremaneira, constituindo-se em oposição ao marxismo e ao feminismo (BALLESTRIN, 2018).

É verdade, no entanto, que John Rawls (1971), em "*A Theory of Justice*", revisitou o tema abordado por Dahl e trouxe fôlego à Teoria Política ao incorporar a questão da igualdade política ao debate liberal. Entretanto, de acordo com Miguel (2016), apesar de ter-se configurado em um esforço da maior relevância, o espaço dado por Rawls (e também por demais liberais igualitários, como Dworkin) à justiça social e à democracia foi considerado insuficiente pelos críticos, pois, ao estabelecer princípios de justiça e delinear a estrutura básica da sociedade, os liberais não consideraram a possibilidade de conflito, tratando os interesses como acomodados (MIGUEL, 2016), e, especificamente Rawls, não explicou como se daria a motivação dos mais privilegiados a aderirem ao "princípio da diferença" (VITA, 2017).

Iniciou-se, assim, a discutir algumas das consequências essenciais da adoção da normatividade orientada à defesa da democracia liberal para a análise da política. Primeiro, o predomínio de uma visão elitista de democracia entre os estudos; depois, o surgimento de uma perspectiva pluralista limitada e desenhada ainda sob traços elitistas. A Ciência Política, fiel aos pressupostos liberais da democracia e ao empirismo, manteve a política apartada da economia e da vida privada em nome da possibilidade de aferição dotada de neutralidade e imparcialidade aos moldes da ciência empírica. Ao final, espera-se ter demonstrado traços dessa normatividade presentes na Teoria do Desenvolvimento Humano. Por ora, na seção que segue, apresentam-se algumas das implicações de tal normatividade levantadas na literatura.

1.3 Implicações da normatividade democrática dominante

Como se viu, no decorrer da história da institucionalização da Ciência Política análises da política ditas empíricas reivindicaram a ciência como oposição à ideologia, o que, em um contexto de disputas pelos sentidos da democracia, desencadeou uma distinção entre Ciência Política e Teoria Política. Biroli (2017) aborda a questão das teorias empíricas com base em Vincent (2004 *apud* BIROLI, 2017), autor em cuja tipologia essas teorias correspondem ao conhecimento situado no terreno do positivismo, do *behaviorismo* e das teorias da escolha racional. Sob essa perspectiva, embora a Ciência Política tenha supervalorizado a neutralidade e a tecnicidade, Biroli (2017, p. 176) considera que a ênfase na empiria resulta de processos de valorização, "que conferem saliência a determinados aspectos da realidade e a apreendem a partir de perspectivas enraizadas em contextos determinados das relações e da produção

do conhecimento". Ou seja, mesmo as teorias empíricas adotam juízos de valor que fazem com que determinados aspectos das relações sociais e políticas ganhem destaque. A tendência a criar explicações gerais sobre fenômenos políticos, própria da Ciência Política estadunidense, faz com que elementos específicos, por exporem suposto caráter ideológico, sejam excluídos das análises, tornando seus resultados restritos e parciais.

Nesse sentido, as opções feitas por autores ligados à Ciência Política estadunidense em prol da institucionalização da disciplina, acabou por definir o seu rumo ideológico, orientado pelo liberalismo. Assim explica Ballestrin (2018, p. 150):

> A construção de uma vocação empírica da Ciência Política dependeu do insulamento da política como justificativa e legitimidade disciplinar, sendo o compromisso com uma determinada visão de democracia um atraso presente em grande parte de seu registro norte-americano. Assim, se por um lado a disciplina precisou afirmar o caráter neutro típico do discurso científico disciplinado, por outro ela se colocou ao lado da democracia em um sentido abertamente liberal e restritivo.

De acordo com Biroli (2017), com a prevalência da adesão a modelos inspirados nas ciências naturais, o conhecimento produzido sobre a política ganhou pressupostos particulares que marginalizaram alguns temas atinentes à política. Ao pensar essa distinção posta entre o empírico e o normativo, Biroli (2017) aborda o problema do recorte da realidade a partir de dados situados empiricamente. Assim, ressalta a autora, desigualdades como as postas nas relações de gênero, ainda entrecruzadas com as desigualdades de classe, o racismo e o sexismo, são suspensas nas análises da política, assim como conceitos e metodologias, que pudessem dar a esses temas centralidade, são marginalizados (BIROLI, 2017).

Concomitantemente a isso, houve a adesão majoritária nas sociedades democráticas ao modelo de democracia elitista, originado dos Estados Unidos[12]. Para Miguel (2014), foi essa adesão que limitou a ambição do projeto democrático e tornou habitual a distinção entre uma minoria que governa e uma maioria governada, naturalizando a representação como a forma própria de ação política com fundamento democrático. A partir disso, a representação democrática foi comumente vinculada à noção de democracia como "governo do povo" e como a escolha de governos por

[12] Vale a ressalva de Bianchi (2011) de que, obviamente, a Ciência Política surgida nos Estados Unidos teve influências prévias (como a alemã, com a participação de Lieber em Columbia) e não é exclusivamente estadunidense, de forma que ao referir-se à Ciência Política nacional estadunidense fala-se da composição originada no país.

meio de eleições livres e periódicas. Essa perspectiva, segundo Miguel (2014a), é incompatível com a ideia normativa de democracia como um sistema político que permite às pessoas decidirem coletivamente sobre seus destinos.

Para Miguel (2017), a contribuição de Samuel Huntington ao relatório à Comissão Trilateral sobre "a crise das democracias" em meados da década de 1970 é exemplo dessa narrativa. De acordo com o autor, nesse documento Huntington diagnostica a incompatibilidade entre a democracia política e a economia capitalista, afirmando que a democracia conduz à "ingovernabilidade" ao promover valores de igualdade que dificultam a reprodução de hierarquias sociais e ao permitir um excesso de demandas sociais[13]. Essa dinâmica seria prejudicial ao constranger o Estado a intervir nos mecanismos de mercado, interferindo no dinamismo da economia capitalista (MIGUEL, 2017). Tal passagem é, ainda, mencionada por Rancière (2014), que conclui que a intensidade da vida democrática é tomada na literatura *mainstream* equivocadamente como prejudicial à democracia.

Além disso, segundo Avritzer (2004), uma tendência teórica de substituir pressupostos ligados à autopreservação pela maximização individual da utilidade surgiu com a teoria da escolha racional. De acordo com o autor, foi a partir dessa teoria, dominante na Ciência Política a partir dos anos 1980 em conjunção com o neoinstitucionalismo, mas inaugurada muito antes com teóricos da modernização, que a maximização dos interesses individuais se tornou fundamento normativo, nas palavras do autor, da ação do *homo economicus* e do *homo politicus* (este último cumpridor das normas sociais devido à sua capacidade de antecipar sanções). Nessa esteira, Avritzer (2004) ensina que a maior parte das abordagens influenciadas pela teoria da escolha racional acabaram inscritas em um círculo de individualismo metodológico, que caracterizou a separação entre economia e política. Nesse sentido, o autor buscou demonstrar a impossibilidade lógico-teórica do pressuposto individualista, alertando para o fato de que essas narrativas acabaram, na maioria das vezes, por contrabandear pressupostos societários, embora buscassem interpretar a sociedade a partir do indivíduo (AVRITZER, 2004).

Há nessas teorias, para Avritzer (2004), uma tentativa de atribuir ao mercado o fundamento da sua própria validade normativa. Para o autor, existe uma forma de racionalidade característica da economia de mercado que desvincula a ação

[13] Essa é uma ideia já presente em escritos sobre a democracia da Grécia antiga (PLATÃO, 2000), em que é possível encontrar defesas da oligarquia, da aristocracia e mesmo da tirania.

econômica de quaisquer considerações pessoais, isto é, que é indiferente às circunstâncias próprias das relações pessoais. De acordo Avritzer (2004), sobretudo, uma corrente teórica ligada à versão introduzida por Adam Smith reduz todas as formas de dominação a relações interpessoais interativas e identifica todas as formas de liberdade à capacidade do indivíduo de tomar decisões individuais. Segundo essa perspectiva, explica o autor, o mercado é um paradigma da liberdade individual e a dominação política é limitada ao constrangimento exercido por um sistema tradicional à liberdade individual (AVRITZER, 2004).

Para Avritzer (2004, p. 85), pelo contrário, era de se supor que precisamente "porque o mercado não leva em conta a particularidade dos indivíduos, das comunidades, que ele é incapaz de se constituir em paradigma único da sociabilidade". Assim, de acordo com o autor, é preciso questionar quais são as formas modernas de se contrabalançar esse déficit normativo causado pelo surgimento do mercado. Isso porque, segundo Avritzer (1997), o caráter vinculante das normas nas sociedades modernas já não remete a um consenso em torno de valores tradicionalmente estabelecidos, e sim se deve a um processo de generalização e abstração da ideia do outro. Esse processo, em consequência, se estabeleceu como base racional para a determinação dos valores éticos presentes na política (AVRITZER, 1997).

Da mesma forma, as teorias da transição para a democracia são, também, criticadas por Avritzer (2004) por adotarem a noção de que a democracia está exclusivamente relacionada à operação das instituições e do sistema político, quando seria melhor definida como a interconexão do sistema político com sistemas de valores, crenças e tradições culturais existentes na sociedade. Nesse sentido, para Avritzer (2004, p. 130), "a democratização deve ser ligada às práticas dos atores sociais e a sua luta contra a predominância de formas sistêmicas de ação no interior dos domínios societários". De acordo com o autor, pensar a democracia como ausência de autoritarismo, como fazem as teorias da transição para democracia, é útil apenas para facilitar a constatação empírica, elaborada, em geral, pela verificação da presença ou da ausência de certos elementos, tais como eleições livres e garantia de direitos civis e políticos. Surge, assim, um problema metodológico pela ausência de problematização da forma como os atores políticos se posicionam diante dessa institucionalidade (AVRITZER, 2004).

Nessa esteira, a relação entre democratização e modernização, muito explorada nessas teorias, sobretudo, em decorrência das contribuições das teorias da modernização, foram, também, discutidas por Avritzer (2004). Para o autor, a conexão entre os indivíduos é alterada pela ascensão do mercado e do Estado moderno, pois as relações de poder se tornam impessoais nessas condições, nos moldes da impessoalidade do mercado. Afora isso, ocorre a introdução de um conjunto de tecnologias e de práticas de dominação pelas novas estruturas organizacionais, as quais, segundo Avritzer (2004), não podem ter seu impacto sobre a democracia subestimados. De acordo com autor, mesmo em países altamente modernizados tais práticas desestabilizam a relação Estado-sociedade, as quais somente conseguem reestruturar-se com a generalização de políticas sociais compensatórias (AVRITZER, 2004).

Nesse sentido, como Ballestrin (2018) destaca, muito em razão do contexto da institucionalização da disciplina, muitas teorias da área da Ciência Política, acríticas ao modelo liberal, deixam de considerar aspectos relacionados à desdemocratização. Nesse contexto, segundo se percebe, quando elaborados, os diagnósticos de desdemocratização externos ao eixo pós-rawlsiano, produzem análises centradas na incongruência entre a vontade da população e a atuação estatal. Esse é o caso, por exemplo, da noção de desdemocratização presente em Tilly (2013), entendida como o processo reverso à democratização.

Tilly (2013) foca sua análise em uma dita “abordagem voltada para o processo”, a qual define um conjunto mínimo de processos que precisam estar permanentemente presentes para que um regime possa ser considerado democrático. O autor explica que os cinco critérios estipulados por Dahl (2005) para caracterizar a democracia – quais sejam, participação efetiva, igualdade de voto, entendimento esclarecido, controle de agenda e inclusão dos adultos – são critérios relativos ao processo. No entanto, para Tilly (2013), quando Dahl (2005) analisa associações nacionais, interrompe suas interlocuções relativas ao processo e passa a focar em instituições, propondo uma lista estática de presença ou a ausência delas. Assim, o autor propõe otimizar os critérios de Dahl (2005) sem os descartar completamente, a fim de ultrapassar classificações do tipo “sim-não” (democráticos e não-democráticos) (TILLY, 2013).

Nesse sentido, para Tilly (2013, p. 28), “um regime é democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos engendram consultas

amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes". Assim, segundo o autor, a democratização exige o insulamento de desigualdades categóricas, pois os membros das categorias privilegiadas, seguros de sua vantagem, podem negarem-se a participar do debate democrático, criando relações com agentes do Estado que os beneficiem. No mesmo sentido, é preciso a transformação dos centros de poder autônomos, sobretudo, aqueles que possuem meios de coerção próprios fora do regime, tais como as milícias, ou dentro dele, como os governantes militares. Nesse sentido, de acordo com Tilly (2013, p. 72), "[...] a desdemocratização ocorre no curso das respostas dos governantes e das elites para o que eles experenciam como crises do regime [...]".

Para Tilly (2013), todos os regimes, sejam eles democráticos ou não, participam da reprodução de desigualdades, mas em relação aos não democráticos os regimes democráticos tendem a responder mais ao controle da população. Nesse caso, segundo entende o autor, os regimes com economia capitalista são mais democráticos, porque neles os governos dependem menos das desigualdades sociais para manterem-se no poder (TILLY, 2013). A noção de desdemocratização presente em Tilly (2013), nesse sentido, fica restrita à democracia liberal e elabora um diagnóstico relacionado às respostas das elites às demandas.

Por outro lado, o debate proposto por Avritzer (2004, p. 148) está bastante informado por colocações presentes na obra habermasiana, a qual, segundo o autor, "tem como parâmetro para a democratização a capacidade da sociedade de se constituir em uma arena autônoma e limitar o poder dos subsistemas econômico e administrativo". Nesse sentido, para o autor, os países centrais do capitalismo teriam já completado esse processo, enquanto em países periféricos as forças econômicas e políticas patrocinadoras da modernização – que, primeiro, buscam legitimar-se em bases não democráticas – estariam tentando bloqueá-lo. Por isso, afirma Avritzer (2004, p. 142):

> as teorias da modernização desprezam as dificuldades envolvidas na formação de identidades democráticas e na consolidação de formas coletivas de solidariedade supondo que a transferência da institucionalidade político-democrática poderia se encarregar de tal tarefa.

De acordo com o autor, o foco da crítica habermasiana às teorias da modernização, por exemplo, está na conexão requerida entre o processo de

racionalização social e o processo de complexificação sistêmica. Assim, as instituições são o pressuposto da esfera nas quais os indivíduos podem competir de forma eticamente neutra. É, nesse sentido, que Avritzer (2004) requer o fundamento consensual da política moderna como base para o reconhecimento do outro como potencialmente capaz de adquirir os mesmos direitos.

A crítica de viés pós-estruturalista, sobretudo, vai além da perspectiva habermasiana. Por exemplo, Brown (2015) introduz o tema a partir da noção da existência de uma racionalidade neoliberal, que transcende à esfera econômica e trabalha para que todas as esferas da vida sejam "economicizadas"; mais tarde, Brown (2019) reelabora seu argumento para definir o neoliberalismo como um projeto político-moral de proteção das hierarquias tradicionais. Ainda, a partir da aproximação com a crítica pós-marxista, Mouffe (2015) e Rancière (2014), ambos, ao seu modo, buscam destacar a necessidade da incorporação legítima do conflito nas análises da política. Esse conjunto de críticas a leituras e práticas relacionadas à democracia liberal – as quais podem ser reunidas sob a expressão "crítica pós-democrática" (BALLESTRIN, 2018) – enfatizam a convivência acrítica da noção de democracia com o neoliberalismo e sua dinâmica de transferência de poder político a grandes corporações privadas em nome da liberdade do mercado.

Na visão pós-democrática, segundo Ballestrin (2017a), a união conturbada entre democracia e neoliberalismo, em que a democracia enquanto soberania popular tem perdido espaço frente às políticas econômicas, expõe o conflito entre a política e a economia, o povo e as elites, o nacional e o global. Sob a perspectiva de Brown (2019), a incapacidade da literatura especializada de prever a ascensão atual da extrema direita se deve às suposições cegas sobre valores e instituições ocidentais duradouras, representadas pela ideia de progresso e pela democracia liberal, em conjunto com a combinação inusitada de características da direita ascendente[14]. Nesse sentido, o argumento da autora pressupõe que a forma neoliberal dominante de razão e de valoração nas sociedades liberais contemporâneas alcança todos os domínios da vida em sociedade, seja a lei, seja a cultura política, seja a subjetividade política (BROWN, 2019).

Por sua vez, a crítica de Mouffe (2015) à forma dominante de analisar-se a política no mundo ocidental parte de diferenciar "política" e "político". Para a autora, "o

[14] De acordo com a autora, ao mesmo tempo libertariana, racista, moralista, autoritária, cristã conservadora, nacionalista e em oposição ao Estado (BROWN, 2019).

político" é a dimensão de antagonismo que constitui as sociedades[15], enquanto "a política" é o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem no contexto conflituoso é criada. Sob essa ótica, é a falta de compreensão sobre "o político" que estaria na origem das falhas de interpretação sobre "a política". Assim, a autora busca demonstrar como a abordagem teórica predominante na teoria democrática, especificamente, aquela relacionada a interpretações do corolário liberal, faz desviar o interlocutor das questões mais cruciais para a política democrática. Mouffe (1993; 2015) elabora a sua crítica com base na obra de Carl Schmitt, autor que ressalta a impossibilidade de o liberalismo aceitar o político, na medida em que todo individualismo para ser coerente precisa negá-lo, sob pena de que o indivíduo deixe de ser a sua referência fundamental. No entanto, enquanto Schmitt, por isso, não vê espaço para o pluralismo liberal na democracia, Mouffe (2015) vislumbra a possibilidade de canalização do conflito a partir de uma perspectiva adversarial da democracia, o que implica romper com a representação simbólica da sociedade como um corpo integrado.

Já a abordagem presente em Rancière (2014) afirma de forma enfática que não se vive em democracias no Ocidente. Para o autor, o que se costuma chamar de democracias são, na verdade, estados de direito oligárquicos, em que o poder da oligarquia é limitado pela soberania popular e pela liberdade individual. Essas liberdades levariam os mais otimistas a acreditarem na possibilidade de promoção do equilíbrio entre lados contrários nesse sistema, quando o casamento com o capital serve, primeiramente, às oligarquias estatais. Nesse sentido, a ideia de consenso em relação à democracia liberal representaria um consenso sobre o predomínio de tais oligarquias (RANCIÈRE, 2014).

Assim, de acordo com Ballestrin (2018), como após a queda do comunismo a democracia e a economia de mercado tornaram-se dois projetos não dissociados, teóricos que abordam o tema da pós-democracia buscam alertar para a contradição dessa associação, na medida em que consideram o neoliberalismo como o principal propulsor de desdemocratização. Para a autora, com a hegemonia do discurso neoliberal e sua expansão pelo mundo, grandes corporações exercem poder sobre

[15] Nesse sentido, importante referir que aspectos da crítica de Mouffe foram delineados, primeiramente, em coautoria com Ernestro Laclau, em "*Hegemony and Socialist Strategy: Toward a Radical Democratic Politics*" (1985), onde conceitos essenciais da obra desses autores, como o "antagonismo", foram abordados.

processos e decisões políticas, muito embora o discurso individualizante e pró-liberdades leve as pessoas a crerem que, em alguma medida, exercem poder sobre a política. Assim, sob essa perspectiva, o recuo democrático tem ocorrido a partir da permissividade da própria democracia em seu sentido hegemônico (BALLESTRIN, 2018).

Ballestrin (2018) salienta que, embora Rancière já abordasse o tema em 1995 – quando foi lançada a primeira edição de seu livro “O desentendimento” – as consequências da eliminação do conflito pelo discurso neoliberal têm aparecido de forma mais evidente nos últimos anos, quando o consenso, a neutralidade e a técnica mostraram-se insuficientes para a condução da governança global. Além disso, de acordo com a autora, a manifestação de formas de violência estatal, social e mercadológica tornou aparente a aproximação sempre possível entre autoritarismo e capitalismo. Em razão desse contexto, para Ballestrin (2018), as pesquisas em Política Comparada não conseguem incorporar certos elementos considerados extrapolíticos. Essa abordagem teórica, segundo a autora, afeta especialmente países que já viveram sob regimes autoritários associados ao neoliberalismo, como os da América Latina.

Conclusão

Neste capítulo retomaram-se elementos do período de institucionalização da Ciência Política para especificar em que momento se deu o compromisso com aspectos próprios da democracia estadunidense na disciplina. Viu-se que uma junção de democracia, liberalismo, empirismo tornou-se a regra nas análises da política, o que favoreceu o predomínio de uma visão elitista de democracia, sobretudo, em razão da noção de impossibilidade de canalização de grandes conflitos sociais e políticos, assim como de demandas privadas individuais e coletivas, pelas instituições políticas democráticas. Ainda, destacou-se o entendimento presente na literatura de que mesmo a versão pluralista-liberal da democracia manteve a vida econômica e privada apartada da política em nome da possibilidade de aferição empírica dos fenômenos.

Por último, delinearam-se aspectos principais de perspectivas críticas a tal orientação normativa. Nesse sentido, passou-se pela crítica à distinção entre o empírico e o normativo na Ciência Política. Abordou-se a possibilidade de que a priorização do empirismo faça com que o modelo de democracia dominante seja

majoritariamente debatido e defendido, isto é, de que a técnica conduza, inevitavelmente, ao modelo de democracia liberal e, ainda assim, muitas análises continuem a ser apresentadas como neutras. Nesse ensejo pôde-se destacar brevemente o debate sobre a insuficiência de análises desse tipo para pensar-se justiça social e governança global, haja vista as diversas formas de opressão permitidas em seu âmbito, seja do Estado, do mercado ou das relações sociais. Perpassou-se, assim, pela crítica pós-democrática, que destaca o consenso democrático liberal, sobretudo, como um consenso pela manutenção do *status quo*, em que as elites são beneficiadas.

A seguir, dando continuidade ao caminho de construção normativa da Teoria do Desenvolvimento Humano, serão apresentadas as Teorias da Modernização, as quais Inglehart e seus colaboradores se propõem a revisar. Importante destacar que existem diversas versões de teorias que têm a modernização como elemento propulsor de fenômenos políticos relevantes. No capítulo seguinte, entretanto, serão destacados três autores: Lipset (1967), Huntington (1975) e Moore Jr. (1975) – embora outros autores sejam mencionados brevemente, como Dahl (1970, 2005). Isso porque, para além da economia de páginas necessária frente o volume do material a ser estudado, esses são autores expoentes nesse debate, que inspiraram o contraponto entre versões institucionalistas e culturalistas das teorias da modernização. Apresentam-se, ainda, algumas das objeções feitas às teorias da modernização e, por fim, destacam-se as revisões colaborativas mais expressivas à Teoria do Desenvolvimento Humano, as de Beck (1997) e de Giddens (1997), referências frequentes de Inglehart e seus colaboradores.

Capítulo 2 – Teorias da Modernização e suas revisões

Desde a década de 1960 diversas versões de teorias que buscavam desvendar o papel do desenvolvimento socioeconômico sobre os diferentes regimes políticos têm estado no centro das discussões de Política Comparada. O que gerou esse debate foi a constatação de que a instalação da democracia liberal em muitas sociedades não produzia os mesmos efeitos observados em democracias mais antigas, como a norte-americana. Na busca de uma explicação para essa contradição, surgiram as teorias da modernização, que partiram, com Huntington (1975), de uma explicação cultural, pela qual alguns países não possuíam uma cultura favorável ao desenvolvimento democrático, e difundiram-se a partir da formulação de Lipset (1967), a qual argumentou que a estrutura socioeconômica tradicional impedia a efetividade democrática. Como ver-se-á no próximo capítulo, a Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart busca unir essas duas explicações, afirmando que a democracia depende de uma mudança cultural, que ocorre no ritmo em que os fatores histórico-sociais de cada sociedade permitem.

Por isso, de maneira introdutória, busca-se neste capítulo apresentar as teorias da modernização iniciadas na década de 1960, perpassando aspectos centrais presentes em Lipset (1967), em Huntington (1975) e em Moore Jr. (1975), autores cujas contribuições ainda hoje refletem na compreensão de democracia dominante. Na sequência, expõem-se as principais críticas sofridas pelas teorias da modernização, que as fizeram perder a centralidade em determinado momento até serem retomadas por autores como Giddens, Beck e Inglehart. Assim, por último, traça-se uma síntese das principais teorias revisitadas da modernização, isto é, daquelas teorias elaboradas a partir de pressupostos das teorias da modernização, mas com distinções propositalmente pensadas para evitar os equívocos apontados pelos críticos. Nesse

sentido, embora a Teoria do Desenvolvimento Humano seja uma dessas teorias, pela sua centralidade nesta tese, reservou-se a ela o próximo capítulo.

2.1 Teorias da Modernização

Processos como urbanização e industrialização já eram pensados pela sociologia antes do advento das teorias da modernização. Essas teorias passaram a entender, no entanto, que analisar adequadamente as mudanças sociais requeria incluir outros conceitos teóricos na reflexão. Assim, aspectos encontrados na obra de Weber, como o espírito calculador, o desencantamento do mundo, a racionalidade instrumental, a dominação burocrática, o ativismo e o domínio do mundo, e nas obras de Durkheim e Parsons, como a diferenciação funcional, o individualismo institucionalizado e o universalismo, passaram a ser estudados de forma mais aprofundada no âmbito das teorias da modernização. Uma característica importante dessas teorias, nesse sentido, foi a formulação de proposições teóricas gerais e testáveis (MARSH 2014).

De acordo com Cardoso (2005), além de pretenderem ter validade geral e alcance global, as teorias da modernização auxiliaram a consolidar a interpretação dos Estados Unidos sobre o contexto da Guerra Fria. Isso porque, segundo a autora, a ênfase dessas teorias estava em abordar a passagem da sociedade dita tradicional para a sociedade dita moderna, dando suporte teórico à noção “subdesenvolvimento”, em voga na época em referência às sociedades não modernizadas ou em modernização. A ideia de subdesenvolvimento sofria duras críticas por silenciar sobre o papel do capitalismo para tal processo. Assim, segundo Cardoso (2005), as teorias da modernização focaram numa narrativa histórica integrada de evolução, apresentada em uma única direção e com um único destino: o desenvolvimento econômico avançado. Para a autora, essa percepção justificava a classificação como subdesenvolvidas das sociedades consideradas “atrasadas” na história (CARDOSO, 2005).

Alexander (1994, p. 168, tradução nossa) também elabora uma síntese das características do modelo de modernização:

> 1. As sociedades foram concebidas como sistemas coerentemente organizados cujos subsistemas eram intimamente interdependentes. 2. O desenvolvimento histórico foi analisado em dois tipos de sistemas sociais, o

> tradicional e o moderno, que foram elaborados para definir o caráter de seus subsistemas sociais de maneiras determinadas. 3. O moderno foi definido com referência à organização social e cultural de sociedades especificamente ocidentais, que foram tipificadas como individualistas, democráticas, capitalistas, científicas, seculares e estáveis, e como divisoras do trabalho doméstico a partir de formas específicas de gênero. 4. Como um processo histórico, a modernização foi realizada para envolver mudanças incrementadoras e não-revolucionárias. 5. A evolução histórica para a modernidade - modernização - foi vista como provavelmente bem-sucedida, garantindo assim às sociedades tradicionais os recursos para o que Parsons (1966) chamou de um processo geral de "atualização" adaptativa, incluindo a decolagem econômica para industrialização, democratização via lei e secularização e ciência via educação.

A explicação mais difundida sobre a origem das teorias da modernização advoga que ela teria surgido com o anticomunismo da Guerra Fria e o imperialismo dos Estados Unidos (CARDOSO, 2005; CONRAD, 2012). Conrad (2012), inclusive, afirma que a exportação da teoria da modernização foi parte da estratégia dos Estados Unidos na Guerra, o que teria iniciado com o envio do embaixador Edwin O. Reischauer, especialista em estudos japoneses, ao Japão. Marsh (2014), contudo, considera que esse relato ignora as origens teóricas da teoria da modernização no Iluminismo e nas teorias de mudança social da sociologia clássica, como as formas de solidariedade mecânica e orgânica de Durkheim e as sociedades burguesa tradicional e burguesa racional de Weber. Inglehart e Welzel (2009), com efeito, datam o surgimento da teoria da modernização no Iluminismo, mas, desde logo destacam as versões de Karl Marx e de Adam Smith como as mais influentes do século XX.

Nesta seção, entretanto, pretende-se abordar as versões da teoria da modernização que se tornaram influentes no trato da democracia, justamente aquelas que surgiram após a Guerra Fria e o início do imperialismo dos Estados Unidos. Foi nesse período que o processo de desenvolvimento econômico dos países periféricos foi desencadeado com maior força. Esse processo foi notado, sobremaneira, na América Latina, que teve uma explosão de industrialização nesse período, mas também em alguns países da Ásia e África, que iniciaram seus processos de independência. Em paralelo, a chamada "segunda onda de democratização" (HUNTINGTON, 1994) começou a caminhar nessas regiões. É nesse contexto que emergem as versões mais difundidas de teorias da modernização, aquelas inspiradas em Parsons (1951).

Parsons (1951) tinha como premissa que os países da Europa e os Estados Unidos, desenvolvidos economicamente, já tinham percorrido um caminho ao longo

da história de evolução no que se refere a aspectos econômicos, institucionais, culturais e valorativos, estando, por isso, em um estágio posterior em relação aos países de desenvolvimento tardio. Sua teoria trata de pensar questões atinentes à ordem e à internalização de normas, muito embora assuma a liberdade dos indivíduos para realizar escolhas. Assim, Parsons (1951) era crítico da interpretação utilitarista sobre a racionalidade da ação. Para o autor, as ações individuais são condicionadas pelas normas sociais predominantes em dada sociedade, as quais dão sentido aos fins buscados por cada indivíduo. Em suma, por meio de comparação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o autor definiu uma tendência geral de evolução, de forma a obter um critério de classificação semelhante ao da teoria biológica, isto é, um critério que leva em consideração a capacidade adaptativa das sociedades para alcançar e manter uma ordem social estável (PARSONS, 1951).

Com efeito, a teoria parsoniana inspirou o próprio conceito de cultura política. Como Pateman (1971) ressalta, o termo “orientação”, largamente difundido na área desde “*The Civic Culture*” (ALMOND; VERBA, 1989), é utilizado como referência a um elemento psicológico da cultura política, aos moldes elaborados por Parsons. A autora reconhece que Parsons mantém-se focado no nível micro e não pensa a relação estrutura-cultura, mas argumenta que Gabriel Almond, geralmente creditado como o autor da noção de cultura política desde seu ensaio sobre sistemas políticos comparativos, publicado em 1956, refere expressamente que Parsons forneceu a base para sua abordagem de cultura política enquanto padrão de orientação para ação política (PATEMAN, 1971).

Nesse sentido, segundo Pateman (1971), embora seja raro ver-se referência a Parsons nos escritos de cultura política, a noção de que a socialização produz orientações internalizadas nos indivíduos decorre desse autor. De acordo com a autora, Parsons salienta que, embora os sistemas sociais e culturais sejam analiticamente distintos, se interpenetram por meio da internalização da cultura normativa que oferece padrões estáveis de interação social. Assim, para Pateman (1971), há uma relação problemática entre cultura e estrutura que limita a noção de cultura política: a cultura, em um de seus aspectos, é estrutura. Nesse sentido, para a autora, um aspecto que deve ser considerado é a influência do impacto sobre a indivíduo da própria estrutura política. Essa estrutura, nas palavras de Pateman (1971, p. 296, tradução nossa) deve ser vista “em termos de uma estrutura de poder e

autoridade exercida, pelo menos às vezes, de maneira não consensual e que impõe uma restrição externa ao indivíduo e influencia seu comportamento e atitudes".

Ademais, Pateman (1971) salienta a influência de Parsons na noção de que as orientações políticas se formam no período de socialização. Embora Parsons declare que o aprendizado continua ao longo da vida, afirma a autora, grande parte de sua atenção está voltada para socialização infantil na família, argumentando que os principais padrões de orientação, incluindo as orientações políticas, se dão na infância. Além disso, de acordo com a autora, para Parsons, não é possível mudá-las simplesmente pela tomada de conhecimento de vantagens racionais, de modo que, para o autor, quaisquer cidadãos com atitudes "não consensuais" ou "fora do padrão" são considerados casos de internalização defeituosa ou incompleta. Para Pateman (1971), entretanto, a interpretação do comportamento de um adulto pela sua socialização infantil sempre será uma interpretação, além de que, como os padrões de socialização infantil são difíceis de alterar, essa interpretação dá a entender que os padrões de participação política existentes em determinada sociedade não poderão ser alterados.

Marsh (2014), entretanto, vai afirmar que, embora a maioria dos estudiosos remontem a Parsons a primeira versão das teorias da modernização no período pós-guerra, na verdade, em ordem cronológica, a primeira publicação sobre o tema foi de um de seus alunos, Marion J. Levy Jr., com seu livro de 1949, "*The Family Revolution in Modern China*". Além disso, Marsh (2014) lista as versões de Bellah (*Tokugawa Religion: The Values of Pre-Industrial Japan*), Lerner (*The Passing of Traditional Society*), Smelser (*Social Change in the Industrial Revolution*)[16] como anteriores a Parsons, bem como chama atenção para o fato de que Seymour Lipset já tratava do tema em "*Some Social Requisites of Democracy*", livro de 1959. No entanto, a versão presente em "*The political man*" (1960)[17] tornou-se não apenas a mais difundida da obra de Lipset, como também a versão mais influente das teorias da modernização[18].

Segundo Lipset (1967), a democracia é um sistema político que fornece meios constitucionais para a mudança de governantes e, também, um mecanismo social que

[16] Referências utilizadas por Marsh (2014):
Bellah, R. Tokugawa Religion: The Values of Pre-Industrial Japan. New York: Free Press, 1957.
Lerner, D. The Passing of Traditional Society. Glencoe: Free Press, 1958.
Smelser, N. Social Change in the Industrial Revolution. Chicago: University of Chicago Press, 1959.
[17] Aqui utiliza-se a versão traduzida para o português dessa obra: O Homem Político (1967).
[18] Para conhecer outras versões da teoria da modernização ver, por exemplo: Goode (1963), Eisenstadt (1964a, 1964b), Levy (1966), Inkeles e Smith (1974).

permite ao maior número possível de pessoas influir nas decisões políticas ao terem o poder de escolher os ocupantes dos cargos políticos. Por isso, o autor preocupa-se em examinar duas características que possibilitam a estabilidade da democracia, segundo a sua percepção: o desenvolvimento econômico e a legitimidade (ou o grau de valorização das instituições). Na verdade, Lipset (1967) desconfiava que, tendo em vista a falta de uma tradição duradoura de democracia em sociedades subdesenvolvidas, tal regime político somente poderia existir sob a industrialização capitalista.

Pensando, sobretudo, no caso da Alemanha, que era um país industrializado e com condições propícias para a democracia quando acontecimentos históricos enfraqueceram a sua capacidade de enfrentar a sua maior crise político-econômica, Lipset (1967) afirma que, embora as características das sociedades favoreçam uma determinada forma política, fatores históricos podem conduzir a outra. Por isso, para o autor, é importante analisar-se outras condições, para além das institucionais, que favoreçam a democracia. Lipset (1967) está interessado particularmente nas condições sociais que parecem possibilitar a sobrevivência mesmo de democracias prematuras a crises.

O argumento mais frequente desde Aristóteles, diz Lipset (1967), é de que quanto mais próspera financeiramente for uma nação maiores serão as condições de sustentação da democracia. Para testar essa hipótese, considerando países do mundo anglo-saxônico, da Europa e da América Latina, o autor utiliza vários índices de desenvolvimento econômico – índices de riqueza, industrialização, urbanização e educação – e extrai médias para os países que foram classificados como mais ou menos democráticos. Como resultado, a riqueza média, o grau de industrialização e de urbanização e o nível de educação aparecem como muito maiores nos países mais democráticos (LIPSET, 1967).

Segundo Lipset (1967), pensando-se aspectos como a tolerância em relação à oposição, as atitudes em relação às minorias étnicas ou raciais, a opção por sistemas multipartidários em oposição aos unipartidários etc., o fator mais importante a diferenciar as respostas dos democráticos foi a educação. Por isso, o autor argumenta que há uma evidência direta do papel da educação para a democracia quando se trata de comportamento individual. Entretanto, lembra Lipset (1967), na Alemanha e na França os altos níveis de educação não foram capazes de garantir a estabilidade da

democracia. Isso não quer dizer, para o autor, que o alto nível educacional desses países não possa ter inibido outras forças antidemocráticas (LIPSET, 1967).

Ao mesmo tempo, Lipset (1967) ressalta que a relação inversa entre o desenvolvimento econômico, medido pela renda *per capita*, e a força dos comunistas e de outros grupos extremistas é forte – ainda mais forte do que a relação inversa do desenvolvimento econômico com etnia e religião. Disso, contudo, o autor pontua que não se pode concluir que a pobreza seja a principal causa do que denomina de radicalismo. No entanto, a riqueza aliada à educação crescente beneficia a democracia ao aumentar a exposição das classes inferiores às pressões que reduzem sua receptividade ao extremismo. Além disso, argumenta o autor, a riqueza crescente torna a classe média mais numerosa, e a classe média é capaz de mediar o conflito ao fomentar os partidos moderados e punir os grupos extremistas. Ainda, para Lipset (1967), o nível geral de renda em determinada sociedade influi em sua receptividade às normas democráticas; se houver uma renda mínima razoável, a redistribuição de renda deixa de ser imprescindível e, em consequência, importa menos se o poder estará nas mãos da esquerda ou da direita.

Nesse sentido, de acordo com Lipset (1967), a associação entre o desenvolvimento econômico e a democracia levou muitos analistas a concluírem que o problema político básico da atualidade poderia ser solucionado com uma rápida industrialização. No entanto, continua o autor, sempre que a industrialização ocorreu rapidamente, introduzindo bruscas descontinuidades entre a situação pré-industrial e a industrial, deu abertura para extremismos, e não o contrário, sendo a Revolução Russa o exemplo mais emblemático. Ocorre, segundo o Lipset (1967), que a estabilidade de qualquer democracia depende não só do desenvolvimento econômico, mas também da eficácia e da legitimidade do seu sistema político.

Para Lipset (1967), a eficácia diz respeito ao desempenho real, isto é, ao nível que o sistema satisfaz as funções básicas de governo. Já a legitimidade tem relação com a capacidade do sistema de manter a crença nas instituições políticas vigentes. Nesse sentido, uma crise de legitimidade, para Lipset (1967, p. 79), “é uma crise de mudança”, de forma que suas causas devem ser investigadas junto aos aspectos que envolvem as mudanças das sociedades modernas, ou seja, as transições para uma nova estrutura social.

Conforme Lipset (1967), após o estabelecimento de uma nova estrutura social, o novo sistema precisa ser capaz de corresponder por certo período às expectativas

dos grupos sociais principais em relação à eficácia, a fim de propiciar a legitimidade, caso contrário uma crise poderá surgir. No entanto, mesmo quando o sistema político é eficaz, explica o autor, se a posição social dos principais grupos sociais conservadores for ameaçada poderá, ainda assim, surgir uma crise de legitimidade. Por outro lado, um colapso na eficácia, que no mundo moderno significa um colapso relacionado ao desenvolvimento econômico, poderá pôr em risco a própria estabilidade de um sistema legítimo (LIPSET, 1967).

Isso quer dizer, segundo Lipset (1967), que aquelas sociedades que se adaptam com maior êxito aos requisitos de um sistema industrial têm menos tensões políticas internas e conservam sua legitimidade tradicional. Portanto, conclui o autor, as condições que moderam os conflitos entre grupos sociais fazem parte das próprias condições da democracia. No Ocidente contemporâneo, três foram as questões principais trazidas pelos tempos modernos: o papel da Igreja, a inclusão dos estratos sociais inferiores e a luta por redistribuição de renda. Conforme pontua Lipset (1967), resolver questões como tais contribui para um sistema político estável, na medida em que o prolongamento no tempo desses problemas gera uma atmosfera política de intolerância, fazendo os partidos políticos e as próprias pessoas divergirem não apenas no modo de resolver os problemas, mas mesmo nas concepções fundamentais. Isso levaria a um antagonismo ideológico de cunho moral, propício para uma democracia forçosamente instável e fraca (LIPSET, 1967).

Para Lipset (1967), a estabilidade democrática requer uma tensão moderada entre as forças rivais, o que depende da capacidade do sistema de resolver questões conflituosas. Assim explica o autor:

> Se se permitir que questões de religião, cidadania e ‘barganha coletiva’ se acumulem, elas reforçam-se mutuamente, e quanto mais reforçadas e correlacionadas estiverem as fontes de clivagem, tanto menos provável é a existência de uma tolerância política (LIPSET, 1967, p. 91).

Assim, para o autor, os fatores envolvidos na modernização e no desenvolvimento econômico estão associados aos fatores que estabelecem a legitimidade e a tolerância. Por isso, de acordo com Lipset (1967), o padrão característico das democracias estáveis ocidentais de meados do século XX é que se encontram numa fase “pós-política”, isto é, as linhas que separam a esquerda e a

direita democráticas cada vez mais mostraram-se apagadas, tendo ambos os lados moderado-se, em benefício da cidadania.

Em razão disso, Lipset (1967, p. 94) afirma que na maioria das democracias ocidentais europeias “A questão política básica da revolução industrial, a incorporação dos trabalhadores no legítimo corpo, foi solucionada”. Entretanto, salienta o autor, na maior parte da Europa latina e oriental esse objetivo não foi alcançado até os comunistas chegarem ao poder, o que, na verdade, prejudicou o direito de acesso ao poder político real mediante o consentimento de uma sociedade democrática. Em consequência, a predição de que o desenvolvimento econômico estabilizará a democracia foi dificultada nesses países europeus (LIPSET, 1967).

Para a América Latina, Lipset (1967) previa que, embora a maior parte dos países latino-americanos tenham se convertido em Estados independentes antes do surto das ideologias marxistas, havia grande perigo de que esses países seguissem na direção francesa ou italiana, ou de que os comunistas alcançassem a liderança trabalhista e de que a classe média fosse alienada da democracia. Além disso, Lipset (1967) não via um prognóstico favorável para a democracia na Ásia e na África em razão das massas atingidas pela pobreza, os baixos níveis de educação, a estrutura de classes em pirâmide alongada, e o triunfo prematuro da esquerda democrática.

A compreensão na sociedade moderna de que os movimentos extremistas e intolerantes têm maior aderência nas classes inferiores, segundo Lipset (1967), criou um dilema para os intelectuais da esquerda democrática, que acreditavam estar nas classes inferiores uma força de liberdade e progresso social. De acordo com o autor, em algumas nações, ficou provado que os grupos baseados nas classes trabalhadoras constituíram os setores mais nacionalistas da população. A hipótese de Lipset (1967), contudo, é de que o aspecto intransigente e intolerante da ideologia comunista atrai a população de baixa renda e de ocupação profissional e social inferior. Para o autor, os estratos mais pobres, frequentemente menos educados e informados, são mais liberais ou progressistas no que se refere à economia – por exemplo, apoiam medidas de bem-estar social – mas são conservadores em questões não econômicas, como as liberdades civis. Por isso, esse é o estrato menos engajado em democracia (LIPSET, 1967).

Nas palavras de Lipset (1967, p. 112):

> Um certo número de elementos contribui para as predisposições autoritárias nos indivíduos das classes inferiores. O baixo nível de educação, a fraca participação nas organizações políticas ou voluntárias de qualquer tipo, a pouca leitura, as ocupações isoladas, a insegurança econômica e os padrões familiares autoritários são alguns dos mais importantes. Esses elementos estão interligados, mas de maneira alguma são idênticos.

No entanto, para o autor, o liberalismo não-econômico não é uma simples questão de adquirir educação e informação, pois a posição de desprivilegio econômico envolve fatores outros – como a falta de autoconfiança, que pode impedir a pessoa de participar de fases da cultura de classe média – de modo a refletir-se também como um desprivilegio psicológico. Essa é uma característica tão relevante, que mesmo o autoritarismo de classe média é encontrado de forma mais veemente entre aqueles mais afastados da cultura cosmopolita dos grandes centros. Outro fator importante para o autoritarismo das classes inferiores, argumenta Lipset (1967), é a própria incerteza econômica, tanto que os desempregados, segundo apontam as pesquisas, são mais intolerantes. Segundo o autor, os desempregados das classes inferiores são mais prováveis de serem comunistas, enquanto os desempregados de classe média de serem fascistas (LIPSET, 1967).

Isso porque, para Lipset (1967, p. 118), é necessário um “alto nível de sofisticação e de segurança do ego” para aderir à democracia. Do contrário, é mais provável que os indivíduos procurem uma interpretação mais simplista da política e não deem conta de compreender as razões por trás da tolerância. Além disso, segundo o autor, fatores como tais, que predispõem o indivíduo para dar seu apoio a movimentos extremistas, também poderão gerar total apatia política, sob outras condições. Assim, para Lipset (1967), a falta de um rico e complexo quadro de referência constitui a variável essencial que associa o baixo *status* com uma predisposição para o extremismo, o que significa que, sendo iguais todas as outras circunstâncias e fatores, os indivíduos das classes inferiores escolherão a alternativa menos complexa.

Entretanto, Lipset (1967) salienta que nos países altamente industrializados as organizações e movimentos políticos dos trabalhadores têm apoiado o liberalismo econômico e político. Apesar da maior propensão autoritária dos trabalhadores, o autor argumenta que, sendo anticomunistas, as organizações trabalhistas são melhores defensoras dos valores democráticos do que a classe média. Na Alemanha, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, exemplifica o autor, o partido democrático da

esquerda mais provavelmente defenderá as liberdades civis e os valores democráticos do que os partidos conservadores. Isso porque, a ideologia do conservantismo está frequentemente ligada a valores elitistas, que tendem a desconfiar da sabedoria do eleitorado em relação à política, e costuma atrair pessoas com predisposições autoritárias ao defender militarismo e nacionalismo (LIPSET, 1967).

Sobre isso, assim sintetiza Lipset (1967, p. 134):

> Seria um erro concluir, pelos dados aqui apresentados, que as predisposições autoritárias das classes inferiores constituem, necessariamente, uma ameaça para o sistema social democrático; nem conclusões semelhantes devem ser aduzidas sobre os aspectos antidemocráticos do conservantismo. Uma classe apoiar ou não as restrições à liberdade depende de uma vasta constelação de fatores, dos quais os aqui examinados não são mais do que uma parcela.

Uma questão importante, para Lipset (1967), contudo, é perceber como os comunistas, apesar de relevantes nos países mais pobres da Europa e de outros continentes, eram fracos em sociedades com o desenvolvimento econômico e o nível de educação elevados. Segundo o autor, isso estaria relacionado ao fato de que as classes inferiores dos países menos desenvolvidos eram ainda mais pobres, inseguras e menos educadas do que as classes inferiores das sociedades mais ricas (LIPSET, 1967).

Assim, no entendimento de Lipset (1967), o aumento da riqueza possibilitaria uma melhor redistribuição de renda e, em consequência, geraria o crescimento da classe média. As classes inferiores, então, cada vez mais estariam aproximadas da classe média, geralmente mais moderada, diminuindo a possibilidade de conflito e violência. Além disso, o processo de urbanização daria melhor qualidade de vida aos mais pobres, possibilitando a alteração dos valores políticos desse grupo, que passaria a ser mais aberto ao reformismo, mas também dos grupos dominantes, que passariam a aceitar a participação política dos estratos inferiores. Também, o aumento da riqueza nacional possibilitaria maior difusão da educação, que proporciona tolerância aos opositores e aos grupos sociais e culturais distintos. Essa dinâmica, segundo o autor, favoreceria a receptividade das normas democráticas em todos os grupos sociais (LIPSET, 1967).

Outro autor que se destaca entre os representantes das teorias da modernização é Samuel Huntington, que se inseriu no debate, sobretudo, em seu livro

"*Political Order in Changing Societies*", de 1968[19]. Como o título mesmo demonstra, nessa obra Huntington (1975) preocupa-se em demonstrar que a ordem política é essencial para a modernização dos países em desenvolvimento. Segundo o autor, ditadura e democracia distanciam-se menos em países em que há uma comunidade política e um governo com eficiência, autoridade e legitimidade, de forma que mesmo países comunistas totalitários tiveram mais sucesso em governar do que os países em processo de modernização da Ásia, África e América Latina, carentes desses fatores (HUNTINGTON, 1975).

Assim explicou Huntington (1975, p 16):

> Por toda Ásia, África e América Latina, houve um declínio da ordem política, um solapamento da autoridade, da eficácia e da legitimidade do governo. Houve falta de moral cívica, de espírito público e de instituições políticas capazes de dar sentido e orientação ao interesse público. O que dominou a cena não foi o desenvolvimento político mas a decadência política.

Para o autor, se o hiato entre a economia dos Estados Unidos e a economia de países em desenvolvimento é um dos maiores problemas da economia internacional, a diferença de maturidade existente entre os sistemas políticos desses países é talvez a maior questão no que se refere à política: de um lado, há uma política cívica (a dos países desenvolvidos); de outro, uma política corrupta (a dos países então chamados de subdesenvolvidos). Embora não sejam hiatos idênticos, Huntington (1975) deixa clara sua suspeita de que ambos estejam relacionados ao nível de modernização existente em cada país.

A sua tese fundamental é de que a instabilidade política na Ásia, África e América Latina foi produto de uma rápida mudança social, que aumentou a consciência política, fez crescer o número de demandas e, assim, ampliou a participação política e a mobilização de novos grupos. O desenvolvimento das instituições políticas capazes de canalizar essas demandas, entretanto, manteve-se lenta, não acompanhando a rapidez da mudança social. Nesse contexto, segundo o autor, as políticas dos Estados Unidos, acostumados com instituições consolidadas herdadas da Inglaterra, baseavam-se na ideia de assistência econômica aos países em desenvolvimento. Para Huntington (1975), a ausência de necessidade de criar

[19] Aqui utiliza-se versão traduzida para o português, de 1975.

governos tornou os estadunidenses cegos ao real problema dos países em desenvolvimento quanto à política: a falta de autoridade efetiva.

Segundo o autor, as rápidas mudanças sociais tornam obsoletas fontes tradicionais de autoridade, de forma que novas bases de associação política, bem como instituições eficientes e legítimas precisam ser criadas. Nesse sentido, Huntington (1975) afirma que a existência de organizações ou procedimentos políticos institucionalizados é um dispositivo para manter a ordem e selecionar líderes com autoridade de forma estável. Assim, para o autor, o nível de institucionalização de qualquer sistema político pode ser definido pela adaptabilidade, complexidade, autonomia e coesão de suas instituições e procedimentos, e a mensuração desses critérios é capaz de fazer comparar sistemas políticos mais ou menos institucionalizados (HUNTINGTON, 1975).

No entanto, a ausência de confiança na cultura política da sociedade acarreta, de acordo com Huntington (1975), obstáculos à criação de instituições públicas. Segundo o autor, com frequência, as sociedades carentes de governos estáveis e eficientes são também carentes de confiança entre as pessoas, de lealdade nacional e de capacidade de organização. Nessas sociedades há certa suspeita em relação ao outro, mas identificação com membros da família e dos grupos sociais a que pertencem. Essas características encontram-se de forma mais intensa, segundo o autor, no mundo árabe e na América Latina (HUNTINGTON, 1975).

Então, para Huntington (1975), as exigências da modernização quanto aos sistemas políticos são melhor atendidas por sociedades em que o povo tem maior capacidade de organização. Citando Daniel Lerner (1958), o autor salienta a adaptabilidade do homem moderno às mudanças na sociedade, o que envolve a passagem da lealdade ao seu grupo ou clã de pertencimento para a lealdade mais ampla à nação. Isso faria crescer os índices de confiança em valores universalistas. Assim, para Huntington (1975), os aspectos mais relevantes da modernização no que diz respeito à política são a mobilização social – ou seja, o processo pelo qual comprometimentos sociais, econômicos e psicológicos antigos são corroídos, enquanto a sociedade mantém-se aberta para aceitar novos padrões de comportamento – e o desenvolvimento econômico, entendido como o crescimento da atividade econômica total e da produção. Nas palavras de Huntington (1975, p. 47), “A modernização social envolve mudanças nas aspirações dos indivíduos, grupos e sociedades; o desenvolvimento econômico envolve mudanças em suas capacidades”.

Aqui Huntington (1975) já abordava a ideia de que uma reação à modernização pudesse ocorrer. Segundo o autor, a modernização faz com que todos os grupos, tradicionais ou modernos, se reconheçam ou reforcem o reconhecimento de si enquanto grupos. Essa, como o autor mesmo descreve, é uma noção presente em Marx, o qual afirmou que a industrialização geraria consciência de classe. No entanto, para Huntington (1975), a industrialização é apenas um aspecto da modernização, de forma que não somente a consciência de classe é gerada, como também a de grupo. Por isso, exemplifica o autor, nos primeiros estágios da modernização é comum o crescimento de grupos fundamentalistas religiosos e a constituição tribal nos países africanos. Assim, quando grupos tradicionais se reconhecem como grupos, reagem à modernização, o que pode ser um obstáculo à criação de instituições políticas efetivas (HUNTINGTON, 1975).

Isso porque, segundo Huntington (1975), a modernização intensifica o conflito dos grupos tradicionais entre si e entre os grupos tradicionais e modernos, o que contribui para que os países em modernização apareçam como os mais violentos. As regiões onde a modernização foi iniciada são frequentemente mais violentas e instáveis do que aquelas já modernizadas ou aquelas em que a modernização não foi iniciada, como nas zonas rurais em relação às urbanas. Em suma, trata-se de um paradoxo, pelo qual a modernidade gera estabilidade e a modernização gera instabilidade. A instabilidade encontrou terreno fértil na Ásia, África e América Latina, segundo o autor, porque nesses continentes a industrialização se deu de forma muito rápida, enquanto a Europa e os Estados Unidos levaram séculos para se modernizar (HUNTINGTON, 1975).

Além disso, de acordo com Huntington (1975), a urbanização e a educação trazidas pela modernização proporcionam um incremento nas expectativas das pessoas em relação à política. Por isso, quanto maior o nível de educação dos insatisfeitos com a política, mais provável que tenham comportamentos extremistas e instabilizadores do sistema político. Nesse sentido, segundo o autor, poder-se-ia presumir que o desenvolvimento econômico (a lembrar, crescimento acelerado da economia e da produção) aumenta a capacidade da sociedade de satisfazer as necessidades das pessoas, diminuído as frustrações. No entanto, existem resultados estatísticos em sentido oposto, isto é, evidenciando a relação da instabilidade política com o rápido crescimento da economia. Para Huntington (1975), o conflito de

evidências indica que talvez a relação seja variável de acordo com o nível de desenvolvimento econômico de cada sociedade.

Assim, resume Huntington (1975, p. 66):

> A pobreza em si mesma é uma barreira à instabilidade. Os que estão preocupados com o objetivo imediato da próxima refeição não estão propensos a se preocuparem com a grande transformação da sociedade. Tornam-se marginais e interesseiros, preocupados apenas em efetuar melhorias pequenas mas absolutamente essenciais na situação existente. Assim como a mobilização social é necessária para proporcionar o motivo da instabilidade, um grau mínimo de desenvolvimento econômico é indispensável para proporcionar meios para a instabilidade.

Em sentido oposto, graus elevados de desenvolvimento econômico, segundo o autor, fomentam a estabilidade política. Ocorre que a mobilização social é um fator muito mais desestabilizador do sistema político do que o desenvolvimento econômico, afirma Huntington (1975). O hiato entre esses dois fatores é que define a forma como o sistema político é impactado pela modernização, isto é, para que haja estabilidade política, a formação das aspirações das pessoas deve correr no mesmo ritmo da capacidade do Estado de supri-las. Nos países em modernização, em geral, esse hiato gera frustração social e, em consequência, instabilidade política (HUNTINGTON, 1975).

De acordo com Huntington (1975), uma forma de estabilizar a frustração social é a oportunidade de mobilidade social; no caso do campo, oportunidade de mobilidade horizontal, isto é, de urbanização; nas áreas urbanas, oportunidades de mobilidade vertical, isto é, de ocupação e de renda, o que é mais raro em países em modernização. O fato, segundo o autor, é que a modernização gera desigualdade social nos seus primeiros estágios, de forma que a desigualdade é mais acentuada em países em modernização do que em países já desenvolvidos. Enquanto em uma sociedade tradicional a desigualdade social poderia ser encarada como algo natural, a mobilização social faz aumentar a consciência das desigualdades, levando as pessoas a requererem uma distribuição mais equitativa de renda. A solução, para Huntington (1975), estaria na atuação dos governos, mas, normalmente, aqueles mais beneficiados com a desigualdade de renda são os mesmos que estão no poder.

Ainda, segundo Huntington (1975), a modernização está relacionada à corrupção. Primeiro, porque implica a mudança nos valores e normas da sociedade, fazendo com que costumes tradicionais passem a ser considerados corruptos; depois,

porque possibilita o surgimento de novas fontes de riqueza e a ascensão de novos grupos no poder, o que faz com que pessoas com valores tradicionais condenem suas práticas como corruptas, ainda que legítimas em sociedades modernas; por último, porque estimula a autoridade governamental e multiplica as atividades controladas pelo governo, promovendo corrupção nos grupos que ficam em desvantagem com as decisões políticas e as leis. Entretanto, para o autor, a corrupção pode beneficiar o desenvolvimento econômico, sobretudo, aquela produzida pelo surgimento de novos grupos na política e pelo fomento da autoridade governamental, pois burla a burocracia que limita a sua velocidade (HUNTINGTON, 1975).

Em suma, para Huntington (1975), os sistemas políticos podem ser distinguidos por seus níveis (quantitativos, pois não existem limites específicos definidos) de institucionalização política e de participação política. A estabilidade do sistema político, entretanto, depende do equilíbrio da relação entre esses dois níveis. Assim define o autor:

> Em termos de institucionalização, talvez seja suficiente distinguir entre os sistemas que alcançaram um alto grau de institucionalização política e os que ainda se situam num grau inferior. Em termos de participação, parece aconselhável identificar três níveis: no nível mais baixo, a participação está limitada a uma pequena elite tradicional, aristocrática ou burocrática; no nível médio, as classes médias já ingressaram na política, e numa comunidade política altamente participante, a elite, a classe média e as massas em geral partilham todas a atividade política (HUNTINGTON, 1975, p. 92).

Nesse sentido, uma comunidade política moderna, para o autor, é aquela que se distingue da tradicional por seus níveis mais elevados de participação política. Da mesma forma, uma comunidade política pode ser considerada desenvolvida quando tem níveis de institucionalização elevados. Conforme explica Huntington (1975), quando o nível de institucionalização política é mais elevado em relação ao de participação política, a sociedade tem um sistema político chamado de cívico; quando o nível de participação política é mais elevado em relação ao de institucionalização política, a sociedade tem um sistema político chamado de pretoriano. Em síntese, os sistemas políticos cívicos são aqueles em que as autoridades são cumpridoras da lei e, por isso, tendem a ser mais estáveis, e os pretorianos aqueles com autoridades corruptas e não comprometidas com o interesse público, o que os faz menos estáveis (HUNTINGTON, 1975).

Ademais, Huntington (1975) explica que o ideal para a formação de uma comunidade política é que os níveis de participação política sejam acompanhados pelo desenvolvimento de instituições políticas fortes, complexas e autônomas. No entanto, a expansão da participação política em conjunto com a modernização, em geral, tem o efeito de desestimular o desenvolvimento de instituições políticas modernas. Uma possibilidade de essa questão ser superada mais facilmente, segundo o autor, ocorre quando a sociedade já possui instituições tradicionais fortes, capazes de se adaptarem à modernização e à expansão da participação política. Onde as instituições tradicionais não são fortes, é preciso, ao menos, que exista um partido político altamente institucionalizado (HUNTINGTON, 1975).

Sobre a intervenção militar em muitos países em modernização, Huntington (1975) explica que decorreu da alta politização de forças sociais variadas em países em desenvolvimento, isto é, para o autor, as características dos militares explicam pouco o fenômeno. Isso porque, nesses países a política não é autônoma e coerente o suficiente, permitindo a intervenção de grupos diversos na política. Nesse sentido, países com o exército politizado, podem ter também o clero politizado, as universidades politizadas, o funcionalismo público politizado etc. Além disso, como não há nesses países uma comunidade política forte, a inserção desses grupos na política teria mais relação com as suas disposições para concorrer na distribuição de poder no sistema político do que com a defesa de interesses específicos próprios de cada categoria. O autor chama os países com forças sociais – não apenas militares – de pretorianos (HUNTINGTON, 1975).

O essencial de perceber em Huntington (1975) é que a preocupação do autor é com o alcance e manutenção da ordem pública, como o próprio título de sua obra indica. Nesse sentido, segundo Laisner (2008) interpreta, a discussão das possibilidades de construção da democracia é secundária em seu argumento. Em Lipset (1967), embora o autor se mostre interessado em discutir as condições de surgimento e manutenção da democracia, a análise acaba centrada nos fatores favoráveis a um estado de moderação social. Entretanto, ainda que ambos os autores partam da modernização como propulsora da dinâmica que narram, diferentemente de Lipset (1967), Huntington (1975) conclui que a modernização poderia estar associada com o surgimento de regimes autoritários, e não apenas de regimes democráticos (pelo menos em suas fases iniciais).

Ambos os autores abordam a mudança de valores decorrentes da modernização enquanto uma rápida mudança social influente no processo de ascensão ou queda da democracia, mas enquanto para Lipset (1967) essa mudança social tornaria os indivíduos mais dispostos a participar da política e mais abertos à participação política de grupos opositores, para Huntington (1975), tal mudança geraria instabilidade política. O fato é que Huntington (1975), diferentemente de Lipset (1967), não entende a estabilidade política como necessariamente decorrente do desenvolvimento econômico, mas sim como dependente também da capacidade das instituições políticas existentes na sociedade de adaptarem-se à rápida mudança social.

Por sua vez, Barrington Moore Jr. (1975) foi um autor influente das teorias da modernização, que tratou do tema no livro "*Social origins of dictatorship and democracy: Lord and peasant in the making of the modern world*", de 1966[20]. O autor inicia o livro retomando o contexto da Inglaterra feudal para compreender como se deu a trajetória do país desde a economia agrária até se tornar o berço da industrialização. Segundo Moore Jr. (1975), o crescimento do comércio, principalmente, a partir da expansão da produção de lã, juntamente com a pacificação posterior à Guerra das Rosas, fomentou o desenvolvimento de uma visão comercial capitalista em uma sociedade rural. As terras deixaram de ser vistas apenas como uma forma de produzir alimento para as pessoas, tornando-se uma forma de investimento individual. Foram os comerciantes, assim, que abriram caminho para o que viria a ser uma sociedade moderna e secular (MOORE JR., 1975).

O autor explica que o crescimento de uma classe proprietária de terras independente da coroa, o fortalecimento do Parlamento e a diminuição da classe camponesa foram fatores essenciais para a pacificação que possibilitou a democracia na Inglaterra. Com a Revolução Francesa, a Inglaterra começou a entrar em uma fase de repressão: as classes superiores cerraram acordo em torno de temas conservadores e patrióticos em reação ao radicalismo da revolução. No entanto, o país não tinha uma máquina repressiva forte. Ao mesmo tempo, com o Parlamento alinhado ao capitalismo industrial crescente, as classes superiores proprietárias de terra passaram a fazer concessões populares oportunas. Segundo Moore Jr. (1975), foram, assim, líderes moderados e inteligentes que possibilitaram o avanço em

[20] Aqui utiliza-se a versão traduzida para a língua portuguesa, publicada em 1975.

direção à democracia na Inglaterra. Na França, ao contrário, a nobreza vivia da exploração dos camponeses (MOORE JR., 1975).

Para Moore Jr. (1975), análises do período, como a de Weber, negligenciam a importância do contexto social e político da região. Isso porque, para o autor, foram feitas comparações, muitas vezes quantitativas, sobre a eficiência da França em orientar suas propriedades para o comércio em relação à Inglaterra. Os nobres franceses adaptaram-se ao comércio de maneira formidável. No entanto, a questão era saber se os franceses conseguiram mudar a estrutura da sociedade da forma como os ingleses fizeram, com o que o método estatístico não poderia auxiliar. Em síntese, as estruturas feudais mantiveram-se fortes na França apesar da adoção do *modus* agrário capitalista de comércio (MOORE JR., 1975).

De acordo com Moore Jr. (1975), os camponeses pobres na França buscavam terras, enquanto os camponeses ricos, porque tinham pastagens de gado também, buscavam impedir a redistribuição das terras em benefício dos camponeses pobres. Isso gerou uma divisão política dentro do campesinato. Os camponeses pobres foram as maiores vítimas da modernização, que forçava a desintegração da antiga sociedade, em que eles tinham algum espaço, ainda que pequeno. Já os camponeses mais ricos estavam descontentes também, mas porque tinham terras sem serem seus reais donos. Esse processo abriu portas para a Revolução, a qual teve uma última fase de terror e derramamento de sangue (MOORE JR., 1975).

Segundo Moore Jr., a radicalização da Revolução fez parte da própria Revolução e ajudou a construir a sua relevância e a impedir levantes conservadores iminentes, ainda que o extremismo dentro de uma revolução liberal tenha sido criticado por muitos. O resultado foi a passagem para um sistema econômico baseado na propriedade privada e na igualdade perante a lei e, sobretudo, a perda de poder político pela aristocracia proprietária, grupo geralmente ligado ao autoritarismo de direita em condições de industrialização avançada, o que, para Moore Jr. (1975), foi essencial para a construção da democracia na França (MOORE JR., 1975).

Já nos Estados Unidos o grande diferencial, para Moore Jr. (1975), foi que os americanos não precisaram preocupar-se em desmantelar uma sociedade agrária feudal. No entanto, houve dois movimentos armados: a Revolução Americana e a Guerra Civil. Do primeiro não surtiram grandes efeitos em termos de mudança na estrutura social e política da sociedade, mas com o segundo pode-se identificar um momento de ruptura da ordem agrária em direção à democracia capitalista. Nesse

contexto, explica o autor, a tensão ficava por conta da divisão entre a economia escravagista de produção de algodão no sul do país e a economia de trabalho assalariado em vias de industrialização no norte (MOORE JR., 1975).

Moore Jr. (1975) salienta que não houve nos Estados Unidos qualquer levante radical nos moldes europeus, mas no norte do país um grupo conhecido como Republicanos Radicais, com fins abolicionistas, atormentou o Presidente Lincoln durante a Guerra Civil e manteve-se no poder por três anos após o conflito. Eram favoráveis ao um capitalismo progressista contra o sistema agrário reacionário do sul. Nesse sentido, por mais contraditório que pareça, a vitória do norte foi a vitória da liberdade e, também, da democracia, na medida em que, caso o sul tivesse conquistado as terras do oeste e cercado o norte, segundo o autor, os Estados Unidos ainda seriam um país latifundiário em modernização (MOORE JR., 1975).

Ao narrar a trajetória que levou à democracia na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, Moore Jr. (1975) pretendia demonstrar como circunstâncias históricas específicas construíram a trajetória da democracia liberal em sociedades distintas. Ainda que os três países discutidos tenham alcançado a democracia a partir de um processo de abandono da economia agrária e de posterior modernização, há na história, segundo o autor, registro de processo de industrialização que culminou em fascismo (é o caso da Alemanha) e em comunismo (é o caso da Rússia). Assim, a avaliação linear da maioria dos teóricos de que a industrialização conduz ao capitalismo e à democracia foi desafiada pela experiência histórica. Segundo Moore Jr. (1975), embora essa interpretação possa não estar de todo equivocada, há que se admitir, a partir da observação histórica, que a modernização não democrática e antidemocrática não apenas existe, como funciona.

Moore Jr. (1975), sob essa perspectiva, busca desvendar quais características da China durante a última dinastia deram lugar ao comunismo. A tentativa de criar uma burocracia em larga escala sem ter como extrair recursos suficientes da população para mantê-la e a existência de um sistema que produzia um excedente de burocratas gerou um problema estrutural: corrupção quase que consentida pela ausência de controle efetivo e formação de núcleos de oposição ao sistema existente. Além disso, explica o autor, as atividades lucrativas, como o comércio, eram uma ameaça em termos de prestígio aos intelectuais-burocratas, que apoiaram a imposição de impostos e o monopólio estatal sobre a comercialização de alguns produtos. Na ausência de um comércio frutífero, a grande propriedade de terra

continuava sendo a melhor forma de obter renda, sobretudo, às custas do trabalho dos camponeses. Diferentemente do que ocorreu no Ocidente, o processo não foi marcado pelas disputas entre nobreza e Estado; pelo contrário, o império costumava favorecer a atividade da nobreza intelectual (MOORE, JR., 1975).

Entretanto, conforme Moore Jr. (1975), a pressão militar e o impulso diplomático do Ocidente enfraqueceram o governo imperial. O funcionalismo perdeu o domínio de várias regiões para o comércio vindo do Ocidente, mas apenas em 1910 a classe comercial chinesa começou a mostrar independência do funcionalismo, que, embora se interessasse por tecnologia com fins militares, não pensava em uma agricultura comercial tecnicamente avançada. O conflito interno resultou na proclamação da república, em 1912, com forte destaque para autoridades regionais militarizadas. A partir da década seguinte, os Kuomintang foram o grupo de destaque, dominando grande parte do território chinês com apoio da União Soviética e governando o país por duas décadas. Foram exitosos em controlar os descontentamentos dos camponeses e a fúria dos senhores da guerra. Os Kuomintang de esquerda, entretanto, foram derrotados, inaugurando uma fase reacionária, que somente acabou após a Guerra Civil Chinesa, em que o Partido Comunista de Mao Tsé Tung foi vencedor, com apoio dos camponeses (MOORE JR., 1975).

No Japão, ressalta Moore Jr. (1975), o processo se deu de forma mais semelhante ao da Alemanha nazista. Enquanto na China, assim como na Rússia, na falta de uma classe burguesa, houve um levante de camponeses que abriu caminho para a modernização, no Japão estruturas feudais mantiveram-se até meados do século XIX, fazendo com que antigas classes governantes se levantassem em prol de mudanças sociais que conduzissem a industrialização. Os camponeses não se revoltaram no Japão, de acordo com o autor, pois havia incentivo para o aumento de seus rendimentos e, além disso, as instituições adaptaram-se ao comércio agrário. Passou a haver prevenção contra excessos anticapitalistas e antifeudais. Segundo Moore Jr. (1975), o preço de evitar uma revolução para o Japão, foi sucumbir ao fascismo.

Por último, Moore Jr. (1975) aborda o caso da Índia, que vivia sua fase pré-industrial, sem nunca ter experenciado qualquer tipo de revolução – seja burguesa, camponesa ou conservadora – e, ainda assim, possuía desde a sua independência da Inglaterra, em 1947, um Judiciário independente, um Parlamento ativo e liberdades

civis e políticas institucionalizadas. Para o autor, entretanto, o método de extrair excedente econômico da zona rural e a incapacidade do Estado colonial de orientar esse excedente para o desenvolvimento causaram o atraso da Índia. Onde houve qualquer sinal de uma economia de mercado mais ativa, o sistema de castas ameaçou ruir, o que acabou por frear a industrialização por prejudicar as elites. Somente na década de 1960 a Índia desencadeou um processo de industrialização tardio. Para Moore Jr., se a democracia significa poderem os indivíduos desempenhar um papel real nas decisões políticas, a democracia era muito frágil na Índia, sobretudo, na zona rural (MOORE JR., 1975).

A partir do estudo desses países, Moore Jr. (1975) identificou três vias em direção ao mundo moderno: a primeira alia capitalismo à democracia parlamentar por via de revolução burguesa, a segunda alia capitalismo e fascismo por meio de revolução conservadora, e a terceira alia revolução camponesa a comunismo. Escrevendo na década de 1960, o autor cogitou a possibilidade esperançosa de a Índia, país com características históricas distintas dos demais, criar uma quarta via que evitasse os custos das três outras alternativas que identificou e, ao mesmo tempo, da estagnação. Nesse sentido, para Moore Jr. (1975), a democracia não é o único fim possível de ser alcançado a partir da modernização e, segundo percebe, a opção comunista poderia ter sido a menos custosa se de fato tivesse se concretizado.

Os três autores, Lipset (1967), Huntington (1975) e Moore Jr. (1975), relacionam as possibilidades de instauração e manutenção da democracia ao processo de modernização, embora, para Huntington (1975) e Moore Jr. (1975), da modernização não decorresse apenas a democracia. A institucionalização do regime político, entretanto, não é o foco desses autores, mas sim as condições de transformação da estrutura social gerada pela modernização, capaz de proporcionar condições para a democracia. De acordo com Laisner (2008), em razão dos seus interesses na transformação da estrutura social, esses autores abriram caminho para o estudo da democratização a partir de variáveis próprias da cultura política. Lipset (1967) e Huntington (1975), inclusive, falaram expressamente na importância de condições culturais propícias para a instauração e manutenção da democracia, evitando, entretanto, traçar uma relação de causa e efeito entre a modernização e esse regime político. Lipset (1967), ainda, acrescentou ao desenvolvimento econômico as condições de legitimidade e de eficácia do sistema político, enquanto

Huntington (1975) ressaltou o despertar das massas para participar da política em decorrência da modernização.

Além disso, de acordo com Laisner (2008), apesar de as variáveis relacionadas à cultura política não assumirem posição central no modelo desses autores, são consideradas de extrema relevância em suas análises, sobretudo, para a estabilidade do sistema político. Limongi (2005) explica que até o início dos anos 1970, a Ciência Política, muito sob orientação da teoria da cultura política, em alta desde a metade do século, foi influenciada pelas teorias da modernização. Nesse sentido, o autor relata que, a partir dessas teorias, a realidade política passou a ser analisada por meio das transformações das estruturas sociais das sociedades. Assim, o surgimento e a queda da democracia passaram a ser explicados pelas mudanças sociais e culturais geradas pela modernização, isto é, pelos condicionantes que assumiam valor na sociedade moderna. Sob essa perspectiva, os atores políticos e as instituições em que atuavam não eram considerados, bem como a possibilidade de democratização de países não desenvolvidos era descartada (LIMONGI, 2005).

A partir de 1970, o estudo da transição do autoritarismo para a democracia entrou em voga na Ciência Política, o que tornou comum análises que levavam em consideração a ação dos atores políticos como agentes nesse processo. Nesse período, as instituições políticas constituíram-se em um importante fator explicativo na análise política, o que contribuiu para que o neoinstitucionalismo surgisse e ganhasse relevância. Nesse contexto, a teoria de Robert Dahl tornou-se influente no estudo da democracia. Dahl (2005) construiu uma escala de democracia para comparar os regimes políticos de diversos países no que diz respeito à competição e à participação política, a partir da qual os países classificados como mais democráticos foram denominados “Poliarquias”. Isso porque, embora muito distantes dos ideais democráticos clássicos, esses regimes políticos conseguiriam manter-se estáveis por seu grau elevado de pluralismo, isto é, por seu alto nível de participação de grupos sociais diversos na política. Segundo Dahl (2005), o pluralismo transformaria as estruturas legítimas em estruturas adequadas à competição política. Desse modo, de acordo com Limongi (2005), Dahl (2005) rompeu com a lógica até o momento inquestionável das teorias da modernização, fazendo crer que não apenas os países modernizados poderiam tornar-se democráticos.

Como se viu recentemente, algumas críticas foram elaboradas ao pluralismo liberal oriundo de Dahl (2005). Aqui, no entanto, interessa debater, prioritariamente,

as objeções levantadas às teorias da modernização. É a isso que se dedica a seção que segue, que terá grande utilidade na busca por identificar elementos alvo de críticas ainda remanescentes na Teoria do Desenvolvimento Humano.

2.2 Críticas às Teorias da Modernização

Sociólogos como Wallerstein (1979) e Alexander (1994) declararam a morte das teorias da modernização, as quais consideravam não mais serem viáveis para a explicação da mudança social. Ambos os autores viam nessas teorias um fundamento altamente ideológico. Alexander (1994) elaborou uma vasta revisão das críticas direcionadas a essas teorias, fornecendo boa parte das referências que se utilizou nesta seção. Para esse autor, embora fosse preciso incorporar alguns elementos universais de desenvolvimento, compartilhados por diversas sociedades, aos estudos contemporâneos de teoria crítica e reflexiva da mudança social, não se deveria mais retomar as teorias da modernização. De acordo com Alexander (1994), essas teorias morreram em meados dos anos 1960, durante as revoltas estudantis, os movimentos antiguerra e o surgimento de novos regimes socialistas humanistas, que precederam o movimento da Consciência Negra nos Estados Unidos.

Para Alexander (1994), entender as teorias da modernização exige examiná-las não apenas como teorias científicas, mas como reflexos de uma ideologia. Isso porque, de acordo com o autor, essas teorias funcionavam também como um sistema simbólico, que fornecia motivação em direção a determinada forma de vida. Nas palavras de Alexander (1994, p. 170, tradução nossa), as teorias da modernização funcionavam “como uma metalinguagem que instruía as pessoas a viver”. A ideologia ficava evidente, na percepção do autor, pela própria opção de unidade empírica de análise, que era resumida à sociedade como um todo, independentemente de suas subdivisões e inconsistências. Sob um viés estruturalista, explica Alexander (1994), é como se toda a sociedade pudesse ser representada por um único termo linguístico.

Entretanto, para autores como Marsh (2014), poucos sociólogos negariam a existência de processos como a mudança das sociedades agrárias para industriais e depois das industriais para a sociedade da informação, como a teoria da modernização das décadas de 1950 a 1970 previu que aconteceria. Nesse sentido,

Marsh (2014) surpreende-se ao procurar por "*modernization theory*" no SocIndex[21], onde encontrou, em abril de 2013, 843 artigos, sendo que, apenas 15 foram publicados nos primeiros anos da década de 1970 e 230 foram publicados entre 2005 e 2009. Ou seja, para o autor, as teorias em tese mortas, na verdade, estão cada vez mais sendo discutidas entre os sociólogos (MARSH, 2014).

Marsh (2014) explica que as teorias da modernização foram bastante criticadas por oferecerem uma explicação unilinear da história. A teoria do desenvolvimento em cinco estágios de Rostow (1959)[22] é um exemplo de teoria de modernização desse tipo, embora o autor considere que nem todas tenham sido. O problema, de acordo com Marsh (2014), é que há uma variedade estrutural e cultural muito grande entre sociedades pré-capitalistas, o que sugere que uma variedade de caminhos para o desenvolvimento deveria existir, em vez de um desenvolvimento unilinear. Disso decorre a questão de saber se os diferentes caminhos para o desenvolvimento resultam em convergência entre as sociedades modernizadas ou em "múltiplas modernidades". De acordo com Marsh (2014), a teoria da modernização de Levy (1966 *apud* MARSH), por exemplo, não afirma que sociedades altamente modernizadas se tornam homogêneas, mas sim que elas são estruturalmente relativamente mais uniformes do que as sociedades menos modernizadas.

Testes elaborados por Marsh (2008 *apud* MARSH, 2014), encontraram, contrariamente à hipótese das múltiplas modernidades, que há muito menos variação em sociedades de alto nível de modernização do que em sociedades com níveis mais baixos. A teoria das múltiplas modernidades enfatiza as diferenças entre sociedades altamente modernizadas, mas, para o autor, falha em comparar essa variação com a quantidade de variação entre sociedades menos desenvolvidas, bem como em evitar a análise quantitativa, o que torna suas análises vagas (MARSH, 2014).

Outra crítica direcionada às teorias da modernização é a de que ao referirem-se a "sociedades modernizadas" essas teorias mostram-se normativamente ocidentais. Para Marsh (2014), de fato alguns teóricos da modernização talvez tenham encorajado a visão de que modernização corresponde à ocidentalização. Segundo o

[21] O SocIndex é um banco de dados bibliográficos online para pesquisa em sociologia, que oferece milhões de artigos e textos das principais revistas de sociologia indexadas. Disponível em: https://www.ebsco.com/products/research-databases/socindex.

[22] Essa teoria propõe uma classificação da história econômica moderna em 5 fases de crescimento econômico: sociedadade tradicional; pré-condições para a ascensão; a ascensão; o caminho para a maturidade; e a idade do alto consumo em massa (ROSTOW, 1959).

autor, hoje em dia é inegável que a concepção ocidental de democracia se tornou uma ideologia global dominante e uma norma internacional emergente, embora a democracia não seja o único elemento da modernização derivado do ocidente. No entanto, Marsh (2014) considera incorreto e altamente genérico afirmar que o mundo foi dicotomizado entre o “Ocidente e o Resto” pelos teóricos da modernização. Além disso, para o autor, as teorias elaboradas no Sul Global ainda não puderam construir uma abordagem alternativa viável.

Segundo Alexander (1994), ao contrário, a teoria da modernização trata-se de um esforço explicativo falho, pois as sociedades não podem ser consideradas como internamente homogêneas, assim como não existe desenvolvimento histórico dicotomizado a justificar a classificação tradicional/moderno. Segundo o autor, não há razão para uma visão otimista do sucesso da modernização em todas sociedades e subsistemas sociais, até porque uma mudança universal poderia ocorrer de maneira abrupta, envolvendo posições de poder contingentes e resultados desastrosos. Não bastasse isso, segundo o autor, as mudanças decorrentes da modernização não ocorrem de maneira linear e, ainda que assim o fosse, seria preciso reconhecer a possibilidade de regressão e progressão em uma linha conceitual linear. Afora isso, afirma o autor, mesmo que a modernização seja bem-sucedida, não necessariamente gerará contentamento social (ALEXANDER, 1994).

Alexander (1994) interpreta que essa teoria interessou aos intelectuais ocidentais, mas, sobretudo, aos americanos, fornecendo-lhes uma identidade temporal e espacial existente apenas em relação a outras sociedades – estas postas em um período e local anterior. Assim, do ponto de vista desses estudiosos, a construção de uma dicotomização (tradicional/moderno) serviu para dividir sociedades pertencentes e não pertencentes àquele tempo e local aos quais estavam identificados. Nesse contexto, o autor lembra do “discurso da sociedade civil” como fornecendo um campo para os conflitos das sociedades contemporâneas, em que qualidades idealizadas como racionalidade, individualidade e confiança aparecem como essenciais na esfera civil moderna, enquanto aspectos como irracionalidade, conformidade e desconfiança como traços tradicionais a serem excluídos (ALEXANDER, 1994).

A construção ideológica narrada acima, para Alexander (1994), sobrepõe-se às categorias explicativas da teoria da modernização. Nesse sentido, o autor a vê como um esforço de abstração para transformar uma visão de mundo específica em uma

teoria cientificamente testável e aplicável a qualquer cultura em todo o mundo. Lembra-se, nesse sentido, que as teorias da modernização se propunham a delinear uma tese de validade geral, de alcance global e testável (CARDOSO, 2005; MARSH, 2014). Em consequência, Alexander (1994) considera pertinente compreender o motivo pelo qual decidiu-se em certo momento e local articular e promover essa teoria específica. Nesse sentido, a suspeita do autor gira em torno das características sociais do período logo após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos, quando houve "[...] um declínio de comunidades urbanas definidas culturalmente, uma redução da etnicidade na vida americana, uma redução extraordinária na divisão entre capital e trabalho e uma prosperidade sem precedentes a longo prazo" (ALEXANDER, 1994, p. 171, tradução nossa).

Cardoso (2005), como se narrou brevemente, afirma que as teorias da modernização auxiliaram a consolidar a visão norte-americana de subdesenvolvimento no período da Guerra Fria. Nesse contexto, segundo a autora, as teorias da modernização não procuram enfrentar os argumentos dos críticos da noção de subdesenvolvimento, mas inverter a lógica pela qual foram levantados os questionamentos. Para Cardoso (2005, p. 2), "em lugar de discutir o desenvolvimento de um conjunto de regiões ou de nações atrasadas, o objeto da análise passa a ser a sociedade, toda e qualquer sociedade, em qualquer tempo e lugar [...]". Ou seja, imbuindo-se de alto grau de formalismo e abstração, as teorias da modernização passam a distribuir as sociedades em uma escala do tradicional ao moderno sob a proteção da técnica e da adoção de um conjunto de variáveis-padrão (CARDOSO, 2005).

Alexander (1994) acredita que, alarmados pelas mudanças sociais que viam acontecer, os intelectuais da década de 1950 superestimaram a importância dos atores e eventos do período pós-guerra, traçando-lhes uma narrativa heroica. O período presente passou a ser percebido como o único sistema possível, não mais como uma alternativa, dando lugar a interpretação binária entre o tradicional e o moderno. A sociedade moderna, assim, foi representada como a realidade possível e como a representação do "fim da ideologia". Nesse contexto, o mundo pós-guerra foi apresentado – em Lipset e Bendix (1960 *apud* ALEXANDER, 1994), por exemplo – como industrial, e não como capitalista.

Segundo Cardoso (2005), no entanto, a modernização é uma ideologia, muito embora sua aceitação e eficácia dependam do caráter científico com que as análises

que a corroboram são elaboradas. De qualquer sorte, as teorias da modernização, enquanto teorias e enquanto ideologia, atualizam aspectos atinentes ao progresso e à noção de evolução, renovando suas destinações políticas e ideológicas. No caso de Parsons (1964 *apud* CARDOSO 2005), por exemplo, a perspectiva evolucionista fica evidente em "*Evolutionary Universals in Society*", texto produzido a partir de um seminário, em que o autor argumenta que as sociedades evoluem de formas primitivas para formas avançadas na medida em que adquirem capacidade adaptativa generalizada. Conforme explica Cardoso (2005), é evidente nessas teorias o confronto entre um padrão avançado e um padrão atrasado, atribuindo-se superioridade ao primeiro padrão em relação ao segundo.

Ademais, em uma junção de realismo quanto aos horrores da guerra e romantismo quanto ao novo mundo pós-guerra, os intelectuais imaginaram, nas palavras de Alexander (1994, p. 173, tradução nossa), "um novo mundo que emergiu das cinzas da guerra, [onde] finalmente se tornou possível cultivar o próprio jardim". Foi o período romântico, no entendimento do autor, que permitiu a formulação da teoria da modernização em termos individualistas. Pragmática, essa teoria concentrou-se em indivíduos reais, evitando tomar a questão em termos histórico-coletivos, como nação, classe e etnia (ALEXANDER, 1994).

A crítica ao individualismo, segundo ensina Alexander (1994), surgiu com intelectuais influenciados pela escola de Frankfurt, como Mills e, também com Hanna Arendt. Esses autores refutavam o fomento a um modo egoísta de conduzir-se em sociedade, vendo a racionalidade como instrumental e a ciência como tecnocrática, ambas a contribuir para conformidade a um modelo em que as elites eram beneficiadas. Nesse sentido, a crítica de Schmitt (1932 *apud* MOUFFE, 2015) argumenta que a ideia de democracia como soberania popular requer a aceitação do conflito, quando o foco no individualismo próprio do pluralismo liberal, requer consenso para ser praticável. Inspirada nessa percepção, Mouffe (2015) mantém a crítica ao individualismo, mas, para validar a associação entre democracia e pluralismo liberal, busca elaborar um modelo em que o consenso se mantenha conflituoso: a democracia agonística.

Com efeito, ainda hoje a crítica ao individualismo (por ensejar consenso) remete ao próprio debate sobre a relação da Teoria Política com a história, no sentido de identificar-se quanto da teoria fica restrita pelo contexto histórico. Skinner (1998 *apud* DRYZEK, HONIG, PHILLIPS, 2006), por exemplo, insistiu no compromisso com

o contextualismo histórico e linguístico. Sob a mesma perspectiva, Ashcraft (1989 *apud* DRYZEK, HONIG, PHILLIPS, 2006) criticou teóricos por reconhecerem as condições históricas básicas, mas não utilizarem tal informação como diretriz para elaborar suas teorias. A base desse argumento está em destacar que muitas teorias foram elaboradas como se a Teoria Política não tivesse um caráter político. Nesse sentido, o político é apresentado como uma categoria conceitual que rejeita a ideia de que a política trata de verdades universais, pois tende a conotar alguma forma de ação individual ou coletiva que interpela padrões de comportamento e de governança. Assim, segundo Dryzek, Honig e Phillips (2006), na obra de Arendt o político é representado pela contraposição às esferas privadas ou naturais do comportamento humano, e na obra de Rancière aparece em contraste com a noção de "polícia"[23].

Entretanto, segundo Alexander (1994), para contrapor uma teoria tão difundida como a teoria da modernização, para além da crítica ao individualismo, era preciso oferecer uma alternativa convincente que ultrapassasse os bancos acadêmicos, uma nova narrativa heroica que contemplasse o coletivo. Enquanto isso não ocorria, de acordo com o autor, o populismo de McCarthy nos Estados Unidos tratou de fortalecer ainda mais a perspectiva das teorias da modernização. Alexander (1994) salienta, contudo, que, em certo momento, a realidade começou a apresentar desafios a essas teorias. Por exemplo: os mercados capitalistas não ajudaram a diminuir a pobreza, e sim a aumentá-la, sobretudo, nos países em desenvolvimento; guerras e revoluções continuaram a irromper nos países desenvolvidos; a ditadura espalhou-se, o que fez Moore Jr. (1975) conjecturar que poderia ser uma consequência da modernização, e Huntington (1975) afirmar que os estados pós-coloniais precisavam de um governo forte; e no lugar da secularização e do domínio da ciência esperados, novos movimentos religiosos e ideológicos surgiram.

Embora esses acontecimentos não tenham refutado as teorias da modernização como um todo, explica Alexander (1994), pressionaram muitos de seus pressupostos. Entretanto, de acordo com o autor, é mais fácil para teorias definidas sobre pressupostos amplos proteger seus elementos centrais, dispensando aos pontos alvos de crítica importância periférica. Para Alexander (1994), foi essa a

[23] Para Rancière (2018), o que se costuma chamar de política (organização dos poderes, processos pelos quais se operam os consentimentos das coletividades, a distribuição dos lugares e funções públicas etc.) é, na verdade, polícia. Polícia, assim, é uma ordem que define os modos de fazer, os modos de ser e os modos do dizer; é a disciplinarização dos corpos. Política, por sua vez, é o elemento antagônico da polícia: é o conflito que rompe com a ordem instituída.

medida adotada pelos teóricos da modernização em relação às críticas recebidas, além de sofisticarem ainda mais suas teorias para precaverem-se de novas revisões.

Contudo, houve um desafio que não pôde ser enfrentado pelas teorias da modernização, o qual tratou-se, nas palavras de Alexander (1994, p. 176, tradução nossa), da "destruição de seu núcleo ideológico, discursivo e mitológico". O autor se refere ao surgimento de movimentos sociais cada vez mais associados a um modelo de emancipação coletiva, como foram os movimentos negro, latino, indígena, bem como à projeção da contracultura hippie e da libertação das mulheres. Alexander (1994) explica que esses movimentos alteraram a percepção dominante entre os intelectuais, capturando o ideário ideológico da academia. Finalmente, uma nova e convincente narrativa surgia, alterando o sentido da democracia aliada à individualização, representando-a como um sistema burocrático e repressivo: ao livre mercado nomearam capitalista; à sociedade racional e libertadora trataram como gananciosa e promotora da pobreza. Alexander (1994), no entanto, tem ressalvas quanto a essa abordagem, a qual considera também construída sobre uma narrativa romantizada de um triunfo coletivo para o futuro, que não lida com as demandas do dia-a-dia. Segundo o autor, Wallerstein (1979 *apud* ALEXANDER, 1994) foi um dos principais representantes dessa fase, que chamou de "antimodernização".

No final da década de 1970, de acordo com Alexander (1994), tais movimentos sociais perderam forças e uma onda conservadora tomou novamente conta do ambiente intelectual e político. Algumas de suas demandas se institucionalizaram em alguns países, enquanto outras foram bloqueadas por ondas de corrupção que acabaram por contribuir com o avanço conservador. Nesse contexto, surgiu um movimento intelectual identificado como "pós-modernismo", cujas contribuições Alexander (1994) considerou de fato originais e interessadas em interpretar a realidade. Foram abordados novos modelos de cultura em Lyotard (*The Postmodern Condition*) e Foucault (*To Discipline and Punish*), epistemologia em Rorty (*Philosophy and the Mirror of Nature*), classe em Bourdieu (*Distinctions*), gênero em Halpern (*100 Years of Homosexuality and other Essays on Greek Love*)[24] (ALEXANDER, 1994). No

[24] Referências utilizadas por Alexander (1994):
Lyotard, J.F. The Postmodern Condition. Mineneapolis: University of Minnesota Press, 1984.
Foucault, M. To Discipline and Punish. New York: Pantheon Frank, 1976.
Rorty, R. Philosophy and the Mirror of Nature. Princeton: Princeton University Press, 1979.
Bourdieu, P. Distinctions. Cambridge, Harvard University Press, 1984.
Halpern, D. 100 Years of Homosexuality and other Essays on Greek Love. New York: Routledge and Kegan Paul, 1990.

entanto, enfatiza Alexander (1994), deve-se lidar com o fato de que essa construção teórica é também fonte de uma ideologia, como não poderia deixar de ser: tratava-se de uma reação pós-marxistas ao aparente fim do período de ascensão do “coletivo”.

Assim, para Alexander (1994), o pós-modernismo implica uma ruptura mais ampla com os valores universalistas liberais, para além do tradicionalismo; implica uma contraposição ao modernismo do primeiro período pós-guerra (o modernismo capitalista) e, ao mesmo tempo, à antimodernização socialista. Obviamente, destaca o autor, alguns autores pós-modernos mantiveram características românticas próprias do socialismo, principalmente, aqueles ligados aos movimentos sociais originados na década de 1960, que enfatizavam causas homoafetivas, feministas e ecológicas, mas atuavam agora muito mais com uma linguagem da diferença do que em termos de universalismo do bem coletivo. Além disso, os teóricos dessa abordagem declararam a morte do indivíduo (do sujeito ou de um eu único) e qualquer particularismo foi rejeitado (ALEXANDER, 1994).

Nesse sentido, será interessante notar nos capítulos seguintes, quando a obra de Ronald Inglehart estará em voga, como argumentos apontados pelos críticos das teorias da modernização, muitas vezes, aparecem na Teoria do Desenvolvimento Humano como argumentos próprios em sentido inverso. Por exemplo, quando Alexander (1994), abertamente crítico às teorias da modernização, aponta as abordagens pós-modernistas como uma boa alternativa, Inglehart (1997) introduz sua teoria rechaçando desde logo interpretações pós-modernistas, algumas das quais ironiza e taxa de ininteligíveis. No mesmo sentido, enquanto os críticos apontam o perigo de interpretações baseadas em consenso para possibilitar o individualismo, na medida em que privilegiam a manutenção das formas sociais e políticas dominantes, Inglehart (1997) propõe justamente a restrição do poder das elites por meio do individualismo.

Para Alexander (1994), as três primeiras gerações teóricas brevemente resenhadas subteorizam as implicações políticas, econômicas e ideológicas da queda do comunismo em todo o mundo. Segundo o autor, mais do que a queda do comunismo, o momento representou a vitória neoliberal, o que favoreceu a ascensão do discurso capitalista, de modo que mesmo as recessões mundiais subsequentes não amenizaram o seu domínio global. A democracia aliada ao desenvolvimento econômico expandiu-se, criando condições para que as interpretações dos teóricos pós-modernistas fossem taxadas de fatalistas, particularistas e locais. Com o

avivamento do mercado em larga escala, o universalismo tornou-se novamente uma fonte viável para a teoria social. Segundo Alexander (1994), mais uma vez uma narrativa heroica conseguia convencer, fazendo a onda de quedas de ditaduras pano de fundo para a dramática vitória da democracia – paralela à ascensão do mercado – em termos de triunfo do bem contra o mal.

Nesse contexto, o conceito de "sociedade civil"[25] ressurgiu com força na academia, propondo um espaço não estatal e não econômico de fomento da democracia. Em certo momento, esse conceito passou a ser utilizado em textos antimodernização e críticos ao conceito meramente formal de democracia. Aliada a esses escritos, a noção de "esfera pública" de Habermas (1989 *apud* ALEXANDER, 1994) impulsionou o debate sobre pluralismo, diferença e participação política. Desde teóricos de Frankfurt a pós-marxistas, muito autores passaram a estudar a democracia a partir da perspectiva da esfera pública; mesmo conservadores viam na sociedade civil um conceito de civilidade e harmonia. O ressurgimento do universalismo nesta fase foi, então, especificado como o discurso da sociedade civil. As formas de realização da democracia e do universalismo em suas formas substantivas foram o livre mercado, o individualismo e os direitos humanos (ALEXANDER, 1994).

Nesse sentido, Alexander (1994) faz a ressalva de que, por basear-se no princípio da diferença, uma ideia oposta de "sociedade não-civil" acaba coincidindo com aqueles aspectos apontados como contraditórios em relação à modernização no período inicial do pós-guerra. No entanto, em comparação com a teoria da modernização do pós-guerra, essa abordagem envolve mudanças essenciais no tempo e no espaço simbólicos, isto é, o lado "profano" não é representado como um período precedente na evolução, tampouco como um lugar externo à América do Norte e à Europa Ocidental.

Em razão das críticas sofridas, as teorias da modernização perderam espaço e acabaram substituídas por interpretações concorrentes, como aquela elaborada no âmbito da teoria da dependência (CARDOSO; FALETTO, 1979). No entanto, o surgimento de teorias revisitadas da modernização, isto é, teorias elaboradas com inspiração nas teorias da modernização, mas que buscaram superar pressupostos e conclusões consideradas equivocadas, colocaram o tema da modernização em voga

[25] Segundo Cohen e Arato (1992), esse conceito surgiu nos debates intelectuais que cercaram as lutas sociais contra o autoritarismo no leste europeu e na América Latina.

novamente. Marsh (2014), um entusiasta da ideia de modernização capitalista, considera que os revisores das teorias da modernização responderam criativamente às limitações apontadas pelos críticos, estendendo seus elementos conceituais. Além disso, segundo o autor, as perspectivas que abordam a modernização como explicação para os fenômenos sociais e políticos sobreviveram às críticas a partir das revisões e continuam a expandir-se, porque a maioria dos estudiosos da área concorda com os seus pressupostos do ponto de vista social e porque o colapso do comunismo retirou a ênfase da teoria concorrente. É sobre as revisões às teorias da modernização que se trata na seção a seguir.

2.3 Teorias Revisitadas da Modernização

Optou-se por elaborar esta seção, a despeito de a Teoria do Desenvolvimento Humano ser a teoria revisitada da modernização em evidência, pois, além de Beck (1997) e Giddens (1997) serem referências frequentes na obra de Inglehart, é possível encontrar muitas semelhanças nas propostas dos três autores. Como Inglehart preocupa-se, principalmente, com a testagem empírica, sua teoria é construída a partir de achados estatísticos, sempre que possível explicados à luz de teorias que os corroborem. A ideia de “sociedade de risco” de Beck (1997) e de “sociedade pós-tradicional” de Giddens (1997), assim, servem de pano de fundo para a teorização da sociedade pós-materialista de Inglehart. Embora Inglehart (1977) aborde o tema desde a década de 1970, vem mobilizando conceitos teóricos e filosóficos que trazem discussões capazes de contribuir na explicação de dinâmicas encontradas em seus achados empíricos. Assim, por exemplo, Inglehart e seus colaboradores vêm na segunda fase do capitalismo um período de conscientização quanto aos riscos do progresso tecnológico, percebem o período como de emancipação individual e de individualismo, consideram salutar o movimento de redução da ênfase em instituições e práticas políticas tradicionais (como os partidos políticos e a divisão entre direita e esquerda), não consideram a globalização como uma manifestação de imperialismo ocidental, procuram destacar os benefícios do capitalismo etc. Ideias como tais podem ser encontradas em outras revisões das teorias da modernização, como em Beck (1997) e Giddens (1997).

Enquanto os teóricos da modernização tinham uma visão otimista, segundo a qual o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da racionalização e do mercado

melhoraria a condição humana e os prejuízos ecológicos ficariam restritos apenas aos locais próximos às fábricas, a revisão de autores contemporâneos procurou tratar de forma mais cautelosa os efeitos da modernização. Nesse sentido, a preocupação com a degradação do meio ambiente teve destaque. Conforme ensina Frey (2020), dois elementos foram considerados essenciais para um movimento ambientalista e para a priorização de políticas públicas de proteção ambiental: o surgimento de uma cultura pós-materialista em oposição ao individualismo e ao capitalismo e a crítica à democracia liberal. Houve, como argumenta Beck (1997), uma conscientização sobre os efeitos colaterais do capitalismo, do crescimento populacional e da urbanização.

Nesse contexto, Marsh (2014) elabora uma boa síntese de algumas das revisões oferecidas às teorias da modernização: seu trabalho abrange um conjunto relevante de autores, bem como faz um importante diálogo entre eles e, por isso, serve como base para parte do apanhado que se apresenta nesta seção. Por exemplo, autores como Mol (2001 *apud* MARSH, 2014), em sua teoria da modernização ecológica, argumentaram que os processos de racionalização inerentes à modernização podem compensar a degradação ecológica. Marsh (2014) explica que o crescimento da economia dos Estados Unidos, por exemplo, coincidiu com o aumento da eficiência energética. Isso ocorreu, segundo a teoria de Mol (2001 *apud* MARSH, 2014), porque nos estágios iniciais da modernização a energia é consumida com menos eficiência do que nos estágios mais altos da modernização, ou seja, os efeitos do PIB *per capita* e de urbanização no consumo de energia *per capita* seguem um padrão de desenvolvimento U invertido do tipo Kuznets[26]. Entretanto, Clement e Schultz (2011 *apud* MARSH, 2014), analisando 50 estados dos Estados Unidos, não encontraram evidências de um efeito benigno de Kuznets que indicasse um consumo de energia mais eficiente em níveis mais altos de desenvolvimento.

Além disso, como se viu, a teoria da modernização de Parsons (1951) apresentou uma análise evolutiva das sociedades, usando o critério de atualização adaptativa e identificando “universais evolutivos” como organização social por meio de parentesco, burocracia, mercado e democracia. Nesse sentido, Newson e Richerson (2009 *apud* MARSH, 2014) reintroduziram essa abordagem argumentando que o desenvolvimento econômico perturba o mecanismo social que mantém a cultura

[26] Trata-se da hipótese formulada por Simon Kuznets (1955), conhecida na literatura como “Hipótese do U-invertido” ou “Curva de Kuznets”, a qual estabelece uma relação em forma de U-invertido entre desigualdade na distribuição de renda e crescimento econômico (SANTOS et al, 2011).

das sociedades pré-modernas no caminho da aptidão genética, isto é, uma mudança importante na estrutura das redes sociais das pessoas teria ocorrido, levando ao afastamento nas relações de parentesco. Por isso, praticamente todas as sociedades economicamente desenvolvidas tiveram um declínio concomitante em sua taxa de fertilidade (MARSH, 2014). Em Inglehart (2018a) e Inglehart e Welzel (2009) também se encontra a perspectiva evolutiva ligada à variação genética.

Já Eisenstadt (2000 *apud* MARSH, 2014) introduziu uma grande revisão conceitual da teoria da modernização, argumentando que as formas de modernidade nas diversas sociedades são tão variadas, como são variadas as suas diversas origens civilizacionais, culturais e históricas, de forma que dever-se-ia falar em múltiplas modernidades. Nessa esteira, Tu (2000) classifica a modernidade confucionista como distinta da Ocidental, sobretudo, quanto aos seguintes critérios: “simpatia em vez de racionalidade, civilidade em vez de lei, dever em vez de direitos e relacionamento humano em vez de individualismo” (TU, 2000, p. 59, tradução nossa). Afora isso, a modernidade do leste asiático aparece como distinta da Ocidental em sua “estrutura social centrada na família, na política paternalista, no autoritarismo suave, na política consensual, na liderança do governo na economia de mercado, no capitalismo de rede e no espírito de grupo” (TU, 2000, p. 3, tradução nossa).

Marsh (2014) considera que Tu (2000) ignora que há regularidades da modernização subjacentes a essas variações apontadas. Além disso, aponta que muitos autores esticam o conceito de “modernidade” de maneira demasiada, fazendo perder-se seu significado. Por exemplo, acabam por confundir sociedade “contemporânea” com “modernizada”. É caso das sociedades islâmicas de hoje, que estão efusivamente investindo em modernização, mas não podem ser consideradas modernas. Para o autor, para que a modernidade tenha valor como conceito é preciso pensar no não moderno e buscar um padrão de modernidade, pois variações obviamente existem (MARSH, 2014).

Ademais, para Marsh (2014), as teorias da modernização sempre estiveram atentas aos contatos históricos e aos padrões de difusão entre as sociedades, assim como reconheceram o papel de fatores exógenos para as mudanças dentro de uma determinada sociedade. Entretanto, o nível de globalização aumentou muito desde o surgimento dessas teorias. Segundo o autor, hoje é inegável que os processos inerentes à globalização – mercado, serviços, pessoas, ideias etc. em fluxos

transnacionais – têm suas raízes nos fenômenos da modernização, de forma que a "modernidade global" (DELANTY, 2007 *apud* MARSH, 2014) pode ser vista como a mais nova fase da modernização. Nessa fase, explica o autor, há uma mudança do domínio ocidental para a "modernidade policêntrica" (SCHIMIDT, 2012 *apud* MARSH, 2014), em que vários países se tornam potências globalizadoras.

Apesar das muitas revisões às teorias da modernização, dá-se ênfase aqui àquelas desenhadas por Beck (1997) e Giddens (1997), que, para além de serem largamente influentes e difundidas, têm seus pressupostos embasando a alguns dos argumentos levantados por Ronald Inglehart. Beck (1997, p. 12) trabalha com o conceito de "modernização reflexiva", o qual define como "a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial". Com isso o autor pretende afirmar que a (auto)destruição da sociedade industrial pelo seu modo de lidar com a economia, o social e a política, decorrente do capitalismo, trouxe a possibilidade de mudança positiva, o que permitiu a passagem da sociedade industrial para a modernidade reflexiva. Nesse sentido, para o autor, a modernização possibilitou a auto(destruição) da fase industrial sem crise ou revolução, ou seja, a nova forma social somente foi possível em razão da vitória do capitalismo, e não de sua crise (BECK, 1997).

Especificamente, Beck (1997) define a "modernização reflexiva" como a etapa em que o progresso decorrente do capitalismo possibilita que um tipo de modernização seja destruído e modificado, dando origem a outro. É essa nova formação social, de inerente dinamismo, enfatiza Beck (1997), que tem trazido desdobramentos tais como a alteração dos papéis dos sexos, das ocupações profissionais, das formações de classe, dos setores empresariais, além de proporcionar condições para o contínuo progresso técnico econômico. Sobretudo, o autor enfatiza como essa modificação social vem ocorrendo não aos moldes de uma revolução, mas de forma natural na onda do dinamismo do capitalismo, que, ainda assim, ultrapassa a velocidade das discussões parlamentares. São "pequenas medidas com grandes efeitos cumulativos", descreve o autor (BECK, 1997, p. 14).

A forma silenciosa com que a modernidade reflexiva se dá, segundo Beck (1997), não gerou antagonismos políticos pragmáticos, o que a fez passar despercebida por muitos sociólogos, que continuaram a trabalhar com categorias antigas. No entanto, para Beck (1997), é inconcebível que qualquer pessoa que entenda a modernização como um processo de inovação não imagine a

obsolescência da sociedade industrial. A nova formação social que surge daí é a chamada “sociedade de risco”. Conforme explica Beck (1997, p. 15), a sociedade de risco “designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial”.

De acordo com Beck (1997), a modernidade reflexiva inaugurada com o surgimento da sociedade de risco não implica, como se poderia pensar, reflexão, mas sim autoconfrontação. Isso porque, a transição da sociedade industrial para a sociedade de risco ocorre de forma despercebida e até indesejada, seguindo o padrão dos efeitos colaterais da autonomia da modernização. Nesse sentido, de acordo com o autor, as mudanças benéficas advindas da modernidade reflexiva somente foram possíveis porque o consenso para o progresso, próprio da sociedade industrial, tornou-se o pensamento dominante; ou seja, a passagem da sociedade de risco não foi uma opção, pois decorreu do próprio andar da modernização, cujos processos estiveram sempre alheios aos seus malefícios e às suas ameaças. Assim, o autor elabora o conceito de “modernidade reflexiva” em termos de autoconfrontação, na medida em que tais efeitos não puderam ser assimilados pela dinâmica de funcionamento, inclusive institucional, da sociedade industrial (BECK, 1997).

Segundo Beck (1997), na etapa da modernidade reflexiva fica evidente a autolimitação dos desenvolvimentos próprios da modernidade, bem como a incapacidade da sociedade industrial de redefinir padrões de segurança, de limitação de danos, de responsabilidade etc. Primeiramente, o relacionamento da sociedade industrial com os recursos da natureza e da cultura entram em discussão: por exemplo, os papeis culturais familiares são modificados. Em seguida, o relacionamento da sociedade com as ameaças e os problemas produzidos pela modernização extrapolam as ideias sociais de segurança, fazendo com que a tomada de consciência pelas pessoas dos efeitos da modernização possa alterar suposições fundamentais da ordem social convencional. Por fim, as fontes de significado coletivas, tais como a consciência de classe ou a crença no progresso, encaminham-se para exaustão (BECK, 1997).

Somado a isso, argumenta Beck (1997), nos países altamente industrializados o processo de libertação de suposições da ordem social industrial está ocorrendo sob as condições do “*welfare state”*, que cada vez mais tornam as pessoas “indivíduos” detentores de direitos e obrigações. Esse desenvolvimento propicia que problemas e

oportunidades antes resolvidos em grupos, como família, aldeia, comunidade, classe social etc. passem a ser cada vez mais responsabilidade do indivíduo, tornando essas formações grupais cada vez mais raras. Nesse sentido, Beck (1997) enfatiza que a individualização não tem a ver com isolamento, atomização ou solidão, como muitos fazem crer, mas sim define-se em duplo sentido: 1) desincorporação dos modos anteriores de vida e 2) reincorporação dos novos modos próprios da modernidade reflexiva, em que os indivíduos são os donos de suas próprias biografias. Como exemplo o autor cita a divisão do trabalho: não cabe mais pensar-se a divisão do trabalho em termos de classe, pois acaba-se por traçar uma imagem de uma estrutura social ainda dividida no que se refere aos papeis de gênero. Ao mesmo tempo, explica o autor, a individualização significa interdependências, mesmo em níveis globais, isto é, individualização e globalização compõem “dois lados do mesmo processo de modernização reflexiva” (BECK, 1997, p. 26).

Beck (1997) salienta que mesmo os direitos sociais são individuais, pois, sob a égide do Estado de bem-estar social, foram criados para que indivíduos em situação de vulnerabilidade pudessem reivindicá-los. Nesse sentido, segundo o autor, o Estado de bem-estar social condicionou o modo de vida individualista, fazendo, por exemplo, com que as pessoas precisassem se adequar às novas condições de trabalho, baseadas em educação e disponibilidade para mobilidade, para não se verem fadadas ao fracasso. Nos termos do que interpreta Beck (1997, p. 28), qualquer tentativa de recuperar a priorização do bem comum e a comunidade perdida não passa de uma “ladainha [...] dualista e moralmente ambivalente, enquanto a mecânica da individualização permanece intacta, e ninguém realmente as questiona seriamente nem deseja ou é capaz de fazê-lo”.

A individualização poderia gerar falta de consciência, mas, na vigência do Estado de bem-estar social também cria obrigações individuais, dando às pessoas o sentimento de responsabilidade individual pelos riscos da modernização. Para Beck (1997, p. 32), a cultura individualizada do Ocidente implica uma “educação mais aprimorada e em maior escala, assim como empregos e oportunidades melhores para se ganhar dinheiro, em que as pessoas não mais apenas obedeçam”. No entanto, os indivíduos ainda se comunicam e atuam dentro das regras institucionais, mas, ao mesmo tempo, se distanciam dos antigos modos de vida ao buscar novos locais de atividade e identidade. Isso, segundo o autor, não significa desengajamento e esgotamento da política, mas sim o surgimento de um engajamento múltiplo e

contraditório, individual, que mistura elementos de lados contrários da política, por exemplo, ora características direitistas, ora esquerdistas. A esse fenômeno Beck (1997) denomina “subpolítica”.

Mouffe (2015), autora crítica à perspectiva de Beck (1997), acredita que a noção de que as transformações sociais tratam-se de “efeitos colaterais” da vivência desapercebida dos riscos do progresso tecnológico diminui a importância das lutas políticas. Para a autora, o argumento de que na chamada “sociedade de risco” instituições como partidos e sindicatos perdem sua centralidade na medida em que a preocupação com distribuição de renda se torna secundária, despreza o caráter adversarial da política. De acordo com Mouffe (2015), acreditar que agora a política surge em espaços distintos daqueles tradicionais, leva Beck (1997) a dirimir a importância de instituições políticas clássicas, o que elimina a legitimidade do conflito.

Para Beck (1997), por sua vez, a subpolítica se distancia da política ao permitir que agentes externos ao sistema político corporativo participem do planejamento social, não apenas os agentes coletivos, como também os indivíduos. O autor explica que antagonismos entre trabalho e capital, esquerda e direita, interesses de grupos e de partidos políticos mantêm-se na sociedade de risco, mas passam a exigir alterações nos seus sistemas de regras. Segundo Beck (1997) em alguns períodos um lado predomina e em outros momentos o outro lado predomina. Portanto, para Beck (1997), divisões como liberalismo, socialismo, nacionalismo ou conservadorismo, que envolvem partidos, parlamentos e instituições de educação política, são produtos do industrialismo emergente e não possuem sensibilidade para tratar de temas que envolvem a degradação ambiental, o feminismo, as críticas da tecnologia etc.

Como Beck (1997) mesmo lembra, interpretação semelhante sobre o surgimento de uma nova sociedade em que os indivíduos ganham lugar na política foi elaborada por Anthony Giddens, que propôs um modelo de “política emancipatória” contraposto ao que denominou de “política da vida”. Para Giddens (1997), a modernidade enquanto experiência global tem relação com a interpenetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana, não apenas da vida comunitária. Segundo o autor, esses acontecimentos cotidianos representam a tradição em permanente mutação e devem ser consideradas no contexto do deslocamento e da reapropriação de especialidades, em que a tecnologia assume papel fundamental (GIDDENS, 1997).

Giddens (1997) ressalta que todas as tradições possuem um conteúdo moral, que as fazem representar um “dever ser” com bases psíquicas afetivas. Assim, numa sociedade tradicional, a tradição tem um papel dominante, que sequer a permite ser reconhecida como tal. Na sociedade pós-tradicional, todas as áreas da atividade social vêm a ser governadas por decisões, em geral, elaboradas com base no conhecimento especializado. Entretanto, a definição de quem toma a decisão é sempre uma questão de poder fundada em relações preexistentes. Logo, para Giddens (1997), a abertura à tomada de decisões não deve ser identificada com pluralismo, da mesma forma como não se pode identificar a tradição com conservadorismo. Nesse sentido, a ecologia ambiental, explica Giddens (1997), surgiu especialmente como uma resposta à percepção da destrutividade humana, quando a distinção entre meio ambiente e natureza tornou-se essencial: o meio ambiente compõe-se pela natureza transfigurada pela intervenção humana. Tanto assim o é, argumenta o autor, que somente começou-se a falar em meio ambiente com a chegada da modernidade (GIDDENS, 1997).

Giddens (1997) explica que a modernidade destrói a tradição, mas não sem antes utilizar-se dela nas primeiras fases do desenvolvimento social moderno, especificamente, na fase que Beck (1997) denominou de “modernidade reflexiva”. Por exemplo, argumenta o autor, a confiança em outras pessoas somente foi possível na modernidade, porque algum tipo de relação de familiaridade, ainda que provisória, foi construída entre os indivíduos, isto é, relações definidas por grupos, como a família, precisaram ser mantidas em alguma medida. Nas últimas décadas, entretanto, a comunicação eletrônica global instantânea alterou essa dinâmica, pois cada vez mais as tradições preexistentes passaram a entrar em contato e o mundo “do outro” deixou de ser estranho. Assim, para Giddens (1997), da mesma forma que Beck (1997), hoje em dia não se pode falar da globalização como uma manifestação do imperialismo ocidental. Para o autor, a globalização sempre foi um processo bilateral e agora, ainda mais, não há direção óbvia para o intercâmbio próprio da globalização (GIDDENS, 1997).

De acordo com Giddens (1997), embora as tradições nunca desapareçam completamente, a destruição da comunidade local atingiu seu apogeu nos países desenvolvidos. No entanto, isso não significa, segundo o autor, o final das práticas locais, que acabam se remodelando e persistindo em forma de hábito (forma de rotinização pessoal) ou relíquia (artefato não apenas físico revestido de significado

enquanto exemplar de um passado transcendente). Por outro lado, de acordo com Giddens (1997), somente as tradições passíveis de justificação discursiva conseguem manter-se na sociedade pós-tradicional, em que as tradições são desafiadas a explicar-se todo o tempo. Com a intensificação dos processos globalizadores, as tradições remanescentes são aquelas que se preparam para o diálogo aberto: é o caso da distinção entre o masculino e o feminino, que, após as mudanças nas estruturas sociais decorrentes da modernidade, estão sendo profundamente questionadas (GIDDENS, 1997).

Nesse sentido, Giddens (1997) propõe uma “democracia dialógica” para contrapor a violência que pode surgir dos choques culturais globais, isto é, sugere um modelo de democracia em que se reconheça a autenticidade do outro e se esteja preparado para debater em processo mútuo. A sociedade pós-tradicional, ressalta o autor, exige um trabalho pesado de construção de elos pessoais em substituição aos antigos laços coletivos e familiares. Assim, para Giddens (1997), é um erro considerar o individualismo como a essência da ordem pós-tradicional, pois, na verdade, o seu fundamento central está na gama de oportunidades que as novas formas de interrelação proporcionam. Por isso, para o autor, embora nessa nova fase haja muitas incertezas que geram ansiedade, bem como barreiras enormes entre os ricos e os pobres, há perspectivas para a renovação do engajamento político (GIDDENS, 1997).

Por isso, Mouffe (2015) afirma que, assim como a tese de Beck (1997), a proposta de Giddens (1997) tenta, claramente, eliminar a perspectiva adversarial da política, na medida em que as disputas políticas precisam, sob a interpretação desses autores, ser resolvidas pelos indivíduos de forma dialogada a partir de um sentimento de solidariedade e da ampliação da confiança ativa. Por essa ótica, não existem na era pós-tradicional identidades coletivas construídas em termos de nós/eles, pois os conflitos políticos da primeira modernidade, estruturado entre coletivos, não fazem mais sentido quando o individualismo predomina (MOUFFE, 2015). Ao narrar a dinâmica da interpretação de Beck e Giddens, Mouffe (2015, p. 47-48) conclui:

> É bastante revelador que o único tipo de oponente radical que esse modelo consegue imaginar seja o ‘tradicionalista’ ou o ‘fundamentalista’, que, ao reagir contra o desenvolvimento da sociedade pós-tradicional, tenta reafirmar as antigas certezas da tradição. Como esses tradicionalistas ou fundamentalistas, pelo próprio fato de rejeitarem os avanços da

> modernização reflexiva, colocam-se contra o curso da história, não se pode permitir, evidentemente, que participem da discussão dialógica.

Visto dessa forma, a interpretação consensual e dialogada vê no “inimigo” um alvo de eliminação, em lugar de convidá-lo a participar do agir comunicativo. A relação adversarial não é considerada, na medida em que a pretensão do outro não é vista como legítima. O problema, segundo Mouffe (2015), é que essa forma de enxergar a política democrática deixa de atentar para o papel das relações de poder na própria estrutura das sociedades contemporâneas, quando a democratização das instituições básicas da sociedade exige desafiar o poder de uma classe ascendente na chamada sociedade pós-tradicional: no caso das questões ecológicas, caras às teorias revisitadas da modernização, a priorização do lucro precisará ser freada, por exemplo. Para Mouffe (2015), não há possibilidade de aprofundamento democrático sem rever a distribuição do poder em todas as áreas cruciais.

Conclusão

Neste capítulo procurou-se apresentar as ideias centrais das teorias da modernização, a fim de demonstrar sua influência sobre os pressupostos da teoria da cultura política, em consequência, do estudo do comportamento político a partir de determinantes individuais. Com isso, buscou-se chamar atenção para o fato de que teorias tributárias do corolário culturalista dificilmente conseguem se desvencilhar da tradição oriunda das teorias da modernização em seus aspectos mais básicos e estruturantes. A Teoria do Desenvolvimento Humano, nesse contexto, é uma das teorias culturalistas que mais abertamente reconhece sua conexão com as teorias da modernização, ainda que se proponha a revisá-las.

Nesse sentido, a revisão elaborada pela Teoria do Desenvolvimento Humano mantém muitos aspectos próprios das teorias da modernização, pois, de fato, não tem a pretensão de rejeitá-las por completo. Para além disso, mesmo os elementos revisados e propostos sob outros termos na teoria, não são eliminados por completo, como se procurará demonstrar no decorrer dos capítulos. O que se argumenta (e procurar-se-á evidenciar na sequência) é que isso se dá porque muitos aspectos subjacentes às teorias da modernização e à Teoria do Desenvolvimento Humano fazem parte da própria estrutura normativa do pensamento liberal, que valoriza uma ideia de democracia restrita pelos limites de sua associação com o capitalismo.

Assim, neste capítulo, apresentaram-se, também, algumas das críticas sofridas pelas teorias da modernização, as quais se acredita podem auxiliar na reflexão sobre a manutenção na Teoria do Desenvolvimento Humano de aspectos já criticados e revisados na literatura. No mesmo sentido, abordaram-se duas das revisões mais influentes às teorias da modernização, aquelas elaboradas por Beck e Giddens, que são referências frequentes nas publicações de Inglehart. Agora que já se tem uma base teórica mínima para compreender-se as teorias da modernização e as suas revisões, pode-se dar sequência ao raciocínio desenvolvido nesta tese com a apresentação, no próximo capítulo, da teoria revisitada da modernização em voga: a Teoria do Desenvolvimento Humano.

Capítulo 3 - A Teoria do Desenvolvimento Humano

Neste capítulo apresenta-se a Teoria do Desenvolvimento Humano de forma geral, mas suficientemente detalhada para cumprir o objetivo desta tese. Como se poderá perceber, muito frequentemente a noção de democracia adotada aparece entrelaçada à narrativa da teoria, na medida em que o avanço da democracia liberal é o seu foco. Tanto é assim que, para além dos elementos puramente teóricos, a Teoria do Desenvolvimento Humano abarca o desenvolvimento de um modelo metodológico capaz de fazer prever ao longo do tempo a democratização nas mais diversas sociedades. Por isso, adiante seguem os principais elementos da teoria, permeados, sempre que possível, pela compreensão do que seja democratização ou avanço democrático, termos utilizados por Inglehart.

De qualquer sorte, este capítulo está dividido em quatro partes, que parecem dar conta, ainda que de maneira sintética, da Teoria do Desenvolvimento Humano. Em um primeiro momento, a teoria será apresentada de maneira objetiva, mas atenta em descrever os principais conceitos e teses que assume, tais como “mudança intergeracional de valores” e “valores de autoexpressão”. Em seguida, agora de forma exclusiva, justamente pela importância que carrega, será abordado o conceito de democracia adotado na Teoria do Desenvolvimento Humano. Depois, procura-se trazer as novidades inseridas na teoria nos anos recentes, que foram resumidas de maneira eficaz nos dois últimos livros publicados por Inglehart. Por último, apresentam-se algumas das objeções elaboradas à noção presente na obra de Inglehart e seus colaboradores de que a democracia liberal continua em ascensão no mundo.

3.1 Linhas gerais e conceitos centrais

Inicialmente, é importante pontuar que a dita Teoria do Desenvolvimento Humano não tem uma nomenclatura fixa; o autor a trata por diversas denominações a depender da época em que foi escrito e publicado o texto que se lê. Afora isso, algumas dessas denominações correspondem a teses que compõem a teoria. Como a versão mais difundida no Brasil está em Inglehart e Welzel (2009a), optou-se pela expressão “Teoria do Desenvolvimento Humano”, como aparece nessa obra. Contudo, está-se ciente de que em outros lugares aparece como teoria revisitada da modernização, teoria emancipatória da democracia, teoria da mudança intergeracional de valores e, mais recentemente, teoria evolucionária da democracia (INGLEHART; WELZEL, 2009a; INGLEHART, 2018a).

Dito isso, a Teoria do Desenvolvimento Humano foi proposta por Ronald Inglehart como uma revisão das teorias da modernização. A ideia central dessa teoria, que foi testada estatisticamente inúmeras vezes nas últimas cinco décadas (no capítulo seguinte estão enumerados alguns trabalhos), é que o desenvolvimento socioeconômico gera mudanças culturais ao longo do tempo, as quais viabilizam em determinado estágio o surgimento da democracia em sociedades não democráticas e o seu fortalecimento em sociedades já democráticas. De acordo com Inglehart e Welzel (2009a), Antoine de Condorcet[27] foi um dos primeiros a argumentar, em 1795, que o desenvolvimento econômico oriundo do progresso tecnológico produziria mudanças nos valores morais das pessoas. Nesse sentido, as teorias da modernização teriam surgido no Iluminismo, a partir da noção de que o desenvolvimento da tecnologia possibilitaria ao homem maior controle sobre a natureza, e obtido sua versão mais influente em Marx (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Para Inglehart e Welzel (2009a), muitas das previsões de Marx estavam equivocadas, mas sua percepção de que o desenvolvimento econômico teria consequências culturais e políticas foi acertada. Assim, os autores se apropriam de parte do argumento da teoria da modernização de Marx, mas também abordam as previsões da teoria da modernização de Adam Smith – com quem Marx debateu, em um duelo entre a versão capitalista daquele e comunista deste. Isso porque, o objeto

[27] Antoine de Condorcet foi um pensador, matemático e político francês, alinhado ao Iluminismo e aos ideais da Revolução Francesa, defendia a liberalização da economia e da educação.

de interesse de Inglehart e seus colaboradores é o papel do desenvolvimento socioeconômico na cultura e na política, que, segundo Inglehart e Welzel (2009a, 2009b), é o ponto comum entre as mais variadas versões da teoria da modernização. Veja-se:

> Em retrospecto, é óbvio que as primeiras versões da teoria da modernização estavam erradas em vários pontos. Hoje, praticamente ninguém espera uma revolução do proletariado que abole a propriedade privada, inaugurando uma nova era livre de exploração e conflito. Nem ninguém espera que a industrialização conduza automaticamente a instituições democráticas; o comunismo e o fascismo também emergiram da industrialização. Não obstante, um conjunto maciço de evidências sugere que a premissa central da teoria da modernização estava correta: o desenvolvimento econômico tende a provocar mudanças importantes e previsíveis na sociedade, na cultura e na política (INGLEHART; WELZEL, 2009b, p. 1, tradução nossa).

O fato é que após a Segunda Guerra Mundial, em que o embate entre comunismo e capitalismo predominou, de acordo com Inglehart e Welzel (2009a), se tornou aparente a baixa modernização das sociedades emergentes, dirigidas por elites preocupadas com o enriquecimento próprio. Nesse contexto, segundo os autores, uma versão moderna das teorias da modernização surgiu nos Estados Unidos, culpabilizando os países pelo seu baixo desenvolvimento em razão de suas características internas particulares. Isso porque, via o subdesenvolvimento como consequência de economias e instituições tradicionais e de traços psicológicos presentes nas culturas políticas dos países, características que poderiam e deveriam ser alteradas. Entre os autores envolvidos nessa versão da teoria da modernização estariam Pye e Verba (*Political culture and political development*) e Almond e Powell (*Comparative politics: a developmental approach*), entre outros (INGLEHART; WELZEL, 2009a)[28].

Por razões como tais, segundo Inglehart e Welzel (2009a), a partir da década de 1970 as teorias da modernização já estavam desacreditadas e acabaram cedendo lugar à teoria da dependência (CARDOSO; FALETTO, 1979), pela qual os países do antes chamado Terceiro Mundo somente poderiam escapar da exploração global ao se retirarem das transações do mercado, adotando políticas de substituição de

[28] Referências utilizadas por Inglehart e Welzel (2009a):
PYE, Lucian; VERBA, Sidney. Political culture and political development. Pricenton: Princenton University Press, 1963.
ALMOND, Gabriel A.; POWELL, Bingham G. Comparative Politics: A Developmental Approach. Boston: Little, Brown and Company, 1966, p. 348.

importações. Segundo os autores, como as estratégias previstas pela teoria da dependência pareciam não obter o resultado esperado na prática, já que os países mais distantes do capitalismo global apresentavam, na verdade, o menor crescimento econômico, as versões capitalistas ocidentais da teoria da modernização acabaram por readquirir credibilidade, passando a focar na produção de bens de baixo custo para o mercado global, com subsequente reinvestimento na qualificação da força de trabalho, e na expansão da classe média, que requereria por democracia liberal (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Inglehart (2018a) e Inglehart e Welzel (2009a) sustentam, no entanto, que as teorias da modernização precisam ser revisitadas, sobretudo, no que diz respeito a uma noção remanescente das versões clássicas: a suposição de que aspectos culturais étnicos e religiosos tradicionais são mutáveis. Isso porque, segundo os autores, alguns estudos, como os de Huntington (1994) e Putnam (1996), demonstraram que tais elementos das culturas das mais diversas sociedades são bastante resistentes ao longo do tempo. Nesse sentido, Inglehart (1997, 2018a) e Inglehart e Welzel (2009a) argumentam que ambas as correntes teóricas estão corretas: tanto aquela que prevê o declínio de valores tradicionais e a sua substituição por valores modernos, quanto a outra, que prevê a permanência de valores tradicionais exercendo influência na cultura política, mesmo que valores modernos surjam.

Para os autores, não é possível que todos os países tenham desenvolvimento – tanto socioeconômico como humano – igual. Creem que sempre haverá valores tradicionais específicos de cada nação influenciando na forma como a mudança cultural ocorre (INGLEHART, 1997, 2018a; INGLEHART; WELZEL, 2009a). Assim explicam Inglehart e Welzel (2009a, p. 40):

> Se as sociedades do mundo estivessem todas se movendo na mesma direção e à mesma velocidade, as distâncias entre elas continuariam tão grandes como sempre foram e elas jamais convergiriam. A realidade não é assim tão simples, é claro, mas isso ilustra um importante princípio: as sociedades pós-industriais estão mudando mais rapidamente e se movendo numa direção comum – mas as diferenças culturais entre elas eram empiricamente tão grandes em 2001 como em 1981.

Nesse contexto, há mudanças previsíveis na cultura e na vida política decorrentes do desenvolvimento socioeconômico das sociedades, o que é levantado pelas teorias da modernização desde suas primeiras versões. A Teoria do

Desenvolvimento Humano difere das versões tradicionais das teorias da modernização ao afirmar que a mudança cultural advinda da modernização depende da trajetória de cada país. Assim, da mesma forma como o desenvolvimento socioeconômico levaria a mudanças culturais benéficas à democracia, o colapso econômico geraria mudanças na direção oposta (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Nesse sentido, o primeiro artigo sobre o tema foi publicado por Ronald Inglehart em 1971, intitulado "*The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies*". Nesse artigo, Inglehart (2012)[29] investigou se uma mudança intergeracional nos valores dos cidadãos de alguns países da Europa Ocidental estaria em marcha. O autor acreditava que desde o final da Segunda Guerra Mundial os valores dessa população estariam alterando-se de valores relacionados à segurança econômica (os quais chamou à época de valores aquisitivos) para valores ligados à expressão intelectual (denominados de valores pós-burgueses). Essa mudança de valores, segundo Inglehart (2012), estaria gerando uma importante transformação na cultura política dessas sociedades, todas sociedades industriais avançadas.

A partir dessa pesquisa, elaborada por meio de questionário aplicado a uma amostra da população de seis países da Europa Ocidental (Grã-Bretanha, Alemanha, Bélgica, Países Baixos, França e Itália), duas constatações se tornaram evidentes: todas as sociedades em estudo tinham industrialização avançada e a maioria das pessoas em que os valores pós-burgueses foram encontrados eram jovens. Inglehart (2012), então, defendeu que o fato de os jovens terem mais valores pós-burgueses era justamente consequência da mudança intergeracional de valores que conjecturava, isto é, a geração em que estes jovens estariam inseridos refletiria os novos valores proeminentes naquelas sociedades. Nesse sentido, esses novos valores não se tratariam de características típicas da juventude, em geral, mais aberta a mudanças, mas sim de uma alteração nos valores das sociedades em que viviam esses jovens (INGLEHART, 2012).

A noção central de que parte o autor é de "que indivíduos perseguem vários objetivos em ordem hierárquica – dando atenção máxima às coisas que sentem ser as mais importantes necessidades não satisfeitas em um dado momento" (INGLEHART, 2012, p. 159). Assim, grande parte das populações das sociedades

[29] Esse artigo possui versão em língua portuguesa publicada na Revista de Sociologia e Política, a qual se utiliza aqui como referência.

ocidentais teria ultrapassado o estágio do desejo por afluência econômica, de forma a deixar de ter a segurança como prioridade. Esses indivíduos, em maioria, jovens de classe média, teriam sido socializados, majoritariamente, em períodos de afluência econômica sem precedentes. Esses grupos teriam agora outras prioridades hierárquicas, já que a segurança econômica podia ser considerada garantida (INGLEHART, 2012).

Para Inglehart (2012), uma evidência importante da persistência das preferências políticas formadas desde cedo era a identificação partidária. No entanto, como a noção central da sua teoria dizia que a saturação de uma necessidade acabaria por criar um ordenamento de valores diferente, parece provável que esse novo ordenamento atingisse também as preferências partidárias, as remodelando. A mudança de valores era esperada primeiro na classe média superior, porque dependeria de afluência social, e somente após na classe operária ou em grupos rurais. Apesar de a classe média geralmente associar-se com partidos políticos relativamente conservadores, as prioridades valorativas emergentes dizem respeito ao apoio a mudanças sociais radicais. Isso, previu Inglehart (2012), poderia conduzir a mudanças nos partidos de esquerda, mais ligados a causas sociais, de quem os jovens de classe média poderiam se aproximar. Por outro lado, seria relativamente provável que os trabalhadores, a despeito de sua tradicional ligação com partidos de esquerda em razão das questões de classe, pudessem associar-se a partidos conservadores por sua preocupação ainda prioritária com questões econômicas (INGLEHART, 2012).

Na época, Inglehart (2012) ainda não tinha dados suficientes para verificar a mudança valorativa que conjecturava através do tempo. Nesse artigo, o primeiro sobre o tema, o autor partiu para uma análise transversal de dados coletados em apenas uma rodada de pesquisa *survey* para cada país, ou seja, a mudança cultural geracional foi projetada. Por exemplo, o autor verificou que os níveis educacionais entre as respectivas coortes etárias das amostras dos seis países eram bastante grandes, refletindo a expansão dos ensinos secundário e superior na Europa Ocidental durante as duas últimas gerações. Essa diferença, argumentou Inglehart (2012), poderia representar uma característica relativamente permanente dos grupos geracionais.

Tendo isso em mente, Inglehart (2012, p. 163) formulou o seguinte questionamento a ser aplicado aos respondentes: “Se você tivesse que escolher entre

as seguintes coisas, quais são as duas que parecem mais desejáveis para você?". Havia quatro alternativas de respostas, itens que ficariam conhecidos por compor a primeira versão do índice de pós-materialismo da Teoria do Desenvolvimento Humano[30]: 1) manter a ordem no país; 2) dar mais voz ao povo em importantes decisões políticas; 3) combater o aumento de preços e; 4) proteger a liberdade de expressão. Enquanto os itens 1 e 3 foram interpretados como indicadores de preferências valorativas aquisitivas/tradicionais, as opções 2 e 4 representaram indicadores da preferência por valores pós-burgueses. De acordo com o autor, como os itens 1 e 3 tinham alta correlação estatística positiva entre si, assim como os itens 2 e 4, pelo menos a metade dos respondentes optou por um desses pares, ao invés de escolher alternativas desencontradas (INGLEHART, 2012).

Aqueles respondentes que optaram por pares desencontrados (chamados pelo autor de "não puros") foram considerados ambivalentes, formando a tipologia de classificação de respondentes em aquisitivos, ambivalentes e pós-burgueses. Os dois conjuntos teoricamente "puros" quanto às prioridades de valores apareciam sempre em polos opostos em relação aos temas políticos, tais como o apoio à integração europeia e a manifestações. De acordo com Inglehart (2012), em uma testagem sobre o apoio à integração europeia, questão bastante discutida na época, os pós-burgueses foram majoritariamente favoráveis em contraposição aos aquisitivos; em apenas dois casos, os mais favoráveis foram os ambivalentes. Em geral, os respondentes pós-burgueses tiveram mais de duas vezes o número de chances de serem classificados como "claramente favoráveis" à integração europeia (INGLEHART, 2012).

Para a sua teoria estar correta, Inglehart (2012) precisava encontrar a maior proporção de respostas pós-burguesas e a menor proporção de respostas aquisitivas entre os grupos geracionais mais jovens em cada amostra nacional. De acordo com o autor, os respondentes nascidos após 1945 formavam o único grupo socializado inteiramente em condições de afluência crescente (após a Segunda Guerra Mundial), sem interrupções causadas por mudanças econômicas consideráveis. Assim, tendo em conta o nível de afluência econômica das sociedades na fase pré-adulta dos

[30] O índice de pós-materialismo, como se verá adiante, é composto hoje por 12 itens. É a partir desse índice que autores diversos testam a teoria de Inglehart em vários locais do mundo, alguns apenas o aplicando da forma como foi elaborado e outros propondo sua alteração para a obtenção de melhores resultados (sobre isso, ver na seção 3.4).

respondentes, o autor esperava encontrar uma proporção bem baixa (mas não nula) de atitudes pós-burguesas entre aqueles respondentes nascidos antes de 1945, sobretudo, naquelas coortes formada por idosos (INGLEHART, 2012).

Ainda, a distribuição dessas preferências valorativas deveria variar de país para país conforme as suas histórias econômicas. Inglehart (2012) esperava, por exemplo, que níveis altos de riqueza absoluta durante certo período em um determinado país correspondesse a proporções relativamente altas de respondentes pós-burgueses entre as coortes socializadas nesse período. O autor encontrou resultados mais relevantes quando foi observada a única coorte etária socializada inteiramente no período posterior à Segunda Guerra: o grupo de respondentes pós-burgueses quase dobrou de tamanho, enquanto o grupo aquisitivo declinou rapidamente. No grupo geracional mais jovem, os níveis de respondentes pós-burgueses apareceram equilibrados ou maiores em relação aos níveis de respondentes aquisitivos, exceto na Inglaterra. Na Inglaterra, aliás, foram encontrados os menores patamares gerais de pós-burgueses; no entanto, lá foram encontrados mais pós-burgueses entre os grupos que alcançaram a idade adulta antes da Segunda Guerra. Isso porque, segundo Inglehart (2012), a taxa de mudança de coorte etário para coorte etário foi muito menor na Inglaterra do que nos demais países, o que o autor interpretou como reflexo da importância da trajetória econômica de cada país.

Como se percebe, a noção básica de Inglehart (2012) implica dois tipos de efeitos associados a uma transformação dos valores prioritários: uma delas tem relação com as diferenças valorativas entre faixas etárias; o outro efeito, que diz respeito à socialização, nas palavras de Inglehart (2012, p. 171), implica que “o grau de segurança econômica que um indivíduo sente durante seus anos formativos pode desempenhar um papel-chave na formação de seu comportamento político posterior”. Para verificar esses efeitos, o indicador mais acurado tendo em vista a falta de dados, de acordo com o autor, é o nível educacional, pois na Europa Ocidental a probabilidade de uma pessoa alcançar altos níveis educacionais estaria largamente atrelada à afluência econômica das suas famílias (INGLEHART, 2012).

De fato, Inglehart (2012) encontrou a distribuição de preferências de valores conformadas às situações socioeconômicas dos respondentes (o que foi verificado a partir de uma escala que combinava a ocupação e o nível de educação). Ainda, encontrou a maior probabilidade de grupos socioeconômicos inferiores selecionarem valores prioritários aquisitivos em relação àqueles com nível socioeconômico mais

alto. Além disso, a relação entre coorte etária e valores prioritários se manteve quando controlada pelo nível socioeconômico, assim como as diferenças entre as coortes etárias persistiram quando refinado o controle pela educação (INGLEHART, 2012).

Ao final desse primeiro artigo, Inglehart (2012) listou algumas pesquisas realizadas com o público de países específicos, que tiveram resultados semelhantes ao seu. Depois, buscou relacionar seus resultados às opções partidárias dos respondentes, encontrando evidências de que a sua hipótese de que a mudança cultural poderia alterar a forma como as pessoas se conectam a partidos políticos talvez fosse verdadeira. O autor encontrou que pessoas com *status* socioeconômico inferior tinham uma menor disposição para um conjunto de princípios pós-burgueses mais compatíveis com “partidos das mudanças” do que com os “partidos da ordem”. Inglehart (2012, p. 181) fez o seguinte questionamento aos respondentes: “Se houvesse uma eleição geral amanhã, em qual partido você mais provavelmente votaria?”; as respostas a essa questão foram cruzadas com os valores aquisitivos e pós-burgueses. Como resultado, encontrou que os respondentes com valores pós-burgueses apoiariam mais os partidos de mudança do que os partidos conservadores em relação aos respondentes com valores aquisitivos (INGLEHART, 2012).

Ainda, Inglehart (2012) ressaltou que, como a mudança cultural dependeria de um ponto de saturação de um objetivo a que antes era dada prioridade máxima, seria provável que essa saturação em relação aos valores de segurança econômica ocorresse, primeiramente, entre pessoas com altos níveis de riqueza. Por isso, a maioria das pessoas em que foram encontrados novos valores não eram apenas jovens, mas jovens de classe média. Isso é especialmente interessante para o autor, já que a classe média aparece frequentemente associada a partidos políticos considerados conservadores, em contraposição aos valores emergentes, relacionados a mudanças sociais radicais (INGLEHART, 2012).

Segundo Inglehart (2012), os indivíduos dessa geração, jovens ao tempo do estudo, passaram por longo período de afluência social, provavelmente, por quase toda sua vida. No mesmo sentido, como a infância e a juventude são períodos de formação do caráter dos indivíduos, é possível que os adultos ao tempo do estudo tenham desenvolvido outros valores, aqueles ligados à segurança econômica. Por isso, para o autor, é possível a existência de conflito intergeracional de valores, o que, obviamente, estaria relacionado ao nível econômico das sociedades, isto é, a experiência de jovens que passaram toda sua vida em sociedades industriais

avançadas teria contribuído para que esse grupo aparecesse como menos preocupado com a sobrevivência (INGLEHART, 2012).

Optou-se por detalhar o artigo inaugural da Teoria do Desenvolvimento Humano não apenas por ser o primeiro, mas também porque a ideia central da teoria mantém-se a mesma até os dias atuais. Os artigos seguintes publicados pelo autor trazem, em geral, a atualização ao longo do tempo das testagens estatísticas que comprovam a noção de que as prioridades valorativas das pessoas são definidas pela afluência econômica em que viveram no período de formação, ou seja, na fase pré-adulta. Em 1977, o autor publicou "*Silent Revolution: changing values and political styles among western publics*", o seu primeiro livro com a compilação dos resultados de sua teoria. Nesse livro, Inglehart (1977) apresenta mais evidências da ocorrência da mudança intergeracional de valores por meio da verificação de diferença de prioridades das pessoas segundo faixas etárias. Essas diferenças etárias refletiriam a história da sociedade e suportariam flutuações econômicas momentâneas. Nesse sentido, Inglehart (1977) descreve, por exemplo, a tendência de declínio do voto baseado em particularismo e em valores pré-industriais e a ascensão da tendência do voto por razões universalistas e modernas.

De acordo com Inglehart (1977), entre as muitas forças que contribuem para a mudança intergeracional de valores estão a expansão da educação secundária e superior, o crescente número e a diversidade dos meios de comunicação de massa e as alterações nas experiências de vida das pessoas, todas características decorrentes do desenvolvimento econômico. A tecnologia própria da era pós-industrial, segundo o autor, fez possível uma produtividade sem precedentes que passou a sustentar as sociedades de industrialização avançada, o que gerou a expansão de oportunidades educacionais, criou a mídia de massa e envolveu as pessoas em uma mudança drástica, as deslocando dos seus padrões ocupacionais habituais. A mudança na estrutura ocupacional estaria, assim, na base da definição de sociedade pós-industrial, justificando, por exemplo, o fato de nos Estados Unidos apenas uma minoria dos indivíduos estarem ainda engajados com agricultura e manufatura. Igualmente, o crescimento econômico proporcionou níveis de renda *per capta* inéditos. Essas mudanças na ocupação e na renda teriam, unidas, proporcionado a expansão educacional (INGLEHART, 1977).

Segundo a lógica de Inglehart (1977), acontecimentos em nível sistêmico geram mudanças em nível individual, as quais produzem consequências novamente

em nível sistêmico. Por exemplo, o desenvolvimento tecnológico advindo da modernização (nível sistêmico) pode produzir o fomento da satisfação de necessidades ligadas à autoestima e à autorrealização em nível individual. A partir disso, o autor passa a defender ser provável que o debate político direcione o foco de questões antes predominantes para questões relacionadas ao estilo de vida das pessoas. Ainda, alerta que o crescimento do nível educacional no país possivelmente conduzirá ao aumento da parcela da população habilitada para lidar com questões da política nacional, levando a mudanças nas formas convencionais de participação política (INGLEHART, 1977). Esses e outros exemplos aparecem esquematizados a seguir (Figura 1):

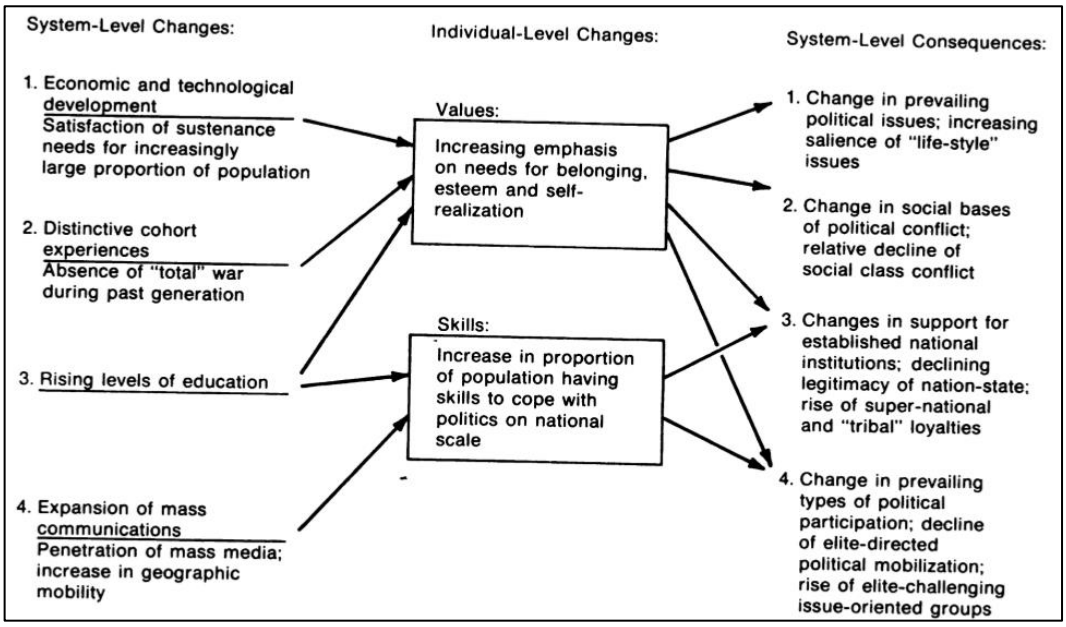

Figura 1 – Esquema da dinâmica da mudança cultural
Fonte: Inglehart (1977, p. 5).

Conforme adiantou-se, Inglehart (2012) desenvolveu um índice de quatro itens para analisar estatisticamente a passagem dos valores chamados na época de aquisitivos para pós-burgueses. Essa metodologia original foi largamente criticada, conforme será melhor detalhado adiante. Por isso, no *survey* coordenado pelo autor em 1973 os quatro itens originais foram suplementados com mais oito itens, que acabaram por formar o hoje conhecido índice de pós-materialismo de 12 itens, aplicado em todas as rodadas de pesquisa do *World Values Survey*. Em "*Silent Revolution*", Inglehart (1977) já apresenta resultados a partir dos índices de quatro itens e de 12 itens.

O índice de 12 itens foi composto em três partes de quatro itens: A primeira delas previa o seguinte questionamento aos respondentes: “Neste cartão estão listados alguns objetivos que diferentes pessoas poderiam tomar como altas prioridades. Por favor, você poderia dizer quais dessas você considera mais importantes?”. Os itens eram os seguintes: manter uma alta taxa de crescimento econômico, assegurar que o país tenha forças de defesa fortes, considerar que as pessoas têm mais a dizer sobre como as coisas são decididas no trabalho e em suas comunidades, tentar fazer nossas cidades e zonas rurais mais bonitas. A segunda etapa propunha o seguinte questionamento: “Se você pudesse escolher, quais coisas deste cartão você diria que são mais desejáveis?”. As opções eram essas: manter a ordem na nação, dar mais voz às pessoas nas decisões governamentais importantes, lutar contra a alta de preços, proteger a liberdade de expressão. Por fim, na terceira etapa, era questionado ao respondente: “Aqui está outra lista. Na sua opinião, qual destes itens é o mais importante?”. As opções eram as seguintes: manter a economia estável, progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana, lutar contra o crime, progredir em direção a uma sociedade em que as ideias são mais importantes que o dinheiro (INGLEHART, 1977, p. 40-41).

Desses itens, seis representam os valores materialistas e outros seis representam valores pós-materialistas. Os valores considerados materialistas, em razão da ênfase em segurança financeira e física, são: manter uma alta taxa de crescimento econômico, assegurar que o país tenha forças de defesa fortes, manter a ordem na nação, lutar contra a alta de preços, manter a economia estável e lutar contra o crime. Os demais itens listados são os representativos dos valores pós-materialistas, ligados à segurança intelectual e à satisfação estética (INGLEHART, 1977; 1997).

Em outro artigo, de pouco mais de uma década depois, Inglehart (1988) buscou demonstrar que variáveis econômicas não apenas poderiam influenciar os modelos explicativos institucionais da escolha racional, como tornou-se dominante desde o final da década de 1960, mas também estariam inseridas em um processo de mudança cultural favorável à democracia. Como a ênfase na escolha racional desprestigiou quase que totalmente fatores culturais, o autor preocupou-se em reverter o que chamou de desequilíbrio, isto é, sustentou a necessidade de conjugação de fatores institucionais e culturais nas análises políticas. Obviamente, como as variáveis

institucionais já estavam sendo largamente testadas, concentrou-se em demonstrar o papel de aspectos culturais para a democratização (INGLEHART, 1988).

Após tomar conhecimento de estudos que afirmaram o impacto da cultura no desenvolvimento econômico, e das críticas a esses trabalhos, que pontuaram justamente a existência de relação inversa, Inglehart (1988) levantou a hipótese de que, na verdade, uma relação causal recíproca estaria ocorrendo. Nesse sentido, para o autor, parecia provável a cultura agir sobre o desenvolvimento econômico, mas também o desenvolvimento econômico atuar sobre a cultura (INGLEHART, 1988). O que distingue Inglehart, segundo Ribeiro (2011), é apresentar uma teoria conciliadora dessas duas correntes, ao afirmar que o desenvolvimento leva a mudanças culturais previsíveis, mas que essas mudanças culturais ocorrem sobre linhas valorativas tradicionalmente estabelecidas.

Inglehart (1988) passou a pensar sobre o papel do desenvolvimento econômico na cultura política porque acreditou necessário revisar o modelo da teoria da escolha racional, mas também porque não acreditava na capacidade de variáveis comumente trabalhadas pela teoria da cultura política, como confiança interpessoal e satisfação política, de garantirem um comprometimento das pessoas com o regime político a longo prazo. Para o autor, parecia preciso pensar-se em um fator mais duradouro, que permeasse a existência das pessoas. Ao mesmo tempo, a satisfação com a vida – atitude tão difusa que certamente não estaria vinculada ao desempenho atual da economia ou a qualquer outro acontecimento político imediato – vinha demonstrando-se um dos melhores indicadores de legitimidade democrática (INGLEHART, 1988).

Por isso, aspectos culturais mais duradouros pareciam mais promissores para a explicação da legitimidade democrática, como o era o desenvolvimento econômico dos países (INGLEHART, 1988). Segundo Inglehart (1977, p. 1, tradução nossa), “[...] as pessoas tendem a estar mais preocupadas com necessidades ou ameaças imediatas do que com coisas que foram vistas como remotas ou não ameaçadoras”. Logo, a preocupação com questões materiais, ligadas à sobrevivência, seriam muito mais frequentes em sociedades não desenvolvidas economicamente, onde ainda poderiam ser consideradas ameaças, do que em sociedades desenvolvidas (INGLEHART, 1977). Veja-se como Inglehart (1988, p. 1205, tradução nossa) ilustra:

> De seu trabalho de campo de 1959, Almond e Verba descobriram que (diferentemente dos britânicos ou dos cidadãos americanos) poucos alemães expressavam orgulho por suas instituições políticas. Mas um dos poucos

> aspectos de sua sociedade em que expressavam orgulho era o modo como seu sistema econômico estava funcionando. No curto prazo, essa é uma base inadequada para a legitimidade democrática. Mas, a longo prazo, tais sentimentos podem contribuir para a evolução de orientações amplamente favoráveis às instituições sob as quais se vive. Tais sentimentos podem ter um papel importante na sustentação da viabilidade dessas instituições, mesmo quando os resultados econômicos ou políticos favoráveis não estão disponíveis. Isso porque os padrões culturais, uma vez estabelecidos, possuem considerável autonomia e podem influenciar eventos políticos e econômicos subsequentes.

Inglehart (1988) utilizou dados de opinião pública coletados ao longo do período de 1973 a 1987 pelo Eurobarômetro para comprovar a sua hipótese. O autor descobriu, por exemplo, que os dinamarqueses são seis vezes mais propensos à satisfação com a vida do que os italianos, lembrando que o desenvolvimento econômico tem se mostrado superior na Dinamarca há anos não apenas em relação à Itália. Por isso, concluiu haver boa adequação entre as flutuações de curto prazo na satisfação com a vida e as experiências econômicas dos respectivos países. O seu principal achado, contudo, foi a continuidade cultural apesar dessas flutuações de curto prazo, isto é, os dados demonstraram tanto as flutuações oriundas de eventos econômicos, sociais e políticos imediatos, quanto uma mudança cultural de longo prazo (INGLEHART, 1988).

A partir dessas descobertas, Inglehart (1988) sugeriu que as diferenças entre países possuem um componente cultural essencial que reflete a experiência histórica dessas sociedades. Assim explica Inglehart (1988, p. 1207, tradução nossa):

> Essas orientações podem ser transmitidas de geração em geração através da socialização pré-histórica. Na medida em que a aprendizagem precoce é relativamente persistente, isso contribui para a estabilidade de padrões culturais distintos. O fato de podermos, até certo ponto, identificar as causas históricas de determinadas diferenças interculturais não as faz, naturalmente, desaparecer. Eles permanecem características culturais distintas com consequências comportamentais importantes.

A satisfação geral com a vida, assim, faria parte de uma síndrome de atitudes originadas da percepção da pessoa sobre o mundo em que vive: percepções positivas levariam a maior satisfação com a vida. A confiança interpessoal e a satisfação política fariam parte dessa síndrome, mas atuariam isoladamente mais a curto prazo. No entanto, embora a satisfação política mostre flutuações bruscas, os públicos de algumas sociedades manifestariam níveis mais altos de satisfação do que os públicos de outras (INGLEHART, 1988).

No entanto, Inglehart (1988, 2012) não tinha muitas das repostas que apresentou em trabalhos posteriores. Por exemplo, apesar de o autor acreditar na existência de relação entre a mudança cultural, o desenvolvimento econômico e a democracia liberal, não havia ainda conseguido comprovar a causalidade entre os fenômenos. Por isso, Inglehart (1988) não descartava totalmente a possibilidade de a cultura política agir autonomamente sobre as instituições, da forma como apontavam Almond e Verba (1989) (INGLEHART, 1988). Sua hipótese, entretanto, nunca foi essa. Para Inglehart (1977, 1988, 2012), a cultura política é impactada pelo estado de industrialização da sociedade, alterando-se de geração em geração até que valores pró-democráticos predominem. Para o autor, o desenvolvimento econômico não leva necessariamente à democracia, mas na medida em que traz mudanças na cultura política, aumenta a viabilidade das instituições democráticas (INGLEHART, 1977, 1988, 2012).

Desde os primeiros escritos sobre a teoria, Inglehart desenvolveu muitos artigos sobre o tema, sempre na busca de comprovar as suas hipóteses a partir de dados mais completos e de responder às críticas que recebia. A síntese de seus achados apareceu em livros subsequentes, entre os quais, alguns em coautoria. Em "*Culture Shift in Advanced Industrial Society*", livro publicado em 1990, o autor ainda estava restrito ao estudo das sociedades avançadas. Já em "*Modernization and postmodernization: culture, economic, and policial change in 43 societies*", de 1997, ampliou a gama de países estudados, incluindo o Brasil, no intuito de descobrir se a mudança de valores que vinha acompanhando nas últimas décadas se daria mundialmente[31].

Entretanto, no Brasil, o livro mais difundido entre os pesquisadores do comportamento político é "*Modernization, cultural change and democracy: the human development sequence*", escrito por Inglehart em coautoria com Christian Welzel e publicado originalmente nos Estados Unidos em 2005, mas traduzido para o português e publicado no país em 2009. Inglehart e Welzel (2009a)[32] utilizaram dados do *World Values Survey*, coletados de 1981 a 2001, em 81 países dos cinco continentes, a partir dos quais os autores puderam comprovar a mudança cultural em

[31] Importante esclarecer que os estudos de Inglehart em maioria utilizam dados do *World Values Survey,* projeto de pesquisas *survey* existente desde 1981 e coordenado pelo autor, que pela primeira vez incluiu o Brasil na onda de pesquisas de 1990.

[32] Foram Inglehart e Welzel (2009a) que passaram a denominar a teoria desenvolvida ao longo dos anos por Inglehart e seus colaboradores de "Teoria do Desenvolvimento Humano".

nível mundial, bem como reafirmar a presença de valores não tradicionais entre os mais jovens. Nesse livro, os autores tomam a hipótese da mudança cultural intergeracional como comprovada, reafirmando que as distinções de comportamento ligadas à idade não se tratam de reflexos do ciclo de vida das pessoas, pois “essas diferenças intergeracionais são encontradas em sociedades desenvolvidas, mas não em sociedades de baixa renda” (INGLEHART; WELZEL, 2009a, p. 126).

Inglehart e Welzel (2009a) enfatizam que sua teoria revisitada da modernização faz apenas previsões estatísticas, que não vislumbram a linearidade da mudança cultural, enquanto a versão marxista era determinística e previa uma mudança cultural linear. Para os autores, a mudança cultural não se move continuamente em uma única direção. Isso porque, a industrialização teria gerado a substituição de valores tradicionais por valores seculares-racionais apenas até a ascensão da sociedade pós-industrial, momento em que tal substituição teria se tornado mais lenta e cessado. Nesse período, outra mudança começaria a acontecer, a substituição de valores de sobrevivência por valores de autoexpressão (INGLEHART; WELZEL, 2009a, 2009b). Em outros momentos, a fase pós-industrial é chamada de pós-modernização (INGLEHART, 1997).

Inglehart e Welzel (2009b, p. 1, tradução nossa) assim desenvolvem esse raciocínio:

> A industrialização leva a um grande processo de mudança, resultando em burocratização, hierarquia, centralização de autoridade, secularização e uma mudança dos valores tradicionais para os valores seculares-racionais. A ascensão da sociedade pós-industrial traz outro conjunto de mudanças culturais que se movem em uma direção diferente: em vez da burocratização e centralização, a nova tendência é para uma crescente ênfase na autonomia individual e valores de autoexpressão, que levam a uma crescente emancipação da autoridade.

Essa segunda mudança cultural, de valores de sobrevivência para valores de autoexpressão, seria ainda mais poderosa que a primeira e teria caminhado timidamente durante a transição da sociedade pré-industrial para a sociedade industrial, tornando-se dominante com o surgimento da sociedade pós-industrial. Seus efeitos práticos seriam a maior valorização da escolha humana, da autonomia e da criatividade (INGLEHART, 1988; INGLEHART; ABRAMSON, 1999; INGLEHART; WELZEL, 2009a, 2009b). Inglehart e Welzel (2009a, p. 42) creem que com a ascensão de valores de autoexpressão, “mesmo democracias há muito consolidadas se tornam

mais receptivas às preferências das massas, e a política se torna cada vez menos um jogo restrito às elites que prestam atenção às massas apenas nas eleições".

A industrialização teria trazido menos dependência da natureza e avanço no progresso tecnológico, fazendo com que aspectos relacionados à ciência se tornassem uma nova fonte de autoridade, já que o seu progresso contribuiu para o aumento da expectativa de vida e consequente crescimento populacional. Na fase pós-industrial a ênfase foi alterada da sobrevivência humana para a comunicação humana. Nas palavras de Inglehart e Welzel (2009a, p. 47), "O estágio industrial da modernização traz a secularização da autoridade, enquanto o estágio pós-industrial traz a emancipação frente à autoridade". Embora o primeiro estágio tenha distanciado as crenças e as instituições da autoridade ligada à doutrina essencialmente religiosa, ainda assim, acreditam os autores, essa secularização não teria evitado a manutenção da dominação dogmática, como fascismo e comunismo fizeram ver. Nesse sentido, enquanto a secularização da autoridade serviu para a legitimação de autoridades ainda dogmáticas, a autoexpressão, oriunda da segunda fase da mudança cultural, desafia a autoridade e emancipa as pessoas (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Assim, no processo de mudança cultural, segundo Inglehart e Welzel (2009a, p, 44), "Nenhum outro fator tem implicações mais críticas do que o desenvolvimento socioeconômico. Ele afeta diretamente o sentimento de segurança existencial das pessoas, determinando se a sobrevivência é incerta ou se pode ser dada como garantida". Por esse motivo, as crenças e os valores das sociedades desenvolvidas seriam muito distintos daqueles das sociedades em desenvolvimento. De acordo com os autores, as diferenças culturais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento aparecem, sobretudo, na importância dada pelas pessoas à religião, à autoexpressão e à qualidade de vida e na forma como se dão as relações de gênero. As orientações valorativas refletiriam as condições existenciais predominantes na vida das pessoas (INGLEHART; WELZEL, 2009a). Sobre isso, Inglehart (1988, p. 1203, tradução nossa) argumentava anos antes "[...] que essas diferenças culturais são relativamente duradouras, mas não imutáveis; e que têm grandes consequências políticas, estando intimamente ligadas à viabilidade das instituições democráticas".

As orientações valorativas teriam a importante função de definir as metas pessoais. Assim, a alteração das condições existenciais mudaria as orientações valorativas e, em consequência, as metas pessoais. Por isso, Inglehart e Welzel

(2009a) acreditam que o desenvolvimento socioeconômico é essencial nesse processo, uma vez que impacta as condições de existência das pessoas. Para os autores (2009a, p. 45), “Isso é particularmente verdadeiro em sociedades de escassez. A sobrevivência é uma meta humana tão básica que, quando incerta, determina toda estratégia de vida de um indivíduo”. Assim definem os autores as consequências do desenvolvimento socioeconômico para o desenvolvimento humano:

> O desenvolvimento socioeconômico diminui as restrições objetivas à autonomia, à criatividade e à escolha humanas. Primeiro, a redução da pobreza desempenha um papel crucial, diminuindo as restrições materiais à escolha humana e alimentando um sentimento de segurança existencial [...]. Segundo, o desenvolvimento socioeconômico aumenta o nível de educação formal das pessoas e dá a elas maior acesso à informação por meio da mídia de massa [...]. Uma terceira consequência importante do desenvolvimento socioeconômico é o fato de que ele aumenta a especialização ocupacional e a complexidade social, diversificando as interações humanas (INGLEHART; WELZEL, 2009a, p. 46).

Como se vê, os autores acreditam que com o desenvolvimento socioeconômico a socialização torna-se questão de escolha, de forma que papeis fixados tradicionalmente nas sociedades, como os de gênero e de classe, acabam por dissolverem-se, já que é possível às pessoas se expressarem como bem entenderem. Nesse sentido, o desenvolvimento socioeconômico possibilitaria não apenas a autonomia individual, mas, ao assim fazer, favoreceria também a autonomia social, na medida em que a ampliação da livre escolha permitiria às pessoas escolherem como e com quem gostariam de se relacionar socialmente (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

A partir da pós-industrialização, as atividades profissionais teriam exigido maior especialização e as habilidades cognitivas teriam passado a ser mais requisitadas. O fomento da educação formal, juntamente com a maior difusão do acesso à tecnologia da informação, teria tornado os indivíduos intelectualmente mais independentes e reduzido as limitações à escolha humana. Em suma, a mudança de valores tradicionais para valores seculares-racionais “gera uma secularização da autoridade. Mas a mudança de sobrevivência para valores de autoexpressão ligada à pós-industrialização gera emancipação da autoridade” (INGLEHART; WELZEL, 2009a, p. 52).

Essa emancipação se daria, sobretudo, porque a alternância da prioridade da sobrevivência para a autoexpressão tornaria as pessoas mais críticas sobre os riscos da tecnologia. Durante o período industrial, segundo Inglehart e Welzel (2009a), as sociedades continuaram a se organizar de maneira hierárquica, de forma que as restrições sociais persistiram. Já na fase pós-industrial, a crescente autonomia individual diminui a necessidade de diretrizes dogmática e as preocupações espirituais readquirem importância em razão da conscientização dos riscos da civilização (INGLEHART; WELZEL, 2009a). Assim sintetizam os autores:

> O que observamos é uma transformação da função da religião, de formas institucionalizadas e religiosidade dogmática que ditam códigos absolutos de conduta em um mundo inseguro, para preocupações espirituais individualizadas que atendam à necessidade de significado e propósito, em sociedades nas quais praticamente ninguém morre de fome (INGLEHART; WELZEL, 2009a, p. 55).

Na fase pós-industrial, entretanto, os perigos da civilização não são concretos, isto é, ninguém imagina sofrer os prejuízos do aquecimento global para já. Essa percepção de perigo não iminente possibilitaria às pessoas preocuparem-se com aspectos da vida com os quais não se ocupariam se precisassem estar unicamente atentos a sua sobrevivência. Assim, em contrário senso do que se poderia imaginar, para os autores, o aumento da autonomia individual diminuiria o egocentrismo. A ideia é que as pessoas ficariam cada vez mais individualistas durante o período de industrialização, mas na pós-industrialização passariam a perceber os riscos desse comportamento. Exemplo mais frequente desse processo seria o florescimento de valores pós-materialistas (INGLEHART; WELZEL, 2009a), que levaria as pessoas a buscarem por mais felicidade em suas vidas (INGLEHART, 2018a). Veja-se essa passagem de Inglehart (2018a, p. 03, tradução nossa):

> A mudança cultural reflete mudanças nas estratégias para maximizar a felicidade. Nas sociedades agrárias com pouco ou nenhum desenvolvimento econômico ou a mobilidade social, a religião torna as pessoas mais felizes, diminuindo aspirações nesta vida, e prometendo que eles serão recompensados em uma vida após a morte. Mas a modernização traz desenvolvimento econômico, democratização e crescente tolerância social - que são favoráveis à felicidade porque eles dão às pessoas mais liberdade de escolha em como viver a vida deles.

O consumo cada vez menos seria determinado pela necessidade e cada vez mais pela qualidade de vida, de acordo com Inglehart e Welzel (2009a). Os autores

sustentam, no entanto, que o surgimento de valores de autoexpressão não faz com que os desejos materiais sejam esquecidos de pronto pelas pessoas. Tratar-se-ia de um processo de mudança cultural mais ou menos demorado, pois as normas culturais seriam internalizadas desde muito cedo e reforçadas por sentimento de culpa ou vergonha, que impediria os indivíduos de descumpri-las. Assim, as normas culturais precisariam ser enfraquecidas gradativamente até desaparecerem, caminho que seria iniciado pelo desaparecimento da sua razão original. Por esse motivo, as novas gerações conviveriam com normas antigas e novas em conflito (INGLEHART; WELZEL, 2009a). Para Inglehart e Welzel (2009a, p. 58), assim se daria a mudança cultural na história:

> [...] gradativamente, novas formas de comportamento – desviadas das normas tradicionais – surgiriam, e os grupos com maior probabilidade de aceitá-las são os jovens, mais do que os idosos; os relativamente seguros, mais do que os inseguros; os de maior nível educacional, mais do que os de menor nível educacional; e os com interações humanas diversificadas, mais do que aqueles confinados em redes hermeticamente fechadas.

Apesar de afirmarem a importância do nível educacional para a aceitação de valores cada vez mais distantes dos tradicionais, Inglehart e Welzel (2009a) ressaltam que este não é o único fator. Por isso, para esses autores, a ênfase unilateral das teorias da modernização clássicas em fatores cognitivos é equivocada e precisa também ser revisitada. Da forma como entendem Inglehart e Welzel (2009a, p. 61), “Um alto nível educacional é um indicador de que o indivíduo cresceu com um nível suficientemente alto de segurança existencial para dar sobrevivência como certa – e, portanto, priorizar a autonomia, a escolha individual e a autoexpressão”. Ou seja, o nível cognitivo é mais um indicador das condições existenciais a que o indivíduo esteve exposto durante a sua vida; e essas condições existenciais determinam a mudança cultural. Por isso, o nível cognitivo pode mostrar-se mais ou menos relevante à mudança cultural em diferentes nações (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Ademais, a mudança cultural prevista pela Teoria do Desenvolvimento Humano não poderia ser explicada em nível social pela mensuração das mudanças pontualmente ocorridas, isto é, o nível absoluto de uma sociedade em determinada variável ao longo do tempo é um melhor indicador do que mudanças recentes. Nesse sentido, ainda que um país tenha baixo percentual em uma variável, o volume de mudanças culturais nele observado longitudinalmente poderia ser grande, inclusive,

maior do que de países com altos patamares dessa mesma variável. A mudança sistêmica raramente relaciona-se com a mudança em nível individual e, por isso, a verificação apenas de taxas de crescimento econômico, por exemplo, não seria suficiente para mensurar a mudança cultural ocorrida em uma sociedade (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Inglehart e Welzel (2009a) admitem que as transformações sociais de interesse das elites alcançam mais facilmente o nível sistêmico, porque são também mudanças políticas. Por elite os autores entendem todas aquelas pessoas que detêm poder de negociação sobre essas transformações, ainda que não detivessem há pouco tempo. No entanto, os autores acreditam que mudanças culturais podem alcançar as instituições ainda que não sejam propostas por elites, como é o caso das mudanças impulsionadas por clamores sociais, que culminam em alterações legislativas ou até mesmo na alteração do regime político (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Nesse sentido, a principal consequência desse processo de mudança cultural, conformado pela queda do respeito à autoridade e pelo crescimento da autoexpressão a partir da fase pós-industrial, seria a democratização em sociedades autoritárias e o incremento da democracia por meio da maior participação política. Isso porque, as pessoas estariam se tornando mais contestadoras das elites e atuantes em prol da resolução de problemas. No entanto, a fase pós-industrial não estaria imune a conflitos, sobretudo, porque a ampliação da autonomia individual estimularia reações conservadoras. Essas reações, segundo Inglehart e Welzel (2009a), viriam de segmentos marginalizados da população, especialmente, daqueles com nível social mais baixo, os quais ainda possuem necessidades existenciais. Nesse contexto, a percepção de ameaça tonar-se-ia terreno ideal para fundamentalismo religioso e populismo de direita (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

A segurança existencial, assim, seria um legado essencial do desenvolvimento socioeconômico para o surgimento de valores de autoexpressão, mas não o único. Isso porque, não apenas a conquista da segurança existencial importaria, mas também a experiência pessoal dentro de uma sociedade em ascensão. Sociedades em ascensão ampliariam as redes de interação pessoal, pois o aumento da autonomia estimularia a criatividade e o interesse pela diversidade humana. Como exemplo, Inglehart e Welzel (2009a) descrevem a situação dos Emirados Árabes, onde, apesar de terem segurança existencial proporcionada pela distribuição de renda pelo Estado,

as pessoas não têm ocupações diversificadas e sua criatividade é limitada pelo baixo investimento em conhecimento. Nas palavras dos autores (2009a, p. 72), “A segurança existencial gera valores de autoexpressão, se aliada à individualização e à experiência da autonomia” (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Ao delinear traços gerais da Teoria do Desenvolvimento Humano, não se pode deixar de mencionar as hipóteses que compõem a tese da mudança intergeracional de valores, central na teoria. Muito do que essas hipóteses querem significar já foi apontado aqui, mas, ainda assim, é importante dar ênfase a elas, as quais Inglehart (1990) denominou hipótese da escassez e hipótese da socialização. Pela hipótese da escassez deve-se entender, segundo Inglehart (1997, p.33, tradução nossa), que “as prioridades dos indivíduos refletem o ambiente socioeconômico: coloca-se o maior valor subjetivo naquelas coisas que estão relativamente com pouca oferta”. Nesse sentido, Inglehart (1997) e Inglehart e Welzel (2009a) informam que a inspiração para a hipótese da escassez foi um princípio difundido na teoria econômica: o princípio da diminuição da utilidade marginal, pelo qual necessidades materiais de sobrevivência tornam-se prioridade quando seu suprimento é escasso e dispensáveis quando o seu suprimento é farto (INGLEHART, 1997; INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Nesse sentido, segundo Inglehart e Welzel (2009a), liberdade e autonomia são desejos de todos, no entanto somente ganham ênfase na vida das pessoas quando suas necessidades básicas mais prementes pareçam satisfeitas. Na verdade, a hipótese da escassez implica que as pessoas tenham de fato o sentimento de segurança subjetiva; para além de estarem propriamente em boa situação financeira, as pessoas precisam sentir que estão com suas necessidades básicas garantidas. Isso porque, o sentimento individual de segurança, de acordo com Inglehart e Welzel, é também influenciado pelo sentimento de segurança existente no contexto social (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

A hipótese da escassez, entretanto, não pode ser interpretada de maneira independente em relação à hipótese da socialização, pois a tese da mudança intergeracional de valores somente se justifica pela comprovação das duas hipóteses em conjunto. A hipótese da socialização, então, é aquela pela qual as prioridades valorativas dos indivíduos dependem do ambiente socioeconômico em que esteveram envolvidos durante a sua fase pré-adulta, ou seja, nos anos que antecederam a sua vida adulta. Por isso, a relação entre o ambiente socioeconômico próspero, ideal para o sentimento de segurança existencial e física, e a priorização de valores pós-

materialistas não é imediata, envolvendo um lapso de tempo considerável. Em nível societário, os valores mudam na medida em que as gerações são substituídas. Como em alguma medida os pais passam valores aos filhos, a herança cultural é relativamente resistente, mas a mudança de valores ainda dependerá da experiência dos indivíduos na fase pré-adulta (INGLEHART, 1997; INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Em suma, de acordo com Inglehart e Welzel (2009a), a Teoria do Desenvolvimento Humano poderia ser resumida em seis tópicos de revisão das teorias da modernização clássicas. O desenvolvimento socioeconômico conduz a mudanças sistemáticas na vida política, social e cultural, contudo (1) o processo não é determinístico, (2) a religião e outros aspectos culturais tradicionais de cada sociedade não estão desaparecendo com a modernização, (3) a mudança cultural pode ser revertida em caso de colapso econômico, (4) o processo é evolutivo, mas não é linear, (5) o processo não se confunde com ocidentalização, tanto que hoje em dia a Ásia tem liderado em termos de modernização e (6) a emergência de valores de autoexpressão transforma a modernização em um processo de desenvolvimento humano. Na seção a seguir, pela centralidade do tema nesta tese, detalha-se o entendimento da democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano.

3.2 A democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano

O foco do conceito de desenvolvimento humano está na liberdade de escolha, que leva Inglehart (1977, 1988, 2012) e Inglehart e Welzel (2009a, 2019b) a optar pelo modelo de democracia liberal, em que as liberdades civis e políticas habilitariam as pessoas a exercerem escolhas livres em suas ações privadas e públicas. Inglehart e Welzel (2009a), especialmente, ressaltam que a institucionalização da escolha humana foi o ponto-chave para o desenvolvimento humano, de forma que a sua abordagem somente se adequa ao modelo de democracia liberal, e não a outros modelos. Isso porque, segundo esses autores, a proporção de pessoas em uma sociedade que enfatiza valores de autoexpressão estaria correlacionada tanto com medidas de desenvolvimento socioeconômico como com instituições democráticas, de forma a haver uma dimensão comum a esses 3 fenômenos, que atuariam juntos para ampliar a escolha autônoma (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Nesse sentido, o processo de desenvolvimento humano iniciaria com o desenvolvimento socioeconômico, que reduziria as limitações da escolha humana. Isso daria maior acesso à educação formal, tornando as pessoas intelectualmente mais independentes e, por isso, mais abertas à interação social. Assim, as pessoas se tornariam mais exigentes com as instituições e mais interativas socialmente para mobilizações. Inglehart e Welzel (2009a, p. 190) resumem o caminho do desenvolvimento humano da seguinte maneira:

> O desenvolvimento humano avança com o crescimento de três componentes: (1) capacidades objetivas, baseadas em recursos socioeconômicos, que permitem às pessoas agir conforme suas próprias escolhas; (2) motivações subjetivas, baseadas nos valores de autoexpressão, que enfatizam agir segundo escolhas autônomas; e (3) habilitações legais, baseadas em liberdades civis e políticas, que permitem às pessoas agir conforme suas escolhas autônomas.

Os autores enfatizam, entretanto, que nas novas democracias há um fator complicador do desenvolvimento humano, que é o comportamento das elites. As elites nessas sociedades, não raro envolvidas em corrupção, não atuariam de forma adequada para que direitos civis e políticos fossem efetivados. A lógica dos autores é a seguinte: se as elites são cumpridoras da lei, a efetiva escolha autônoma dependerá apenas dos valores de massa. Esses valores, a partir do desenvolvimento econômico, cada vez mais seriam os de autoexpressão, isto é, valores de autoexpressão atingiriam o nível societário e predominariam. A democracia liberal, dessa forma, se tornaria efetiva ou genuína. Nas sociedades democráticas mais recentes, no entanto, haveria democracia liberal, mas não em sua forma genuína (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

É por isso que os valores de autoexpressão difundidos em massa são cruciais para o florescimento e para o avanço democrático na Teoria do Desenvolvimento Humano. Inglehart e Welzel (2009a) afirmam que as instituições não podem funcionar bem a menos que o público internalize um conjunto de normas coerentes com essas instituições. Dão como exemplo a Grã-Bretanha, onde os direitos não são institucionalizados e, ainda assim, são legitimados pela sua observância pela população. Da mesma forma, os autores justificam objeções feitas aos seus achados: no caso da Índia – sobre a qual é recorrente ouvir-se dizer que é uma das maiores democracias do mundo, mesmo não sendo economicamente desenvolvida – a justificativa é simples: o caso da Índia é uma exceção, que apenas indica que os

resultados de suas análises são probabilísticos e não determinísticos[33] (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Os valores de autoexpressão, portanto, representariam o aspecto cultural interveniente, que motivaria as ações coletivas democráticas. Pela lógica da teoria, quando os indivíduos não precisam mais lutar para sobreviver, se tornam cognitiva, econômica e socialmente mais independentes (INGLEHART; WELZEL, 2009a). De acordo com Inglehart (2012), as pessoas perseguem objetivos em ordem hierárquica, isto é, algumas metas são mais importantes para elas do que outras. Nesse sentido, o autor ilustra dizendo que no deserto a água se torna o bem mais desejado, mas quando finalmente a água é encontrada, talvez o alimento se torne o bem mais desejado. Não havendo carência de alimento, maior estabilidade econômica talvez passe a ser perseguida, mas já havendo essa estabilidade, o objetivo por certo será outro, como maior riqueza e *status*. Finalmente, quando os objetivos pessoais já não estão mais relacionados ao sustento e à afluência perante os demais, as prioridades passam a ser metas desligadas da segurança econômica (INGLEHART, 2012).

Esse processo faria com que as pessoas valorizassem mais a liberdade de escolha e, por fim, exigissem as liberdades civis e políticas que constituem a democracia liberal. De acordo com Inglehart (2012) e Inglehart e Welzel (2009a) não há razão para crer que a simples presença de instituições democráticas possa incutir valores de autoexpressão nas pessoas, pois o surgimento da democracia em sociedades não democráticas ou o seu avanço em sociedades já democráticas sempre, historicamente, vêm de ações coletivas, que, segundo creem os autores, são oriundas de valores de autoexpressão. Obviamente, ressaltam Inglehart e Welzel (2009a), eventos externos são importantes, mas não condicionam a democratização. Os autores ilustram dizendo que, por exemplo, quando a União Soviética deixou de apoiar movimentos comunistas na Europa centro-oriental (evento internacional) deu brecha à democracia, mas ela somente se materializou ou não em razão da presença de valores de autoexpressão na cultura política: a Polônia caminhou para democracia

[33] Como as objeções não são poucas, Inglehart e Welzel (2009a) acabam por tratar o caso de muitos países como exceção. Por exemplo, no caso das sociedades exportadoras de petróleo do Oriente Médio, que são ricas, mas não democráticas, argumentam que a riqueza não alcança a população; no caso da Alemanha de Weimar, em que a democracia caiu apesar da alta industrialização, alegam que o país passava por crise econômica advinda da grande depressão, quando o nível de desemprego foi duas vezes maior que o dos Estados Unidos.

porque tinha estoque desses valores, já a Romênia ainda luta pela democratização pois não os tem em maioria (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Assim, a modernização proporcionaria os recursos econômicos, cognitivos e sociais necessários para construir forças sociais, e a direção dessas forças dependeria das tendências atitudinais de massa. Segundo a Teoria do Desenvolvimento Humano, portanto, os valores de autoexpressão importam para a democratização porque ajudam a criar ações coletivas. As transições, por isso, estariam fundadas em variáveis cumulativas, como são os valores de autoexpressão, ou seja, ainda que haja grande crescimento no PIB, por exemplo, esse momento de prosperidade não alteraria o nível de valores de autoexpressão e, em consequência, não geraria novas democracias ou um salto de qualidade nas já existentes. Por essa razão, os autores analisam a democracia pelo nível de valores de autoexpressão existente em determinada sociedade e não pela mudança nesses valores, ainda que antevejam a mudança cultural ao longo do tempo (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

De acordo com os autores, contudo, para que as ações coletivas levem à democratização, as preferências de massa devem ter a capacidade de influenciar as elites. Para isso, primeiro, seria preciso que os valores de autoexpressão fossem altamente difundidos e, depois, que as pessoas investissem seus recursos sociais, cognitivos e econômicos em campanhas e mobilizações. Isso impactaria não apenas a democracia institucional, mas também a efetiva (da qual se tratará adiante), ao tornar as elites mais íntegras, minimizando a corrupção. Assim entendem Inglehart e Welzel (2009a, p. 274):

> A democracia, e especialmente a democracia efetiva, é um fenômeno social por demais enraizado para ser simplesmente o produto de escolhas de elites eruditas e arranjos institucionais inteligentes. A democracia não é meramente uma questão de consenso das elites ou de racionalidade institucional. Ela está firmemente ancorada em uma síndrome ampla de desenvolvimento humano que liga a modernização a uma ênfase crescente na autoexpressão, e os valores de autoexpressão à democracia.

A Teoria do Desenvolvimento Humano, por óbvio, é uma teoria fundada em pressupostos da teoria da cultura política, logo preocupa-se com as instituições políticas, mas não sem antes preocupar-se com os valores e atitudes das pessoas de dada sociedade, para, então, analisar suas consequências sobre o funcionamento das instituições. A fim de justificar-se o uso dessa expressão a partir daqui, cumpre dizer que em Inglehart e Welzel (2009a) e na maioria dos textos correspondentes à Teoria

do Desenvolvimento Humano, os valores identificados em nível societário são chamados de “valores de massa”. Nesse sentido, para Inglehart e Welzel (2009a), embora seja possível haver efeitos recíprocos na relação entre instituições democráticas e valores de massa, o efeito causal dos valores de massa sobre o desempenho democrático de determinada sociedade é mais forte em relação ao efeito causado pelas instituições (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Em teoria, para os autores, a explicação cultural é mais plausível, entre outros motivos, porque mesmo em períodos autoritários, em que as instituições não são democráticas, forças culturais pró-democracia surgem e atuam em favor da democratização. A lógica verossímil, segundo Inglehart e Welzel (2009a), é que fatores culturais influenciem as instituições políticas, pois, historicamente, viu-se as instituições democráticas de Weimar ruir sob valores de massa não democráticos, assim como viu-se valores culturais de massa democráticos florescerem em sociedades de regime autoritário. Para os autores, mesmo aqueles que tentaram invalidar as teorias da modernização, como Przeworski e Limongi (1997)[34], não foram efetivos, na medida em que seus próprios dados revelam que o desenvolvimento econômico gera mudanças maiores em direção à democracia do que à autocracia, além de que desconsideram a atuação de um fator interveniente importante entre desenvolvimento econômico e democracia: os valores de autoexpressão, que mobilizam forças sociais favoráveis à democratização, à manutenção da democracia e ao aprofundamento democrático (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

De fato, Przeworski e Limongi (1997) descartaram outros fatores além do desenvolvimento econômico de maneira deliberada. Segundo os autores, mesmo observando padrões agregados, a relação entre os níveis de desenvolvimento e a incidência dos regimes democráticos é de fato forte. Isso, no entanto, por duas razões distintas prováveis: 1) “as democracias podem ter maior probabilidade de emergir à medida que os países se desenvolvem economicamente”; 2) as democracias “podem ser estabelecidas independentemente do desenvolvimento econômico, mas podem ter maior probabilidade de sobreviver em países desenvolvidos” (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997, p. 155, tradução nossa). Seus achados conduzem à conclusão de que as chances de sobrevivência da democracia são maiores quando o país é mais rico, mas a riqueza não é decisiva, pois a democracia tem mais chances de sobreviver

[34] Przeworski e Limongi (1997) elaboram a sua análise contestando, sobretudo, a teoria da modernização de Lipset (1967).

em uma economia crescente, ainda que menos rica, do que em uma democracia que declina economicamente. Assim, para Przeworski e Limongi (1997), a noção de que a modernização conduz à especialização de estruturas sociais e gera um acúmulo de mudanças sociais que prepara a sociedade para avançar, não se sustenta. Isso porque, se assim o fosse, as transições para a democracia seriam mais prováveis quando os regimes autoritários atingissem níveis mais altos de desenvolvimento, mas ditaduras sobreviveram durante anos em países ricos. Assim exemplificam: Singapura e Malásia tornaram-se ricos e permanecem ditaduras (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997).

Confiantes no papel dos valores de autoexpressão como um fator interveniente, Inglehart e Welzel (2009a) passam a apresentar uma série de evidências do predomínio da explicação cultural, sobretudo da explicação da sua teoria. Assim, parece pertinente aos autores explicar a que democracia se referem e por qual motivo optaram por essa definição de democracia, já que suas análises empíricas estão baseadas sob pressupostos e conceitos próprios de um modelo específico: a democracia liberal. Assim explicam os autores: “O enfoque de nossa análise será a democracia ‘liberal’, uma vez que nossa teoria sugere que o desenvolvimento humano está inerentemente ligado aos aspectos libertadores da democracia” (INGLEHART; WELZEL, 2009a, p. 214).

Como a forma de mensurar a democracia depende do enfoque teórico dado pelo pesquisador, Inglehart e Welzel (2009a) sustentam que o modelo de democracia liberal é o mais adequado à Teoria do Desenvolvimento Humano, que tem a liberdade de escolha como foco. Ao mesmo tempo, as liberdades civis e políticas próprias da democracia liberal habilitam as pessoas a exercer escolhas livres, seja no âmbito privado ou no público, pois definem o espaço de escolha disponível a elas para definir seus valores. Além disso, salientam, a atuação em massa em movimentos e campanhas em prol da liberdade é um elemento essencial à democratização (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Assim, os autores deixam claro que o aspecto liberalizante da democracia é ainda mais importante para a sua teoria do que propriamente os aspectos formais, como o voto. Para Inglehart e Welzel (2009a), a democracia eleitoral pode, inclusive, ser facilmente utilizada de maneira a desviar a atenção de deficiências importantes na efetividade de liberdades civis e políticas. Segundo os autores, o voto é apenas uma parte, ainda que essencial, da democracia. Ou seja, segundo Inglehart e Welzel

(2009a, p. 216), “O poder do povo não está somente no direito de voto e no sufrágio universal – ele requer um conjunto mais amplo de liberdades civis e políticas”.

Interessante notar que para construir a sua noção de democracia liberal, Inglehart e Welzel (2009a) utilizam como referência, para além de outros autores, Isaiah Berlin (1969). Nesse sentido, enfatizam o pluralismo liberal defendido por Berlin (1969), para quem o predomínio da igualdade impede a liberdade e o predomínio da liberdade impede a igualdade, de maneira que os interesses devem ser acomodados em uma coexistência pacífica e consensual. Assim, quando Inglehart e Welzel (2009a) se referem a liberdades civis e políticas, estão falando de liberdade positiva e negativa, nos moldes definidos por Berlin (1969), isto é, omissão por parte do Estado de inserir-se na vida privada e nas decisões públicas das pessoas e liberdade das pessoas para tomar decisões privadas e públicas (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

A noção de Berlin (1969) – que fundamenta a corrente liberal conhecida por “libertarianismo”, da qual Frederich Hayek (em um primeiro momento) e Robert Nozick são expoentes – afirma Vita (2011, p. 571), “tem por foco a não interferência, sobretudo por parte da autoridade política [...], em direitos de propriedade ou ‘titularidades’ adquiridos por meio de uma cadeia de transações de mercado voluntárias e não fraudulentas”. Nesse sentido, Vita (2011) salienta que, muito embora autores influentes, como Amartya Sen, interpretem que o libertarianismo prioriza a garantia igual às pessoas de amplas liberdades, com efeito, essa vertente aposta no dever moral do indivíduo (agente público ou privado) de não violar a liberdade alheia, o que não significa garantia igual de liberdades a todos.

Em razão da sua ênfase em liberdades, Inglehart e Welzel (2009a) retomam a crítica a Przeworski e Limongi (1997), dizendo que a abordagem desses autores somente é apropriada para quem está interessado em democracia eleitoral. Como Przeworski e Limongi (1997) classificam os países de forma dicotômica – democráticos e não democráticos, os autores argumentam que sua perspectiva somente é válida para analisar a existência ou não de eleições livres de representantes, mas não para analisar o nível de disponibilidade e efetividade das liberdades civis e políticas. Logo, a perspectiva de Przeworski e Limongi (1997) não se aplica à democracia liberal, que deve ser mensurada em graus de presença ou ausência dessas liberdades (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Inglehart e Welzel (2009a) utilizaram o índice de liberdades civis e políticas da *Freedom House*[35] para medir até que ponto essas liberdades existem formalmente em alguns países. Segundo os autores (2009a, p. 217), “a liberdade para tomar decisões e os direitos que a protegem são os elementos essenciais da democracia”. O sistema adotado pela *Freedom House* mede a presença formal de democracia liberal em uma escala de 0 a 12, calculada a partir de uma fórmula matemática[36]. Assim, adotando esse sistema de mensuração, Inglehart e Welzel (2009a) apresentam graficamente o número de países que, entre 1972 e 2001, se moveram em direção à democracia (pois adquiriram liberdades civis e políticas) e o número de países que trilhou o caminho inverso (pois perderam liberdades civis e políticas).

Tendo isso em conta, os autores revelam que Huntington (1994) estava certo quando previu a “terceira onda de democratização”, apenas pontuam que essa previsão se perdeu no tempo, já que remontou o início do fenômeno à democratização de Portugal, Espanha e Grécia nos anos 1970. Pelas análises de Inglehart e Welzel (2009a) a partir dos dados da *Freedom House*, a “onda” iniciou-se apenas após 1987, já que não verificaram qualquer alteração em direção à democracia pela escala de liberdades civis e políticas antes disso. Especialmente, entre 1987 e 1996 os níveis de liberdades civis e políticas tiveram aumentos notórios ao redor do mundo.

A partir dessa medida, ainda, Inglehart e Welzel (2009a) analisam se as instituições democráticas produzem uma cultura pró-democrática ou se, ao contrário, os fatores culturais moldam os níveis em que as instituições promovem a democracia. Para isso, examinam os dados sobre as mudanças nos níveis de liberdades ocorridas em seis anos anteriores e posteriores ao período de explosão democrática (1987 a 1996) em 61 países. Especificamente, verificam a intensidade com que os níveis referentes aos seis anos anteriores à explosão democrática influenciaram patamares subsequentes de valores de autoexpressão. Depois, examinam a intensidade com que determinados níveis de valores de autoexpressão influenciaram os níveis de democracia nos seis anos posteriores à explosão democrática. Por último, comparam as duas análises. Também, os autores incluem nos modelos de regressão que

[35] A *Freedom House* é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1941 e sediada em Washington, Estados Unidos, que se dedica a estudar a expansão da liberdade e da democracia ao redor do mundo (FREEDOM HOUSE, s/d).

[36] $Liberdades\ Civis\ e\ Políticas_{\ 0\ a\ 12} = Liberdades\ Civis_{\ 0\ a\ 7} + Liberdades\ Políticas_{\ 0\ a\ 7} - 2$ (INGLEHART; WELZEL, 2009a, p. 217).

elaboram para essa testagem o índice de Vanhanen[37] como um elemento adicional de mensuração socioeconômica. Sua conclusão, elaborada por meio de testes estatísticos, é de que as evidências refutam cabalmente a explicação institucional. O detalhamento de cada teste elaborado, como regressões temporais sequenciais e testes de espuriedade e de autocorrelação, embora demonstrem o trabalho sistemático e minucioso desenvolvido pelos autores, não cabem nesta seção, que se presta a definir a compreensão de democracia da teoria de desenvolvimento humano. Nesse sentido, passa-se a uma conclusão geral das análises, nas palavras de Inglehart e Welzel (2009a, p. 226):

> Os valores de autoexpressão medidos próximo ao início do período de transição têm um impacto significativo e poderoso na democracia pós-transição, enquanto os recursos socioeconômicos têm um impacto mais fraco, mas ainda significativo, na democracia. Contrariamente, quando incluímos na análise valores de autoexpressão e recursos socioeconômicos os níveis de democracia pré-transição não têm impacto significativo nos valores de autoexpressão [...]. Os valores de autoexpressão dependem, acima de tudo, de seus próprios níveis anteriores e também são significativamente influenciados pelo desenvolvimento socioeconômico – mas não pelos níveis de democracia pré-transição. Uma cultura que enfatiza valores de autoexpressão não parece refletir a existência anterior de democracia liberal, mas é propícia à democracia liberal.

Afora isso, Inglehart e Welzel (2009a) testam a tese de que os valores de autoexpressão são propícios à democracia a partir de uma perspectiva clássica da teoria da cultura política: a tese da congruência, que ganhou destaque, sobretudo, a partir de Almond e Verba (1989). Segundo essa tese, a legitimidade democrática depende da congruência entre as orientações valorativas de massa e as instituições políticas, ou seja, quanto maior a incongruência entre esses fatores em determinada sociedade, mais provável a queda do regime político vigente. A incongruência foi medida pelos autores também por meio de uma fórmula matemática, em que a demanda societária por liberdade é subtraída da oferta institucional de liberdade[38]. Para isso, utilizaram medidas de democracia pré-transição (1981-1986) para indicar oferta de liberdade e medidas de valores de autoexpressão coletadas em 1990 para indicar a demanda por liberdade aproximada, que foram transformadas em escalas

[37] É um índice de "recursos de poder", que mede o nível e a distribuição de recursos materiais, cognitivos e sociais, incluindo medidas de renda para a exploração de recursos econômicos e de distribuição da propriedade, bem como indicadores de complexidade social (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

[38] $Incongruência = Oferta\ de\ democracia\ liberal - Demanda\ por\ liberdade$ (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

comparáveis. Como resultado, Inglehart e Welzel (2009a, p 231) encontraram que "quanto mais a demanda cultural por liberdade excedeu sua oferta institucional por volta 1986, maiores foram as mudanças subsequentes na direção de mais democracia, de 1987 a 2002. A relação contrária também se confirma [...]". Em suma, a incongruência explicou 73% da variação ocorrida durante a terceira onda de democratização (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Até o momento, os autores preocuparam-se em analisar a democracia liberal formal, mas, na sequência, passam a analisar o que chamam de democracia efetiva, também denominada em alguns momentos de democracia liberal genuína[39]. Inglehart e Welzel (2009a, p. 233) explicam da seguinte forma o processo de desenvolvimento humano: "parte desse processo é o surgimento de liberdades civis e políticas onde elas ainda não existem, e o aprofundamento e efetividade cada vez maior dessas liberdades onde elas já existem". Ou seja, a disponibilização institucional de liberdades civis e políticas garantem apenas a democracia formal, pois a democracia genuína depende da efetividade dessas liberdades na vida das pessoas a partir das práticas governamentais (INGLEHART; WELZEL, 2009a). Os autores explicam da seguinte forma o seu entendimento de democracia efetiva:

> O termo democracia "efetiva", conforme empregado aqui, não alude ao fato de a democracia ser ou não bem-sucedida em seus resultados de políticas, mas sim à sua eficácia no que diz respeito aos elementos que definem a democracia liberal (direitos civis e políticos). Democracia efetiva, nesse sentido, significa a medida na qual direitos civis e políticos formalmente institucionalizados se tornam efetivos na prática real – isto é, respeitados na forma como as elites usam o poder do estado (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Para que essa efetividade seja possível, de acordo com Inglehart e Wezel (2009a, p. 233), "as elites governantes precisam aceitar o estado de direito". Os autores explicam que, desde sua criação, a função dos direitos civis e políticos foi limitar o poder do Estado em relação aos governados; hoje, isso somente é possível se as elites governantes forem honestas e se submeterem às limitações impostas. Por isso, na prática, a democracia liberal efetiva se torna muito difícil e, sobretudo, o nível de sua concretização varia de sociedade para sociedade significativamente. O problema principal nessa dinâmica é que a democracia formal, por si só, não é capaz

[39] Ao dizer isso, Inglehart e Welzel (2009a) aproveitam para criticar o que dizem ser uma tendência dos cientistas sociais de confundir a democracia liberal com a democracia formal, os levando a elaborar a noção de democracia efetiva, que, na verdade, é a democracia liberal genuína.

de proteger os direitos humanos; a violação desses direitos somente pode ser evitada por elites cumpridoras da lei, ou seja, não corruptas (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

De acordo com a noção central presente em Inglehart e Welzel (2009a, p. 233), “os valores de autoexpressão transformam a modernização num processo de desenvolvimento humano, produzindo sociedades humanísticas que enfatizam a emancipação humana”. Assim, os autores decidem analisar a relação entre os valores de autoexpressão e a democracia efetiva. Como a democracia efetiva depende de fatores que extrapolam os limites da democracia formal, os dados da *Freedom House* não são mais úteis, por si só, aos autores[40]. Assim, Inglehart e Welzel (2009a) suplementam esses dados com dados sobre controle da corrupção conseguidos junto ao Banco Mundial, os quais foram transformados em uma escala de 0 a 1. Os dados da *Freedom House* também foram transformados em uma escala percentual em que o nível máximo é 100. Com a multiplicação dessas duas medidas, os autores conseguiram um índice de democracia efetiva capaz de mensurar a efetividade da democracia entre os anos de 2000 e a 2002. Como resultado encontraram que altos níveis de democracia formal são necessários para a democracia efetiva, pois, em um gráfico (Figura 2), os níveis de democracia formal (eixo x) se converteram em democracia efetiva (eixo y) em uma linha curvilínea para cima, isto é, países com democracia formal menores do que 75 (numa escala de 0 a 100) não passaram de 30 na escala de democracia efetiva (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

[40] Inglehart e Welzel (2009a) explicam que a *Freedom House* faz uma classificação pouco minuciosa da democracia, de forma que a simples ocorrência de eleições livres faz com que a sociedade seja classificada como “livre” pela instituição. Assim, democracias do Leste Europeu aparecem como tão democráticas quanto as da Europa Ocidental, quando os níveis de corrupção no Leste Europeu são muito maiores, segundo análises mais detalhadas. Sobre isso, os autores indicam ver Rose (2001) (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

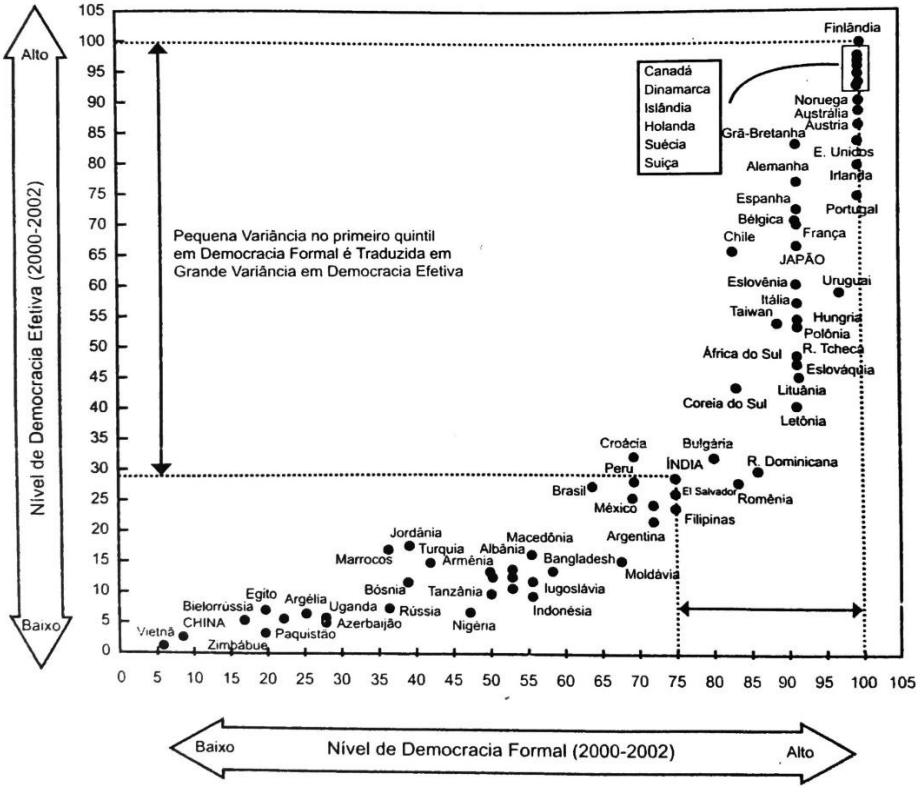

Figura 2 – Gráfico “Democracia Formal x Democracia Efetiva”
Fonte: Inglehart e Welzel (2009a, p. 237).

Em seguida, os autores elaboram modelos de regressão capazes de predizer o impacto dos valores de autoexpressão na democracia efetiva e da democracia efetiva nos valores de autoexpressão. De acordo com os seus resultados, os valores de autoexpressão têm alto impacto no nível de democracia efetiva subsequente, mas não são alterados quando considerado o período anterior de experiência democrática; quando levado em conta o nível de recursos socioeconômicos da sociedade, o número de anos de experiência democrática anterior não tem qualquer impacto sobre os valores de autoexpressão. Assim, os autores argumentam não ser verdadeira a noção de que orientações pró-democráticas somente podem surgir após longos períodos de experiência democrática institucional, contrariando os achados institucionalistas. Além disso, Inglehart e Welzel (2009a) testam o papel de outros fatores estruturais levantados pela literatura, como o valor *per capita* de exportações, a desigualdade de renda, os anos de escolaridade, os gastos do governo com bem-estar e o percentual de protestantes, no grau de democracia efetiva. Nesse sentido, também concluem que nenhum desses fatores é capaz de superar a capacidade explicativa dos valores de autoexpressão, tampouco anular a sua significância (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Dito isso, parece claro que o conceito central da noção de desenvolvimento humano da teoria em análise é a autoexpressão ou, como aparece em alguns momentos, a livre escolha. Por isso, essa teoria evita afirmar que o desenvolvimento econômico gera democracia de maneira direta, procurando destacar que o papel do desenvolvimento econômico é o de promover uma dinâmica de emancipação individual ao tornar as pessoas menos reféns de restrições externas e mais aptas para exercerem a livre escolha, o que, ao cabo, pode ser benéfico para a democratização e para o avanço democrático. Por isso, Inglehart e Welzel (2009a, p. 352) se referem à Teoria do Desenvolvimento Humano também como “teoria emancipadora da democracia”. Para os autores, a cultura política mais propícia para a democracia liberal efetiva é aquela em que a maioria da população prioriza a livre escolha em detrimento da disciplina coletiva. Isso porque, uma população que enfatiza valores relacionados à livre escolha é essencial para pressionar as elites a agirem nos termos do estado de direito, assim como para produzirem elites governantes mais propensas a institucionalizar ideais emancipadores (INGLEHART, WELZEL, 2009a).

A partir desse raciocínio, Inglehart e Welzel (2009a, p. 353) argumentam que a democracia “é o reflexo institucional das forças emancipadoras inerentes ao desenvolvimento humano, e os valores de autoexpressão são o melhor indicador disponível dessas forças”. Segundo os autores, embora os valores de autoexpressão sempre tenham existido em alguns setores da elite, somente o desenvolvimento econômico seria capaz de levá-los ao nível de massa. Assim, as sociedades altamente industrializadas, em que os valores de autoexpressão predominam, seriam as mais democráticas. Por isso, a ascensão recente de partidos e movimentos xenofóbicos autoritários e, sobretudo, a chegada de líderes populistas autoritários ao poder mesmo em países de industrialização avançada, pareceu desafiar a Teoria do Desenvolvimento Humano. A seção a seguir se dedica a esse tema.

3.3 *Cultural Backlash:* a explicação de Ronald Inglehart para a ascensão populista autoritária contemporânea

A confiança dos autores na sua teoria é tamanha, que enquanto muitos estudiosos veem o colapso da democracia no século XXI, Inglehart e Welzel (2009b), Inglehart (2016a, 2018a, 2018b) e Norris e Inglehart (2019) afirmam justamente o contrário. Embora a última grande onda de democratização tenha dado lugar a um

período de estagnação e de recuo democrático, os autores acreditam que a democracia liberal não atingiu o seu limite e continua a caminhar. O problema, segundo entendem, é que a instalação de instituições democráticas envolve um processo mais complicado do que a maioria das análises supôs, comportando-se de forma distinta em lugares e tempos distintos. Por isso, a democracia seria mais bem sucedida em certas condições sociais e culturais (aquelas geradas pela mudança cultural advinda do desenvolvimento socioeconômico) do que em outras. Nesse sentido, Inglehart e seus colaboradores afirmam que a democracia liberal deve continuar caminhando justamente em razão do processo de mudança cultural oriundo da modernização, que mais cedo ou mais tarde gerará as ditas condições culturais necessárias nas mais variadas sociedades.

Inglehart se dedicou ao tema de forma mais detida nos seus dois últimos livros. Em Inglehart (2018a) é possível encontrar novos achados e dados atualizados da já conhecida teoria revisitada da modernização a partir de dados de opinião pública coletados entre 1981 e 2014 pelo *World Values Survey* e pelo *European Values Study* em mais de 100 países. Já Norris e Inglehart (2019) buscam explicar contradições aparentes entre achados seus e um fenômeno político contemporâneo de grande destaque: a ascensão de movimentos, partidos e líderes populistas em sociedades altamente industrializadas. Focando em dados coletados majoritariamente nos Estados Unidos e em países da Europa Ocidental, os autores procuram analisar se as democracias liberais existentes hoje em sociedades de industrialização avançada são suficientemente fortes para resistir a esse fenômeno. "*Cultural Backlash Theory*" é como os autores denominam a tese defendida no livro – aqui traduzida livremente para "Teoria da Reação Cultural".

O argumento de Inglehart (2018a) é que em situações extremas, a xenofobia torna-se real e pessoas passam a enxergar o mundo como uma divisão entre "nós" e "eles". Segundo o autor, nessas condições, a estratégia principal do homem, ainda nas tribos, sempre foi eleger um líder forte, formando uma unidade contra estranhos. Nesse sentido, o autor afirma que, embora o conceito de autoritarismo tenha sido muito disputado, fazendo surgir uma vasta literatura, por décadas estudos têm confirmado que há uma forte relação entre deferência à autoridade e xenofobia e entre intolerância e aderência às regras de um grupo particular. Tendências como tais, explica Inglehart (2018a), são causadas pelo choque entre predisposições individuais inatas de intolerância e a vivência em sociedade.

Assim, a necessidade urgente de redistribuição de renda aparece como um novo argumento na leitura do autor sobre a democratização. De acordo com Inglehart (2018a), a evolução tem moldado todos os organismos, de todas as espécies, para darem prioridade máxima à sobrevivência. Isso porque, é a disponibilidade de recursos de sobrevivência que leva as pessoas a elegerem outras metas, não relacionadas à segurança física e existencial, como prioritárias. De acordo com Inglehart (2018a), sociólogos, psicólogos, biólogos, cientistas políticos, antropólogos, todos concordam que a segurança quanto à sobrevivência molda as estratégias humanas. Para corroborar seu argumento, o autor tratou de apresentar resultados de pesquisas de outras áreas da ciência, por exemplo: o estudo conduzido por Michele Gelfand em 33 países teria encontrado relação histórica entre normas fortes de grupo e baixa tolerância a comportamentos desviantes quanto ao meio ambiente[41]; ainda, um grupo de biólogos e psicólogos, liderados por Fincher e Thornhill[42], teriam encontrado convincentes evidências, a partir do estudo de 98 sociedades, de que a vulnerabilidade para doenças infecciosas está ligada com atitudes em grupo, xenofobia e rejeição de gênero.

Ainda, Inglehart (2018a) retoma a metodologia de trabalho por ele desenvolvida e explica que as evidências obtidas durante mais de 40 anos de trabalho para comprovar a mudança intergeracional oriunda da modernização foram conseguidas a partir da análise por três abordagens distintas: 1) análise por grupos geracionais; 2) comparação entre países ricos e pobres; 3) exame da tendência atual comparando-a às previsões feitas nos anos anteriores. Nesse sentido, o autor afirma que a análise por essas três abordagens tem levado à conclusão de que a mudança cultural está realmente ocorrendo e reflete um processo intergeracional ligado ao surgimento de segurança existencial.

Inglehart (2018a) lembra que desde seu primeiro artigo sobre a mudança cultural tem encontrado o maior número de pessoas com prioridades materialistas entre os mais idosos, enquanto nos grupos de pessoas mais jovens, mais pós-materialistas. Segundo o autor, os dados para os seis países dessa primeira testagem

---

[41] GELFAND, Michele J.; RAVER, Jana L.; NIISHI, Lisa; LESLI, Lisa M.; LUN, Janetta; LIM, Neg Chong; DUAN, Lili Duan. Difererences between tight and lose cultures: a 33-nation study. Science. Vol. 332, n. 6033, p. 1100-1104, 2011.

[42] THORNHILL, Randy; FINCHER, Corey L.; ARAN, Devaraj. Parasites, democratization, and liberalization of values across contemporary countries. Biological Review. Vol. 84, n. 1, p. 112-131, 2009.

continuaram a ser monitorados até 2009, todos os anos, contabilizando mais de 300 mil entrevistas. Em períodos de baixa econômica, como períodos de alta inflação, todos os grupos geracionais voltaram-se para prioridades materialistas; quando houve recuperação econômica, retornaram à tendência em direção a prioridades pós-materialistas. As diferenças entre grupos geracionais, entretanto, permaneceram estáveis, isto é, os mais jovens continuaram mais pós-materialistas que os mais idosos. Esses resultados são apresentados por Inglehart (2018a) em gráficos detalhados.

Inglehart (2018a) relembra que o mesmo foi verificado nos Estados Unidos: em 1972, os materialistas eram três vezes mais numerosos que os pós-materialistas; em 2000, os pós-materialistas já eram duas vezes mais numerosos que os materialistas. No entanto, no Ocidente, nas últimas duas décadas, o crescimento econômico tem sido baixo e, em razão da desigualdade, apenas as classes mais abastadas têm visto os ganhos econômicos, enquanto o restante da população tem percebido o período como de estagnação ou declínio econômico, o que tem sido reforçado pelos cortes nas políticas de bem-estar social. Por isso, nos últimos *surveys* os grupos mais jovens não aparecem como mais pós-materialistas que outros grupos do pós-guerra. Ainda assim, o autor acredita que uma mudança de valores ocorreu: o fato de o maior número de pós-materialistas estarem concentrados entre os mais seguros, melhor educados e pertencentes aos grupos melhor articulados na sociedade, fez esses valores tornarem-se o politicamente correto.

A lógica da mudança para valores pós-materialistas é válida para outros países. Mais de 40% da população do mundo está movendo-se para um nível moderado ou seguro economicamente, de acordo com Inglehart (2018a). Isso implica que a longo prazo as prioridades pós-materialistas serão maioria entre as pessoas dessas sociedades. No entanto, o autor ressalta (2018a, p. 30, tradução nossa): “como nós temos visto, atrasos de muitas décadas estão envolvidos”. Ao dizer isso, Inglehart (2018a) se referia à China e à Índia, em especial. Não obstante isso, o autor ressalta que, de maneira geral, a distância entre prioridades materialista e pós-materialistas depende imensamente do desenvolvimento econômico do país, pois países de baixa renda demonstram uma esmagadora maioria de materialistas.

Em alguns países, no entanto, como os da América Latina, que já vivem em democracias há tempo razoável, embora a maioria das pessoas seja materialista, há sinais de mudança intergeracional de valores, pois o número de pós-materialista entre

os grupos geracionais mais jovens tem sido majoritário, explica Inglehart (2018a). O mesmo ocorre em alguns países de maioria mulçumana, mas de forma bem mais modesta, já que os sinais de mudança intergeracional de valores aparecem apenas na última rodada de pesquisas analisadas. Já na Rússia nenhum sinal de mudança intergeracional de valores foi notado e os materialistas são a grande maioria, mesmo entre os mais jovens.

Inglehart (2018a) está interessado em salientar que o pós-materialismo tem mudado não apenas a Europa Ocidental, mas também outros países do mundo, para onde o desenvolvimento econômico tem se difundido. Além disso, busca reforçar que o pós-materialismo tem proporcionado consequências positivas, na medida em que os novos grupos geracionais já nascem em mundos mais tolerantes, tendo valores pós-materialistas como óbvios, comuns ou o mínimo possível em termos de valores, sendo, assim, mais exigentes e solidários com a difusão da diversidade. Contudo, conforme o autor, deve-se levar em conta as diferenças geográficas em que novos grupos geracionais surgem (INGLEHART, 2018a).

Inglehart (2018a) confirma achados antigos seus, como a noção de que pessoas que enfatizam valores de autoexpressão, em geral, são mais satisfeitas com a vida e mais felizes. Ainda, destaca o papel da autoexpressão para a emancipação do indivíduo em relação à autoridade e aos constrangimentos tradicionais. Tal interpretação embasa a denominação da teoria como “teoria emancipatória da democracia”. Da mesma forma, salienta que a modernização tende a fazer a religião menos influente e que o pós-materialismo privilegia o individualismo e a autonomia humana. Ademais, Inglehart (2018a) rememora alguns artigos já publicados, como é o caso de Norris e Inglehart (2011 *apud* INGLEHART, 2018a), que é resgatado para tratar do papel da religião na mudança cultural de valores. No mesmo sentido, replicando o argumento presente em Inglehart, Inglehart e Ponarin (2017 *apud* INGLEHART, 2018a), Inglehart (2018) ressalta que a mudança de valores faz crescer a aceitação à igualdade de gênero e à homossexualidade.

Nesse sentido, para Inglehart (2018a), questões como a igualdade de gênero, o divórcio, o aborto e a homossexualidade estão ligadas a uma ideia de que a estratégia pró-fertilidade é supérflua. Antes, as sociedades pré-industriais encorajavam a alta fertilidade, pois havia muita mortalidade e baixa expectativa de vida. O autor exemplifica dizendo que nas sociedades da Europa Ocidental nascia uma média de 6 a 8 crianças por mulher e que hoje a média é de 1,1 a 1,9. Os

resultados obtidos por Inglehart (2018a), com dados de 1981 a 2014 demonstram que o público de todas as sociedades incluídas na pesquisa de baixa ou média renda colocam forte ênfase em normas pró-fertilidade, enquanto nas sociedades de alta renda essas normas já são menos valorizadas pelo menos desde as décadas de 1960 e 1970.

Com isso, Inglehart (2018a) pretende ressaltar como as normas culturais religiosas também podem ser alteradas pela modernização, ainda que mudem lentamente em relação a normas de outro tipo. Por isso, a maioria dos países que enfatizam a fé priorizam normas pró-fertilidade, ainda que não sejam mais necessárias para a sobrevivência. Isso significa, segundo o autor, que condições socioeconômicas atuais não explicam mudanças culturais atuais, já que há um atraso entre o período em que as condições de mudança se iniciam e o momento em que passam a de fato ocorrer, ou seja, níveis de segurança existencial da década de 1960 podem explicar muito melhor o que acontece atualmente. No entanto, com a mudança intergeracional de valores, mais cedo ou mais tarde, as normas tradicionais pró-fertilidade tendem a ser substituídas por normas de escolha individual até que estas predominem (INGLEHART, 2018a).

A partir dos dados do *survey* de 2014 do *World Values Survey*, Inglehart (2018a) encontrou que o nível de segurança existencial, sozinho, explica 40% da mudança cultural em rede em direção à priorização da escolha individual, isto é, aquela mudança cultural que conduz a mudanças institucionais importantes, como a legalização do casamento homossexual. O nível de pós-materialismo também apareceu como um forte preditor, assim como a religiosidade, mas esta em sentido negativo. Ao contrário do que se pode pensar, o crescimento econômico não demonstra impacto significativo na mudança para normas de escolha individual; nesse caso, níveis econômicos altos aparecem como melhores preditores do que níveis econômicos em crescimento. Nas sociedades de alta renda os estratos mais educados e seguros parecem como os mais prováveis de aceitarem normas de escolha individual, mas a educação por si só não explica o fenômeno, já que nos países de baixa renda a educação não é um fator importante (INGLEHART, 2018a).

Inglehart (2018a) também resgata noções presentes em Inglehart, Puranen e Welzel (2015 *apud* INGLEHART, 2018a), cujo argumento era de que a passagem de normas pró-fertilidade para normas de escolha individual são parte de um processo de feminização da sociedade, que ocorre em estágios muito avançados de

modernização. Segundo essa noção, é em razão do processo de feminização que a vontade das pessoas de engajarem-se em guerras vem diminuindo e, em consequência, as guerras vêm desaparecendo. Quanto mais avançado o estágio de modernização e maior a segurança existencial das pessoas, mais a violência é desencorajada, pois os homens jovens não precisam mais arriscar suas vidas em guerras para praticar um ato heroico. De acordo com Inglehart (2018a), essa mudança é acompanhada pelo aumento da ênfase em direitos humanos e democracia, na medida em que gerações nascidas em condições de segurança existencial não veem os outros povos como inimigos e não têm motivo razoável para lutar contra eles.

Um dos tópicos mais controversos presentes em Inglehart (2018a) é a sua afirmação de que concluir o declínio da democracia liberal é um erro. Para o autor, o que acontece é que a democracia tem mais probabilidade de se manter e de avançar em certas condições culturais, as quais ainda não foram desenvolvidas em algumas sociedades. O autor explica a sua perspectiva lembrando da tentativa dos Estados Unidos de instalar a democracia no Iraque: não deu certo porque o governo desconsiderou que o Iraque não detinha essas condições indispensáveis para a democratização. Uma vez existentes as condições culturais necessárias, a democracia tende a se instalar e avançar. A notícia boa, segundo o autor, é que essas condições podem ser construídas onde ainda não existem, por meio, como sua teoria prevê, da modernização (INGLEHART, 2018a).

O desenvolvimento econômico, relembra o autor, conduz à democracia ao proporcionar – e somente se proporcionar – as condições culturais necessárias, isto é, ao alterar os valores e comportamentos das pessoas de dada sociedade. Nesse sentido, conforme Inglehart (2018a), o que impulsiona as pessoas em direção à democracia é o desejo pela livre escolha que esse regime pode proporcionar; a livre escolha sendo uma norma valorizada na sociedade, faz surgir demandas por maior liberdade política e por instituições democráticas. Sob a perspectiva de Inglehart (2018a), embora o apoio das pessoas à democracia seja importante, altos níveis de valores de autoexpressão são muito mais eficazes para atestar o nível de democratização societário.

Ainda, Inglehart (2018a) argumenta, por exemplo, que embora pessoas religiosas de sociedades religiosas não modernizadas sejam felizes, pessoas não religiosas de sociedades modernizadas e seculares são ainda mais felizes. Isso pode ser observado por meio de coletas *survey* executadas de 1981 a 2014, cujos

resultados revelam que a felicidade ascendeu em 62 sociedades; sociedades estas em que a liberdade de escolha foi também ampliada nesse período. No entanto, o autor informa que a ideia de que desenvolvimento econômico traz felicidade sempre foi amplamente rejeitada por diversas áreas das ciências (psicologia e biologia, por exemplo), que apostam mais em fatores biológicos para explicar a felicidade (INGLEHART, 2018a).

Segundo os resultados encontrados por Inglehart (2018a), para maximizar o bem-estar das pessoas (e, em consequência, a felicidade) em sociedades pobres, a melhor estratégia é enfatizar o crescimento econômico, mas em sociedades de alta renda, a felicidade requer outra estratégia, requer mudança na sociedade e na cultura. Nessa esteira, o autor apresentou resultados sobre a relação entre desenvolvimento econômico e bem-estar subjetivo com recorte para países ex-comunistas e latino-americanos, a partir do que identificou que, apesar de rendas médias semelhantes, os latino-americanos demonstram níveis mais altos de satisfação com a vida e de felicidade do que os ex-comunistas. O mesmo padrão subjetivo se repete quanto ao alto nível de religiosidade: na América Latina a religião providencia uma sensação de segurança nas pessoas, enquanto nos países ex-comunistas tem efeito inverso, pois os indivíduos se orientam ainda por regras comunistas remanescentes.

No entanto, de acordo com Inglehart (2018a, p. 173, tradução nossa), duas questões levantadas nos últimos anos mantiveram-se aparentemente sem explicação: “1) O que motiva as pessoas a apoiarem movimentos xenofóbicos autoritários em países de alta renda? 2) Por que o voto xenofóbico nesses países é muito mais alto agora do que há décadas?”. Isso porque, pela lógica que sua teoria difunde há 5 cinco décadas, os países de alta renda deveriam ser agora os mais democráticos, sobretudo em nível societário. Para o autor, entretanto, o apoio a movimentos xenofóbicos autoritários foi motivado por uma reação à mudança cultural trazida pela modernização, enquanto o crescimento desse apoio pode ser explicado pela sensação contemporânea de declínio na segurança existencial. A essa dinâmica reacionária à mudança cultural, Inglehart (2018a) chamou de “*authoritarian reflex*” (aqui traduziu-se para “reflexo autoritário”). Essa não é uma ideia propriamente nova, embora tenha ressurgido no ensejo de um debate específico recente, uma vez que Inglehart (1997) descrevia a possibilidade de reação materialista ao pós-materialismo, já apresentada como um reflexo autoritário.

Nesse sentido, para Inglehart (2018a, p. 175, tradução nossa), “Em alguma medida, o pós-materialismo foi seu próprio coveiro”, pois causou uma reação adversa posta em prática pelos materialistas, em geral, setores mais idosos e menos seguros da sociedade, às mudanças culturais que trouxeram abertura e autonomia individual. O pós-materialismo teria feito declinar o voto de classe, minando partidos de esquerda orientados para a classe trabalhadora, que implementavam políticas de redistribuição. Além disso, as novas questões não-econômicas, introduzidas pelo pós-materialismo, teriam sobreposto a clássica discussão direita-esquerda, deslocando a atenção da redistribuição para questões culturais, o que teria aberto o caminho para o crescimento da desigualdade (INGLEHART, 2018a).

Esse argumento é replicado em Norris e Inglehart (2019), para quem a disposição das pessoas para abandonar partidos convencionais está relacionada a um desalinhamento social partidário já largamente documentado: o processo de enfraquecimento da relação esquerda-direita, isto é, de aspectos tradicionais de classe como âncoras na política. Esse argumento decorre de uma tendência dos revisores das teorias da modernização de compreenderem positivamente o apagamento da linha que divide esquerda e direita. É possível encontrar tratamento semelhante em Beck (1997) e Giddens (1997), conforme se abordou no capítulo 2.

Conforme já foi dito, os pós-materialistas estão concentrados entre aqueles estratos mais seguros e educados da sociedade e são favoráveis a mudança social. Por isso, Inglehart (2018a) argumenta que, muito embora, tradicionalmente, os estratos mais seguros e melhor educados apoiem partidos conservadores, com a mudança cultural eles acabaram migrando para partidos mais conectados com temas culturais e políticos. Ao mesmo tempo, os pós-materialistas de esquerda, ainda que tenham se mantido comprometidos com a constituição de uma classe média, passaram também a interessarem-se por mudança cultural e, por isso, acabaram, frequentemente, distanciando-se dos temas tradicionais da esquerda (INGLEHART, 2018a).

Segundo Inglehart (2018a), esses dois processos acabaram por abrir caminho para movimentos autoritários. O autor demonstra a ocorrência desse processo a partir de dados do Manifesto dos Partidos da Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Suécia e Suíça, coletados entre de 1950 e 2010. Questões não econômicas foram minoritárias em relação às econômicas nos programas dos partidos até a década de 1980; após, as questões econômicas

entraram em queda e as não econômicas em ascensão. As questões econômicas não desapareceram, mas tiveram diminuído o seu espaço, que passou a ser ocupado pelas questões não econômicas (INGLEHART, 2018a).

Ainda, Inglehart (2018a) apresenta o caso do Partido Verde alemão, recorrente em suas análises. Para o autor, ao contrário do que se pensa, esse partido não está posicionado à esquerda do espectro político em uma linha horizontal, e sim em um novo eixo político, em uma linha vertical, que cruza a linha horizontal. Inglehart (2018a) representa graficamente essa relação, colocando os verdes no extremo superior da linha vertical e os partidos xenofóbicos autoritários – que prefere denominar populistas autoritários – no polo oposto. Nesse sentido, os partidos populistas autoritários, segundo o autor, também não correspondem aos tradicionais partidos conservadores; enquanto estes estão comprometidos com demandas de certos segmentos da sociedade, aqueles buscam pelos setores menos educados e seguros com base na xenofobia e na rejeição à mudança cultural rápida (INGLEHART, 2018a).

Inglehart (2018a) salienta que desde 1997 vem afirmando a possibilidade dessa reação ocorrer, tanto que sempre foi possível observar pessoas mais idosas e menos seguras reagindo contra a erosão dos valores da família, exemplifica. Isso é verdade, Inglehart (1997) já tratava da possibilidade de um reflexo autoritário e definia suas duas formas essenciais: 1) reações fundamentalistas ou nativistas; e 2) adulação de fortes líderes seculares. Assim, para Inglehart (2018a), os partidos e movimentos xenofóbicos autoritários não devem ser encarados como novidade; a diferença é que agora eles ameaçam (e em alguns casos conseguem) se inserir nos governos e, portanto, são mais notados. Fatores econômicos, tais como renda e desemprego, são preditores muito fracos do voto nesses partidos, afirma o autor com base em Sides e Citrin (*European Opinion about Immigration: The Role of Identities, Interests and Information*)[43], para ressaltar que fatores, externos a sua linha de raciocínio “desenvolvimento econômico - mudança cultural - democracia” estão por trás da reação autoritária. Nos EUA, argumenta Inglehart (2018a), aqueles preocupados com problemas econômicos votaram em Hilary Clinton e aqueles preocupados com a imigração votaram em Donald Trump em 2016.

[43] Referência utilizada por Inglehart (2018a): SIDES, John; CITRIN, Jack. European Opinion about Immigration: The Role of Identities, Interests and Information. British Journal of Political Science, v. 37, n. 3, p. 477-504, 2007.

Além disso, o autor enfatiza que análises a partir de dados do *Survey Social European* mostram que em 32 países o apoio a partidos populistas autoritários parte em maioria de pequenos proprietários, não de trabalhadores manuais com baixos salários. Assim, embora o *status* de emprego seja um preditor relativamente importante, perde a significância quando fatores culturais são inseridos na testagem. Inglehart (2018a) lamenta não ter os dados necessários para analisar o voto em partidos populistas autoritários por faixas etárias, pois parece evidente que forças robustas vêm trabalhando para fazer ascender esses partidos, os quais, provavelmente, recebem apoio dos votantes mais idosos. Isso porque, pela lógica da teoria de Inglehart, o voto em partidos xenofóbicos autoritários deveria ser diminuído com a substituição intergeracional de valores, mas justamente o oposto foi verificado. Norris e Inglehart (2019), entretanto, já se sentem em condições de afirmar que a maioria dos conservadores sociais hoje existentes são pessoas mais idosas, que tiveram dificuldade em compreender a mudança de valores e, levando-se em conta o caso da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, votaram em maior número em relação aos mais jovens.

O reflexo da mudança cultural nas eleições parece, entretanto, depender também do contexto. Em algumas circunstâncias, os conservadores sociais poderiam não se preocupar em ir votar: por exemplo, se estivessem desiludidos com a política e com os programas dos partidos convencionais. No entanto, quando líderes populistas surgiram defendendo justamente os seus valores, até então taxados de politicamente incorretos, mostraram-se um canal de expressão política para os conservadores sociais. Além disso, de acordo com Norris e Inglehart (2019), usualmente, a geração entreguerras tem aparecido como muito mais propensa a votar do que a geração do milênio. O resultado disso, afirmam os autores, é que os grupos mais idosos tendem a ser mais influentes na política eleitoral, a despeito de serem minoria (NORRIS; INGLEHART, 2019)

Norris e Inglehart (2019) explicam que os processos seculares diminuíram gradualmente o tamanho dos segmentos sociais adeptos dos princípios fundamentais do conservadorismo social e expandiram os segmentos da população que apoiam atitudes liberais, em geral, os membros das gerações mais jovens. Segundo os seus resultados, nos Estados Unidos, as gerações mais jovens tomam atitudes muito mais liberais em relação às gerações mais idosas em uma ampla gama de questões sociais contemporâneas, como opiniões sobre o papel de mulheres e homens na sociedade

e questões que dizem respeito à religiosidade, à raça, ao armamento da população, entre outras. Ainda, diferenças geracionais similares foram encontradas na Inglaterra, onde, em 2016, idade e educação dividiram o público favorável e contrário ao "*Brexit*" mais do que classe social: os idosos e menos educados foram majoritariamente favoráveis à saída do Reino Unido da União Europeia.

Enquanto a mudança cultural motivou o crescimento do "populismo liberal", com a ascensão do liberalismo social entre os mais jovens (população mais instruída), acabou associando-se à desilusão com a performance dos partidos políticos e dos líderes convencionais, que deixaram de atender a determinadas demandas, como aquelas sobre desigualdades econômicas e injustiça social no mundo capitalista global. Nesse contexto, os partidos populistas liberais buscaram o apoio dos mais jovens e, assim, alinharam-se a pautas abertamente progressistas defendidas habitualmente por movimentos sociais, como a proteção ambiental, os direitos LGBTs, a igualdade de gênero, o controle de armas, os direitos imigratórios, os direitos humanos e a justiça social. Como consequência, para os autores, a contrarreação gerou apoio ao populismo autoritário. Inicialmente, a difusão do pós-materialismo, e de políticas progressistas dele decorrentes, estimulou uma reação em parte dos conservadores sociais; após, houve um ponto de inflexão no equilíbrio entre conservadores e liberais no eleitorado, que refletiu um efeito na opinião pública em sentido oposto à realidade numérica dos conservadores nas sociedades avançadas (NORRIS; INGLEHART, 2019).

Nesse sentido, importante destacar alguns conceitos trazidos em Norris e Inglehart (2019) sobre o tema. Ainda que os autores identifiquem populismos liberal e autoritário, consideram o populismo autoritário mais ameaçador para a democracia, uma vez que busca corroer a confiança das pessoas em mecanismos institucionais de salvaguarda democrática, as levando a aceitar que líderes fortes fomentem a intolerância social. Segundo interpretam Norris e Inglehart (2019, p. 66), o populismo apresenta-se como "um estilo retórico de comunicações afirmando que (i) a única legitimação democrática emana diretamente do povo, e que (ii) aqueles que estão no poder são profundamente corruptos e autointeressados, traindo a confiança pública" (tradução nossa). Ainda, os autores lembram que nem todos os populistas endossam o autoritarismo e nem todos os governantes autoritários adotam apelos populistas, mas que essa combinação ocorre frequentemente, pois os interesses de um satisfazem os interesses do outro.

Além disso, tendo em mente a distinção clássica da cultura política entre valores e atitudes, Norris e Inglehart (2019, p. 71) preocupam-se em esclarecer o que entendem por “valores autoritários”, definindo-os como um *cluster* de três componentes enfatizados pelo público que os detém: (1) conformidade a convenções de grupos e a costumes tradicionais; (2) segurança e proteção do grupo contra riscos, justificando coação e agressão em relação a estranhos; e (3) lealdade ao grupo e aos seus líderes. Inversamente, segundo os autores, os liberais e progressistas são mais abertos a outros grupos e a novas ideias, de forma que compõem um polo da divisão cultural, enquanto os autoritários localizam-se no polo oposto. Por isso, os populistas liberais não oferecem ou oferecem baixo risco à democracia liberal, já que favorecem valores socialmente liberais e tolerância a estilos de vida multiculturais.

De acordo com Norris e Inglehart (2019), o fato de os liberais terem se tornado maioria em muitas sociedades ocidentais, gerou uma mudança de comportamento nos conservadores, antes mais comedidos (talvez por temerem penalidades sociais, como indicam alguns estudos[44]), catalisando uma reação ao novo grupo dominante. Assim, embora tenham se tornado minoria, os conservadores sociais, formados pelos grupos mais idosos das sociedades, passaram a ser a maioria do público votante. A autocensura inicial, segundo os autores, parece ter fomentado um ressentimento contra o “politicamente correto”. Somado a isso, os grandes fluxos de imigração, que mudaram a composição étnica das sociedades industriais avançadas, agregando culturas, línguas, religiões e estilos de vida distintos, reforçou o sentimento dos conservadores de que são estrangeiros em seus próprios países (NORRIS; INGLEHART, 2019)

Os resultados obtidos por Norris e Inglehart (2019) demonstram a existência de conexão entre atitudes anti-imigração e valores autoritários. Os autores concluem que o tratamento cultural dispensado à imigração tem maior relação com autoritarismo e populismo do que com a necessidade de proteção dos interesses econômicos do país. No entanto, mesmo controlando a testagem com variáveis relacionadas à imigração e às condições econômicas, a geração do respondente permanece o preditor mais importante dos valores autoritários. De qualquer sorte, Norris e Inglehart (2019) alertam que a reação à diversidade cultural por parte dos conservadores não pode ser

[44] Os autores citam a teoria de Elizabeth Noelle-Neumann, de 1974, de que as pessoas tendem a permanecer em silêncio quando seus pontos de vista são minoritários.

desprezada, na medida em que esse é o grupo que mais provavelmente apoia partidos populistas autoritários.

Inglehart (2018a) já mencionava a existência de um fenômeno atual forte o bastante para barrar o efeito da substituição intergeracional de valores, o qual atuaria a partir de dois fatores: 1) o declínio da segurança existencial e 2) a grande imigração. Esses dois efeitos periódicos estariam envolvidos e completariam um ao outro, coexistindo com o efeito da mudança intergeracional de valores[45]. Assim, Inglehart (2018a) explica que, embora a abertura para questões relacionadas ao gênero e à homossexualidade, por exemplo, crescesse rapidamente como efeito da mudança cultural, a mesma abertura não acontecia em relação aos imigrantes. Para o autor, isso estaria relacionado com a forma como os imigrantes são retratados pela mídia, que difunde notícias sobre terrorismo e faz com que estrangeiros se tornem perigosos aos olhos das pessoas no ocidente.

No que diz respeito ao declínio da segurança existencial, para Inglehart (2018a), períodos de alta desigualdade social são desvios na tendência de democratização que desenvolvimento econômico proporciona. O autor salienta que, embora autores – como Piketty (2014) – vejam o crescimento da desigualdade social como uma consequência esperada da modernização, o processo é justamente o inverso. De acordo com Inglehart (2018a), o crescimento da desigualdade é um fenômeno pontual, um deslocamento na tendência, causado por fatores exógenos e tratável com as políticas adequadas. Assim, a desigualdade social, para o autor, não decorre diretamente do capitalismo, mas faz refletir um estágio do desenvolvimento de dada sociedade, que depende da trajetória.

Norris e Inglehart (2019), nesse aspecto, procuram testar o papel de fatores econômicos, ponto chave da Teoria do Desenvolvimento Humano. O sucesso eleitoral de partidos populistas autoritários tem sido associado frequentemente a acontecimentos econômicos do final do século XX, tais como o neoliberalismo e a globalização. Os autores também citam o estudo de Thomas Piketty, a fim de rechaçá-lo. Para Norris e Inglehart (2019, p. 137), “o que importa não é apenas as condições econômicas, mas também a resposta política a ela”. Segundo autores, ocorre que os partidos de centro-esquerda social-democrata não foram capazes de implementar

[45] Utiliza-se aqui a expressão “efeito periódico” a partir da tradução de “period effect”, conforme adotado por Inglehart (2018) e Norris e Inglehart (2017; 2019), para fazer referência a fatores próprios do período ou conjunturais.

políticas sociais que proporcionassem um senso de segurança para os desempregados e subprivilegiados.

Inglehart (2018a), nesse sentido, reconhece a existência de desigualdade social intensa nos países de alta renda. Segundo o autor, desde 2000, nos Estados Unidos, a expectativa de vida de homens brancos, não hispânicos e de meia idade tem declinado, sobretudo, por abuso de drogas e álcool e de suicídio. Esse é um sinal de mal-estar visto antes apenas com o colapso da União Soviética, ressalta. Nesse sentido, a sociedade da inteligência artificial produz ascensão dos níveis de desigualdade por duas razões, de acordo com o autor: 1) nas sociedades industriais, os “produtos de informação” (como *softwares*) custam muito pouco para duplicar e distribuir e acabam por dominar mercado, gerando altos lucros; 2) os programas de computadores podem tomar o emprego de qualquer pessoa, mesmo das melhor instruídas, diminuindo a força de trabalho e afunilando os ganhos econômicos nas mãos dos mais ricos (INGLEHART, 2018a).

Isso significa, de acordo com Inglehart (2018a), que, a despeito do crescimento do ramo tecnológico, os empregos nessa área não estão crescendo, pois as companhias que trabalham com inteligência artificial conseguem obter lucros altos com poucos funcionários. Ao mesmo tempo, pondera o autor, tem-se a impressão de que a inteligência artificial não produz desemprego, mas isso é porque muitas pessoas, desanimadas, acabam desistindo do trabalho formal. A estratégia dos CEOs de substituir a sua força de trabalho por trabalhadores eventuais, mal pagos ou até mesmo por robôs maximiza os lucros de suas corporações contra competidores, afirma Inglehart (2018a). Assim, apesar dos inúmeros benefícios, a fase da inteligência artificial implica uma economia de ‘o ganhador leva tudo’, que faz aumentar a desigualdade (INGLEHART, 2018a).

Para Inglehart (2018a), a menos que políticas governamentais sejam tomadas para impedir, isso pode enfraquecer a democracia e a abertura cultural que emergiu no pós-guerra. No entanto, para o autor, esse problema tem solução, pois as sociedades de alta renda não estão ficando pobres. Acontece, salienta o autor, que há um 1% de pessoas que controlam a economia e outros 99% para quem o poder econômico continua a ser esvaziado. Por isso, a solução é intervenção governamental imediata contra a concentração de renda, a fim de que sejam criados empregos que fomentem a qualidade de vida das pessoas. Ou seja, o autor sugere que a retomada

da ênfase em redistribuição de renda, por exemplo, por meio da implantação da progressão de impostos para grandes fortunas (INGLEHART, 2018a).

Mais tarde, em Norris e Inglehart (2019), há uma preocupação em verificar as consequências desses desenvolvimentos econômicos. Segundo os autores destacam, se a sua tese estiver correta, valores autoritários e populistas devem ser mais fortemente apoiados por pessoas inseridas em famílias de baixa renda e que quase não conseguem poupar, entre aqueles que estão ou estiveram desempregados por muito tempo, entre os operários de indústrias manufatureiras e entre aqueles inseridos em famílias dependentes de benefícios sociais. Os resultados conseguidos a partir de testagens com dados coletados na Europa demonstram que, de fato, o autoritarismo e o populismo são mais fortes entre respondentes menos prósperos economicamente. A principal exceção – da maior relevância, segundo Norris e Inglehart (2019) – é que a experiência de desemprego de longa duração e a dependência de benefícios sociais não tiveram o efeito esperado.

Obviamente, a previsão de manutenção e de avanço da democracia liberal no mundo hoje não é um consenso na literatura, mesmo entre autores liberais. Na seção seguinte discutem-se algumas interpretações alternativas sobre o tema, as quais, não raro, vão de encontro às explicações trazidas por Inglehart e seus colaboradores.

3.4. Objeções à previsão da Teoria do Desenvolvimento Humano sobre o avanço da democracia hoje

Alguns autores têm interpretado que a democracia liberal vem trilhando o caminho inverso à consolidação democrática ao redor do mundo. Entre eles, estão Foa e Mounk (2016; 2017), que, pelo menos nos últimos dois anos, vêm debatendo diretamente com Ronald Inglehart. Esses autores alertam para um fenômeno que chamam de “desconsolidação democrática”, isto é, um processo por meio do qual mesmo democracias apontadas como consolidadas têm visto esvaziado o seu conteúdo democrático ao perderem o apoio da população (FOA; MOUNK, 2016; 2017).

Esses são autores que pesquisam a democracia por meio do comportamento político e, por isso, preocupam-se com o apoio ao regime político e com tendências autoritárias entre as pessoas. Numa interpretação associada à teoria da cultura política, Foa e Mounk (2016; 2017) consideram o apoio à democracia, a adesão às

instituições democráticas e a prevalência de atitudes e comportamentos condizentes com valores democráticos benéficos à consolidação da democracia. O diferencial do argumento desses autores é que, ainda assim, se distanciam de outras interpretações da área, como aquelas que pensam a democracia em termos de qualidade da democracia (DIAMOND; MORLINO, 2005) ou aquelas que vêm a ausência de identificação com instituições democráticas e com a própria democracia como uma criticidade benéfica ao regime (NORRIS, 1999; DALTON, 1999).

Para Foa e Mounk (2016; 2017) há sério risco de colapso democrático por meio de um processo iminente ou já presente em determinadas sociedades de desconsolidação. O crescimento de movimentos e partidos populistas autoritários, casos como a vitória de Donald Trump e de Marine Le Pen e a saída dos britânicos da União Europeia a partir do movimento "*Brexit*" são exemplos de acontecimentos associados à desconsolidação, e não casos pontuais, temporários e/ou geográficos como se poderia pensar. Ou seja, para esses autores, esses fenômenos não se tratam de exceções a um período frutífero de avanço democrático, tampouco estão relacionados à trajetória, história e localização de cada país (FOA; MOUNK, 2016; 2017).

Nesse sentido, Foa e Mounk (2016) protagonizaram um debate direto com Ronald Inglehart (2016). Em uma seção especial intitulada *Danger of Desconsolidation* do *Journal of Democracy*, Ronald Inglehart (2016) traçou linhas iniciais do argumento que mais tarde apareceria em seu livro *Cultural Evolution: people's motivations are changing, and reshaping the world*, onde nega qualquer indício de colapso da democracia liberal no mundo. Na mesma seção, Foa e Mounk (2016) ofereceram sua reposta, arguindo, em sentido contrário, que o processo de desconsolidação democrática é iminente.

Foa e Mounk (2016) lembram que por muito tempo o jornal alemão Die Welt preferiu ignorar em seus textos a existência da Alemanha Oriental ou associá-la a citações assustadoras por não acreditar na manutenção desse regime por muito mais tempo. Mais tarde, visto o grande período que os comunistas já estavam no poder, passaram a dedicar mais linhas à Alemanha Oriental e a abandonar o tom assustador. Três meses depois, contam os autores, o regime comunista cairia na Alemanha Oriental. Eis a lição: o *timing* dos jornalistas foi completamente equivocado, assim como está sendo o dos cientistas políticos que não atentam à desconsolidação

democrática em vias ou a passo de se concretizar ao redor do mundo (FOA; MOUNK, 2016).

Os autores dizem isso porque há muitos anos sinais da queda de apoio à democracia são notados em muitos países considerados democráticos, trazendo muito mais motivo para preocupação do que para uma autoconfiança democrática. Para Foa e Mounk (2016) tem-se muita confiança na durabilidade das democracias afluentes e consolidadas do mundo, quando há motivos bastante relevantes para preocupação com o futuro dessas democracias. É o caso da desconfiança nas instituições políticas em níveis desastrosamente crescentes na América do Norte e na Europa Ocidental, exemplificam os autores (FOA; MOUNK, 2016).

Para além da realidade estadunidense em que circularam Foa e Mounk (2016), sabe-se que a desconfiança acentuada e progressiva se dá em diversos países ao redor do mundo. No Brasil, não é diferente: dados do Latinobarômetro indicam altos níveis de completa desconfiança nas instituições políticas em anos recentes. Em 2016, 45,5% das pessoas entrevistadas disseram não ter nenhuma confiança no Congresso Nacional e, em 2017, esse patamar subiu para 60%. A desconfiança nos Partidos Políticos foi ainda maior, alcançou 65,4% em 2016 e 72% em 2017. Já a desconfiança no governo foi de 51,2% em 2016 e de 66% em 2017. Para todas essas rodadas de pesquisa a alternativa de resposta que teve o segundo maior patamar foi aquela indicativa de pouca confiança[46] (LATINOBARÔMETRO, 2016; 2017).

Foa e Mounk (2016) tratam do comportamento político nos Estados Unidos e na Europa Ocidental porque se preocupam em discutir a ruína da democracia mesmo em sociedades democráticas bastante estabelecidas, em um debate direto com Ronald Inglehart (2016), que se detém a essas sociedades. Foa e Mounk (2016) buscam demonstrar como o apoio difuso à democracia entrou em queda, em referência a um número grande de autores da área da cultura política que utilizam a classificação de David Easton (1953)[47] para argumentar que, apesar dos níveis decrescentes de apoio específico, o apoio difuso estável mantém a legitimidade do regime político. Além disso, os autores analisam o apoio à democracia por grupos

[46] A questão presente no questionário *survey* utilizado pelo Latinobarômetro nos anos de 2016 e 2017 trazia quatro opções de resposta: muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança.

[47] Easton (1953) desenvolveu a diferenciação entre apoio difuso e apoio específico à democracia. Considerou o primeiro como apoio incondicional decorrente da adesão latente às instituições básicas do regime; e o segundo como apoio condicional às instituições democráticas e adesão apenas quanto a atores específicos.

geracionais, assim como faz Inglehart (1977, 1988, 2018a) ao analisar a mudança intergeracional de valores decorrente da modernização (FOA; MOUNK, 2016).

Ocorre que os resultados de Foa e Mounk (2016), conseguidos a partir de dados do *World Values Survey*, que abrangem o período de 1995 a 2014, demonstram que o apoio a democracia não apenas decresceu na América do Norte e na Europa ocidental, como nos grupos geracionais mais jovens concentram-se os maiores índices de baixo apoio a esse regime político. Os autores analisaram quatro recorrentes indicadores de legitimidade do regime em oposição à legitimidade do governo: o apoio expresso ao sistema como um todo, o grau de apoio às principais instituições da democracia liberal, a disposição de demandar sobre questões políticas dentro do sistema existente; e a abertura a alternativas autoritárias. A partir desses indicadores, os autores verificaram que as pessoas se tornaram no período analisado cada vez mais cínicas sobre o valor da democracia como um sistema político, menos esperançosos quanto ao seu poder de influência em políticas públicas e mais propensos a apoiar alternativas autoritárias (FOA; MOUNK, 2016).

No que se refere ao recorte de pesquisa por coortes de idade, a surpresa ficou por conta dos grupos geracionais mais jovens. Por exemplo, nos Estados Unidos as pessoas nascidas durante o período entre-guerras consideraram a governança democrática um valor primordial: em uma escala de 1 a 10, onde 10 significava “essencial”, 72% classificaram “viver em uma democracia” com o nível 10. No entanto, na geração nascida a partir de 1980 nos Estados Unidos apenas em torno de 30% classificaram como essencial viver em uma democracia (FOA; MOUNK, 2016).

Inglehart (1977, 1988, 2018a) destacou fortemente que o efeito da pesquisa por coortes é justamente o de apresentar a tendência da geração ali definida, e não o de representar tendências próprias da idade dos respondentes. Por isso, o fato de os coortes geracionais mais jovens conterem o maior número de pós-materialistas sempre foi interpretado como um sinal da ocorrência da mudança cultural intergeracional a partir da análise ao largo do tempo do comportamento dessa geração. Assim, interpretação em sentido semelhante levou Foa e Mounk (2016) a afirmar que as gerações mais recentes estão cada vez menos democráticas, num processo de mudança cultural inverso daquele benéfico à democracia liberal, apontado por Inglehart (1977, 1988, 2018a).

Foa e Mounk (2016) encontraram que, em 1995, 16% dos americanos nascidos na década de 1970 acreditavam que a democracia era um sistema político ruim para

o seu país; em 2014 o índice aumentou para 20% entre as pessoas do mesmo coorte geracional. Já no coorte geracional composto por pessoas nascidas na década de 1980, 24% acreditavam que a democracia é um sistema político ruim para o país em 2011. Ou seja, o modo como as pessoas se relacionam com a democracia como forma de governo vem mudando. Se antes, apesar da desconformidade das pessoas com muitos aspectos institucionais próprios da democracia, era possível crer na estabilidade democrática em razão do apoio a esse regime, agora, alertam os autores, é preciso compreender o porquê da queda dos níveis de apoio difuso (FOA; MOUNK, 2016).

Mounk (2018) argumenta que enquanto muitos autores agem com lentidão para atualizar suas teorias, criadas em um momento de prosperidade democrática, sobretudo em centros acadêmicos de sociedades avançadas, como a dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, eventos que têm demonstrado o descontentamento das pessoas com a democracia e com instituições típicas desse regime político já desencadearam um conjunto de desafios para o consenso teórico ou para a interpretação dominante feita pela ciência política *mainstream.* No entanto, o debate está começando a se estabelecer com discordâncias e consensos mais ou menos definidos, em que a ascensão de movimentos e partidos populistas está no centro: alguns argumentam que os populistas de hoje podem ser profundamente democráticos por estarem amparados pela opinião da maioria, outros destacam o caráter antidemocrático dos objetivos e das estratégias dos populistas (MOUNK, 2018).

Para Mounk (2018), defensor da democracia liberal, democráticos ou antidemocráticos, os populistas de hoje são claramente “iliberais”, o que já é um motivo para se opor a eles. O autor argumenta que, embora a forma que o populismo assuma possa ser inicialmente democrática, a experiência demonstra que seu efeito é de descartar o liberalismo e, a longo prazo, a democracia, na medida em que enfraquece as instituições e o estado de direito a ponto de os líderes populistas deixarem em certo momento de serem efetivamente constrangidos pela vontade do povo[48]. Segundo o autor, a insatisfação das pessoas com o sistema liberal as leva a

[48] A discordância principal que se tem em relação ao argumento de Mounk (2017) é que o autor não faz distinção entre populismos de esquerda e de direita, e utiliza o sistema democrático que esteve instalado na Venezuela nas últimas décadas como exemplo de democracia iliberal que tolheu o direito de minorias, ignorando a dinâmica venezuelana como uma bem-sucedida alternativa à democracia liberal, com formulações institucionais relevantes em termos de ampliação da participação popular.

eleger líderes populistas com promessas não-liberais. O que ocorre, de acordo com Mounk (2018), é que o liberalismo se tornou antidemocrático ao não cumprir com a promessa de permitir às pessoas estarem no poder.

Exemplo disso, segundo Mounk (2018), é o caso da Hungria. Da mesma forma, para Galston (2018), a autoproclamação da Hungria como "democracia não-liberal" pelo primeiro-ministro Viktor Orbán é o caso mais preocupante, na medida em que parece estar servindo de modelo para o partido governista “Law and Justice” da Polônia e para os países insurgentes na Europa Ocidental (MOUNK, 2018; GALSTON, 2018). Galston (2018), inclusive, é um autor que está muito atento aos riscos de desconsolidação sob uma perspectiva “desliberalizante” semelhante a elaborada por de Foa e Mounk (2016, 2017) e Mounk (2018), apesar de compartilhar diversos elementos interpretativos da dinâmica democrática com Ronald Inglehart (2016a; 2018a).

Galston (2018) conta que quando iniciou a estudar o tema acreditava que o centro da revolta emergente da população estava na economia: em um acordo tácito, as pessoas se submetiam às elites desde que estas gerassem prosperidade e melhorassem seus padrões de vida. Falhando as elites em administrar a economia, estaria desfeito o trato e as pessoas estariam autorizadas a se revoltarem contra o sistema político. Nos últimos anos, porém, o autor revela ter mudado sua interpretação. O que ocorre, na verdade, segundo Galston (2018), é que os altos índices de imigração não puderam ser suportados pelos governos e os imigrantes passaram a ser vistos como ameaça cultural e como concorrência na busca por empregos. Junto a isso, a consolidação da ideia de meritocracia atrelada aos níveis educacionais, acabou por separar a população entre aqueles mais e menos formalmente educados. Com isso, os defensores da diversidade passaram a se chocar cada vez mais com os proponentes da homogeneidade social, enquanto os beneficiários da mudança tecnológica passaram a se embater com aqueles prejudicados pelas mudanças econômicas resultantes da tecnologia (GALSTON, 2018).

Esse enfrentamento levou com que, com frequência, a democracia liberal passasse a ser confundida com um liberalismo cultural contraditório em relação ao costume e à tradição, explica Galston (2018). Aqueles cidadãos apegados aos costumes passaram, então, a questionar princípios democráticos liberais, como o Estado de Direito, a liberdade da imprensa e os direitos das minorias, e a clamar por

líderes fortes. Ou seja, os movimentos e partidos populistas autoritários que têm se insurgido e adquirido espaço em parlamentos e em chefias de governos executivos nacionais não estão embasados em decepções financeiras, mas apoiam-se sobre estruturas coerentes, acredita o autor. As democracias liberais carregam, de acordo com Galston (2018), pelo menos quatro conceitos-chave: princípios de soberania popular, a própria democracia (entendida como exercício do poder majoritário), constitucionalismo e liberalismo. Desses, o populismo contemporâneo aceita dois e neles se apoia: os princípios de soberania popular e a democracia (GALSTON, 2018).

É por isso que o populismo contemporâneo pode ser identificado como populismo iliberal ou não liberal, definido por pretender instalar, de acordo com Galston (2018, p. 11, tradução), “um sistema governamental capaz de traduzir as preferências populares em políticas públicas sem os empecilhos que impediram as democracias liberais de responder eficazmente a problemas urgentes”. A partir dessa perspectiva, o populismo é uma ameaça não à democracia, mas ao modelo hegemônico de democracia. De qualquer sorte, o autor salienta que questões relacionadas ao liberalismo econômico não são rejeitadas pelo populismo contemporâneo, apenas aquelas relativas ao pluralismo próprio do liberalismo político, as quais promoveriam o enfraquecimento da unidade popular desejada pelo populismo (GALSTON, 2018).

Ronald Inglehart (2018a) descreveu efeitos periódicos tão potentes que estão sendo capazes de barrar os efeitos da mudança intergeracional de valores que vinha prevendo há 40 anos. Esses efeitos são a grande imigração e as consequências da era da inteligência artificial. A interpretação de Galston (2018) sobre a imigração se assemelha a de Inglehart (2018a). No entanto, quando Galston (2018) aborda o surgimento a partir da educação formal de duas classes que acabam por deixar os menos educados em uma posição social marginalizada em relação aos mais educados e narra uma formulação binária de ideias conservadoras e progressistas que se chocam quanto à temas culturais, se distancia relativamente da abordagem de Inglehart (2018a).

Inglehart (2018a) também elabora conceitos (materialismo e pós-materialismo) para classificar as pessoas conforme sejam mais ou menos propensos à abertura cultural surgida no pós-guerra, mas não atribui a distribuição em um ou em outro grupo apenas à educação formal. O autor acredita que hoje a Inteligência Artificial tem tirado emprego até mesmo dos mais qualificados, que têm também sentido o período atual

como de declínio da segurança existencial. Dessa forma, ao cabo, o sentimento de declínio da segurança existencial, causado por efeitos periódicos potentes, é que tem ajudado a fortalecer movimentos e partidos populistas mesmo em democracias avançadas. Para Inglehart (2018a), como já se viu, entretanto, a democracia liberal continua a prosperar, pois o sentimento de declínio da segurança existencial pode ser solucionado politicamente (INGLEHART, 2018a).

Galston (2018), por sua vez, acredita que a ameaça à democracia liberal pode não ser tão assustadora, mas que esta não é a hora para complacência. A democracia liberal enfrenta perigos claros e atuais, argumenta, mas não há motivo para pânico, senão para manter uma postura atenta e observadora. Isso porque, acredita que algumas manifestações do populismo contemporâneo podem ser convertidas em debate político, o que o autor percebe ter ocorrido no caso do Brexit. Por outro lado, casos como o da Hungria, insiste Galston (2018), por declarar abertamente a democracia iliberal ou não liberal, merecem atenção. Ainda, a ameaça populista desafia a democracia quando seus movimentos pregam o fim de instituições e de direitos essenciais ou pregam a marginalização de grupos étnicos e raciais, por exemplo. O fato, para o autor, é que toda criação humana é contingente e não seria diferente com a democracia liberal, motivo pelo qual a sua manutenção não é única via possível, o que deve pôr seus defensores em alerta (GALSTON, 2018). Assim resume o autor:

> Ainda assim, não há motivo - nem desculpa - para complacência. Os atuais males da democracia liberal são profundos e penetrantes. Superá-los exigirá clareza intelectual e líderes políticos dispostos a correr riscos para atender aos interesses de longo prazo de seus países. A escolha humana, e não a inevitabilidade histórica, determinará o destino da democracia liberal (GALSTON, 2018, p. 18, tradução nossa).

Foa e Mounk (2017) interpretaram de maneira semelhante o papel da política para definir a ruína ou não da democracia liberal. Segundo os autores, apesar dos sinais de desconsolidação, “as portas para a agência política ainda estão abertas” (FOA; MOUNK, 2017, p. 4, tradução nossa). Reformas radicais são necessárias para neutralizar fatores sociais e econômicos atrelados ao descontentamento popular de que os populistas se aproveitam, sobretudo, nos países onde estes ainda não assumiram o poder, argumentam Foa e Mounk (2017). Se políticos defensores da democracia liberal se comprometerem com essas reformas, dizem os autores em uma

interpretação otimista, o perigo do populismo pode converter-se em uma oportunidade de colocar a democracia liberal de volta no seu caminho, pondo em prática o seu potencial de suportar demandas da sociedade (FOA; MOUNK, 2017).

Outro autor para quem a sobrevivência da democracia nada tem a ver com prosperidade econômica é Pérez-Liñan (2014, p. 141, tradução nossa), segundo o qual “as democracias têm maiores probabilidades de sobreviver quando os atores políticos possuem fortes preferências normativas por este regime e quando os atores mostram moderação em suas opções políticas”. Com foco na América Latina, o autor sustenta que o nível de desenvolvimento de uma sociedade e o seu desempenho econômico não têm impacto direto nas possibilidades de sobrevivência ou queda da democracia, de maneira que é preciso considerar o entorno político regional para fazer-se qualquer análise (PÉREZ-LIÑAN, 2014). Pérez-Liñan (2014) traz uma visão ainda mais interessante sobre as possibilidades de sobrevivência e queda das democracias por dedicar-se à realidade da América Latina, diferentemente dos autores anteriormente abordados, que se preocupavam com ascensão de movimentos e partidos populistas nas democracias mais avançadas.

Pérez-Liñan retoma autores que escreveram sobre democracia na onda de estudos sobre a transição democrática, como Lamounier (1980) e Weffort (1984), mas, especialmente, revisita o argumento de O’Donnell (1986) para elaborar sua explicação da sobrevivência e queda das democracias na América Latina. O’Donnell (1986) era um crítico das teorias da modernização, as quais apresentariam uma relação demasiadamente linear do desenvolvimento econômico e do regime político (PÉREZ-LIÑAN, 2014). Inglehart e Welzel (2009a), que propõem justamente uma nova versão de teoria da modernização, preocupam-se desde logo em responder a essa crítica pretérita, afirmando que a Teoria do Desenvolvimento Humano não é linear, na medida em que não propõe a conexão direta entre desenvolvimento econômico e democracia; o desenvolvimento humano, segundo esses autores, somente conduz à democracia se proporcionar mudança cultural. Nesse sentido, a mudança cultural é posta como interveniente na relação entre o desenvolvimento humano e o avanço democrático e, segundo os autores, sua ocorrência depende da trajetória de cada sociedade (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

De qualquer sorte, de acordo com Pérez-Liñan (2014, p. 163, tradução nossa), a teoria de Inglehart e Welzel (2009a) “estabelece que a cultura política massiva determina o regime político, mas não especifica claramente quem são os atores e

quais são os mecanismos causais a partir dos quais a cultura política de massas influi sobre os atores políticos". Isso é importante, segundo o argumento do autor, porque as disputas em torno do regime político envolvem atores específicos, sobre os quais se preocupa em elaborar um estudo histórico, o que os autores das mais variadas versões da teoria da modernização não fazem (PÉREZ-LIÑAN, 2014).

Além disso, Pérez-Liñan (2014) argumenta que são os fatores políticos, como a ingerência internacional e as experiências traumáticas com o regime, que influenciam a preferência dos atores. A pesquisa desse autor foi elaborada sob bases institucionalistas, as quais certamente trazem dissenso em relação a explicações culturais, como são as da Teoria do Desenvolvimento Humano. No entanto, essa interpretação é especialmente importante para esta tese, pois busca-se aqui salientar que em tal teoria fatores políticos são apartados e apresentados como externos à dinâmica da democratização.

Em artigo mais recente Pérez-Liñan (2017) argumenta que os eleitores têm sido levados a apoiar lideranças cada vez mais radicalizadas em razão de um novo contexto global, que realoca a produção industrial do centro para as periferias. Em suma, a produção industrial em países periféricos tornou-se mais atrativa para as empresas, isto é, mostrou-se mais barata em relação à remuneração da força de trabalho. Isso acabou por revoltar a força operária das sociedades avançadas, que antes conseguia um *status* de classe média com formação secundária. Segundo ao autor, são essas pessoas que hoje "resistem com razão ao otimismo de uma elite educada e cosmopolita que celebra a diversidade, a integração global e a economia do conhecimento" (PÉREZ-LIÑAN, 2017, p. 64).

Essa classe média industrial, continua Pérez-Liñan (2017), entrou em uma luta por redistribuição contra o estrato superior da sociedade, em razão da desigualdade social, e contra o estrato inferior, por conta da imigração. Assim, argumenta o autor, o resultado da desigualdade social hoje tem sido um governo Executivo centralizado e fortalecido pelo apoio da maioria da população. Essa interpretação contraria a conclusão de Inglehart (2016a; 2018a) de que a onda de movimentos e partidos populistas nas sociedades industriais avançadas trata-se de uma reação do materialismo ao pós-materialismo, simplesmente porque nessas sociedades o número de pós-materialistas é/ou, pela lógica da teoria, deveria ser, elevado. Os materialistas são a minoria e, de acordo com Pérez-Liñan (2017, p. 65), "ao contrário do que

defendem as teorias em voga, o resultado da desigualdade não é um governo reacionário da minoria".

Em uma interpretação semelhante à elaborada por Galston (2018), Pérez-Liñan (2017), que se refere à democracia liberal como republicanismo liberal de massa, sugere que a exclusão social ameaça a democracia contemporânea, mas apenas no que se refere ao republicanismo liberal, o elemento da participação em massa permanece a salvo na dinâmica que a onda autoritária desenrola. Para o autor, a experiência da América Latina do final do século XX pode ser uma boa escola para as democracias industrializadas, pois foi quando se viu a frustração das pessoas com o projeto neoliberal impulsionar a renovação da classe política, mas também se viu a radicalização do discurso de alguns líderes políticos (PÉREZ-LIÑAN, 2017).

Segundo Pérez-Liñan (2017), a disponibilidade de recursos permitiu que muitos líderes de países revertessem sua popularidade em apoio a seus aliados e em intimidação a seus opositores. Teria sido o assim o caminho de erosão democrática desenrolado na Venezuela de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, e na Nicarágua de Daniel Ortega, por exemplo. No entanto, para o autor, essa dinâmica não tem a ver com a orientação ideológica dos líderes políticos, e o fato de os exemplos serem representantes reconhecidamente da esquerda do espectro político trata-se apenas de uma circunstância, tanto que o mesmo não se desenrolou no Brasil com o Partido dos Trabalhadores (PT), argumenta. O elemento que une essas experiências não é outro que não a radicalização dos líderes políticos, sejam eles de esquerda ou de direita (PÉREZ-LIÑAN, 2017).

Segundo Pérez-Liñan (2017) essa dinâmica parece ter uma sequência mais ou menos previsível: primeiro, líderes não contaminados pelos motivos da insatisfação política da população adotam um discurso intransigente, que mobiliza os eleitores frustrados ao lhes transmitir confiança quanto à solução dos problemas; depois, o sucesso eleitoral desses líderes lhes confere o controle das instituições eletivas e a ampliação da influência sobre instituições não eletivas, como o Poder Judiciário; por último, o controle e a influência sobre as instituições auxiliam a silenciar os meios de comunicação e a oposição (PÉREZ-LIÑAN, 2017).

Alguns dos autores referidos nesta seção possuem interpretação semelhante à de Inglehart (2016a; 2018a). No entanto, enquanto os primeiros concluem pelo risco iminente para a democracia liberal no mundo, Inglehart (2016a; 2018a) os observa de

modo a elaborar uma explicação plausível para a contradição que os fatos apresentam a sua teoria quinquagenária. Ainda que aqui se tenha procurado apresentar autores engajados num debate direto com a interpretação de Inglehart (2016a; 2018a), outras interpretações que alertam para o perigo dos movimentos e partidos autoritários para a democracia liberal, bem como para o papel dos próprios pressupostos desse modelo de democracia nessa dinâmica, têm aparecido na literatura. Por exemplo, entre outras perspectivas, Castells (2018) vê a crise da democracia liberal como ruptura da relação entre governantes e governados; Brown (2015) trata a questão em termos de "desdemocratização", um processo por meio do qual a democracia é esvaziada de "demos" em prol de uma agenda neoliberal; e Dardot e Laval (2016) consideram que o domínio econômico sobre a política está conduzindo as sociedades a era "pós-democrática".

Conclusão

Neste capítulo propôs-se fazer uma síntese dos elementos centrais atinentes à Teoria do Desenvolvimento Humano, a fim de dar ao leitor conhecimento suficiente para compreender o debate elaborado na tese. Iniciou-se, assim, por explicitar os conceitos mobilizados na teoria, a fim de apresentar o seu argumento principal de que o desenvolvimento socioeconômico conduz à democracia ao produzir mudança cultural. Em seguida, buscou-se deixar evidente a relação entre tal teoria e o propósito de explicar a democratização e o avanço da democracia em seu sentido liberal ao redor do mundo. Nesse ensejo, introduziu-se o conceito de democracia elaborado na teoria, que, em suma, relaciona instituições democráticas a liberdades civis e políticas.

Assim, retomou-se as primeiras publicações de Inglehart sobre o tema, desvelando-se que a ideia principal do autor era fornecer uma explicação que compatibilizasse alegações célebres e contraditórias no que diz respeito à possibilidade ou não de alteração de valores tradicionais, como são os étnicos e os religiosos. A hoje conhecida Teoria do Desenvolvimento Humano destacou-se por propor que ambas as correntes teóricas opostas pudessem estar corretas, na medida em que a permanência de valores culturais tradicionais orientaria a velocidade com que a mudança cultural ocorreria em diferentes sociedades sem impedi-la. O autor conjecturou que tal mudança cultural, ainda, ocorresse de geração em geração,

evitando o entendimento de que os indivíduos de sociedades não desenvolvidas fossem irremediavelmente pouco participativos em relação à política.

Foi possível compreender noções que serão exploradas no decorrer desta tese, como aquela sobre o individualismo não egocêntrico e sobre a necessidade de que as normas culturais tradicionais sejam enfraquecidas até o desaparecimento de sua razão original. Afora isso, na oportunidade em que se destacou o conceito de democracia da Teoria do Desenvolvimento Humano, pode-se enfatizar a noção de que a democracia liberal em sua forma genuína implica a efetivação de liberdades civis e políticas, para o que elites comprometidas e honestas é fundamental. Não obstante isso, a democracia em seu sentido formal, representada pelas instituições democráticas e por liberdades civis e políticas institucionalizadas, é considerada o ponto-chave para o desenvolvimento humano, conceito central da teoria. Afora isso, destacou-se a noção de liberdade adotada, atrelada à ideia de liberdade negativa, que, com frequência, recebe a ressalva de distanciar-se da garantia igual de liberdades a todos. Adiante retornar-se-á ao conceito de democracia liberal da Teoria do Desenvolvimento Humano para aprofundá-lo e debatê-lo.

Ademais, considerando a ascensão de partidos e movimentos xenofóbicos autoritários e, sobretudo, a chegada de líderes populistas autoritários ao poder mesmo em países de industrialização avançada, abordou-se a explicação de Inglehart e seus colaboradores para tais fenômenos, salientando-se os conceitos de "*authoritarian reflex*" e "*cultural backlash"* a partir dos quais os autores negam que a democracia liberal tenha atingido o seu limite. Em seguida, apresentaram-se algumas das objeções levantadas na literatura acerca dessa explicação, debate que ofereceu a compreensão de Inglehart e seus colaboradores sobre desigualdade de renda e aprofundou o entendimento dos autores sobre outras formas de desigualdade, como as de gênero e etnia, temas relevantes para o debate proposto nos próximos capítulos.

No próximo capítulo, para completar a descrição da teoria, tratar-se-á dos da metodologia adotada por Inglehart e seus colaboradores, sobre a qual apenas perpassou-se neste capítulo, a fim de que mais adiante se possa construir uma reflexão acerca das implicações da normatividade democrática orientada à defesa da democracia liberal também em relação a esse aspecto.

Capítulo 4 – Método e empiria na Teoria do Desenvolvimento Humano

A metodologia adotada por Inglehart e seus colaboradores é quantitativa, elaborada por meio da coleta e análise estatística de dados de opinião pública. Os autores utilizam majoritariamente dados coletados pelo *World Values Survey* e suas pesquisas têm o indivíduo como unidade de análise. Aqui abordam-se aspectos genéricos atinentes à metodologia adotada na Teoria do Desenvolvimento Humano, evitando-se mencionar fórmulas e cálculos sofisticados, pois não estão no cerne da discussão que se pretende levantar. Sobretudo, procura-se enfatizar o conceituado índice de pós-materialismo construído por Inglehart (2012), muito embora o autor tenha adotado testagens e variáveis diversas ao longo de sua obra.

De acordo com Inglehart (1997), a maior parte das pesquisas sobre cultura política baseia-se na suposição de que certas atitudes de massa, tais como o apoio à democracia ou a confiança nas instituições, são cruciais para a democracia no nível societário. Metodologicamente, então, essas teorias analisam a determinação dessas atitudes no nível individual, contando com as possíveis consequências no nível societário. O autor, nesse sentido, procura distanciar-se de análises desse tipo, pois considera que as testagens estatísticas que produz demonstram as ligações reais entre valores de massa e fenômenos políticos no nível societário (INGLEHART, 1997). Entretanto, Inglehart e seus colaboradores mantêm o indivíduo como unidade de análise, de forma que aquilo que denominam “valores de massa” são, com efeito, os valores prioritários para a maioria dos indivíduos das mais variadas sociedades. Veja-se o que Inglehart (2005, p. 22, tradução nossa) afirma sobre sua metodologia: “É como se tivéssemos uma fotografia do está passando pelas mentes e corações da maioria das pessoas do mundo”.

Esta seção, assim, se presta a apresentar a metodologia adotada por Inglehart e seus colaboradores, a fim de oferecer um entendimento mínimo de como os autores

chegam às conclusões que constroem sua teoria. Em um segundo momento, introduzem-se as objeções já levantadas na literatura a essa metodologia, as quais se destinam, sobretudo, a questionar a validade do índice de pós-materialismo. Foram encontrados mais de 30 artigos oferecendo revisão à metodologia de Inglehart e seus colaboradores, de forma que muitos deles acabam sendo citados de maneira pontual por economia de páginas, a fim de que aquelas críticas de maior fôlego e repercussão possam melhor ocupá-las.

Nesse sentido, é preciso dizer que o artigo "*Critiques and counter-critiques of the postmaterialism thesis: thirty-four years of debate*", de Paul Abramson (2011), foi essencial para a construção, sobretudo, da segunda seção desse capítulo. Isso porque, possibilitou que fossem listados aqui trabalhos aos quais não se pôde ter acesso por terem sido publicados fora do país e não estarem disponíveis *online*, assim como permitiu que se tomasse conhecimento de muitos artigos, antes desconhecidos, a partir de suas referências. Por tanto, tal seção foi deliberadamente elaborada a partir de Abramson (2011), justificando o excesso de menção a esse autor.

4.1 A metodologia da Teoria do Desenvolvimento Humano e o índice de pós-materialismo

Conforme se viu, Inglehart e seus colaboradores partem do princípio de que somente pode haver liberdade na democracia liberal. Essa premissa básica orienta a escolha das variáveis representativas daquilo que os autores chamam de aspirações de liberdade, isto é, a ênfase dos indivíduos em valores que conferem e ampliam a liberdade humana. Tais variáveis explicam, não raro, por volta de 70% da variação em direção da democracia na maioria dos modelos preditivos elaborados pelos autores ao longo dos anos. Por isso, Inglehart e seus colaboradores apostam na existência de uma perspectiva cultural subjacente de longo prazo crucial para a democratização e para o avanço da democracia liberal no mundo.

Como Inglehart (1993) destaca, sua teoria filia-se à subárea da Cultura Política, a qual levantou uma questão empírica fundamental: algumas sociedades possuem culturas políticas benéficas à democracia (enquanto outras não). Esse argumento, conforme o autor, levou muitos estudiosos a prejulgarem tal vertente teórica, taxando-a de elitista, conservadora e etnocêntrica, quando, segundo entende, não era. Para Inglehart (1993), os críticos atuavam sobre bases ideológicas, motivados pela aversão

aos Estados Unidos em contexto da Guerra do Vietnam. Assim, os intelectuais teriam transmitido sua impressão negativa do país para a literatura, suspeitando de qualquer análise que classificasse a democracia estadunidense como uma das principais (INGLEHART, 1993).

Nesse sentido, Inglehart (1993, p. 13, tradução nossa) continua sua objeção às críticas da teoria da Cultura Política:

> Implicitamente, uma teoria correta deveria observar que todas as sociedades poderiam ser igualmente democráticas. O problema é que ao instrumentalizar uma teoria para adequar-se a uma dada ideologia, pode-se obter uma teoria que não se adequa à realidade, caso em que as predições seriam eventualmente errôneas. Pior ainda, a teoria não teria utilidade para quem tentasse enfrentar os problemas da democratização no mundo real.

Com isso, Inglehart (1993) pretende destacar a importância das análises empíricas para validar ou rejeitar hipóteses, na medida em que considera que enunciados teóricos não demonstráveis empiricamente podem afastar-se da realidade. Assim, para o autor, considerar que todas as sociedades possam ser igualmente democráticas não passa de ideologia, pois não é o que tem sido encontrado nas pesquisas empíricas que levam em conta valores, atitudes e comportamentos políticos. Essas pesquisas demonstram que certas condições atinentes à cultura política – presentes em algumas sociedades e em outras não – são cruciais para a democratização e para a estabilidade da democracia. Para Inglehart (1993), não há nada de etnocêntrico nessa constatação, de forma que o autor se mostra surpreso com o fato de que a maioria das contribuições à "*The Civic Culture Revisited*" (ALMOND; VERBA, 1980) atacam a teoria original da Cultura Política, de forma que a Gabriel Almond e de Sidney Verba acabam adotando um tom defensivo em seus textos.

Em suma, a posição de Inglehart (1993) é de que o posicionamento ideológico de dado autor ou de dada teoria torna-se menos relevante quando o seu argumento pode ser testado e comprovado empiricamente. Essa posição decorre da filiação do autor à Ciência Política empirista, originada no período de institucionalização da disciplina, como se discutiu no capítulo 2. Nesse sentido, vale rememorar com Bianchi (2011) que esse período se confundiu com a institucionalização da Ciência Política dos Estados Unidos, o que constituiu a disciplina a partir de um caráter nacional estadunidense, em que a preocupação com a cientificidade das análises da política,

a ênfase em valores liberais e o foco nas instituições políticas predominou. Nesse sentido, Inglehart e seus colaboradores propuseram uma revisão das teorias da modernização sob uma perspectiva culturalista, deixando bastante evidente sua posição contrária a algumas das críticas levantadas à teoria da Cultura Política, as quais consideraram ideológicas. Importante repetir, nesse sentido, que em defesa de Almond (1983 *apud* INGLEHART, 1993) Inglehart (1993) não negou a ideologia presente nas análises do autor, mas as justificou sob o argumento de que suas conclusões teóricas encontravam eco na realidade. Implicitamente, para o autor, o caráter ideológico das teorias é justificado ou não pela possibilidade de demonstração empírica de seus enunciados, deixando evidente a supervalorização do empirismo em detrimento de análises teóricas.

Nesse sentido, a metodologia de Inglehart e seus colaboradores envolve uma combinação de variáveis relacionadas à tradição e à modernização. Essas variáveis são adotadas para verificar a proporção de variação cultural entre duas dimensões em cada sociedade: dimensões “tradicional *versus* secular-racional” e “sobrevivência *versus* autoexpressão”. As variáveis são repetidas no mesmo formato periodicamente, a fim de que possam ser obtidas constatações construídas por medidas comparáveis. Assim, por exemplo, Inglehart (1997) utilizou 22 variáveis (11 para cada dimensão) coletadas entre 1989-1991, mas nas análises seguintes o autor e seus colaboradores tiveram o cuidado de reduzir esse número para apenas 10 variáveis, dirimindo a possibilidade de ocorrência de prejuízo à análise comparada pela ausência de uma das variáveis em alguma sociedade. Isso porque, a sociedade precisa ficar de fora da análise caso alguma das variáveis não seja repetida nas demais pesquisas com a sua população.

Como enfatiza Inglehart (1993), apesar de os países altamente industrializados da Europa Ocidental e os Estados Unidos liderarem a mudança cultural de valores materialistas para pós-materialistas, sua teoria espera que a mudança em direção a valores pós-materialistas também ocorra em outras sociedades na medida em que desenvolvam níveis relativamente altos de industrialização. Assim, desde a década de 1970, Inglehart e seus colaboradores vêm aumentando o alcance de sua pesquisa, conforme mais sociedades são incorporadas nas ondas de pesquisa do *World Values Survey*. De início, apenas o público de países da Europa Ocidental foi estudado (INGLEHART, 2012); depois, foram acrescentados os Estados Unidos (INGLEHART, 1977); mais tarde, as análises passaram a contemplar dados de 43 sociedades

(INGLEHART, 1997); em seguida, tornaram-se mais de 80 sociedades (INGLEHART; WELZEL, 2009a); e chegaram a mais de 100 sociedades em estudos recentes (INGLEHART, 2018a). Assim, a cada rodada de pesquisa dados atualizados são incorporados às análises, possibilitando a elaboração de uma série temporal cada vez mais completa.

Veja-se como Inglehart (2005, p. 22, tradução nossa) se refere ao esforço e às dificuldades para inserir cada vez mais sociedades em suas análises:

> Levamos a cabo a tarefa contínua de ampliar as pesquisas sobre novos valores e países, ainda que alguns alunos insistam em me lembrar: "Está bem, mas você ainda não cobriu a África!". E penso que têm razão, já que é muito difícil cobrir a África por inteiro. Há países em que não é possível atuar, porque não existe nenhuma organização para a realização das pesquisas. No Vietnam realizamos a primeira rodada de pesquisa representativa do âmbito nacional jamais realizada em todo o país. Enviamos para lá pessoal procedente dos Estados Unidos e outros colaboradores das Filipinas para que os ajudassem a desenhar uma pesquisa nacional em tal país.

Ademais, embora a industrialização seja um elemento crucial da teoria, é importante lembrar que o sentimento de segurança existencial experimentado durante os anos de formação do indivíduo é o que realmente conta para a mudança de valores prevista. Tanto é assim, segundo Inglehart (1993), que se pôde esperar valores pós-materialistas difundindo-se em países tais como Polônia, Tchecoslováquia e a União Soviética, que, embora tivessem um PIB *per capita* menor em relação a outros países, conseguiram garantir a subsistência dos indivíduos em níveis elevados. Ademais, o autor acreditava que as gerações mais recentes estavam experimentando maior segurança que as mais antigas. Para provar que isso estava ocorrendo, no entanto, Inglehart e seus colaboradores precisavam de uma longa série temporal, que foi sendo construída ao longo dos anos a partir do trabalho com equipes numerosas de pesquisadores. Desde as primeiras publicações, contudo, os autores viam evidências para alguns países da comprovação de suas hipóteses (a lembrar: da socialização e da escassez), sugerindo, ainda, que a razão de pós-materialistas para materialistas estava aumentando gradualmente ao longo do tempo em diversas sociedades.

Em Inglehart (1993), por exemplo, havia dados para mensurar a relevância do sentimento de segurança financeira e física apenas para a Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão. No entanto, desde então o autor pôde argumentar que havia diferença entre a trajetória de países da Europa Ocidental e os Estados Unidos, na medida em que, a despeito de as coortes estadunidenses mais velhas serem mais

pós-materialistas que seus pares de qualquer outro país, as coortes mais jovens apareciam apenas levemente mais pós-materialistas que as mais velhas. Já nos países da Europa Ocidental havia uma mudança cultural em direção ao pós-materialismo mais evidente entre as gerações mais recentes. Essa constatação, sugeriu que a Europa Ocidental mostrava uma taxa mais rápida de mudança de valores ao longo do tempo, o que foi comprovado mais tarde com novos dados. Inglehart (1993) sugeriu que isso decorreria da maior assistência do Estado por meio de instituições previdenciárias fortes na Europa Ocidental, que conferiu maior segurança existencial aos jovens europeus do que a existente nos Estados Unidos.

Inglehart e Welzel (2004) reconhecem que a comparabilidade no tempo e no espaço é reduzida pelas agendas políticas específicas de cada sociedade. Por isso, preocupam-se em concentrar-se em questões de pesquisa que abordam valores profundamente arraigados ao invés de opiniões que podem não refletir atitudes. Tais valores implicariam temais tais como papeis de gênero, religião, liberdade pessoal, autoridade do Estado e confiança e tolerância das pessoas para com os outros. Segundo os autores, esses valores têm maior possibilidade de comparação no espaço e no tempo e, além disso, tendem a ter mais impacto sobre variáveis importantes no nível do sistema (INGLEHART; WELZEL, 2004).

Inglehart e Welzel (2004) argumentam, ainda, que as pesquisas de vários países são essenciais para demonstrar vínculos de nível cruzado que vinculam as características do nível do sistema às tendências da população. Nesse sentido, os autores consideram a pesquisa comparada crucial para teorias gerais, na medida em que deixam evidente a dimensão psicológica da realidade social, para além de dados econômicos e institucionais. Os autores lembram da objeção feita por Seligson (2002 *apud* INGLEHART; WELZEL, 2004), que considerou espúrias as fortes correlações de nível agregado entre cultura política e democracia encontradas por Inglehart e seus colaboradores. Inglehart e Welzel (2004) explicam que a análise de Seligson (2002 *apud* INGLEHART; WELZEL, 2004) testou apoio em nível individual para a democracia como equivalente a presença de instituições democráticas (que é um fenômeno em nível de sistema), quando a defesa da democracia em nível individual está apenas fracamente ligada à democracia em nível social. Ocorre que a imagem da democracia é positiva em muitos lugares, mas apenas em alguns as opiniões favoráveis não são superficiais. Por isso, os autores reafirmam a importância de

analisar valores arraigados para identificar orientações profundas da sociedade (INGLEHART; WELZEL, 2004).

Para Inglehart (1997), as variáveis culturais são frequentemente consideradas vagas e intangíveis, porque, geralmente, tem-se apenas medidas abstratas. Assim, o uso da estatística para elaboração de medidas quantitativas oferece uma grande estabilidade à mensuração, o que é crucial para referendar a autonomia de variáveis culturais. Com a estabilidade das medidas estatísticas elaboradas garantida, tem-se bons indicadores de momentos futuros (previsão) e passados (descrição) a partir das rodadas de pesquisa disponíveis. Inglehart (1997) explica, entretanto, que isso não significa abandonar o esforço de entender como a cultura política contribui para a sobrevivência a longo prazo das instituições democráticas.

Assim, a primeira dimensão "tradicional *versus* secular-racional" correspondente à passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna e é mensurada a partir das seguintes variáveis: 1) importância atribuída a Deus; 2) índice de autonomia; 3) crença de que o aborto é justificável; 4) sentimento de orgulho nacional e 5) respeito à autoridade. Já a dimensão "sobrevivência *versus* autoexpressão" diz respeito à passagem da sociedade moderna para a sociedade pós-moderna e é mensurada pelas variáveis que seguem: 1) prioridade à segurança física e econômica; 2) nível de felicidade; 3) crença de que a homossexualidade é justificável; 4) disposição para assinar petições; e 5) confiança interpessoal (INGLEHART; WELZEL, 2009).

Conforme explicam Inglehart e Welzel (2009), embora tenham sido selecionados por sua abrangência dentro das possibilidades culturais e por razões técnicas, os itens de cada dimensão possuem alto nível de correlação estatística e juntos explicam 71% da variação cultural transnacional total identificada. Considerando quatro ondas de pesquisa realizadas em 78 sociedades, os autores identificaram por meio de análise fatorial que esses 10 itens poderiam ser agrupados em dois fatores. Inglehart e Welzel (2009) acreditam que, se optassem por um único tema para definir as variáveis (por exemplo, religião) teriam resultados ainda mais sólidos. Além disso, os autores testaram a correlação das 5 variáveis de cada dimensão com as 11 variáveis de cada dimensão presentes em Inglehart (1997) e obtiveram correlações quase perfeitas[49]. Quando os autores mencionam a opção das

[49] Dimensões "tradicional *versus* secular-racional": r=0,95; dimensões "sobrevivência *versus* autoexpressão": r = 0,96.

variáveis por razões técnicas, estão se referindo à sua repetição nas rodas de pesquisa até o momento aplicadas. Por isso, reconhecem que, talvez, outras variáveis pudessem melhor representar as dimensões, mas contentam-se em saber que as variáveis disponíveis cumprem bem o papel. Com efeito, Inglehart e Welzel (2009) chegam a elaborar algumas análises a partir de variáveis que consideram ótimas, mas que não puderam ser comparadas por não terem sido repetidas em muitas rodadas de pesquisa.

A análise em nível individual das 10 variáveis que compõem cada dimensão é elaborada pela construção de duas escalas de respostas decorrentes de cada um dos fatores gerados da análise fatorial. Então, as dimensões são cruzadas com o índice de pós-materialismo. Esse índice trata-se da representação mais detalhada e específica de elementos das duas dimensões abordadas. Basicamente, as dimensões "tradicional *versus* secular-racional" e "sobrevivência *versus* autoexpressão" são consideradas pelos autores amplas demais para serem mensuradas por completo com os dados disponíveis, enquanto uma terceira dimensão apresentada como "materialismo *versus* pós-materialismo", elaborada teoricamente por Inglehart (1977) e testável estatisticamente, constitui-se como parte da dimensão mais ampla "sobrevivência *versus* autoexpressão". Por isso, como se relatou no capítulo 3, materialismo/pós-materialismo são considerados na Teoria do Desenvolvimento Humano aspectos mensuráveis de um processo mais amplo de mudança de valores, justamente a passagem de valores de sobrevivência para valores de autoexpressão.

Cumpre lembrar, como também apresentado no capítulo 3, que o índice de materialismo/pós-materialismo foi desenvolvido por Inglehart (2012), inicialmente, com uma bateria de quatro itens a representar valores prioritários nas sociedades: 1) manter da ordem 2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes 3) combater o aumento de preços 4) proteger a liberdade de expressão. Desses itens, o entrevistado escolhia sua primeira e segunda opção em ordem de prioridade. Embora esse índice não tenha sido abandonado completamente, Inglehart (1997) o reformulou para construí-lo em 12 itens, divididos em três seções de quatro subitens. A primeira delas oferecia aos entrevistados as seguintes opções: manter uma alta taxa de crescimento econômico, assegurar que o país tenha forças de defesa fortes, considerar que as pessoas têm mais a dizer sobre como as coisas são decididas no trabalho e em suas comunidades, tentar fazer nossas cidades e zonas rurais mais bonitas. A segunda etapa propunha as seguintes opções: manter a ordem na nação,

dar mais voz às pessoas nas decisões governamentais importantes, lutar contra a alta de preços, proteger a liberdade de expressão. Por fim, na terceira etapa, as alternativas eram: manter a economia estável, progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana, lutar contra o crime, progredir em direção a uma sociedade em que as ideias são mais importantes que o dinheiro (INGLEHART, 1977).

Desses itens, seis representam os valores materialistas e outros seis representam valores pós-materialistas, nos moldes postos no quadro abaixo (Figura 3):

Valores materialistas	Valores pós-materialistas
Manter uma alta taxa de crescimento econômico	Considerar que as pessoas têm mais a dizer sobre como as coisas são decididas no trabalho e em suas comunidades
Assegurar que o país tenha forças de defesa fortes	Tentar fazer nossas cidades e zonas rurais mais bonitas
Manter a ordem na nação	Dar mais voz às pessoas nas decisões governamentais importantes
Lutar contra a alta de preços	Proteger a liberdade de expressão
Manter a economia estável	Progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana
Lutar contra o crime	Progredir em direção a uma sociedade em que as ideias são mais importantes que o dinheiro

Figura 3 - Quadro de variáveis que compõem o índice de materialismo/pós-materialismo
Fonte: elaboração própria com base em Inglehart (1977).

A partir dessas variáveis, os indivíduos são classificados como materialistas, pós-materialistas ou mistos (caso indiquem prioridades de ambas as dimensões valorativas). Assim, esse índice é cruzado com variáveis socioeconômicas, como nível de educação, e outras atinentes aos estudos de cultura política. Vale lembrar, nesse sentido, que a tese da mudança intergeracional de valores é mensurada pela análise do índice de pós-materialismo por geração[50]. Como decidiu-se nesta tese focar em publicações que se propõem de forma direta a explicar a processos atinentes à

[50] Importante referir que a análise por geração não se confunde com a análise por idade, na medida em que o acompanhamento longitudinal dos dados faz com que o grupo de respondentes de dada geração tenham outra idade nas rodadas de pesquisa seguintes. A variável adotada, assim, é o ano de nascimento do respondente.

democracia nas mais variadas sociedades ao redor do mundo, nas pesquisas aqui abordadas, em geral, o índice de pós-materialismo serve muitas vezes como variável independente em modelos estatísticos em que a democratização ou a estabilidade da democracia são as variáveis dependentes. Assim, os aspectos culturais representados no índice como valores pós-materialistas aparecem como preditores da democratização e da democracia estável. Importante ressaltar que o estudo da estabilidade da democracia implica a análise de níveis de democracia, enquanto a democratização envolve mudanças em direção à democracia. Quando a análise dimensional indica que alguns itens do índice mais refinado de 12 variáveis não são válidos internacionalmente, os autores costumam recorrer ao índice mais simples de quatro itens.

Nesses modelos, as variáveis correspondentes a aspirações de liberdade costumam apresentar grande significância. Como explicam Inglehart e Welzel (2001, p. 14, tradução nossa), “as aspirações de liberdade diferem do pós-materialismo tanto no conceito quanto na medição”. Segundo os autores, o pós-materialismo combina aspirações por liberdades civis e políticas com aspirações pela qualidade de vida ecológica, estética e ética. Importante destacar, nesse sentido, que o pós-materialismo não apenas é uma das variáveis essenciais da metodologia de Inglehart e seus colaboradores, como é entendido como um conceito da Teoria do Desenvolvimento Humano, que une esses dois tipos de aspirações. Segundo Inglehart e Welzel (2001), contudo, para focar na democratização, devem ser diferenciadas as aspirações de liberdade de outras aspirações, na medida em que as aspirações por liberdade surgem mais cedo. Assim, a priorização da qualidade ecológica, estética e ética podem surgir nas sociedades pós-industriais e significar aprofundamento democrático, mas a aspiração por liberdade é determinante para a transição para a democracia. Os autores, nesse sentido, encontram uma correlação de Pearson mais significativa entre níveis de massa de aspirações por liberdade e o desempenho democrático da sociedade (INGLEHART; WELZEL, 2001).

Além disso, Inglehart e Welzel (2001) procuram incluir em seus modelos preditores mencionados na literatura como cruciais à promoção da democracia: PIB *per capita*, anos de educação, participação no setor de serviços, índice de desenvolvimento, o índice de Vanhanen de distribuição de recursos, igualdade de renda, polaridade étnica, fracionamento linguístico, fracionamento religioso, porcentagem de protestantes, patrimônio cultural, porcentagem de muçulmanos e

capacidade do Estado. Seus resultados demonstram que as aspirações por liberdade explicam muito mais a variação em direção à democracia do que todas as outras variáveis (INGLEHART; WELZEL, 2001).

Já em Inglehart e Welzel (2004) o objetivo é demonstrar a relação da ênfase de massa em valores de autoexpressão e a capacidade do sistema político de fornecer instituições democráticas abertas e responsivas. Os autores encontram uma forte correlação linear e, seguindo considerações teóricas sobre o tema, concluem que são os valores de autoexpressão em massa que impactam as instituições e não o contrário. Nesse sentido, segundo Inglehart e Welzel (2004), mesmo controlando os modelos com medidas de instituições democráticas e desenvolvimento econômico, o efeito dos valores de autoexpressão permanece significativo estatisticamente. Os autores aproveitam para explicar que as relações que se aplicam em nível individual não necessariamente são válidas em nível societário e que a relação entre as atitudes em massa e a democracia só pode ser testada no nível da sociedade. No entanto, acreditam que suas pesquisas, as quais têm o indivíduo como unidade de análise, são validadas por constituírem-se a partir de uma metodologia replicável e aplicada para o público de diversos países, possibilitando a comparação entre sociedades (INGLEHART; WELZEL, 2004).

Ademais, em Inglehart e Welzel (2005a) o objetivo era mensurar o nível de liberdade nos regimes políticos de 60 sociedades. Os autores somaram as pontuações de cada sociedade para liberdades civis e políticas fornecidas pela *Freedom House* (FREEDOM HOUSE, 2002 *apud* INGLEHART; WELZEL, 2005a). Assim, compararam os níveis de liberdade antes e depois da leva de transições para a democracia que constatam ter ocorrido entre 1989 e 1997. Controlando os níveis de liberdade pré-transição, Inglehart e Welzel (2005a) pretendiam demonstrar que um componente específico dos valores pós-materialistas, que é a aspiração por liberdade entre os indivíduos, tem impacto positivo sobre os níveis de liberdade conseguidos pós-transição. O aumento dos níveis de liberdade é interpretado como democratização na Teoria do Desenvolvimento Humano, como se poderá ver adiante de forma mais detalhada.

Ainda, em Inglehart e Welzel (2005b) o esforço é para demonstrar que, pela institucionalização de liberdades civis e políticas, a democratização promove um processo de desenvolvimento humano, caracterizado pela autonomia do indivíduo em relação à autoridade. Essa perspectiva, conforme os autores, cria ligações capazes

de colocar as explicações baseadas na modernização e as explicações baseadas na cultura cívica em um mesmo guarda-chuva teórico, uma vez que ambas refletem aspectos da escolha humana autônoma. Aqui os autores utilizam os dados do índice de pós-materialismo para 62 sociedades e, então, calculam médias para cada amostra, originando escalas contínuas com frações de zero a cinco. Os autores se baseiam na noção de que, sendo os valores pós-materialistas uma fonte de pressão social por liberdade, é crucial o grau em que estão presentes em dada sociedade quando as condições internacionais são propícias para a democratização. Inglehart e Welzel (2005b) utilizam dados coletados por volta de 1990 e de 1995 (primeira e terceira rodada do *World Values Surveys*, respectivamente).

Enfim, esses são alguns exemplos do uso da metodologia de Inglehart e seus colaboradores para a testagem de hipóteses específicas, que, ao cabo, auxiliam na testagem de aspectos demandados ao longo do tempo em relação às duas hipóteses principais da Teoria do Desenvolvimento Humano: as hipóteses da escassez e da socialização, das quais já se tratou no capítulo 3. A seguir, ver-se-á as objeções elaboradas na literatura em relação a essa metodologia, majoritariamente centradas em questionar a validade do índice de pós-materialismo. A próxima seção cumpre também o papel de complementar informações metodológicas que se deixou deliberadamente de aprofundar aqui, na medida em que precisariam ser mencionadas adiante para a compreensão das críticas que serão apresentadas.

4.2 Objeções metodológicas e empíricas à Teoria do Desenvolvimento Humano

Como viu-se há pouco, Ronald Inglehart (2012) elaborou um índice para mensurar o nível de pós-materialismo das sociedades. Desde as suas primeiras publicações, o autor reestruturou esse índice em atendimento aos críticos, cujos apontamentos pareceram pertinentes. A primeira versão do índice de pós-materialismo foi elaborada em quatro níveis representativos da prioridade das pessoas e acabou em 12 níveis em suas últimas versões. A consistência desse índice foi verificada por autores, que questionaram a sua validade quando aplicado a sociedades em particular.

Abramson (2011) aponta Ike (1973) e Rokeache (1973) como os dois estudos pioneiros em revisão a Inglehart (2012). Ike (1973 *apud* ABRAMSON, 2011) teria argumentado, a partir de testes semelhantes para o Japão, não ter encontrado

mudanças intergeracionais reveladoras, mas sim mudanças valorativas entre adultos. Nesse sentido, a mudança cultural estaria ocorrendo de forma bem mais desorganizada do que aquela indicada pela teoria de Inglehart (2012). Já Rokeach (1973 *apud* ABRAMSON, 2011) teria salientado o caráter temporal do modelo de dois valores para cada categoria, isto é, do índice em quatro níveis, dois níveis para cada categoria: aquisitiva e pós-burguesa. Para esse autor, a orientação igualdade-liberdade subjacente às ideologias, por exemplo, certamente não poderia ser generalizada a ideologias existentes em outras épocas, assim, as categorias elaboradas por Inglehart também não seriam capazes de abranger contextos passados ou futuros (ABRAMSON, 2011).

As críticas acima narradas foram feitas de forma bastante elogiosa a Inglehart; antes de apontar quaisquer objeções, ambos os autores enalteceram o seu esforço e não tentaram desacreditar a teoria de nenhuma forma, mas sim buscaram auxiliar na adequação da metodologia adotada. O mesmo ocorreu em Marsh (1977 *apud* ABRAMSON, 2011), que questionou a ocorrência de mudança de valores na Grã-Bretanha, já que o país teve crescimento econômico lento na década de 1970. Esse autor também indagou se as respostas classificadas como pós-burguesas retratavam mesmo um aspecto valorativo ou uma postura desprendida de quem pode se dar ao luxo de afirmar não ter preocupações materiais. Ao final, entretanto, Marsh (1977 *apud* ABRAMSON, 2011) acabou por afirmar que suas testagens vão ao encontro da tese defendida pela teoria da mudança intergeracional de valores.

Sob a mesma lógica de aprimoramento da metodologia de Inglehart (2012), Dalton (1977 *apud* ABRAMSON, 2011) argumentou ser necessária uma estimativa mais apurada de quando exatamente ocorreria o período de formação ou socialização pré-adulta sugerida pela teoria da mudança intergeracional de valores. Assim, buscou construir essa estimativa com dados de 1973 para França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Itália, Dinamarca e Grã-Bretanha e encontrou que as condições econômicas mais significativas são aqueles existentes aos dez anos de idade. De acordo com Abramson (2011), mais tarde, Duch e Taylor (1993) confirmaram a descoberta de Dalton (1977). Além disso, Abramson (2011) considera acertada a ponderação de Dalton (1977 *apud* ABRAMSON, 2011) de que o termo “revolução” utilizado por Inglehart (2012) – “*Silent Revolution*” – exagera a velocidade com que a marcha da mudança valorativa se dá, muito mais lenta do que a expressão sugere.

Outro crítico à teoria da mudança intergeracional de valores foi Flanagan (1979), que manteve firme seu argumento por cerca de 30 anos. Seu ponto central é de que o índice de Inglehart (2012) não captura as mudanças de valor mais importantes que ocorrem na sociedade moderna, as mudanças de valores tradicionais para valores libertários. O autor usa dados coletados no Japão em 1967 e em 1973, por meio do qual conclui que é a educação que apresenta maior efeito na mudança de valores (FLANAGAN, 1979).

Algum tempo depois, Flanagan (1980) tenta reproduzir a mensuração utilizada nos trabalhos de Inglehart (2012, 1977), mas com dados de 1967 e 1976 sobre voto, também no Japão. O autor sugere que há duas dimensões importantes e distintas de valor relacionadas ao comportamento eleitoral: as preferências de valor e as prioridades dadas ao valor em oposição a questões econômicas. Então, busca demonstrar a natureza das relações entre o comportamento eleitoral e essas duas dimensões de valor com a direção da mudança em ambas as escalas, a fim de estimar mais exatamente o impacto da mudança de valor nos alinhamentos partidários dentro dos principais estratos ocupacionais (FLANAGAN, 1980). Em outro artigo, Flanagan (1982a) mantém a crítica: Inglehart (2012, 1977) confunde questões de preferência com questões de prioridade, bem como ignora a mudança intergeracional de valores autoritários para libertários.

Inglehart (1982) responde a Flanagan (1979, 1980, 1982a), dizendo que não há confusão entre preferências e prioridades, o problema é que Flanagan (1979, 1980, 1982a) tenta medir os valores como se fossem uma questão de importância, quando não são. Além disso, Inglehart (1982) afirma que somente o índice de quatro itens pode ser aplicado ao Japão, pois a tradução de alguns itens das construções mais recentes pode modificar os enunciados originais. Também, para Inglehart (1982), o elemento autoritarismo/libertarianismo é algo exclusivamente e distintamente japonês.

Então, Flanagan (1982b) apresenta resultados para os anos de 1974 e 1979 no Japão e argumenta que a estabilidade do índice em nível individual ao longo do tempo é muito baixa para embasar a conclusão de Inglehart (1982). Uma abordagem de preferência de valores, como a que propôs antes, poderia ajudar a superar essa instabilidade. Após, em Inglehart e Flanagan (1987, p. 80), juntos os autores promovem uma testagem da teoria, “primeiro, de uma perspectiva transnacional agregada, depois com dados de séries temporais no nível individual”. Como conclusão, encontram convergência entre os dois tipos de testagens, ambos

demonstram o decréscimo dos níveis de determinismo econômico baseado na classe na medida em que a sociedade se torna mais industrializada (INGLEHART; FLANAGAN, 1987).

Em Inglehart e Flanagan (1987), a primeira parte do artigo é assinada por Inglehart e a segunda por Flanagan. Inglehart apresenta novos dados para confirmar sua tese de que as orientações político-partidárias têm sido alteradas pela mudança intergeracional de valores, na medida em que a industrialização conduziu a atenção das pessoas na direção de questões culturais e a retirou de questões de classe. Em sua seção, Flanagan afirma que a teoria da mudança intergeracional de valores é claramente uma das mais importantes contribuições teóricas das últimas décadas e que Inglehart está certo em dizer que há diferenças de valores por trás da escolha do voto e do alinhamento partidário, mas que está equivocado ao conceituar a clivagem de valor em materialismo e pós materialismo, pois a separação das duas dimensões de valores é complexa para ser realizada a partir dos procedimentos adotados. Flanagan conclui que, apesar da insistência de Inglehart nas dimensões materialismo e pós-materialismo, finalmente o debate entre eles parece ter avançado em direção ao seu fim (INGLEHART, FLANAGAN, 1987).

Segundo Abramson (2011), Flanagan retoma a discussão em 2003 em Flanagan e Lee (2003), onde uma nova medida baseada na mudança de valor do autoritarismo para o libertarianismo foi criada. Na verdade, Flanagan e Lee (2003) explicam que a retomada da discussão nos anos 2000 se deu em três partes, trata-se de uma trilogia de artigos, que propõe uma medida capaz de englobar toda a evolução valorativa ao longo da história humana. De acordo com Abramson (2011), a mudança identificada por Flanagan e Lee (2003) tem maiores implicações para futuras mudanças políticas, em especial para questões ligadas à qualidade de vida, à autonomia no trabalho, ao papel dos militares e ao ritmo da mudança política. Basicamente, a nova medida de autoritarismo e libertarianismo possibilitaria ver uma contínua progressão linear do teísmo medieval em direção ao modernismo e, após, ao pós-modernismo (FLANAGAN; LEE, 2003).

Nesse sentido, Flanagan e Lee (2003) afirmam que a mudança de valores autoritários para libertários pode ser mensurada por um movimento de deferência à autonomia verificado a partir de três dimensões - uma social, uma cognitiva e uma relacional. Nessa dinâmica, salientam os autores, “a verdade foi substituída pela relatividade e os princípios morais por preferências e sentimentos pessoais”

(FLANAGAN; LEE, 2003, p. 238, tradução nossa). Assim, a dimensão social estaria relacionada à mudança da autoridade hierárquica para a autonomia; a dimensão cognitiva, ao domínio cognitivo interno e ao intelecto; e a dimensão relacional, à forma como se dão os relacionamentos interpessoais. Em suma, os libertários dão preferência à liberdade de expressão, ao ensino da independência às crianças e à oportunidade de livre iniciativa dos indivíduos no trabalho, assim como são menos alienados em relação a outros grupos raciais, religiosos e de pessoas cujos estilos de vida ou padrões de comportamento são diferentes dos seus (FLANAGAN; LEE, 2003).

Lee (2007 *apud* ABRAMSON, 2011) continuou a crítica a Inglehart, interessando-se, principalmente, pelo impacto das pontuações autoritário-libertário no comportamento eleitoral. Sua tese central é de que os autoritários estão mais propensos a apoiar partidos da situação, enquanto os libertários, a apoiar partidos da oposição. Apesar da autora testar esses relacionamentos no Japão, em Taiwan, nas Filipinas e na Indonésia, o efeito esperado é verificado apenas no Japão. Abramson (2011) pondera que a autora utiliza as ondas de pesquisa de 1995-97 e 1999-2001 do *World Values Survey* para testar o poder explicativo da medida autoritarismo-libertarianismo, mas não elabora qualquer comparação com as medidas de pós-materialismo, embora se refira a Inglehart.

Ainda, Cotgrove e Duff (1981 *apud* ABRAMSON, 2011) buscam descobrir os processos pelos quais o pós-materialismo está relacionado ao ambientalismo na Grã-Bretanha, de forma a apurar a teoria de Inglehart (1977). Os autores, assim, aceitam a tese de que os jovens são mais propensos a ter valores pós-materialistas em razão da mudança intergeracional de valores, mas constroem sua própria medida de pós-materialismo, adaptando o índice de Inglehart e pedindo aos entrevistados que avaliem cada item como alta, moderada, intermediária, baixa ou muito baixa prioridade. De acordo com Abramson (2011, p. 7, tradução nossa), “a escala de Inglehart é projetada para medir apoio a objetivos essencialmente políticos, enquanto eles [Cotgrove e Duff (1981)] medem o apoio a ideais sociais alternativos”. Isso porque, para esses autores a medida original é muito simplista para compreender detalhes atinentes aos fenômenos ligados ao pós-materialismo, como o ambientalismo (ABRAMSON, 2011).

Abramson (2011) também lembra a crítica de Van Deth (1983 *apud* ABRAMSON, 2011), para quem tanto a medida de quatro como de 12 itens utilizadas por Inglehart apresentam instabilidade em nível individual ao longo do tempo, o que

impede que sejam consistentes com a hipótese da socialização. O problema estaria no fato de Inglehart utilizar medidas de atitudes políticas mais ou menos insignificantes para pessoas comuns, não envolvidas na política. No entanto, de acordo com Abramson (2011), após resposta de Inglehart (1983), Van Deth (1985 *apud* ABRAMSON, 2011) aprimora suas testagens e acaba por concluir pela estabilidade das medidas originais da teoria da mudança intergeracional de valores.

É interessante notar como os estudiosos ao redor do mundo buscam adaptar a forma de mensuração elaborada por Inglehart (1977) ao cenário dos países em que estão inseridos. É o caso de Gottlieb e Yuchtman-Yaar (1983 *apud* ABRAMSON, 2011), que propõem uma nova medida de materialismo e pós-materialismo baseada em aspectos relacionados a busca de emprego, a partir de dados coletados em Tel Aviv, Israel. Como no período da pesquisa (entre 1980 e 1981) a taxa de inflação anual estava em 100% ao ano, os autores esperam que o alto salário seja prioridade aos respondentes na escolha de um emprego. A partir desse resultado, acabam por concluir que os israelenses de Tel Aviv são em maioria materialistas e consideram o resultado bastante contrastante com a difusão de valores humanitários de igualdade e liberdade política existente no país (ABRAMSON, 2011).

Abramson (2011) cita, ainda, o estudo de Calista (1984), realizado com universitários no Japão, onde o argumento central é que as mudanças de valor estão sendo moldadas por um passado que faz do pós-materialismo um processo adaptativo, de forma que o caso do Japão, sempre enfrentado por Inglehart como exceção, pode ser, na verdade, a regra. De forma semelhante, Lafferty e Knutsen (1985 *apud* ABRAMSON, 2011) questionam se a classificação materialismo/pós-materialismo é aplicável à Noruega, país com a forte tradição de social-democracia em queda; sua conclusão foi de que na Noruega há um componente valorativo ainda muito ligado à esquerda-direita. Nesse sentido, Sciarini e Finger (1991 *apud* ABRAMSON, 2011) descobriram que a dimensão tradicional da esquerda-direita, ainda que significativa para as elites, não é mais tão significativa para o público em geral. Savage (1985 *apud* ABRAMSON, 2011), por sua vez, argumentou que os pós-materialistas são politicamente divididos, ou seja, apesar de terem valores culturais semelhantes, não necessariamente terão valores políticos partidários ou ideológicos iguais.

Inglehart (1985) respondeu de forma bastante positiva em relação a Lafferty e Knutsen (1985 *apud* ABRAMSON, 2011), afirmando que esses autores realizaram

uma das mais exaustivas e construtivas testagens da validade de seu índice e ajudaram a esclarecer detalhes importantes sobre a polarização esquerda-direita. Quanto à Savage (1985 *apud* ABRAMSON, 2011), Inglehart (1985) argumentou não ver qualquer contradição na sua teoria, pois nunca afirmou existir uma forte relação entre o pós-materialismo e a esquerda. No mesmo artigo, Inglehart (1985) respondeu, ainda, a Böltken e Jagodzinski (1985 *apud* ABRAMSON, 2011), que argumentaram ter encontrado resultados totalmente contradizentes em relação ao cerne da teoria da mudança intergeracional de valores. Para Inglehart (1985), entretanto, a interpretação de Böltken e Jagodzinski (1985 *apud* ABRAMSON, 2011) estava baseada em resultados para a Alemanha derivados de um período escolhido propositalmente por ter uma anomalia de amostragem nos dados do Eurobarômetro.

Também, Trump (1991 *apud* ABRAMSON, 2011) elaborou uma testagem com um público de entrevistados adolescentes em uma escola na Alemanha, utilizando taxas de desemprego nas cidades de origem dos entrevistados. A resposta a Trump (1991 *apud* ABRAMSON, 2011) veio em Abramson e Inglehart (1994 *apud* ABRAMSON, 2011), onde os autores afirmaram não estar claro quantos dos alunos tiveram suas famílias afetadas pelo desemprego. Já a crítica de Shively (1991 *apud* ABRAMSON, 2011) foi mais contundente: a mudança intergeracional é reflexo do ciclo de vidas das pessoas e pensar o contrário é apenas uma questão de fé. A resposta à Shivey (1991 *apud* ABRAMSON, 2011), apresentada em Abramson e Inglehart (1995 *apud* ABRAMSON, 2011), foi de que sustentar uma explicação a partir do ciclo de vida demandaria especificar exatamente que forças de curto prazo estariam, então, impedindo o materialismo de emergir.

Muitas das críticas à Teoria do Desenvolvimento Humano persistiram por longo período. É o caso de Clarke e Dutt (1991) que notaram, a partir de dados da Europa Ocidental, a sensibilidade excessiva do índice formulado a partir de quatro itens às mudanças nas taxas de desemprego, bem como a instabilidade substancial dos fatores medidos. Um dos principais alvos da crítica desses autores era a ausência de opção para aqueles respondentes preocupados com a taxa de desemprego, os quais, provavelmente, escolheriam outra alternativa, como “aumentar a participação do cidadão”, criando um enviesamento na análise em prol do aumento dos níveis de pós-materialismo. De acordo com Clarke e Dutt (1991), além disso, as medidas apresentavam diferentes tendências ao longo do tempo em vários países europeus e reagiam fortemente a movimentos de curto prazo da macroeconomia. Também,

muitos dos achados de Clarke e Dutt (1991) foram de encontro à hipótese da escassez, essencial à Teoria do Desenvolvimento Humano.

Ainda, segundo Clarke e Dutt (1991), as análises por meio das quais Inglehart confirmou que os valores medidos pelo índice eram altamente estáveis em nível individual mostraram-se problemáticas. Ocorre que nos estudos de Inglehart grande parte da evidência da mudança intergeracional de valores em direção ao pós-materialismo se baseava em análises da medida de quatro itens a partir de dados agregados de vários países europeus. A fusão dos dados de vários países foi feita para possibilitar uma amostra mais adequada por faixa etária, mas, para Clarke e Dutt (1991), acabou por ofuscar diferenças entre países quanto a tendências que seriam aparentes em análises individuais.

Para demonstrar seu argumento, Clarke e Dutt (1991) utilizaram dados de séries temporais transversais agrupadas, por meio das quais analisaram mudanças na Bélgica, Dinamarca, França, Irlanda, Itália, Países Baixos e Alemanha Ocidental e da Grã-Bretanha. Ainda, realizaram uma análise fatorial para confirmar suas suspeitas com dados da Holanda, da Alemanha Ocidental e dos Estados Unidos (CLARKE; DUTT, 1991). Abramson (2011), ao comentar a crítica de Clarke e Dutt (1991), confessa que, apesar de ter considerado inteligente o argumento, não acreditou que os autores fossem além da teoria, mas foram: Clarke e Dutt (1991) conseguiram demonstrar empiricamente as falhas metodológicas que apontavam. Ainda, Abramson (2011) ressaltou que, em uma série de artigos críticos seguidos de respostas de Inglehart, Clarke, com colaboradores diversos, se dedicou por uma década a criticar a Teoria do Desenvolvimento Humano. A proposta presente em Clarke e Dutt (1991) foi apenas o primeiro passo do debate que se desenrolaria até o início dos anos 2000 (ABRAMSON, 2011).

Às críticas presentes em Clarke e Dutt (1991), Abramson em coautoria com Inglehart tratou de responder (INGLEHART; ABRAMSON, 1994; ABRAMSON; INGLEHART, 1995). O argumento central da resposta é que a tendência a longo prazo ao pós-materialismo encontrada por Clarke e Dutt (1991) se tratava, na verdade, de uma clara evidência da mudança intergeracional de valores. Como explica Abramson (2011, p.13, tradução nossa), “havia uma tendência para o pós-materialismo em todos os oito países, exceto na Bélgica. Além disso, havia evidências substanciais de que a tendência resultava da substituição [de valores]”. O que ocorreria é que as pessoas pertencentes ao grupo geracional mais velho, caracterizado por valores fortemente

materialistas, estariam morrendo, dando espaço ao predomínio de grupos nascidos em período de maior segurança existencial. Além disso, no que se refere ao desemprego, Abramson (2011) salienta que ficou demonstrado em análise de regressão que entre 1970 e 1992 a inflação foi determinante para a diminuição do pós-materialismo, mas o desemprego não teve qualquer efeito.

Abramson (2011) resume aquilo apresentado em Inglehart e Abramson (1994) e em Abramson e Inglehart (1995). Em suma, o que foi demonstrado em resposta a Clarke e Dutt (1991) foi que 40% da população adulta da Europa Ocidental foi substituída entre 1970 e 1992, período em que houve uma mudança geracional de 19 pontos no índice de diferença percentual. Se nenhum novo grupo geracional tivesse entrado na população e se o grupo geracional mais velho não estivesse morrendo, a mudança geracional de valores em direção ao pós-materialismo seria de apenas dois pontos (ABRAMSON, 2011).

Clarke, Dutt e Rapkin (1997a) apresentaram sua réplica às repostas de Abramson e Inglehart (1994) e Inglehart e Abramson (1995). Os autores argumentam que havia lacunas na série temporal entre 1970 e 1976, utilizadas por Inglehart e Abramson em ambos os artigos-resposta, e que a formulação do enunciado das questões difere nos levantamentos realizados antes de 1976 daqueles usados de 1976 em diante. No entanto, a questão do desemprego permanece sendo a preocupação central: os autores demonstram que os respondentes evitam a opção de “combater a alta de preços” quando há altos níveis de desemprego. Clarke, Dutt e Rapkin (1997a) insistem que os formulários *surveys* podem ser interpretados de forma diversa dependo do contexto, de forma que, quando o desemprego está alto, a medida de pós-materialismo perde sua utilidade.

Na sequência, Abramson, Ellis e Inglehart (1997) responderam a Clarke, Dutt e Rapkin (1997a), insistindo que a tendência de longo prazo ao pós-materialismo na Europa Ocidental era impulsionada pela substituição geracional. Os autores afirmam que, se Dutt, Clarke e Rapkin (1997a) estiverem corretos, a medida de quatro itens de Inglehart (2012) seria fundamentalmente falha e, além disso, considerando que Abramson e Inglehart (1994) argumentam que as adversidades econômicas contribuem para valores materialistas, a Teoria do Desenvolvimento Humano como um todo estaria equivocada. No entanto, argumentam os autores, Clarke, Dutt e Rapkin (1997a) não explicam adequadamente a teoria que os levou a construção do modelo de predição, não justificam a inclusão do PIB *per capita* em sua análise, bem

como fornecem muito pouca justificativa para desconsiderem a existência de uma tendência temporal (com fortes evidências, decorrente da substituição de valores) ao pós-materialismo (ABRAMSON; ELLIS; INGLEHART, 1997).

Além de rebaterem algumas das opções metodológicas de Clarke, Dutt e Rapkin (1997a), como a escolha de testes estatísticos opcionais, Abramson, Ellis e Inglehart (1997) insistem fortemente não haver razão intuitiva para incluir mudanças anuais no PIB real *per capita*, tampouco para omitir da análise a tendência temporal. Primeiro, para os autores, não há motivos para esperar que o aumento do PIB promova o pós-materialismo, pois o PIB mede a saúde da economia do país, mas não o sentimento de segurança das pessoas. Depois, argumentam, a tendência temporal ao pós-materialismo foi incluída na sua análise por um motivo muito forte: a suspeita de mudança intergeracional de valores; retirar essa tendência dos testes estatísticos, como fizeram Clarke, Dutt e Rapkin (1997a), mascara a especificidade do modelo, cria um efeito aparente não adequado e faz aumentar o erro padrão da análise (ABRAMSON; ELLIS; INGLEHART, 1997).

Em resposta, Clarke, Dutt e Rapkin (1997b) apresentam um pequeno texto em que lamentam a forma como muitos cientistas sociais contemporâneos medem a dinâmica das crenças, atitudes e opiniões políticas e como interpretam os dados que produzem. Sugerem, assim, que a ênfase tradicional no sistema de análises cruzadas, deixa em segundo plano a verificação da variação contextual através do tempo. Sua crítica está centrada em uma dificuldade de inovar que percebe entre autores de política comparada. Sustentam, por exemplo, que modelos de equações estruturais poderiam ser úteis para testar alternativas sobre a mudança de valores, se o *survey* disponível, desenvolvido pelo Eurobarômetro, não valorizasse apenas a bateria de quatro itens de Inglehart (2012). Nesse sentido, afirmam que a ciência somente se torna sólida com a testagem de modelos concorrentes e com a retestagem sempre que um novo dado estiver disponível. Em outras palavras, Clarke, Dutt e Rapkin (1997b) criticam o comportamento defensivo de Inglehart e de seus colaboradores e a sua não abertura para testagens alternativas.

Mais tarde, Clarke *et al* (1999 *apud* ABRAMSON, 2011) apresentam resultados a partir de *surveys* desenvolvidos e aplicados por si mesmos: foram 1200 entrevistas por telefone no Canadá no ano de 1995, 2021 entrevistas presenciais com alemães ocidentais no ano de 1996, e 2067 no ano de 1997, 1117 entrevistas pessoais com

alemães orientais no ano de 1996, e 758 em 1997[51]. Os entrevistados foram submetidos a duas baterias de perguntas em ambos os países, uma delas incluía “combater a alta de preços”, enquanto a outra incluía “criar mais empregos”. Como conclusão, afirmam que os resultados confirmam as suspeitas de que os níveis de materialistas e pós-materialistas são afetados pela dinâmica metodológica proposta pela Teoria do Desenvolvimento Humano e replicada no Eurobarômetro (ABRAMSON, 2011).

No mesmo ano Davis e Davenport (1999) ofereceram sua crítica, argumentando que a forma como os dados de opinião pública são coletados nas pesquisas de Inglehart, solicitando aos respondentes que escolham valores sucessivos em uma lista de itens representativos de valores, pode levar a uma interpretação equivocada quando os dados são analisados em agregado. Isso porque, não necessariamente os respondentes tiveram em mente um valor subjacente comum a todos os itens. Por isso, para Davis e Davenport (1999), os respondentes podem selecionar os itens individuais de maneira sincera e de acordo com as suas preferências em relação à lista de itens, mas isso não significa que sejam materialistas, pós-materialistas ou mistos quanto aos seus valores como um todo.

Nesse sentido, Davis e Davenport (1999) arguem que a Teoria do Desenvolvimento Humano é uma teoria de nível individual, que não pode ser utilizada para conhecimento da consciência coletiva de uma sociedade e, portanto, não serve para fazer inferências sobre países. Logo, a abordagem desses autores difere ao questionar se o índice de pós-materialismo mede realmente os valores das sociedades em nível macro, isto é, se há alguma sistematização e coerência nas respostas às questões ou se tratam-se de repostas aleatórias. Para isso, utilizaram-se de pesquisas diversas, que contavam com dados de 1972 a 1994 nos Estados Unidos e incluíam o índice de pós-materialismo de quatro itens.

Os autores aplicam dois testes de aleatoriedade para as respostas às questões do índice: pelo primeiro, verificam se o padrão geral de respostas à primeira e segunda questões era aleatório; pelo segundo, se a probabilidade condicional de o respondente escolher a segunda resposta com a mesma categoria de valor da primeira é maior do que o acaso. Sua conclusão quanto ao primeiro teste é de que os estadunidenses

[51] A separação para a Alemanha Ocidental e Oriental nos anos indicados, quando o país já havia sido reunificado, se deve, provavelmente, à relevância da vivência sob o comunismo para os valores dos indivíduos, segundo a teoria de Inglehart.

podem estar se tornando menos materialistas ao longo do tempo, mas isso não quer dizer que necessariamente estejam se tornando pós-materialistas, pois suas prioridades se aproximam muito de uma seleção de valores aleatória. No que diz respeito ao segundo teste, a probabilidade condicional de um respondente selecionar duas opções pós-materialistas ao escolher a primeira e a segunda prioridade é significativamente maior que o acaso em apenas um ano de análise, por isso, os autores não rejeitam a hipótese de que os entrevistados estavam apenas escolhendo aleatoriamente.

Ainda, a seleção cruzada pelos respondentes dos dois primeiros itens do índice - manter a ordem e dar mais voz às pessoas - é bastante alta nos anos de 1992 e 1994, o que leva Davis e Davenport (1999) a sugerirem que os entrevistados selecionaram os dois primeiros itens da lista, independentemente de parecerem ou não semelhantes. Além disso, embora tenham encontrado duas exceções (primeiro, a probabilidade maior do que a aleatória de selecionar “dar mais voz às pessoas” em seguida de “proteger a liberdade de expressão”; depois, a escolha de “combater os preços em alta” frequentemente seguida pela seleção de “manutenção da ordem”), os autores afirmam que há igual chance de o respondente selecionar qualquer valor (DAVIS; DAVENPORT, 1999).

Davis e Davenport (1999), ainda, dizem que o novo índice, de 12 níveis, não se trata propriamente de um índice, pois os respondentes não classificam todos os 12 itens em relação um ao outro. Como o novo índice é, na verdade, para os autores, uma combinação do índice original com outros dois índices adicionais de quatro itens, Davis e Davenport (1999) repetiram com os dois novos conjuntos de perguntas o procedimento adotado quanto ao índice original. Nessa análise adicional, os autores encontraram resultados que confirmam o caráter essencialmente aleatório da escolha dos respondentes. Ademais, Davis e Davenport (1999) demonstram que apenas um fator pode explicar as diferenças entre os materialistas e os pós-materialistas e entre os materialistas e os mistos; esse fator é o gênero do respondente. Assim, para os autores, alguns dos preditores mais importantes da tese de Inglehart, como renda e coorte de idade, não fazem sentido. Principalmente, a falta de influência da faixa etária coloca em questão a noção de que os grupos geracionais mais jovens apoiam mais fortemente os valores pós-materialistas (DAVIS; DAVENPORT, 1999).

Outro teste de validade aplicado por Davis e Davenport (1999) mediu o quanto o índice pode ser usado para prever o apoio a movimentos sociais e atitudes em

relação a certas questões políticas e sociais. Segundo os resultados encontrados, os materialistas não mostram valores distintos das pessoas classificadas como mistas ou como pós-materialistas: por exemplo, os respondentes materialistas, mistos e pós-materialistas não demonstraram ter valores distintos sobre a melhoria da posição das mulheres na sociedade, tampouco os pós-materialistas se mostraram mais favoráveis aos valores liberais que os demais. Não bastasse isso, David e Davenport (1999) descobriram que a ordem em que os itens eram apresentados alterava a resposta dos respondentes. Ademais, encontraram a mesma inconsistência em testes provisórios com outras sociedades industrializadas, como a Alemanha e a Grã-Bretanha.

Inglehart e Abramson (1999) responderam a Davis e Davenport (1999), afirmando que a bateria de variáveis com que a Teoria do Desenvolvimento Humano vem sendo testada foi submetida a extensa validação por cientistas sociais em muitos países, o que gerou a sua ratificação em nível individual relatada em diversas publicações. No entanto, argumentam, Davis e Davenport (1999) deliberadamente descartam todas essas comprovações adicionais. Para Inglehart e Abramson (1999), ao contrário do que alegam Davis e Davenport (1999), a análise fatorial pode ser utilizada para variáveis classificadas, isto é, interdependentes. Ainda assim, o índice de pós-materialismo de 12 itens possui três baterias de quatro itens independentes umas das outras, tornando a análise fatorial desse conjunto de variáveis relativamente viável. Nesse sentido, afirmam os autores, embora os itens que compõem cada bateria sejam dependentes ou classificados, o que reduz a probabilidade de encontrar um fator coerente na análise (materialista ou pós-materialista), conseguiu-se obtê-lo claramente e, portanto, alcançou-se a comprovação empírica necessária (INGLEHART; ABRAMSOM, 1999).

Ademais, segundo Inglehart e Abramson (1999), a afirmação de Davis e Davenport (1999) de que os respondentes escolhem aleatoriamente as opções presentes na bateria de itens não é verdadeira, na medida em que somente seria possível se todas as alternativas de resposta fossem igualmente populares. No entanto, o público não vê todos esses itens como igualmente importantes e dão maior prioridade a uns do que a outros. Nesse sentido, de acordo com Inglehart e Abramson (1999, p. 667, tradução nossa), o que realmente importa é saber “se aqueles que inicialmente selecionaram o objetivo pós-materialista “a” têm maior probabilidade de selecionar o objetivo pós-materialista “b” em relação àqueles que inicialmente optaram

por um dos objetivos materialistas”. Nesse quesito, segundo os autores, mesmo Davis e Davenport (1999) apresentaram resultados que comprovam a tendência esperada.

Afora isso, Inglehart e Abramson (1999) consideram as correlações encontradas por Davis e Davenport (1999) a partir do índice de pós-materialismo relativamente fortes para dados de pesquisa em nível individual, especialmente quando baseadas em técnicas de classificação. No entanto, segundo os autores, mais uma vez deliberadamente, Davis e Davenport (1999) descrevem essas correlações como muito mais fracas do que o esperado. Para Inglehart e Abramson (1999), a expectativa de Davis e Davenport (1999) estava equivocada, na medida em que a bateria de respostas na amostra dos Estados Unidos no início dos anos 1990 realmente havia apresentado um padrão de respostas aleatórias, mas este teria sido um fenômeno transitório, não aparente na maioria das 65 sociedades em que a bateria foi aplicada naquela rodada de pesquisas.

Ainda, Inglehart e Abramson (1999) afirmam que Davis e Davenport (1999) esperam que sua teoria seja capaz de explicar questões as quais nunca se propôs a explicar, até porque nenhuma variável é capaz de predizer todas as atitudes humanas. De acordo com os autores, o foco da Teoria do Desenvolvimento Humano é a forma como a difusão de valores pós-materialistas tem afetado as normas religiosas, sociais e sexuais vigentes, mas Davis e Davenport (1999) ignoram isso e centram sua atenção em questões clássicas de esquerda-direita, como propriedade, indústria e redistribuição de renda, as quais a teoria explicitamente indica como questões não tão relevantes para os pós-materialistas. Não bastasse isso, ainda deixam de utilizar a medida de quatro e de 12 itens já elaborada no âmbito da teoria e, em lugar disso, dividem a classificação original em duas variáveis dicotômicas (materialista e pós-materialista), ignorando a categoria “ambivalente”, o que gera mais um problema em seus testes.

Clarke (2000) retoma alguns argumentos anteriores seus, além de outros de Davis e Davenport (1999) e Davis (2000), e conclui que a medida dos valores da teoria da mudança intergeracional de valores é tão falha que deveria ser abandonada. No entanto, pessimista, afirma que as empresas científicas já estão tão acomodadas a essa teoria e que, apesar de todas as evidências em contrário, a notícia da mudança de valores materialistas para pós-materialistas continuará a ser difundida. Assim, a pesquisa da mudança de valores, para o autor, assume a característica de um

movimento com seguidores que, por meio do *World Values Surveys*, passam os dias coletando dados para a comprovação da teoria (CLARKE, 2000).

Hellevik (1993) constrói sua crítica sobre o último livro publicado por Inglehart (1990) na época. O seu objetivo não é contestar os pressupostos teóricos gerais da teoria, mas sim certos aspectos do conteúdo das diferenças intergeracionais indicadas por Inglehart (1990). Com base em um banco de dados rico em relação ao número de itens de preferência de valor aplicado na Noruega, Hellevik (1993), que considera muito restrito o número de indicadores utilizados por Inglehart (1990), busca criar uma medida mais abrangente. Com isso, conclui que o índice de Inglehart (1990), assim como o de Flanagan (1982a), que apresentam o pós-materialismo como constituindo uma diagonal em um espaço cultural bidimensional – desprestigiam a importância das diferenças culturais que ocorrem fora dessa diagonal. O autor sustenta que a mudança cultural na Noruega ocorre em diferentes tipos de pós-materialismos posicionados em uma matriz quadridimensional (HELLEVIK, 1993).

Na sequência, Duch e Taylor (1993) criticam a teoria da mudança intergeracional de valores, sobretudo, no que se refere ao papel da socialização no processo de formação de valores materialistas ou pós-materialistas. Os autores empregam uma análise multivariada para testar “a noção de que as primeiras experiências econômicas têm um efeito duradouro sobre os valores pós-materialistas medidos por Inglehart” (DUCH; TAYLOR, 1993, p. 747, tradução nossa). Os dados principais utilizados foram coletados em oito países da Europa Ocidental entre 1973 a 1984; também, foi utilizada como complemento uma pesquisa sobre a antiga União Soviética europeia. Como resultado, Duch e Taylor (1993) encontraram que as condições econômicas do período de socialização não afetam tanto as opções dos respondentes como a educação, que na sua pesquisa explicou muito mais as variações do materialismo para o pós-materialismo.

Duch e Taylor (1993) acreditavam, nesse sentido, que, como os itens propostos no índice de pós-materialismo estavam fortemente relacionados aos valores democráticos, a educação provavelmente seria o fator preeminente a influenciar a maneira como os respondentes se manifestavam. Além disso, os autores sugeriram que a urbanização, por ter um efeito educativo, também teria um impacto positivo independente no pós-materialismo. Duch e Taylor (1993) encontraram, nesse sentido, que aqueles com níveis mais altos de educação foram muito mais propensos a classificar melhor os itens de pós-materialismo do que os de materialismo em todas

as coortes etárias. Os níveis de pós-materialismo se mostraram mais fortemente correlacionados com a educação, depois com o PIB *per capita* e com a inflação no momento da pesquisa; e menos com a renda do entrevistado (DUCH; TAYLOR, 1993).

Na análise multidimensional por coorte etário elaborada por Duch e Taylor (1993), a idade mostrou-se significativa no modelo, o que leva os autores a concordarem com a sugestão de um efeito no ciclo de vida, isto, é, os indivíduos tendem a se tornar menos pós-materialistas a medida em que ficam mais velhos. As medidas de urbanização e renda não se mostraram significativas estatisticamente no modelo e, ao contrário do que os autores supunham, a educação também não. Quando os autores conduzem a análise no nível individual, no entanto, a variância explicada cai significativamente e, em contraste com o nível de coorte, a educação passa a ser o preditor mais poderoso do escore de pós-materialismo. A idade e a urbanização também são significativas na direção esperada pelos autores, mas seus coeficientes são mais baixos em relação aos encontrados quanto à educação (DUCH; TAYLOR, 1993).

Abramson e Inglehart (1994) respondem à crítica de Duch e Taylor (1993), afirmando, de início, tratar-se de uma reavaliação potencial importante da tese da mudança de valores. No entanto, logo passam a apontar os problemas do artigo de Duch e Taylor (1993). Para Abramson e Inglehart (1994), Duch e Taylor (1993) excluem de sua análise precisamente aqueles grupos que sofreram a privação econômica mais severa durante sua vida, descartam a possibilidade de a educação ser um indicador da segurança econômica dos respondentes e desconsideram que os efeitos periódicos são frequentemente encontrados em efeitos de longo prazo nos grupos etários e perfeitamente compatíveis com eles. Além disso, argumentam que Duch e Taylor (1993) assumem que as taxas de crescimento relativamente altas vão necessariamente gerar altos níveis de pós-materialismo, quando a teoria prevê que taxas relativamente altas de crescimento econômico predizem níveis relativamente altos de crescimento na proporção de pós-materialistas ao longo do tempo (ABRAMSON; INGLEHART, 1994).

Já Bean e Papadakis (1994 *apud* ABRAMSON, 2011) questionam se o índice de pós-materialismo é capaz de capturar uma única dimensão (materialista ou pós-materialista). A medida original é dimensionada por meio de análise fatorial, enquanto Bean e Papadakis (1994 *apud* ABRAMSON, 2011) afirmam que análises fatoriais são

inadequadas para dados em que os respondentes classificam as escolhas. Assim, os autores testam a dimensionalidade de sua medida fazendo com que os respondentes ranqueiem valores, mas pedem para que os entrevistados marquem quais valores acham mais importantes, quais ocupam o segundo lugar e quais não importam. A pesquisa principal foi enviada pelo correio, em 1988, a respondentes australianos, definidos em uma amostra aleatória; essa pesquisa foi complementada com dados de uma Pesquisa Nacional de Ciências Sociais da Austrália de 1984-85. Em resposta, Inglehart (1994 *apud* ABRAMSON, 2011), além de algumas ponderações técnicas, em suma, argumentou que a medida de Bean e Papadakis (1994 *apud* ABRAMSON, 2011) não servia para medir prioridades, pois as pessoas poderiam simplesmente aprovar a maioria dos itens.

Ainda, considerando que havia uma discussão sobre o significado da medida de quatro itens, isto é, se media valores ou atitudes, Braithwaite, Makkai e Pittelkow (1996 *apud* ABRAMSON, 2011) elaboraram uma pesquisa com 169 estudantes de graduação em psicologia da Universidade Nacional da Austrália entre 1988 e 1989, na qual materialistas e pós-materialistas são comparados a partir de suas relações com a força e a ordem nacional, seu entendimento sobre as diferenças entre harmonia internacional e força e ordem nacional e suas atitudes de esquerda-direita. Em suma, os autores concluem que muitos dos seus resultados vão ao encontro da interpretação da Teoria do Desenvolvimento Humano, sobretudo, no que se refere à medida se dar no nível valorativo, e não atitudinal. No entanto, Braithwaite, Makkai e Pittelkow (1996 *apud* ABRAMSON, 2011) mantém sua crítica no que se refere à opção de forçar os entrevistados a escolher entre os itens, o que poderia levá-los a apontar uma alternativa de momento, e não necessariamente a representação de seus valores.

Em 1995, Abramson e Inglehart publicaram livro o "*Value change in global perspective*". Embora a teoria da mudança geracional de valores tenha recebido inúmeras críticas, algumas das quais já foram tratadas aqui, nesse livro Abramson e Inglehart (1995) trataram de elaborar uma síntese dos achados das últimas décadas, sem fazer qualquer reparo à teoria ou à metodologia adotada. Isso parece ter incomodado James Davis (1996, p. 322, tradução nossa), que assim definiu a publicação de Abramson e Inglehart (1995):

> Já que sou listado como alguém favorável à continuidade da pesquisa social, eu deveria amar esse livro porque os autores - que descobriram a chave do universo em 1971 – têm arguido seus méritos com um entusiasmo inabalável

> que faz o atual Papa [João Paulo II] parecer tão flexível quanto o atual presidente americano [Bill Clinton] ou o líder da minoria no Senado [Tom Daschle] [...]. Esse [livro] não tenta modificar a teoria, que foi declarada e reafirmada nos muitos livros e artigos dos autores. Ao contrário, esse volume (apesar do anúncio enganoso da University Press, que apareceu, por exemplo, na edição de verão de Public Opinion Quarterly) é principalmente uma defesa implacável da teoria contra toda e qualquer crítica.

Davis (1996) apresenta três tabelas reanalisando resultados de Abramson e Inglehart (1995), uma baseada em livros de códigos do Programa Internacional de Seguridade Social e duas baseadas em sua própria análise dos dados do General Social Survey (GSS) entre 1990 e 1994. O autor argumenta que não há efeitos negativos impedindo o pós-materialismo enquanto os nascimentos e mortes persistem, a não ser que as diferenças entre os grupos geracionais sejam zeradas. Além disso, argumenta que não incluir o desemprego entre os itens do índice de pós-materialismo foi um erro, pois em seis dos dez casos que analisou, os entrevistados estiveram mais propensos a manter o desemprego baixo (DAVIS, 1996).

Davis (1996, p. 327) foi bastante incisivo em alguns momentos, dizendo, por exemplo, que Abramson e Inglehart (1995) apresentam dois conjuntos de evidências, “um ridículo e um interpretado enganosamente”. O argumento considerado ridículo é o de que os nazistas venceram as eleições estudantis alemãs em 1929, o que demonstraria a baixa influência da educação no pós-materialismo. O argumento interpretado enganosamente, diz respeito à demonstração dos níveis de pós-materialismo nas coortes que controlam a educação. Davis (1996) argumenta que Abramson e Inglehart (1995) não conduziram análises multivariadas apropriadas para testar a interpretação de que diferenças de valores por idade resultam das diferenças entre a socialização dos grupos mais jovens e mais velhos.

Abramson e Inglehart (1996, p. 451) respondem a Davis (1996), arguindo que o objetivo de suas análises fatoriais “foi o de demonstrar que uma medida de pós-materialismo comparável em nível nacional poderia ser construída para estudar a ampla gama de sociedades pesquisadas no período 1990-91”. De qualquer forma, para Abramson e Inglehart (1996) suas análises também fornecem evidências de que a medida de quatro itens é válida. Ainda, os autores ressaltam que os argumentos de Davis (1996) não são propriamente novos, porque Duch e Taylor (1993) já haviam apontado algo semelhante ao afirmar que testes multivariados demonstram as diferenças educacionais como responsáveis pela tendência dos jovens europeus a serem mais pós-materialistas.

Para Abramson e Inglehart (1996), Davis (1996) não fornece testes da validade da construção de sua medida, simplesmente assegura que são itens muito apropriados. A crítica de Davis (1996) levou Abramson e Inglehart (1996) a conduzir um teste mais forte da importância relativa da segurança no período de socialização e dos níveis de educação. Assim, os autores empregam um teste multivariado semelhante ao de Davis (1996), mas com três diferenças: 1) usam o que chama de uma medida claramente apropriada, o índice de pós-materialismo de 12 itens; 2) acrescem um índice de segurança existencial no período de socialização e buscam evitar medidas que solicitam aos entrevistados avaliações subjetivas sobre a renda de sua família na sua fase pré-adulta; em vez disso, trabalham com dados sobre a educação do pai e da mãe e a ocupação do pai dos entrevistados; 3) elaboram uma comparação de seis países aplicando testes separados para a Alemanha Ocidental, Holanda, Áustria, Estados Unidos, Itália e Finlândia. De acordo com Abramson e Inglehart (1996), suas descobertas vão além dos testes de Davis (1996) e, para todas as seis sociedades, a medida de segurança formativa explica mais variação de valores do que o nível educacional do respondente (ABRAMSON; INGLEHART. 1996).

Após, Kotzé e Lombard (2002) questionam se as medidas do *World Value Survey*, por terem sido desenvolvidas para sociedades desenvolvidas, são válidas para estudar sociedades em desenvolvimento. Segundo esses autores (2002, p. 414, tradução nossa), a principal contribuição do seu artigo “está em começar a preencher uma lacuna de conhecimento sobre a direção, grau e natureza da dinâmica de mudanças de valores na África do Sul, bem como testar um modelo alternativo para medição de valor em países em desenvolvimento”. Para testar isso, os autores utilizam dados do *World Value Surveys* sul-africano de 1990, 1995 e 2001, que incorporam metas chamadas pré-materialistas. Os autores estudam seis metas pré-materialistas: oferecer abrigo para todas as pessoas; fornecer água limpa para todas as pessoas; certificar-se de que todos estejam adequadamente vestidos; certificar-se de que todos possam ir à escola; fornecer terras para todas as pessoas; e proporcionar a todos comida suficiente para se alimentar. Esse índice de pré-materialismo, segundo os autores, é mais adequado a sociedades em desenvolvimento do que o índice original de pós-materialismo, sobretudo em razão das subculturas existentes na África do Sul (KOTZÉ; LOMBARD, 2002).

Rossteutscher (2004 *apud* ABRAMSON, 2011) acredita que não é possível capturar toda a gama de valores modernos que guiam as escolhas políticas e as

atitudes básicas das pessoas unicamente a partir dos índices de pós-materialismo. O autor afirma que, embora os valores materialista e pós-materialistas realmente expliquem os comportamentos, os índices abrangem o mínimo no que diz respeito a esses valores e a outros. A ideia do autor é alertar os cientistas políticos contemporâneos de que a medida de pós-materialismo é capaz de prever apenas alguns dos fenômenos políticos mais recentes. No entanto, Rossteutscher (2004 *apud* ABRAMSON, 2011) acaba por reconhecer que Inglehart nunca alegou que a dimensão materialismo/pós-materialismo seria capaz de abranger todos os valores existentes.

Mais recentemente, Ippel, Gelissen e Moors (2014) buscaram estabelecer uma forma de mensurar o materialismo e o pós-materialismo que fosse útil para a comparação de países distintos ao longo do tempo. Isso porque, suspeitaram que a medida de quatro itens, elaborada na esteira da Teoria do Desenvolvimento Humano e presente nos questionários do Eurobarômetro, poderia sofrer variação de significado conforme a cultura do país em estudo. Para tanto, os autores utilizaram dados do Eurobarômetro para testar a comparabilidade longitudinal de dez países (França, Bélgica, Países Baixos, Itália, Alemanha Ocidental, Luxemburgo, Dinamarca, Irlanda, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte) durante um período de aproximadamente 20 anos (1976-1997). Encontraram, entre outros resultados mais favoráveis à Teoria do Desenvolvimento Humano, que o significado atribuído aos quatro itens difere, ainda que não muito, o que interpretam como um indicador de que o índice de pós-materialismo de quatro itens não é apropriado para comparação entre países.

Por seu turno, Mostafa (2013) procurou testar a tese de Inglehart a respeito da relação entre valores pós-materialistas e prioridades relacionadas ao meio ambiente. Para isso, utiliza modelagem multinível bayesiana[52], com o uso de dados do *International Social Survey Program* (ISSP), de 2002, quando 25 países foram sondados, entre eles Alemanha, Inglaterra, Espanha, Portugal, Estados Unidos; Chile e México foram os únicos países latino-americanos na análise. Os resultados de Mostafa (2013) contradizem a tese de que as percepções dos indivíduos sobre o meio ambiente fazem parte da síndrome de valores pós-materialistas. Isso porque, o padrão

[52] Teste que introduz uma distribuição de probabilidade prévia sobre os parâmetros do modelo de regressão (MOSTAFA, 2016) e evidencia o papel preditivo de variáveis oriundas de diferentes níveis, contemplando simultaneamente múltiplos níveis de agregação, ao ajustar os erros-padrão, os intervalos de confiança e os testes de hipóteses (PUENTE-PALACIOS; LAROS, 2009).

geral dos resultados mostra que a disposição de se sacrificar para proteger o meio ambiente é um fenômeno global, e não exclusivo das nações desenvolvidas economicamente.

Em seguida, Mostafa (2016) buscou investigar fatores que influenciam a preocupação com o aquecimento global em 40 nações, além dos já citados, incluídas em Mostafa (2013), foram inseridos Turquia, Argentina, Chipre, Japão, Egito, Itália, Canadá, Sérvia, Suécia, Georgia, Uruguai, Brasil, Mali, Eslovênia, entre outros. O estudo também foi operacionalizado por meio de modelagem multinível e bayesiana. Dessa vez, o autor pretendia testar transculturalmente a influência da riqueza das nações, nas emissões de CO2, nas tendências pós-materialistas, na religiosidade, na orientação política e na preocupação com o aquecimento global. Os resultados mais uma vez contradisseram a hipótese do desenvolvimento econômico, pois demonstraram que a preocupação com o aquecimento global é um fenômeno global. Além disso, Mostafa (2016) descobriu que a preocupação com o aquecimento global é impulsionada mais fortemente, na verdade, por variáveis como a religiosidade e a orientação política.

Ademais, Yoon e Cho (2015) compararam o nível de pós-materialismo entre indivíduos de 10 países de desenvolvimento econômico avançado (Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Alemanha, Espanha, Suécia, Holanda, Japão, Coréia do Sul e Cingapura) e examinaram os efeitos do *welfare state* e da insegurança sobre valores pós-materialistas. Os dados utilizados foram os da rodada de pesquisa concluída em 2014 pelo *World Value Survey*. Os autores encontraram que os valores pós-materialistas dos indivíduos são mais fortemente determinados pelo sistema de *welfare state* e pela segurança disponibilizada em seus países do que propriamente pelo nível econômico, seja individual ou nacional. Além disso, o estudo conclui que o tipo de sistema de *welfare state* tem relação significativa com a experiência em eventos inseguros e com o sentimento de insegurança entre os civis. De maneira geral, Yoon e Cho (2015) concluem que o importante não é o quão alto é o desenvolvimento econômico do país, mas o quanto a vida das pessoas é assegurada pelos recursos decorrentes desse desenvolvimento.

Afora isso, Ying (2016) examinou a relação entre os valores de estratificação social, materialismo, pós-materialismo e consumo, a fim de compreender o comportamento dos consumidores na China. Especificamente, o autor trabalhou com dados coletados em Xangai por meio de amostragem aleatória. De acordo com Ying

(2016), revisando-se a literatura é possível descobrir que o materialismo/pós-materialismo foi estudado, sobretudo, por dois caminhos: um os coloca em um quadro macro envolvendo interesse político ou engajamento cívico (é o caso de Inglehart); o outro foca no comportamento micro dos indivíduos no mercado de consumo. A ideia de Ying (2016) é unir as duas abordagens, fornecendo evidências da transformação emergente do mercado em um mercado pós-materialista. Seus resultados revelaram que, como na China ganhar dinheiro e buscar bens materiais são fenômenos sociais dominantes, o status social e a renda não tiveram um efeito significativo no materialismo/pós-materialismo, isto é, o materialismo é um fator predominante independentemente de renda e status social. Portanto, segundo Ying (2016), as pessoas que têm maior renda e status social na China podem se importar, inclusive, menos com valores pós-materialistas.

Ademais, a noção de que os valores de autoexpressão emancipam os indivíduos da autoridade foi contestada por Dahlum e Knutsen (2016 *apud* WELZEL; INGLEHART; KRUSE, 2016), os quais destacam as pontuações de país por valores emancipativos em anos em que os dados estavam ausentes nas análises de Inglehart e seus colaboradores. Os autores produzem um banco de dados transversais de série temporal, formado por cerca de 2000 observações país-ano. Dahlum e Knutsen (2016 *apud* WELZEL; INGLEHART; KRUSE, 2016) descobrem que a ênfase em valores emancipativos em um determinado ano não tem efeito sobre seu nível de democracia no próximo ano, refutando a “teoria emancipatória da democracia” oriunda das descobertas de Inglehart e Welzel (2009). Obviamente, Welzel, Inglehart e Kruse (2016) discordaram de tais achados e reportaram em sua resposta tratar-se de uma armadilha do uso de dados transversais de série temporal. Para os autores, as elites autoritárias não respondem às demandas de massa no período de um ano, como sugerem as análises de Dahlum e Knutsen (2016 *apud* WELZEL; INGLEHART; KRUSE, 2016), mas sim dependem de um acúmulo de pressão que culmine na mudança do regime político. Assim, segundo Welzel; Inglehart e Kruse (2016), análises de dados transversais em série temporal não podem ser usadas para medir esse processo.

Para finalizar a seção, cumpre referir que se debateu aqui as críticas mais frequentes à metodologia adotada na Teoria do Desenvolvimento Humano, mas que, obviamente, não esgotam todas as revisões existentes, na medida em que a relevância dessa teoria para a Ciência Política e, sobretudo, para a área de Política

Comparada, a faz célebre em muitos países, de onde objeções e colaborações diversas foram elaboradas. Entretanto, as diversas críticas sugerem aspectos desde a restrição dos indicadores do índice de pós-materialismo, como em Hellevik (1993), passa por resultados que contradizem achados de Inglehart e seus colaboradores sobre temas específicos, como em Mostafa (2013; 2016), que questiona o impacto do pós-materialismo para o ambientalismo, e alcança temas que tocam o argumento desta tese, como em Yoon e Cho (2015), que encontraram evidência para China de que o pós-materialismo é mais fortemente determinado pelo sistema de *welfare state* do que propriamente pelo nível econômico do indivíduo e da sociedade.

Conclusão

Neste capítulo buscou-se dar mais detalhes da metodologia adotada na Teoria do Desenvolvimento Humano. Destacou-se a importância das variáveis relacionadas às liberdades civis e políticas, às quais Inglehart e seus colaboradores se referem como “aspirações por liberdade”, sobretudo, para a explicação da democratização, entendida como a mudança em direção à democracia liberal. Nesse sentido, salientou-se a contrariedade de Inglehart (1993) em relação às alegações de que a Teoria da Cultura Política seria elitista, conservadora e etnocêntrica. Segundo o autor, essas críticas decorreriam de ideologia e de julgamento em relação aos Estados Unidos, quando sequer a democracia estadunidense poderia ser considerada um modelo, visto que as democracias dos países da Europa Ocidental vinham obtendo melhores resultados, provavelmente, em razão das políticas de bem-estar social. Esse é um argumento relevante para o debate que será proposto no capítulo seguinte, que procura discutir a essencialidade das políticas sociais para a dinâmica posta na Teoria do Desenvolvimento Humano.

O fato é que Inglehart destaca a importância das análises empíricas para validar ou rejeitar hipóteses, sob pena de que discussões teóricas baseadas em ideologia não encontrem eco na realidade. Por isso, adota metodologia quantitativa e identifica uma gama de variáveis correspondentes a duas dimensões culturais: “tradicional *versus* secular-racional” e “sobrevivência *versus* autoexpressão”. Tais dimensões são cruzadas com o índice de pós-materialismo, sendo que os aspectos culturais representados no índice como valores pós-materialistas aparecem, em geral, como preditores da democratização e da estabilidade da democracia nas suas

análises. Ofereceu-se aqui alguns exemplos do uso da metodologia de Inglehart e seus colaboradores.

Além disso, apresentaram-se as principais revisões à metodologia e aos achados empíricos da Teoria do Desenvolvimento Humano. Foram destacadas, entre outras, as críticas de que a mudança cultural estaria ocorrendo de forma bem mais desorganizada do que aquela indicada pela teoria, de que as categorias elaboradas por Inglehart não seriam capazes de abranger contextos passados ou futuros, de que não haveria estimativa da idade em que se daria a socialização, de que o índice de pós-materialismo não capturaria as mudanças de valores tradicionais para valores libertários, tampouco seria complexo o suficiente para abranger temas como ambientalismo, e de que a metodologia confundiria questões de preferência com questões de prioridade. Foi possível, inclusive, ver-se o Japão sendo indicado como mais uma exceção à regra geral da teoria na resposta de Inglehart (1982) a Flanagan (1982). Ainda, viram-se críticas duras, como a de Clarke (2000), para quem a Teoria do Desenvolvimento Humano deveria ser abandonada.

Interessante destacar que Flanagan (1982) insistiu para que Inglehart considerasse a classificação entre valores tradicionais e libertários. O sentido dado ao termo “libertário” implica uma vasta gama de aceitação a liberdades nos mais variados níveis da vida social, cultural, econômica e política. Mais tarde, Norris e Inglehart (2019) adotam o termo para contrapor àqueles a quem denominam “conservadores sociais”, que agora encampam movimentos xenofóbicos e autoritários e apoiam líderes populistas de extrema direita. Ou seja, diferentemente de uma interpretação que entende libertarianismo como uma perspectiva ultraliberal eminentemente conservadora (BROWNS, 2019), tanto Flanagan (1982) como Norris e Inglehart (2019) utilizam o termo para se referir a uma perspectiva social e política liberal, que atualiza e enfatiza os valores do individualismo e da autonomia individual de modo a evitar o egocentrismo. Abordar-se-á o tema adiante.

De maneira geral, todas essas críticas e evidências demonstram a possibilidade de discussão da Teoria do Desenvolvimento Humano, principalmente, no que se refere a sua constituição com uma regra geral de longo prazo. Por exemplo, a relevância do bem-estar social para a dinâmica da democracia proposta, apesar de não ser negada por Inglehart e seus colaboradores, perde a centralidade frente à trajetória prioritária em seu argumento: modernização – mudança cultural – democracia. Em especial, esse é um dos pontos levantados no capítulo 5, que segue,

em que se busca evidenciar o tratamento benevolente em relação ao capitalismo oferecido pela Teoria do Desenvolvimento Humano. De qualquer sorte, este capítulo encerra o bloco destinado à revisão de literatura, enquanto o próximo capítulo inaugura a demonstração do argumento desta tese a partir da análise direcionada da obra de Inglehart e seus colaboradores.

Capítulo 5 - Capitalismo e democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano

Este capítulo se destina a demonstrar que Inglehart e seus colaboradores evitam elaborar críticas ao modelo de democracia liberal, que alia liberdades civis e políticas ao capitalismo. Mais do que isso, procura-se evidenciar que, em uma perspectiva benevolente, o capitalismo na Teoria do Desenvolvimento Humano aparece como afluente e promotor de igualdade. Junto a isso, o papel do Estado de bem-estar social para a mobilização social, que os autores identificam como promotora de mudança cultural, é posto em segundo plano, deixando-se a modernização capitalista em preponderância, sob o argumento de que qualquer política de bem-estar social depende de modernização anterior.

Ao final, levanta-se uma provocação, a fim de refletir-se acerca do viés progressista de muitos dos posicionamentos presentes na teoria, frente à acriticidade ao modelo liberal de democracia. De qualquer sorte, o capítulo como um todo se presta a evidenciar a opção dos autores por repassar a responsabilidade por aspectos próprios da política aos governos, apartando-os da trajetória da democracia proposta e, assim, permitindo sua elaboração como uma regra geral de longo prazo.

5.1 A construção do bem-estar social como auxiliar da modernização

Nesta seção procura-se discutir a relevância das políticas sociais para a trajetória de mobilização social em direção à democracia e ao avanço democrático proposta na Teoria do Desenvolvimento Humano. Salienta-se, nesse sentido, que, não obstante reconheçam o papel do Estado de bem-estar social para a dinâmica presente em sua teoria, Inglehart e seus colaboradores adotam posicionamento contrário à intervenção estatal para além de certo limite, o que, consideram, poderia converter-se em opressão à liberdade dos indivíduos. Por isso, os autores procuram

mitigar a essencialidade das políticas sociais para impulsionar a mudança cultural que descrevem, dando-lhes lugar secundário e auxiliar, bem como tratando seus resultados como consequências óbvias da modernização (essa sim, em evidência em suas análises, esquemas e em sua regra geral, pela qual o desenvolvimento econômico conduz à democracia ao gerar mudança cultural). Assim, busca-se argumentar que, por seu posicionamento ideológico em relação à política econômica, os autores acabam por propor uma explicação da democratização e do avanço da democracia liberal no mundo apartada dos aspectos atinentes da política.

Assim, embora assumam a relevância das políticas sociais para a mobilização social que conduz à mudança cultural, deixam de dar-lhes centralidade, delineando uma trajetória de ascensão da democracia possível e previsível para quaisquer contextos de política econômica, inclusive a neoliberal. Mais tarde, Inglehart (2018a) e Norris e Inglehart (2019) pedem urgência na aplicação de políticas sociais que contenham as desigualdades extremadas em sociedades altamente industrializadas, a fim de barrar a queda das democracias liberais, deixando evidente, ainda que implicitamente, que sua teoria imprescinde da política (e do comportamento de atores políticos) para concretizar-se e, por isso, sua realização como uma regra geral de longo prazo torna-se limitada. Por isso, para além de constituírem-se em efeitos periódicos que barram a trajetória da democracia prevista, os fenômenos ditos solucionáveis (como as desigualdades sociais), assim como suas soluções por vias políticas, fazem parte da trajetória. Delinear um caminho cultural subjacente de longo prazo, que não considere desde logo a política, ainda que válido, somente pode resultar em diversas exceções e efeitos periódicos a barrá-lo.

Nas publicações datadas até a primeira metade dos anos 2000, Inglehart e seus colaboradores utilizam os termos “modernização” e “desenvolvimento econômico” para referir-se à fase inicial da dinâmica de democratização que propõem. Mais tarde, passam a adotar a expressão “desenvolvimento socioeconômico”, embora não tenham deixado de referir-se à “modernização”, já que o termo aparece também em seus textos representando um período anterior e distinto em relação à “pós-modernização” ou à “pós-industrialização”. A partir disso, atentou-se para a importância das políticas de bem-estar social para o caminho da democracia delineado na teoria e, sobretudo, para o ímpeto do autor de mitigar tal relevância durante grande parte do período de desenvolvimento de sua teoria, alinhando-se, em alguma medida, à perspectiva de política econômica dominante.

No entanto, mais tarde, reconhecendo serem as políticas sociais portadoras de condições indispensáveis para a mudança de valores que conjecturam, os autores passam a utilizar a expressão “desenvolvimento socioeconômico”, deixando aparente a ideia de que o desenvolvimento econômico que não gere desenvolvimento social não produz a mudança cultural desejada. Essa foi uma mudança de tratamento discreta, pois, de fato, não representou mudança na abordagem. Tratou-se, pelo que se observa, de um movimento com fim de afiançar a ideia de que a modernização por si só não gera a mudança de valores requerida e, ao mesmo tempo, da afirmação subjacente de que nunca pretenderam eliminar a importância das políticas sociais da explicação da democracia liberal que propõem.

Entretanto, segundo entendem os autores, o desenvolvimento social – representado por aspectos tais como a elevação dos níveis de educação, a diminuição da pobreza, a erradicação da fome etc. – é uma consequência cabal do desenvolvimento econômico, isto é, creem que muito dificilmente o desenvolvimento econômico deixará de gerar desenvolvimento social. Ao mesmo tempo, Inglehart (1997, p. 4, tradução nossa) reporta uma hipótese explorada em trabalhos seus anteriores, em que, embora ainda não utilizasse a expressão “desenvolvimento socioeconômico”, destacava a importância paralela do Estado de bem-estar social, dando pistas de que, para além de uma consequência óbvia do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social depende de ação dos agentes políticos:

> [...] como resultado do rápido desenvolvimento econômico e da expansão do Estado de bem-estar social após a Segunda Guerra Mundial, as experiências formativas das coortes de nascimentos mais jovens na maioria das sociedades industriais diferiram das coortes mais antigas de maneiras fundamentais que os levaram a desenvolver prioridades de valor distintas.

Ou seja, embora o ponto de partida da teoria fosse o processo de desenvolvimento econômico ligado à modernização, Inglehart (1997, 2000, 2002, 2005) aponta a importância da expansão do Estado de bem-estar social no período pós-guerra para o desencadeamento da mudança de valores. De acordo com Inglehart (1997; 2000, 2005, 2018a), Inglehart e Welzel (2009) e Norris e Inglehart (2017; 2019), o período posterior à Segunda Guerra Mundial trouxe prosperidade sem precedentes na maioria das sociedades industriais, o que deu início a um movimento de mudança de valores, cuja presença foi, primeiramente, notada justamente na geração pós-guerra. No entanto, de acordo com Inglehart (1993; 1997; 2000, 2005) e

Inglehart e Welzel (2009a; 2010), isso somente foi possível em razão da interação de tal prosperidade econômica sem precedentes com um segundo fator: o surgimento do Estado de bem-estar social moderno. Apesar de afiançarem a indispensabilidade das políticas sociais para desencadear a mudança cultural, os autores não lhes atribuem papel essencial na construção do sentimento de segurança existencial dos indivíduos, considerando-as apenas um reforço ao sentimento de segurança proveniente do crescimento econômico.

É importante lembrar, como se viu na síntese da teoria elaborada no capítulo 3, que o sentimento de segurança existencial, e não a riqueza, é o elemento que condiciona a mudança cultural (INGLEHART, 1993; 1997; 2000). Assim, enquanto a modernização teria feito com que os recursos econômicos crescessem como nunca, o Estado de bem-estar social os teria distribuído "de maneira mais uniforme e confiável do que antes" (INGLEHART, 1997, p. 32, tradução nossa). Por isso, segundo Inglehart (1993, 1997, 2000, 2003, 2018a) e Inglehart e Welzel (2009a, 2010), o sentimento de segurança envolve também o ambiente cultural e o sistema de bem-estar social em que está inserido o indivíduo, de forma que, ainda que não seja rico, possa sentir-se seguro.

Por outro lado, Inglehart (1993) afirma que, embora o Estado de bem-estar social seja essencial para definir o sentimento de segurança existencial, não é decisivo para a democratização. Inglehart (1993, p. 62, tradução nossa) alega que, "historicamente, a emergência das instituições democráticas, o surgimento do sufrágio universal, e o surgimento dos partidos políticos da classe trabalhadora precederam o surgimento do Estado de bem-estar". Da mesma forma, a igualdade econômica não parece ser, para o autor, uma causa necessária para a existência de democracia em dada sociedade. Embora Mueller e Seligson (1991 *apud* INGLEHART, 1993) tenham encontrado correlação estatística entre a igualdade econômica e democratização revisando dados de 1981 do *World Values Survey* para países da América do Norte e da Europa Ocidental, Inglehart (1993) explica que isso se deve ao fato de que a igualdade de renda tende a aumentar com o desenvolvimento econômico, gerando uma influência indireta (INGLEHART, 1993, grifo nosso).

É verdade que parte da literatura aponta que as condições de vida humana somente puderam ser elevadas ao patamar que se conhece hoje a partir das condições econômicas introduzidas pela modernização. Nesse sentido, Cruz et al (2015) estimaram que, em razão do crescimento econômico, cerca de um bilhão de

pessoas tenham sido retiradas extrema pobreza entre os anos 2000 e 2015, à despeito das crises econômicas. E, além da redução da pobreza, a elevação nos níveis de saúde, educação e a melhoria do padrão de vida em geral foram observadas, o que tem sido com frequência apresentado pelos defensores do livre mercado como um sucesso do seu modelo econômico, dando-lhes subsídio para pressionar por mais liberdade de mercado (CRUZ et al, 2015).

Da forma como interpretam Watts e Hodgson (2019, p. 64, tradução nossa), “existem evidências para mostrar que - apesar dos lados mais brutais do desenrolar da história do capitalismo europeu primitivo e posterior do mundo - muitas pessoas desfrutaram e continuam a desfrutar de padrões aprimorados de vida”. Isso tudo, obviamente, sob contestação daqueles para quem os dados informativos e as formas de mensuração de análises como tais devem ser revisados. Neste ponto é interessante notar que Inglehart (1997) afirma que sua teoria se alinha em alguns pontos à explicação habermasiana da modernização. Nessa obra, o autor denomina os valores de autoexpressão, tais como os valores pós-materialistas, de valores pós-modernos. Assim, ao adotar a abordagem proposta por Habermas, em alguns momentos o autor a contrapõe ao argumento de teóricos pós-modernistas, dentre os quais cita Derrida, Lyorard e Foucault. Nesse sentido, afiança a existência de valores pós-modernos, mas rechaça a interpretação desses autores sobre o surgimento desses valores e do fenômeno da modernização. Conforme entende Inglehart (1997, p. 26, tradução nossa), enquanto os pós-modernistas veem a modernização como “uma escolha basicamente ruim e a rejeitam, Habermas argumenta que, embora tenha imposto altos custos, também trouxe grandes benefícios. A modernização é um projeto não finalizado; devemos construí-lo em vez de rejeitá-lo”.

Inglehart (1997) continua sua crítica referindo ser crucial para a construção de sua concepção de modernização a interpretação de Habermas de que, sob qualquer perspectiva cultural, a modernização: (1) aumentou muito as chances de sobrevivência, e (2) proporcionou níveis mais altos de bem-estar subjetivo. Essas consequências, para o autor, são as responsáveis pela disseminação de valores pós-modernos. Ocorre, de acordo com Inglehart (2016a), que a urbanização aproximou os trabalhadores, que estavam concentrados em fábricas, facilitando a comunicação, enquanto a disseminação da alfabetização os colocou em contato com políticas nacionais, fazendo surgir a mobilização social que culminou com a conquista do direito de organização sindical. Segundo o autor, a expansão da possibilidade de luta por

interesses econômicos, levou muitas pessoas a votarem em partidos de esquerda. Assim, “O resultado foi a eleição de governos que adotaram vários tipos de políticas redistributivas - tributação progressiva, seguridade social e um amplo bem-estar social - que causaram o declínio da desigualdade na maior parte o século XX” (INGLEHART, 2016a, p. 3, tradução nossa).

Isso somente foi possível porque, nas palavras de Inglehart (1997, p. 40, tradução nossa), “o Estado de bem-estar assumiu a responsabilidade pela sobrevivência”. De acordo com o autor, o bem-estar social proporcionou que a educação e a saúde pudessem ocorrer fora da família e fez com que a entidade familiar deixasse de ser o principal núcleo de sobrevivência tanto para as crianças como para os idosos. Da mesma forma, segundo Inglehart (1997), foi essa segurança existencial – isto é, a sensação de que as coisas não são mais questão de vida ou morte – proporcionada pelo bem-estar social, que fez com que a necessidade de padrões absolutos e da existência que um poder superior infalível perdesse força, fazendo declinar as normas religiosas e sexuais tradicionais.

Nesse sentido, Inglehart (1997, p. 42, tradução nossa) afirma:

> Uma das principais funções da religião tem sido proporcionar um senso de certeza em um ambiente inseguro. Não apenas a insegurança econômica suscita essa necessidade: o velho ditado de que “não há ateus em trincheiras” retarda o fato de que o perigo físico também leva à necessidade de crer em um poder superior. Mas, na ausência de guerra, a prosperidade e o Estado de bem-estar social produziram um senso de segurança sem precedentes em relação à sobrevivência. Isso diminuiu a necessidade de garantia que a religião tradicionalmente fornecia. Esses mesmos fatores enfraqueceram a base funcional de um conjunto abrangente de normas vinculadas ao fato de que, ao longo da maior parte da história, a família tradicional de dois pais foi crucial para a sobrevivência dos filhos e, portanto, da sociedade. Essas normas variaram de desaprovação ao divórcio, ao aborto e à homossexualidade, a atitudes negativas em relação a carreiras fora de casa para mulheres casadas.

Aos primeiros sinais de emergência de valores pós-materialistas no leste europeu, onde houve níveis relativamente baixos de prosperidade no período socialista, Inglehart (1997) argumenta que foram os sistemas de bem-estar social que compensaram a ausência de riqueza. Segundo o autor, os regimes socialistas proporcionaram uma existência relativamente segura durante a maior parte do pós-guerra nessa região, com aluguéis baixos, alimentos básicos subsidiados, saúde e educação gratuitas. Conforme Inglehart (1997, p. 144, tradução nossa), “A qualidade do que se conseguia era ruim, mas a pessoa estava certa de conseguir”.

Já no Ocidente, Inglehart (1997) diagnosticou um problema: a despeito do crescimento econômico se manter, o Estado de bem-estar social entrou em crise devido ao fato de ter aliviado os problemas possíveis de serem resolvidos facilmente, mas, assim, aberto espaço para outros tipos de problemas se tornarem centrais. Nesse sentido, o autor entende que o Estado de bem-estar social chegou em seu limite por trazer gastos exacerbados. Inglehart (1997, p. 239, tradução nossa) explica que: “Quando os gastos governamentais excedem 55% do produto nacional bruto, como é o caso em muitas sociedades ocidentais, há pouco espaço para expansão adicional: a tributação se torna massiva e a maioria do público sente o fardo”.

O principal êxito do bem-estar social, para Inglehart (1997), foi o de ter conseguido moderar a exploração do capitalismo *laissez-faire*. O autor, assim, vê o bem-estar social como um agente auxiliar e moderador do capitalismo, que possibilitou a esse modelo tornar-se mais estável e viável. Na fase pós-industrial, de acordo com Inglehart (1997, 2018a) e Inglehart e Welzel (2009a), as massas dão a sobrevivência como garantida, mesmo em período de declínio econômico, isto é, o padrão de vida se estabilizou em um mínimo razoável.

Segundo Inglehart (2016a; 2018a) e Norris e Inglehart (2017; 2019), entretanto, o sucesso desse modelo fez com que a redistribuição adicional parecesse menos urgente. Assim, a esquerda se dedicou a políticas de identidade e ao ambientalismo, enquanto a globalização e a desindustrialização minaram a força dos sindicatos. A base social de apoio da esquerda passou cada vez mais a vir da classe média, assim como uma parcela substancial da classe trabalhadora passou a apoiar a direita. O voto motivado por questões de classe na maioria das democracias caiu a menos da metade na década de 1990 em relação ao que era uma geração antes. Além disso, de acordo com o autor, a sociedade da informação ajudou a estabelecer a economia vencedora, corroendo a base política das políticas redistributivas, fazendo aumentar a desigualdade econômica (INGLEHART, 2016a, 2018a; NORRIS; INGLEHART, 2017, 2019).

Nesse sentido, abordou-se o entendimento de Inglehart e seus colaboradores sobre a relevância do Estado de bem-estar social para a mobilização cognitiva e social que impulsiona o que os autores definem como uma mudança cultural, a fim de introduzir o argumento de que as políticas sociais são mais relevantes à trajetória descrita na Teoria do Desenvolvimento Humano do que a sua narrativa central permite perceber. Isso porque, se o crescimento econômico aliado ao Estado de bem-estar

social proporciona o mínimo razoável para garantir o sentimento de segurança existencial mesmo em período de declínio econômico, a manutenção dessas políticas parece, então, ter o poder de mitigar os efeitos do que os autores descrevem como reação materialista ao pós-materialismo no seu debate sobre a crise das democracias liberais (INGLEHART, 2018a; NORRIS; INGLEHART, 2019).

No entanto, como também se mencionou há pouco, o autor atribuiu a crise do Estado de bem-estar social ao excesso de gastos com políticas sociais, os quais, justificou, trazem o ônus de altas tributações para o público. Interpreta-se, assim que a justificativa de Inglehart acaba por revelar o seu posicionamento em relação à necessidade de frear as políticas sociais, dada a sobreposição de demandas. Principalmente, frente à valorização da liberdade de mercado pela teoria – o que se poderá melhor demonstrar na seção seguinte – o autor endossa a necessidade de restrição das políticas sociais, as quais agora, com a crise instalada, considera urgentes (INGLEHART, 2018a; NORRIS; INGLEHART, 2019). Ademais, o próprio diagnóstico do autor sobre a crise do Estado de bem-estar social desvia do debate sobre o papel da pressão exercida pelas forças do mercado para a instauração da política econômica dominante após a queda do bem-estar social.

Assim, ao mesmo tempo em que Inglehart (1997) se apresenta simpático ao Estado de bem-estar social, esforça-se para não atribuir a ele o pontapé inicial na dinâmica de mudança social que narra em sua teoria. Além de colocá-lo como coadjuvante, o autor opta por manter a crítica sobre os gastos dispendiosos das políticas sociais. No entanto, visto que a crise do Estado de bem-estar social, segundo a própria narrativa do autor, possibilita a ocorrência de reações materialistas ao pós-materialismo, a indispensabilidade de políticas dessa natureza para o avanço da democracia em direção à democracia efetiva, dentro dos limites da teoria, torna-se inequívoca. Sem o Estado de bem-estar social ou em sua presença mitigada, o modelo democrático adotado por Inglehart parece ter a sua realização plena prejudicada.

No entanto, Inglehart (1997) está de acordo com o princípio de economia pelo qual o aumento da igualdade de renda alcança um nível limite em que medidas de distribuição igualitária perdem apoio político, gerando retrocesso. Segundo exemplifica o autor, é preferível que em dada sociedade os 10% mais ricos detenham 80% da renda total, do que os 50% mais ricos deterem essa renda. Nas palavras do autor, “Isso não constitui uma justificativa moral para não avançar mais em direção à

igualdade, mas constitui uma grande barreira política nas sociedades democráticas" (INGLEHART, 1997, p. 258, tradução nossa).

Sob essas condições, segundo Inglehart (1997), a base política para o desenvolvimento do Estado de bem-estar social simplesmente deixa de existir, sobretudo, em sociedades em que os cidadãos estejam ainda motivados apenas pelo interesse econômico próprio. De acordo com o autor, o respeito renovado pelas forças de mercado tem origem nessa dinâmica, mas, ironicamente, o progresso em direção à igualdade não está centrado no conflito materialista de classes, e sim no senso de justiça do público e em outras motivações não materiais. Assim, a longo prazo, acredita Inglehart (1997), é o próprio desenvolvimento econômico, ao gerar segurança existencial e proporcionar o florescimento de valores pós-materialistas, que dará fim de conflito político. Nesse sentido, ter-se-á a oportunidade de debater consenso e conflito na Teoria do Desenvolvimento Humano adiante.

Entretanto, Inglehart (1997, p. 263) argumenta que a "alegação neoconservadora de que as políticas clássicas do Estado de bem-estar fracassaram é falsa". Para o autor, o Estado de bem-estar social foi muito bem-sucedido para atender determinadas demandas, como ocorreu, por exemplo, na Dinamarca. Ocorre que, segundo o autor, na medida em que alcançam certo patamar de atuação, essas políticas atingem um ponto de retornos decrescentes na distribuição de renda. Então, essas políticas começam a ser direcionadas a outras demandas, criando uma concentração de poder nas mãos dos governos e uma ampliação da intervenção estatal, o que entende ser um sério problema. Isso porque, de acordo com Inglehart (1997), que acaba por revelar ainda mais o seu posicionamento político, a antiga suposição da esquerda de que a ampliação da intervenção estatal é benéfica também é falsa.

Inglehart (1997) afirma que desde o início da década de 1980 a ideia de intervenção estatal aumentada, a qual identifica como uma prescrição marxista, vem perdendo apoio popular, e ainda mais a partir da decadência do regime comunista durante a década de 1990. Para o autor, o movimento do mercado global, entretanto, não significa um retorno ao capitalismo *laissez-faire*, que prevaleceu até as primeiras décadas do século passado, pois esse modelo já teria sofrido reformas essenciais no que diz respeito à regulamentação estatal e às políticas de bem-estar social. Inglehart (1997) acredita que essa adequação foi responsável pela continuidade da prosperidade do capitalismo, mas mantém a sua posição em relação à necessidade

de limitação das políticas sociais nos dias de hoje. Assim, em razão do seu posicionamento em relação à política econômica, o autor deixa de aprofundar detalhes sobre o declínio do Estado de bem-estar social, que favoreceu a difusão das políticas neoliberais, assim como a reação conservadora recente, em diversas sociedades ocidentais.

Em consequência do desenvolvimento econômico, de acordo com Inglehart (1997), mudanças nas atividades das pessoas e na sua orientação em relação aos negócios estão em marcha. Cada vez mais, em razão da segurança existencial que experimentam, os indivíduos estão menos dispostos a aceitar o controle hierárquico, repassando a atribuição de responsabilidade pelo indivíduo à sociedade. Ou seja, para o autor, tem havido uma tendência individual de privilegiar a sociedade em detrimento do indivíduo, sobretudo, quando o assunto é redução da pobreza. Conforme entende Inglehart (1997), essa mudança implica menor ênfase na responsabilidade individual e, por isso, poderia significar o aumento da ênfase na responsabilidade do Estado pelo indivíduo, o que, para o autor, seria insustentável. No entanto, conclui Inglehart (1997), tem havido uma maior conscientização de que atribuir aos governos a responsabilidade pelo bem-estar individual pode ser benéfico apenas em áreas limitadas, na medida em que o Estado pode se tornar opressivo em uma escala abrangente. Nesse sentido, ao associar o avanço de políticas sociais estatais à opressão, o autor, mais uma vez, deixa aparente o seu posicionamento ideológico liberal conectado a políticas econômicas neoliberais.

Entretanto, viu-se que as políticas sociais têm extrema relevância para a mobilização social que levaria, em tese, à mudança cultural, isto é, tais políticas cumprem o papel de distribuir recursos para a realização de incentivos à educação, à urbanização, à ciência, à estética etc. A despeito disso, a modernização capitalista aparece em destaque na teoria, sob o argumento de que qualquer política de bem-estar social depende de modernização anterior. No entanto, a distribuição dos recursos provenientes da modernização nas democracias liberais, essenciais para a mobilização social desejada, somente é possível a partir de políticas desse tipo, sem as quais corre-se o risco de aumento de desigualdades sociais pela concentração de recursos. Inclusive, interpreta-se que tal dinâmica influi em desigualdades de toda ordem, na medida em que a concentração de recursos, para além da desigualdade de renda, impacta na possibilidade de desfazimento de desigualdades de naturezas distintas, como as de gênero e de raça.

Essa parece não ser uma questão para Inglehart e seus colaboradores, pois sua teoria demanda tão somente “sentimento de segurança existencial”, elemento subjetivo capaz de ser conseguido ainda que com recursos bastante moderados. Ao mesmo tempo, Inglehart (2018a) e Norris e Inglehart (2019) demonstram recentemente preocupação com a exacerbação das desigualdades para a manutenção da democracia liberal nas sociedades industrializadas. No entanto, embora indispensável para barrar a reação materialista, para moderar o capitalismo e para impulsionar a mobilização social cerne da teoria, impulsionar o bem-estar social não aparece como indispensável à trajetória da democratização e do avanço democrático delineada por Inglehart e seus colaboradores, para quem a responsabilidade pelo indivíduo deve ser da sociedade, e não do Estado. Assim, por seu posicionamento político, que não rejeita políticas sociais, mas as deseja moderadas, os autores relativizam a sua indispensabilidade para a trajetória da democracia que propõem. Na seção seguinte, continua-se esse debate, dando detalhes sobre o entendimento do autor sobre a relação entre democracia e capitalismo a partir da sua percepção sobre a desigualdade de renda.

5.2 A construção do capitalismo como afluente e promotor de igualdade

Como se viu no capítulo 2, outra crítica levantada às teorias da modernização chamava atenção para o fato de em seus textos dar-se preferência para os termos “industrialização” e “modernização” em vez de utilizar-se “capitalismo”. Inglehart e seus colaboradores fazem a mesma opção, é raro que problematizem o capitalismo em relação à dinâmica da democratização e do avanço da democracia que descrevem. Segundo se percebe, essa é uma opção deliberada, na medida em que os autores descrevem o capitalismo como promotor de igualdade, em sentido oposto a muitas críticas à democracia liberal.

Os termos “desenvolvimento econômico”, “industrialização/pós-industrialização”, “modernização/pós-modernização” são expressões que dominam as publicações em análise, majoritariamente apresentados como fatores positivos em relação à democratização. Diz-se majoritariamente, porque, para fazer justiça a Inglehart e seus colaboradores, a fase da industrialização/modernização é associada à exploração capitalista e às condições desumanas de trabalho, barradas, posteriormente, pela entrada na fase da pós-industrialização, essa, sim, marcada por um capitalismo

moderado e por um público consciente em relação aos riscos sociais e ambientais do desenvolvimento. Assim, foi possível capturar o entendimento dos autores sobre o capitalismo, baseado em uma visão benevolente, mais centrada em aspectos positivos do que negativos de tal modelo econômico, muito embora a opção pelas versões das teorias da modernização tributárias a Adam Smith já pudesse assim indicar. Nos moldes do que Phillips (2011) atribuiu às teorias liberais, percebe-se também na Teoria do Desenvolvimento Humano pragmatismo e referências frequentes sobre a ligação do socialismo com autoritarismo e ideias utópicas.

Inglehart (1997, 2016a) destaca que a industrialização aumentou enormemente a produtividade humana, mas, com efeito, gerou condições desumanas de trabalho, o que foi mitigado pelo surgimento de sindicados e partidos políticos ligados à classe trabalhadora, os quais pressionaram a atividade capitalista (INGLEHART, 1997; 2016a). O autor narra o desenrolar dessa crítica, originada na obra de Marx, que criticou a cruel exploração econômica do capitalismo primitivo e os custos psicológicos da industrialização, e teve sequência décadas depois com Weber, que destacou a racionalização da sociedade como um aspecto inexorável da modernização, lamentando a penetração onipresente da racionalidade instrumental (INGLEHART, 1997). De acordo com Inglehart (1997), essa crítica foi levada ao extremo com Heidegger (*Über Den Humanismus*) e Horkheimer e Adorno (*Dailetic of Enlightenment*)[53], os quais argumentaram que a razão instrumental da industrialização havia, ironicamente, gerado novas formas de irracionalidade e repressão. Isso para dizer que hoje essa tendência está revertendo-se: para o autor, a racionalidade instrumental predominou exageradamente durante a ascensão da industrialização, mas agora, em razão da mudança cultural, um segmento crescente da sociedade está concluindo que o preço é muito alto (INGLEHART, 1997).

De acordo com Inglehart (1997), os deveres de caridade próprios da sociedade tradicional, ajudavam a minar a legitimidade da acumulação de capital. Com a ascensão da sociedade secular-racional, própria da industrialização, a acumulação deixou de ser apenas tolerada para ser algo louvável. Nas palavras de Inglehart (1997, p. 3, tradução nossa), foi “uma mudança cultural essencial que abriu caminho para o

[53] Referências utilizadas por Inglehart (1997): HEIDEGGER, Martin. Über Den Humanismus. Frankfurt: Klostermann, 1949.
HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. Dailetic of Enlightenment. Translated by John Cumming. New York: Seabury, 1972.

capitalismo e a industrialização". Esse processo, segundo o autor, reflete o que Weber expôs em "A ética protestante e o espírito do capitalismo" (1904). Entretanto, segundo Inglehart (1997), uma segunda mudança cultural, que tem lugar em sociedades altamente industrializadas, tem levado ao desprestígio dessa forma de pensamento: altos níveis de segurança econômica promovem a priorização de valores pós-materialistas, próprios de pessoas que valorizam a estética, a diversidade, a liberdade de expressão e a proteção do meio ambiente.

Isso porque, para o autor, as certezas religiosas foram corroídas com a industrialização, mas o nível de segurança existencial tornou-se crescente; depois, quando teve início a fase pós-industrial, os riscos da sociedade capitalista pareceram escapar do controle e as pessoas passaram a buscar calculá-los e evitá-los. Sobre religião e secularização, abordar-se-á de forma mais aprofundada no capítulo 6. Veja-se como Inglehart (1997, p. 36, tradução nossa) apresenta esse cenário:

> É irônico que nas sociedades em que a expectativa de vida humana aumentou 20 anos no século passado, as preocupações com o risco tenham se tornado questões políticas centrais. É irônico, mas lógico: pois é precisamente porque o risco de fome recuou quase ao ponto de desaparecer, que as pessoas foram capazes de redirecionar suas preocupações da incerteza diária difundida sobre a sobrevivência para preocupações mais remotas, como a crise ecológica.

Em suma, Inglehart (1997) entende que, embora a atividade capitalista tenha causado danos aos trabalhadores em sua fase inicial, nos moldes desenhados por Marx, seus benefícios no que se refere à garantia de sobrevivência e de bem-estar subjetivo foram insuperáveis, na medida em que a fome deixou de existir e a expectativa de vida aumentou muito nas sociedades altamente industrializadas. Hoje, para o autor, justamente por causa desse avanço na qualidade de vida, as pessoas podem refletir sobre outros temas, que não aqueles centrados na autopreservação e na sobrevivência. Com isso, segundo Inglehart (1997), embora as pessoas continuem avaliando de maneira positiva o crescimento econômico, esse não é mais um aspecto prioritário em suas vidas, bem como a motivação para trabalhar não está mais relacionada à necessidade de subsistência, mas à vontade de dar sentido e utilidade a sua existência.

Narrativa como essa pode ser encontrada em todos os livros de Inglehart em análise e em muitos de seus artigos, com maior ou menor ênfase. O ímpeto que se tem desde as primeiras vezes que se deparou com essa apresentação de ideias foi o

de considerar que o autor ignora a realidade das pessoas mais pobres, mesmo em sociedades altamente industrializadas, bem como deixa de fora do cálculo o papel da política econômica hegemônica, que prioriza o livre mercado em detrimento da justiça social, para a prática da política e a tomada de decisões. Em Inglehart e Welzel (2009) há uma passagem em que esse cenário é descrito a partir do exemplo de pessoas que não vão mais a restaurantes apenas para se alimentar, mas sim pela experiência, dando prioridade para iguarias e produtos exóticos. Essa passagem, em especial, demonstra certa idealização da realidade das sociedades capitalistas.

De acordo com Inglehart (1993), dados de 1990 demonstram que a igualdade econômica tende a ser concomitante com a democratização, pois a igualdade de renda aumenta com o desenvolvimento econômico, mas não é uma causa necessária para a sua existência. Assim, a ênfase na liberdade individual, estatisticamente mais significativa, manteve-se o mote da teoria: a difusão de valores que enfatizam a liberdade individual, torna as pessoas menos subservientes à autoridade do Estado, priorizando a gestão privada de suas demandas. Isso, de acordo com o autor, fortaleceu a atividade empresarial e o empreendedorismo e gerou uma crescente aceitação do capitalismo e das atividades do mercado. Isso porque, de acordo com Inglehart (1997), a atividade do Estado tornou-se uma ameaça à autonomia individual.

Logo, é a própria dinâmica centrada na liberdade individual que tem gerado o esvaziamento do Estado, ou seja, a opção por políticas que privilegiam a liberdade de mercado decorre da ideia de que políticas governamentais de redistribuição de renda implicam prejuízo à liberdade individual. Essa noção decorre do corolário neoliberal e representa, principalmente, a ideia de Hayek (1988 *apud* WATT; HODGSON, 2019) de que a intervenção de governos nos assuntos dos indivíduos, das instituições, do mercado e outros atores não estatais gera preocupação nas pessoas em relação à tirania do Estado, o que pode se tornar disfuncional para o sistema político. Conforme Watt e Hodgson (2019), esse argumento reforça a ideia de que a liberdade de escolha e a democracia são viáveis somente via capitalismo de livre mercado e desconsidera o caso desse modelo econômico não conseguir suprir a efetivação da liberdade dos indivíduos. Nesse sentido, de forma clara e direta os autores questionam: “e se eles [os indivíduos] não tiverem os meios para comprar o que precisam ou para usar o mercado como veículo de liberdade de escolha?” (WATT; HODGSON, 2019, p. 63).

Isso não é considerado na maioria das publicações da Teoria do Desenvolvimento Humano em análise, nas quais os autores tratam, ao contrário, de

incentivar a acumulação capitalista. Nas sociedades agrárias, segundo Inglehart (1997), os sistemas de valores tradicionais são adaptados para manter a estabilidade em condições de imutabilidade cultural. Assim, segundo o autor, tende-se a desencorajar motivações empresariais e de acumulação de capital nessas sociedades, pois essas atividades são vistas como associadas à ganância. Para que essas sociedades se industrializem, esse estigma precisa ser quebrado, como ocorreu no Ocidente com a Reforma Protestante. Isso porque, de acordo com Inglehart (1997), o cristianismo medieval e a cultura confucionista tradicional estigmatizaram o lucro e o empreendedorismo, enquanto o protestantismo incentivou o crescimento econômico ao aguçar o incentivo à realização individual.

Uma vez iniciada a industrialização, de acordo com Inglehart (1997, p. 74, tradução nossa), parecia que "o Estado se tornaria uma entidade onipotente e benevolente, substituindo Deus em um mundo secular". Mesmo pensadores não marxistas, como Schumpeter (1961), relembra o autor, consideravam inevitável o triunfo do socialismo. Além disso, mais tarde, continua Inglehart (1997), autores da teoria da dependência afirmavam que rastrear as taxas de crescimento econômico a partir de fatores atinentes à cultura tratava-se de um mecanismo para justificar a exploração capitalista de economias periféricas. Para o autor, todas essas refutações não passaram de argumentos sem comprovação empírica (INGLEHART, 1997) – o que, pela tradição da subárea da cultura política, é imprescindível e, inclusive, razão para desqualificar proposições no âmbito da teoria política.

Nesse sentido, vale dizer que se encontram muitas referências à teoria da dependência (CARDOSO; FALETTO, 1979) na obra de Inglehart, utilizadas sempre com uma pré-disposição de refutar suas propostas em contraposição às teorias da modernização. Inglehart (1997), especificamente, critica a noção de que o capitalismo global é prejudicial às economias periféricas. Para o autor, ocorre justamente o contrário: o comércio global aumenta os investimentos de países de economia avançada em países periféricos, fazendo aumentar a riqueza de ambos os países. Essa, conforme ressalta Inglehart (1997), é uma expectativa teórica comprovada empiricamente – Hein (1992 *apud* INGLEHART, 1997) o fez, por exemplo[54]. Nesse sentido, Inglehart (1997) vê o capitalismo global como benéfico aos países periféricos

[54] Hein (1992 *apud* INGLEHART, 1997) analisou dados econômicos de 150 países e demonstrou que as variáveis de comércio exterior e investimento realmente têm uma relação bastante modesta com o crescimento, mas a relação existe, e em sentido oposto ao proposto pela teoria da dependência.

e acredita ser um erro considerar a dinâmica global capitalista como um retorno ao capitalismo tradicional.

A Teoria do Desenvolvimento Humano foi elaborada no início da década de 1970, na sequência do auge do Estado de bem-estar social do pós-guerra, que permitiu a interpretação grandiosa dos benefícios da modernização, nos mesmos moldes apontados pelos críticos da teoria da modernização sobre certa visão heroica do período. Após, embora as políticas econômicas tenham sido alteradas logo em seguida pela ascensão neoliberal, bem como os limites nacionais tenham se tornado pequenos para o debate da política e da justiça, a ênfase nos indivíduos foi mantida, restringindo a soberania popular à habilitação para exercer pressão sobre as elites. A partir disso, extraem-se ao menos duas questões que se considera essencial apontar: primeiro, que o tratamento das relações interpessoais dentro dos Estados nacionais parece não dar mais conta do debate da política em um contexto global; depois, que a forma como a política é pensada no âmbito das sociedades pressupõe a possibilidade de consenso entre indivíduos livre e iguais. Sobre o segundo aspecto, tratar-se-á no capítulo 7.

No que diz respeito à análise da política em contexto global, está-se assumindo o argumento de Fraser (2009) sobre a necessidade de reenquadramento da política no Estado pós-westfaliano. Para a autora, o debate da política no interior dos Estados nacionais modernos conduziu à interpretação de que a discussão acerca da justiça social se dava nas relações entre cidadãos e supôs a necessidade de reparação social e cultural pelos Estados nacionais. O próprio debate redistribuição socioeconômica *versus* reconhecimento legal e cultural, do qual a autora participou (FRASER; HONNETH, 2003), está inscrito nesse corolário. Fosse o problema uma questão de redistribuição ou de reconhecimento, segundo Fraser (2009), recorreu-se à consciência nacional para que reivindicações fossem levadas aos governos, aos quais coube atuar para acomodar as diferenças entre cidadãos por meio da institucionalização de direitos.

Não obstante Inglehart e seus colaboradores não se refiram ao debate redistribuição *versus* reconhecimento expressamente, a noção de que a emancipação do público impulsiona a chegada de questões culturais ao âmbito estatal pelo exercício de pressão às elites parece partir do mesmo princípio a que Fraser (2009) se refere quando aborda o enquadramento nacional do debate por justiça social. Com isso, pretende-se chamar atenção para o fato de que a Teoria do Desenvolvimento

Humano tende a dispensar menor relevância ao papel da política em nível global, o que, se crê, decorre da opção por analisar a política a partir de um enquadramento nacional. Ao propor a revisão das teorias da modernização, Inglehart e seus colaboradores mantiveram-se atrelados à supervalorização do período pós-guerra, iniciando sua teoria sobre uma forma de interpretação, a qual mantém até os dias atuais, ainda que logo sua validade tenha sido limitada sob uma perspectiva global da política.

Sobretudo, no período pós-guerra fria, marcado pela elevação da preocupação com a globalização e com as instabilidades geopolíticas, segundo Fraser (2009), muitos observaram que os processos sociais transbordam as fronteiras territoriais, na medida em que as decisões tomadas em dada sociedade frequentemente impactam as vidas dos que estão fora dela. Da mesma forma, as ações das corporações transnacionais, dos especuladores financeiros internacionais e dos grandes investidores institucionais impactam a tomada de decisão política nas mais diversas sociedades. Independentemente das fronteiras nacionais, a informação atinge níveis globais pelos meios de comunicação de massa e da cibertecnologia. Em suma, mesmo a participação política não convencional, ponto de chegada da dinâmica proposta na Teoria do Desenvolvimento Humano, que tem objetivo de pressionar as elites por demandas por justiça social, torna-se limitada frente às possibilidades de atuação das elites mais responsivas no mundo globalizado.

Para impelir as críticas em relação à homogeneização cultural decorrente da globalização, Inglehart e Welzel (2009) chegam a afirmar em tom de ironia que a mudança cultural traz reflexos essenciais para a análise da política, que vão além da difusão de “McDonald’s” pelo mundo. Esse, por óbvio, não é o ponto dos críticos. Embora a globalização possa não representar um retorno à exploração capitalista da primeira metade do século XX e ainda que o autor possa estar correto sobre a tomada de consciência entre os indivíduos quanto aos riscos da modernização, deixa de refletir sobre a política transnacional, a qual, segundo entende Fraser (2009), gera desestabilização da estrutura sobre a qual antes eram formuladas as demandas políticas e, portanto, tem exigido a mudança do modo pelo qual se discute a justiça social hoje. Além disso, a crítica posta no entorno da ideia de globalização enfatiza a sua existência ao longo de todo o percurso de expansão do capitalismo (RUÍZ, 2000) e faz parte da própria configuração, iniciada no século XIX, do que se conhece hoje como sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1979).

A discussão sobre as restrições dessa relação global à tomada de decisão nacional e, portanto, ao real papel de protagonismo do público na política nacional das sociedades parece essencial para a realização dos critérios normativos democráticos. Embora Inglehart e seus colaboradores não precisem estar de acordo com esse argumento, o qual aqui apenas se ilustra sob a ótica de Fraser (2009), é importante apontar que isso não se trata de irreflexão sobre o tema, mas de uma opção decorrente justamente da visão positiva que os autores têm em relação à inserção das mais variadas sociedades no mercado global, isto é, a problematização da justiça social em nível global não é elaborada, porque os autores entendem que, aos serem aí introduzidas, as sociedades serão conduzidas ao desenvolvimento econômico e, então, à liberalização política, a qual, sob sua visão, promove a mobilização necessária para a abertura a temas culturais, étnicos, de gênero, etc.

De acordo com Fraser (2009, p. 13), esse enquadramento de disputas acerca da justiça prevaleceu desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os anos 1970 e se deu sob os seguintes critérios:

> Assumindo o Estado moderno territorial como a unidade apropriada, e os cidadãos como os sujeitos concernidos, tais argumentos se dirigiam ao que precisamente esses cidadãos deviam uns aos outros. Aos olhos de alguns, era suficiente que os cidadãos fossem formalmente iguais perante a lei; para outros, a igualdade de oportunidades era também requerida; para outros, ainda, a justiça demandava que todos os cidadãos tivessem acesso aos recursos e ao respeito de que eles precisavam para serem capazes de participar em paridade com os demais, como membros integrais da comunidade política. Em outras palavras, o argumento concentrava-se precisamente no que deveria ser entendido como uma justa ordenação das relações sociais no interior da sociedade.

Mounk (2018), ao tratar da crise das democracias liberais, afirmou que muitos autores estavam relutantes em atualizar suas teorias e compreender o momento político, o que, se suspeita, seja o caso de Inglehart e seus colaboradores. Isso porque, os autores iniciam o desenvolvimento da sua teoria na década de 1970 e a mantém até os dias de hoje sob os mesmos pressupostos, evitando assumir o papel para a dita crise dos processos que constituem a sua trajetória da democracia.

Inglehart (1997) atentou para o fato de que grande parte da literatura sobre democracia considera a igualdade de renda como um fator associado à democracia estável. Nesse sentido, o autor reconhece que um grau razoável de igualdade de renda é importante não propriamente por justiça social, mas porque acredita que isso cria um espírito de conformidade propício à moderação, atributo que considera

essencial à política democrática e, assim, à estabilidade[55]. Outra característica presente nas publicações em análise é a tendência a buscar soluções que apaziguem as demandas da elite, para que, então, se disponham a agendas populares. Então, para Inglehart (1997), a diversificação da economia e a geração de empregos atraentes no setor terciário tornam a elite mais disposta a aceitar o seu afastamento de cargos nos governos, pois há como ter prosperidade e poder em outro setor em sociedades altamente industrializadas.

Ao assumir a necessidade de que as elites sejam atendidas em seu propósito, previamente definidos em termos da prosperidade econômica que lhe confere lugar de destaque na sociedade, Inglehart (1997) corrobora a noção de que há uma discrepância na distribuição do poder político que limita o próprio exercício da liberdade. O autor acredita que as pessoas, por desejarem liberdade individual, pressionarão as elites e, assim, conquistarão espaço para as suas demandas na agenda política. As elites cederão, segundo o autor, porque uma economia fértil e diversa oferece espaço para que todos possam ter atividades atraentes. Segundo se interpreta, na verdade, as elites cederão, pois terão a oportunidade de manter o seu poderio econômico e político. Nesse sentido, cabe lembrar com Miguel (2014a) de uma conhecida crítica ao liberalismo que questiona desde Marx a existência real de liberdade frente a concentração de poder nas mãos das elites, essa sim em condições de exercer sua liberdade de acumular de capital. A lógica é que se a igualdade formal, oriunda do império da lei e da própria condição de indivíduo, garantisse liberdade igual para todos, não haveria que se contar com a disposição das elites em ceder espaço para demandas do público. Ademais, uma interpretação possível é de que há entre as elites o ímpeto de predominar socialmente ou de não perder o posto que ocupam na hierarquia social (MIGUEL, 2014a).

Nesse sentido, Inglehart argumenta que a mudança intergeracional de valores atua sobre as elites, tornando-as mais abertas e conscientes das demandas de autoexpressão dos outros, na medida em que os pós-materialistas passam a ocupar postos públicos com poder de decisão política. No entanto, Inglehart (1997) mesmo referiu que as elites tendem a migrar para a iniciativa privada, local onde o exercício do poder permanece sendo executado, o que se deve à dinâmica da liberalização da

[55] Aqui destaca-se mais uma vez que a ênfase inicial do autor ao abordar a democracia como consequência da dinâmica decorrente do desenvolvimento econômico era a estabilidade da democracia, numa sequência normativa atinente à teoria da cultura política.

economia, que possibilita a sobreposição das questões financeiras sobre a política. Então, quando Inglehart (2016a, 2016b, 2018a) conclui que políticas econômicas neoliberais devem ser contidas sob pena de fazer declinar a democracia liberal, se abstém de pontuar que o caminho pelo qual essas políticas tornaram-se dominantes parte do mesmo princípio que a sua trajetória da democracia: a ênfase na liberdade individual.

Os resultados de Inglehart (1997) demonstram que em comparação com sociedades recém industrializadas, as sociedades altamente industrializadas têm maiores níveis de igualdade de renda. No entanto, os níveis mais altos de igualdade de renda foram encontrados em países ex-socialistas. Então, quando os dados desses países foram inseridos na análise, a correlação da igualdade de renda com a democracia estável caiu a quase zero. Por isso, para Inglehart (1997), sua expectativa de que a igualdade de renda fosse o fator conector entre desenvolvimento econômico e democracia estável não foi alcançada. Segundo o autor, embora as democracias tendam a ter níveis razoavelmente altos de igualdade de renda – o que é benéfico para o seu avanço e, ao mesmo tempo, é uma consequência sua, decorrente da transferência de poder político (entendido como o poder de pressionar as elites) para o público – a igualdade de renda não é o principal determinante da democracia estável.

Inglehart (1997) salienta que, além de não ser o principal fator para uma democracia estável, a igualdade de renda em níveis elevados pode levar a ineficiência econômica e à instabilidade política. Considerando, então, a desigualdade de renda benéfica até certa medida, o autor conforta-se com a baixa probabilidade de alcançar-se altos níveis de igualdade de renda nas sociedades capitalistas. Isso porque, medidas para elevar a igualdade de renda a níveis extremos não receberiam o apoio político necessário e somente seriam aceitas em sociedade coercitivas (INGLEHART, 1997).

Uma crítica importante à democracia liberal aborda a tensão fundamental existente entre a ideia de democracia e o capitalismo (MIGUEL, 2005). Gat et al (2009) – publicação da qual Inglehart é coautor – avaliam que as democracias de mercado são com frequências apontadas como contradições prestes a implodir, quando não é verdade. Primeiro, os autores argumentam que nem toda tensão necessariamente leva a implosão, se referindo às alegações sobre a desigualdade econômica gerada pelo capitalismo. Segundo Gat et al (2009), em todo o século XIX e grande parte do

século XX, essa foi considerada uma contradição irreconciliável, dando margem para o argumento de que o socialismo era a única forma de democratização econômica, o qual foi mitigado pelo Estado de bem-estar social, mas ocasionalmente ressurge em manifestações anticapitalistas. Depois, é importante destacar que Inglehart (2018a) acredita no capitalismo como promotor de igualdade, e não de desigualdade, como será visto adiante.

Gat et al (2009) argumentam que a noção de que o desenvolvimento social cria pressões em favor da democratização, as quais são impossíveis de serem contidas por governos autoritários, é amplamente aceita. Inevitavelmente, de acordo com os autores, é a atividade capitalista que gera as condições econômicas para produzir esse desenvolvimento social; argumento semelhante fundamenta a preferência pela expressão “desenvolvimento socioeconômico” nos textos mais recentes da Teoria do Desenvolvimento Humano. Como já se explicitou, segundo a lógica dessa teoria, o sentimento de segurança econômica subjetivo é o fator essencial: ainda que a distribuição de renda em dada sociedade seja desigual, o sentimento de segurança possibilita condições culturais para que o indivíduo pressione por mais liberdade política. Nesse sentido, Inglehart (1993) coloca a China como em um dilema: de um lado, a liberalização econômica tem tido enorme sucesso; de outro, a liberalização econômica leva a pressões por liberalização política.

Depois, não há que se falar em contradição entre democracia e capitalismo, porque, segundo Inglehart (2016a, 2018a) e Norris e Inglehart (2017, 2019), a promoção de desigualdades não é uma característica inerente das economias capitalistas. Para os autores, as descobertas de Thomas Piketty, que atribuem ao capitalismo a produção de desigualdades, provaram-se equivocadas. Como destacam Inglehart (2016a, 2018a) e Norris e Inglehart (2017, 2019), Piketty encontrou diminuição da desigualdade apenas em meados do século XX – uma exceção produzida pelas duas guerras mundiais e pela Grande Depressão – quando os governos adotaram políticas de redistribuição de renda (INGLEHART, 2016a, 2018a); NORRIS; INGLEHART, 2017, 2019). Passado esse período, conclui Inglehart (2016a), Piketty considerou que a retomada a vida normal, reconduziu o poder econômico e político às mãos de uma oligarquia (INGLEHART, 2016a, 2018a).

No entanto, para Inglehart (2016a, 2018a), quando são postas em contexto global – como executado no estudo de Blanko Milanović – vê-se que as desigualdades aparecem de maneira mais evidente apenas em certo estágio do desenvolvimento

econômico (INGLEHART, 2016a, 2018a). Assim descreve o autor: “Como Milanović demonstra, o mundo como um todo está ficando mais rico, mas está fazendo isso em uma trajetória muito desigual que ele descreve como uma ‘curva de elefante’” (INGLEHART, 2018a, p. 194, tradução nossa). Essa “curva de elefante” trata-se da representação gráfica de um fenômeno pelo qual, em determinado período, países altamente industrializados, embora obtenham crescimento de renda, façam essa renda chegar à população em níveis muito desiguais em relação ao que ocorre em países em desenvolvimento (INGLEHART, 2018a).

De acordo com Inglehart (2018a), a população de países de alta renda, como os da Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão, partiu, no final dos anos 1980, de uma base muito mais elevada de renda, mas não obteve ganhos adicionais nos 20 anos subsequentes, enquanto a população de países em processo de industrialização, como da China, Índia, Tailândia, Vietnã e Indonésia) tiveram suas rendas reais aumentadas em 80 por cento durante este período. Assim, sintetiza o autor:

> Isso é exatamente o oposto do que as pessoas foram levadas a esperar pelos políticos que pressionaram pela desregulamentação, redução de impostos e maior dependência dos mercados durante a revolução Reagan-Thatcher. Os vencedores nas últimas décadas foram os povos da China, Índia e Sudeste Asiático, enquanto os perdedores foram quase todos vivendo em países de alta renda (INGLEHART, 2018a, p. 195, tradução nossa).

No entanto, segundo Inglehart (2018a), nos países altamente industrializados, teve quem conseguisse obter ganhos e acumular renda: o 1% mais rico da população. Essa pequena parcela conseguiu enriquecer ainda mais, enquanto os pobres tornaram-se ainda mais pobres, o que aumentou muito a desigualdade de renda. Segundo Inglehart (2016a), quando se analisa a riqueza das famílias, o aumento da desigualdade tem sido ainda maior: em 2011, o 1% do topo dos lares dos Estados Unidos controlava 40% da riqueza total. De acordo com o autor, essa foi a experiência dos países altamente industrializados nas últimas décadas, mas não é um aspecto inevitável do capitalismo, e sim apenas um reflexo do estágio de desenvolvimento da sociedade. Isso porque, pontua Inglehart (2018a), os países em desenvolvimento são bem-sucedidos com a economia de mercado, na medida em que vivem a fase de transição de sociedade agrária para sociedade industrial.

Assim, a explicação de Inglehart (2018a) é a de que as desigualdades de renda em níveis muito elevados são encontradas em sociedades altamente industrializadas, porque essas sociedades alcançaram um estágio de desenvolvimento correspondente à passagem da economia industrial para a economia de serviços. Essa nova fase, cada vez mais conectada à alta tecnologia, torna difícil o poder de barganha do trabalhador industrial e, também, de trabalhadores altamente qualificados. Assim, para Inglehart (2016b; 2018a), a explicação mais provável para a diferença de desempenho entre países está no estágio de desenvolvimento econômico em que se encontram. Segundo o autor, o fato é que nas últimas décadas, a maioria das pessoas em muitas democracias desenvolvidas têm experimentado declínio na renda real associada à crescente desigualdade de renda e, especialmente, nos Estados Unidos, o governo tem sido extremamente disfuncional (INGLEHART, 2016a, 2016b, 2018a).

Conforme salienta Inglehart (2016b, p. 22, tradução nossa), “Se assumirmos que essas são condições permanentes, então a perspectiva de longo prazo para a democracia é realmente desoladora”. Essa, no entanto, não é a hipótese do autor, para quem as desigualdades sociais são questões solucionáveis. Embora assuma que níveis altos de insegurança existencial são propícios ao autoritarismo, à xenofobia, e à rejeição de novas normas culturais, Inglehart (2016a, 2016b, 2018a) acredita que isso pode ser revertido por políticas destinadas à redistribuição de renda.

Disso extraem-se duas conclusões lógicas: primeiro, se a crise é algo decorrente do estágio de industrialização em que se encontram as sociedades, isso indica que todas as sociedades alcançarão esse estágio em algum momento, a não ser que nunca passem para a fase da pós-industrialização. Assim, as sociedades em desenvolvimento estão caminhando em direção a essa crise, de modo que, o momento de estagnação pretensamente gerado pela fase da alta tecnologia, parece o fim coerente da atividade capitalista, se não for contida pelas políticas de redistribuição. A forma como Inglehart e seus colaboradores colocam a questão faz parecer que a atividade capitalista é inteiramente afluente, exemplificando com o bem-sucedido caminho de países que estão se industrializando. Isso leva à segunda conclusão: a de que Piketty não estava totalmente equivocado quando disse que o caminho inerente ao capitalismo é o da desigualdade de renda, com períodos de exceção proporcionados pelas políticas de redistribuição.

Mesmo assumindo que em determinado estágio de desenvolvimento econômico a desigualdade de renda gera uma crise prejudicial à democracia, os autores não vêm isso como uma patologia do capitalismo, mas como decorrência da distração de partidos e movimentos de esquerda e centro-esquerda, que redirecionaram a sua atenção para demandas culturais e deixaram de focar em distribuição de renda. Veja-se como interpretam Norris e Inglehart (2017, p. 450, tradução nossa):

> Cinquenta anos atrás, capitalistas e políticos conservadores eram provavelmente tão gananciosos e espertos quanto são hoje, mas eles foram restringidos por uma aliança forte de sindicatos e partidos políticos de esquerda que conseguiram compensar o poder dos ricos e estabelecer políticas redistributivas. A modernização corroeu esse alinhamento político, e a desigualdade aumentou em praticamente todos os países altamente desenvolvidos.

Segundo Inglehart (2016a), a caso dos Estados Unidos é extremo, mas não é o único. Por exemplo, quase todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para os quais o autor encontrou dados disponíveis tiveram aumento da desigualdade de renda durante o período de 1980 a 2009. No entanto, essa tendência prevalecerá enquanto os líderes políticos e as instituições estiverem alheios às pressões das forças populares. Assim, de acordo com Inglehart (2016a, p. 5, tradução nossa), “a medida em que a desigualdade aumenta ou diminui, em outras palavras, é em última análise, uma questão política”. O autor, entretanto, é otimista, pois vê fortes indícios de que os indivíduos de muitos países altamente industrializados estão tornando-se cada vez mais sensíveis ao problema da desigualdade de renda. De acordo com seus resultados, o público de 80% dos países pesquisados cresceu mais solidário a ações contra a desigualdade (INGLEHART, 2016a).

Nesse sentido, Inglehart (2016a, p. 14, tradução nossa) sugere a seguinte interpretação:

> Bastará os despossuídos de hoje desenvolverem o que Marx chamou de ‘consciência de classe’ para se tornarem uma força política decisiva? No curto prazo, provavelmente não, por causa da presença de vários temas culturais transversais às linhas econômicas. No longo prazo, no entanto, provavelmente o farão, visto que a desigualdade econômica e o ressentimento causado por ela provavelmente continuarão a se intensificar.

Segundo Inglehart (2016a, 2016b, 2018a) e Norris e Inglehart (2017, 2019), com a ascensão dos valores pós-materialistas e a reação dos materialistas a estes valores, as questões econômicas perderam seu papel central na mobilização política partidária. No entanto, a manutenção a longo prazo da propagação dos valores pós-materialistas, os quais tendem a favorecer a formação de consensos, avalia Inglehart (2016a), possibilitará a retomada das questões econômicas ao topo da agenda política. Isso é importante, porque, de acordo com Norris e Inglehart (2017, 2019), a estabilidade política e a saúde econômica exigem um retorno às políticas redistributivas, a fim de barrar a escalada xenofóbica autoritária, já inserida no processo eleitoral em razão da reação cultural, mas também, sobremaneira, pelo sentimento de insegurança existencial dos indivíduos, que cederam ao apelo populista.

Utilizando o exemplo dos Estados Unidos, Norris e Inglehart (2017), entretanto, ponderam que, para colocar essas políticas em prática, não é recomendado uma atitude punitiva em relação ao 1% mais rico, pois esse percentual inclui algumas das pessoas mais influentes do país. Seria contraproducente para os 99% mais pobres contrariar as elites do topo da cadeia econômica. A proposta é contar com a abertura para o consenso dos pós-materialistas, que trarão a questão das desigualdades de renda de volta ao centro do debate político. Assim, em atenção aos apelos populares, os partidos de esquerda e centro-esquerda retomaram as pautas econômicas e mitigarão os ímpetos capitalistas da elite econômica e dos políticos conservadores. Ainda, embora considerem que a intervenção estatal deva ser executada com parcimônia, acreditam que medidas como a instauração de impostos progressivos seja uma saída (NORRIS; INGLEHART, 2017, 2019).

Assim, destacou-se nesta seção a visão presente na Teoria do Desenvolvimento Humano em relação ao capitalismo e suas dinâmicas, que a leva a evitar mencionar e, com frequência, negar aspectos alvo de críticas acerca da conjugação da democracia com o capitalismo, sobretudo, no que se refere às desigualdades em sociedades de desenvolvimento tardio. Na seção que segue, propõe-se uma reflexão a partir de um debate importante que vem sendo elaborado na literatura sobre o neoliberalismo enquanto um conceito fundamental da análise da política contemporânea. Isso porque, ainda que Inglehart apresente preocupação e chegue a mencionar o papel das políticas neoliberais para crise da democracia

apontada por muitos analistas, deixa de refletir sobre a conexão da dita crise com a dinâmica do capitalismo financeirizado dominante no mundo.

5.3. Uma perspectiva progressista neoliberal?

O entendimento de Inglehart e seus colaboradores sobre o capitalismo e o Estado de bem-estar social carrega certas características relacionadas ao itinerário neoliberal. Com efeito, as concepções de neoliberalismo são variadas e, não raro, o uso do termo para referir-se a um modelo econômico tem sido confundido com militância. Andrade (2019) elabora um bom apanhado das principais definições de neoliberalismo e explica o motivo pelo qual o tratamento acadêmico da perspectiva neoliberal sob esse termo é legítima e ultrapassa os limites da concepção de um modelo econômico. O neoliberalismo, segundo o autor, é estudado hoje como uma forma normativa de organização social, que embasa as relações sociais, a cultura, as instituições etc. Nesse sentido, a própria economia capitalista é introjetada socialmente como norma, para em seguida impactar as diversas estruturas da vida cotidiana e política. Quando Brown (2019) busca explicar o neoliberalismo a partir de Friedrich Hayek, informa que o autor tem o mercado como forma de provisão de recursos, tem a liberdade como fundamento gerador de ordem e evolução espontâneas, contrapondo-se a políticas de justiça social administradas pelo Estado. Expressamente, Inglehart trata a esquerda e o neoconservadorismo como grupos alheios a si, colocando-se no caminho do meio: não demoniza o bem-estar social, mas também não o venera. No entanto, seus modelos insistem em desconsiderar os impactos mútuos entre economia e política para além da mobilização social positiva que vislumbram.

Para Inglehart (1997), as políticas de bem-estar social foram muito necessárias e benéficas no período após a Grande Depressão. Por exemplo, para o autor, essas políticas tiveram o mérito de auxiliar na mudança de valores atinentes à família, enfraquecendo a ideia de família de dois pais heterossexuais (a ideia é que o declínio da mortalidade eximiu os casais da necessidade de reprodução). Entretanto, abertamente, Inglehart (1997) incentiva a retirada de responsabilização do Estado por condutas ocorridas no âmbito familiar. Faz isso ao narrar a mudança de ênfase da responsabilização do indivíduo para a responsabilização da sociedade como salutar contra uma possível opressão estatal. Sob essa lógica, enquanto na fase da

modernização a ênfase estava no indivíduo como um ser atomizado em relação à sociedade, na fase pós-moderna o indivíduo entende-se como membro da sociedade e, por isso, como socialmente responsável. Esse é um dos argumentos do autor para explicar como o individualismo poderia gerar responsabilidade coletiva e apresentar-se associado a altruísmo, como requer a sua teoria. Assim, Inglehart (1997) vê no individualismo pós-industrial não uma representação de egocentrismo, mas uma conscientização da responsabilidade com outros indivíduos e com a sociedade, o que tornaria reduzido e até desnecessário o papel do Estado em oferecer bem-estar individual. Em suma, o Estado gradualmente deixaria de ter a necessidade de atender a população com bens e serviços, pois indivíduos e atores privados tomariam para si essa responsabilidade. Sobre individualismo na Teoria do Desenvolvimento Humano, tratar-se-á de maneira mais detalhada adiante.

Sob a lógica da teoria, a ênfase dos valores das sociedades altamente industrializadas torna-se individual, mas não egoística. O indivíduo sensibiliza-se com os demais e tem uma visão de responsabilidade social. Com a ênfase no individualismo, relações baseadas no coletivismo são menos valorizadas, por exemplo, a importância dos laços familiares é reduzida, então, os idosos não dependem mais dos filhos, uma vez que podem contar com o bem-estar social (INGLEHART; OYSERMAN, 2004; INGLEHART, 2018a). Contudo, na prática, um bem-estar social limitado permite, na verdade, a atuação do mercado na previdência, na saúde, na educação, a abertura para empreendimentos e a diminuição do Estado. Assim, o mercado fica responsável pelo bem-estar do indivíduo em lugar dos grupos tradicionais, como a família.

A narrativa de Inglehart (1997) parece distanciar-se da perspectiva neoliberal, entretanto, no que se refere à defesa da moralidade tradicional. Pelo contrário, o autor busca demonstrar como a modernização é capaz de promover a mudança social necessária para uma moralidade pós-moderna. No entanto, faz isso pensando em um Estado de bem-estar social efetivado na medida correta, isto é, presente o bastante para dar sensação de segurança existencial às pessoas e limitado a termo de não se tornar disfuncional o modelo de democracia aliado ao capitalismo. Nesse sentido, Inglehart (1997) não se dispôs a revisar a crítica elaborada em relação às teorias da modernização no que se refere à apropriação do debate sobre a pós-modernidade para manter da defesa da dinâmica social evolutiva decorrente do capitalismo.

Inglehart (1997), também, não é contra políticas que desafiem as hierarquias de gênero e étnicas, como se poderia esperar do ideário neoliberal, em que, segundo Brown (2019), muitas abordagens investem na universalização, evitando demandas de grupo. Um dos fins a que o autor se propõe a alcançar no desenrolar da sua teoria é a formação de um público mais aberto a essas temáticas e, concomitantemente, participativo politicamente, a ponto de pressionar os governantes pela institucionalização de canais que possibilitem meio legítimos de acabar com essas hierarquias. O exemplo clássico é a institucionalização do casamento homoafetivo. Entretanto, como também será abordado em seção apropriada, a ideia presente na obra de Inglehart de que essas hierarquias são organizações transmitidas por meio da tradição, e não por meio do poder político é tributária do neoliberalismo. Além disso, a ênfase na liberdade individual leva o autor a perceber demandas coletivas como uma agregação de demandas individuais.

Talvez se poderia classificar a teoria em análise como atrelada à parte do que Fraser (2018) chamou de “neoliberalismo progressista” – retratado, na prática, como algo semelhante à política inserida por Bill Clinton nos Estados Unidos, exemplo também apontado por Brown (2019). Clinton delineou a defesa do casamento igualitário, angariando adeptos tanto com apelo moral-religioso, como com apelo mercadológico ligado à liberdade individual (BROWN, 2019). Com efeito, guardadas as proporções, Fraser (2018) utiliza o termo “neoliberalismo progressista” para se referir à junção das principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (multiculturalismo, ambientalismo, feminismo, antirracismo etc.) com setores financeiros e simbólicos da economia.

De acordo com a autora, o modelo neoliberal progressista retrata o perfil da política hegemônica até o momento anterior ao avanço do que denomina de “neoliberalismo reacionário” em muitas sociedades. Nas palavras de Fraser (2018, p. 46), esse modelo trata-se de “um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política liberal-meritocrática de reconhecimento. O componente distributivo deste amálgama era neoliberal”. A obra de Inglehart, ainda que no campo teórico, parece possuir esse mesmo componente neoliberal subjacente.

Não por outra razão, a Teoria do Desenvolvimento Humano adota o modelo de democracia liberal. Não é apenas porque faz um diagnóstico de como desenvolvem-se as democracias existentes hoje, mas também porque o autor elabora a sua análise sobre fundamentos atrelados ao seu posicionamento ideológico, em um misto de

defesa de demandas de grupos minoritários e de pressupostos da política econômica dominante. Afirmações como a seguinte deixam isso visível: para Inglehart (1997, p. 327, tradução nossa), “hoje existe um sentimento generalizado de que a expansão da atuação governamental chega a um ponto em que se torna ineficaz e uma ameaça ainda maior à autonomia individual do que a apresentada por empresas privadas”.

Fraser (2018), pensando o neoliberalismo como um projeto, afirma que ele somente conseguiu triunfar, pois apresentou-se sob vestes progressistas com um apelo ligado a aspirações não econômicas de emancipação. O ponto abordado pela autora diz respeito ao fato de que a política econômica neoliberal em termos distributivos é apenas superficialmente igualitária e emancipatória, mas ganha um caráter progressista ao propor um *ethos* de reconhecimento desse tipo. Certa tendência da política neoliberal, assim, imbuída na ideia de liberdade de mercado e de liberdade individual, deixou a moralidade tradicional em segundo plano e investiu em uma proposta de comportamentos e valores igualitários e emancipatórios em relação a grupos específicos de pessoas. Essa proposta envolveu a ideia de diversidade, de empoderamento das mulheres e do público LGBTQ, de ambientalismo, de multiculturalismo e de pós-racialismo. Sob essa perspectiva, a proteção do meio ambiente gera valor econômico à redução da emissão de carbono e a igualdade fica restrita ao mérito (FRASER, 2018).

Essa ideia de neoliberalismo progressista foi contraposta ao que Fraser (2018) chamou de neoliberalismo reacionário, uma política com noção similar de distribuição, mas ainda mais centrada em beneficiar o 1% mais rico, e distinta sob o aspecto do reconhecimento – uma vez que excludente: etnacional, anti-imigrantes, pró-cristã –, embora justa para a base que pretendia formar. Nos Estados Unidos, a autora identifica esses dois blocos com os dois grandes partidos: Democratas (neoliberais progressistas) e Republicanos (neoliberais reacionários). Em suma, pelo ponto de vista progressista, as culturas estavam ligadas a valores obsoletos que logo desapareceriam em uma nova desregulamentação cosmopolita; pelo consenso neoliberal, as economias não pareciam competitivas o suficiente, dependendo da correção do mercado (FRASER, 2018).

Recorde-se que em “*Cultural Evolution*” Inglehart (2018a) denomina a sua tese de “teoria emancipatória da democracia”, estando a emancipação por conta do pleno exercício da liberdade individual. Nessa obra, em que traça linhas preliminares do argumento que aprofundaria em “*Cultural Backlash*” (NORRIS; INGLEHART, 2019) –

portanto, já atento aos desdobramentos da chegada da extrema direita ao poder – o autor assume que o conflito político está agora centrado na luta dos 99% contra os 1% que concentram a renda (INGLEHART, 2018a). Trata-se possivelmente de uma menção aos “99 por cento” do “*Occupy Wall Street*”, movimento que, em 2011, ocupou praças e ruas pelos Estados Unidos, denunciando o enriquecimento desproporcional da minoria da população do país. Fraser (2018) viu a erupção desse movimento como uma demonstração do desprestígio da política econômica predominante e, em consequência, como uma chance de preencher a lacuna hegemônica que se apresentava.

Para Inglehart (2018a) estava em curso uma mudança decorrente da entrada na era da inteligência artificial, que levou grande parte da classe média ao desemprego ou, ao menos, a colocações muito abaixo de suas expectativas. O autor não considera esse um fenômeno restrito aos Estados Unidos, pois conseguiu detectar em suas análises o esvaziamento da economia – refletido pela aparência superficial de crescimento, enquanto a força de trabalho desestabilizava-se – também em 16 sociedades da Europa Ocidental. Dado esse cenário, Inglehart (2018a) aborda, enfim, a responsabilidade do incentivo das forças de mercado para isso. Uma vez que é financeiramente mais vantajoso para as empresas ter uma mão-de-obra desorganizada ou mesmo robotizada, o autor conclui que a intervenção estatal é agora inevitável (INGLEHART, 2018a).

Recorde-se que se mencionou há pouco que Inglehart (1997) considerava a intervenção estatal perigosa à liberdade individual. Mais recentemente, entretanto, Norris e Inglehart (2017, 2019) afirmam que os governos de esquerda obtiveram sucesso na luta por maior igualdade econômica, pois têm tendência a apoiar a ampliação do Estado de bem-estar social. Sob o aspecto distributivo, Inglehart (1997) mencionou como praticável um patamar de gastos de até 40 a 60% do PIB com políticas de bem-estar social. Ocorre que agora, argumenta Inglehart (2018a, p. 209, tradução nossa), a despeito de as sociedades industrializadas estarem cada vez mais produtivas e ricas, “os ganhos do produto interno bruto crescente estão indo quase inteiramente para um pequeno estrato de financiadores, empreendedores e gerentes no topo mais alto”. Quando os partidos de esquerda dividiram sua atenção entre distribuição e demandas identitárias, acabaram contentando-se com um patamar mínimo de redistribuição, quando apenas uma redistribuição adicional poderia barrar políticas que favorecem a concentração de renda (INGLEHART, 2016a, 2018a).

Interessante notar que Inglehart (2018a) atribui esse esvaziamento da economia ao avanço da inteligência artificial da última década, o que, embora possa ser verdadeiro, abstrai da explicação a sua própria concepção de que certa medida de concentração de renda pode ser salutar à economia. Para o autor, com o avanço da inteligência artificial, "forças de mercado não reguladas trazem uma situação em que uma pequena minoria controla a economia enquanto a maioria tem empregos precários [...] - um futuro prenunciado pela estrutura social do Vale do Silício" (INGLEHART, 2018a, p. 209, tradução nossa). De fato, está-se de acordo que as forças de mercado não reguladas criam uma situação em que os altamente mais ricos controlam a economia, bem como que isso pode ter-se agravado com a era da inteligência artificial. No entanto, o autor responsabiliza os partidos convencionais por não terem colocado políticas sociais em prática, como se a própria política econômica predominante, a qual a sua teoria está adequada, não privilegiasse a liberdade de mercado frente a elas. Aliás, desde o declínio do Estado de bem-estar social essa dinâmica tem tomado forma em muitas democracias liberais, inclusive, naquelas não altamente industrializadas.

O argumento é que a introdução pelos pós-materialistas de causas não-econômicas na política, relacionadas ao que Inglehart (2018a) denominou de "questões culturais"[56], ofuscou o debate sobre demandas distributivas, representadas pelos espectros da esquerda e da direita tradicionais. Segundo se entende, isso somente foi possível, entretanto, porque a política econômica predominante foi permissiva com causas relacionadas ao reconhecimento de grupos minoritário, que proporcionavam menor conflito com a dinâmica de mercado, enquanto setores social-democratas e de parte da esquerda foram permissivos com a política econômica não interventiva, na medida em que viam demandas de reconhecimento ganhar espaço no âmbito político e institucional (INGLEHART, 2018a).

[56] Certa vez submeteu-se um manuscrito a uma revista científica com avaliação por pares e o avaliador anônimo chamou atenção para o uso, segundo ele equivocado, da expressão "questões culturais", a qual, também de acordo com a sua avaliação, representava ideia diversa da que Inglehart pretendia passar. Assim, considera-se importante pontuar que essa é uma expressão traduzida literalmente da obra do autor. Diz respeito a questões tais como as de gênero, sexo, raça/etnia, as quais, para Inglehart, refletem valores provenientes da cultura tradicional, que podem ser alterados pela dinâmica proveniente da modernização. Veja-se um exemplo neste trecho original: "[...] the new non-economic issues introduced by Postmaterialists overshadowed the classic Left-right economic issues, drawing attention away from redistribution to cultural issues, further paving the way for rising inequality" (INGLEHART, 2018a, p. 175).

Nesse sentido, outra questão que precisa ser levantada é que há larga literatura defendendo que as questões distributivas não poderão jamais ser plenamente abordadas sem que envolvam um debate sobre desigualdades de gênero e raça (e o contrário também é verdadeiro), de forma que a relevância dessa temática é inequívoca em ambos os âmbitos: distributivo e de reconhecimento (DAVIS, 1981; COLLINS, 2019). Então, quando partidos e movimentos social-democratas e de parte da esquerda abordam as temáticas de gênero e de raça não estão necessariamente colocando a distribuição em segundo plano, mas abrindo-se a outros aspectos do mesmo debate. Ocorre que o subsídio político-econômico neoliberal a essas demandas parece motivar a tratativa do tema aos moldes irrefletidos ou acríticos em relação aos próprios aspectos constituintes dessas desigualdades. Inglehart e seus colaboradores, por exemplo, parecem não refletir sobre o fato de a própria dinâmica que propõem, centrada na ideia de emancipação como liberdade, ser permissiva à explosão de fenômenos como tais.

De qualquer sorte, Inglehart (2018a) acredita que um retorno à intervenção estatal precisa ocorrer em algum nível e é otimista quanto a isso. Segundo o autor, o fato de em um país em que se declarar socialista, não há muito tempo, significaria o fim da carreira de um político, Bernie Sanders vencer Hilary Clinton em várias das eleições primárias do Partido Democrata para as eleições de 2016, nos Estados Unidos, teria sido um prognóstico. Nesse sentido, Inglehart (2018a) e Norris e Inglehart (2019) constatam o prejuízo da política econômica levada a efeito nas últimas décadas nos países centrais da economia global. Entretanto, consideram que o crescimento da desigualdade ocorreu porque os partidos social-democratas e de centro-esquerda abriram uma brecha ao mudarem seu foco de demandas distributivas para demandas culturais. Em contrapartida, muito claramente identifica-se nesse processo um movimento político de valorização da liberdade individual ligado à constituição de um terreno favorável à própria continuidade da dinâmica capitalista. Debater esse tema envolve perceber que o caminho delineado pela Teoria do Desenvolvimento Humano, para além da benéfica mudança cultural decorrente da modernização, perpassa no âmbito político-econômico pela passagem controlada de poder político a grupos minoritários em troca da continuidade de um modelo econômico financeirizado.

Nesse sentido, o argumento de Pérez-Liñan (2017) traz explicação alternativa. Segundo o autor, houve uma realocação global da atividade industrial, decorrente do

deslocamento da produção dos países centrais para os países periféricos. Esse fenômeno gerou desaceleração do crescimento econômico dos países altamente industrializados, o que levou à segmentação do mercado trabalho e à exclusão das cadeias de produção de parte importante do público dessas sociedades[57]. A vantagem dos novos competidores (Japão, China, Taiwan e, mais tarde, México e parte do sudeste asiático) foi a mão-de-obra a um custo mais baixo em relação à praticada nos países centrais. Isso possibilitou, de acordo com Pérez-Liñan (2017), que a mesma empresa situada no México pudesse pagar cinco vezes menos pela hora trabalhada do que pagaria nos Estados Unidos, por exemplo. Desse modo, a educação de nível médio já não garantia mais ao público dos países centrais as mesmas condições de vida de antes (PÉREZ-LIÑAN, 2017).

Como Pérez-Liñan (2017) recorda, a teoria da dependência previu a concentração de indústrias com altas tecnologias nos países centrais e a dispersão para as periferias de indústrias com tecnologia obsoleta e centradas em produção de matéria prima, que, ao cabo, tornaria a população de países periféricos exposta na competição global com os líderes industriais. A Teoria do Desenvolvimento Humano, entretanto, opõe-se de forma veemente às previsões da teoria da dependência (INGLEHART; WELZEL, 2009a). Ocorre que as indústrias de alta tecnologia permaneceram nos países centrais, mas suas atividades de produção foram realocadas em países periféricos, deixando, em um processo inverso, a força de trabalho industrial dos países centrais desassistida (PÉREZ-LIÑAN, 2017).

Nesse sentido, Pérez-Liñan (2017, p. 39, tradução nossa) conclui que:

> Os membros deste grupo – trabalhadores industriais em democracias com cada vez menos indústrias – ressentem com razão o otimismo de uma elite educada e cosmopolita que celebra a diversidade, a integração global e a economia do conhecimento. Foram eles que abandonaram o projeto da União Europeia para favorecer o Brexit no Reino Unido, que se distanciaram do Partido Democrata para apoiar Trump nos Estados Unidos e que crescentemente desertam do Partido Socialista ou Comunista para respaldar a Frente Nacional na França.

Afora isso, para Pérez-Liñan (2017), esse processo é acelerado por três fatores relacionados à distribuição: a diminuição do crescimento econômico, a distribuição

[57] Esse processo, de acordo com Pérez-Liñan (2017), teve início com a implementação do modelo de desenvolvimento orientado por exportações no Japão, na Coreia do Sul e em Taiwan, expandindo-se com as reformas econômicas executadas por Deng Xiaoping na China dos anos 1980. Em decorrência disso, hoje se estima que a China produz 70% dos telefones celulares e 60% dos sapatos do mundo.

desigual da renda e o aumento da diversidade na sociedade. Inglehart (2018a) argumenta que os países altamente industrializados continuam a crescer, e é verdade. No entanto, como ressalta Pérez-Liñan (2017), até o início dos anos 1990, as taxas de crescimento alcançavam patamares tão promissores a ponto de duplicar o tamanho da economia em um período de 18 anos, enquanto, sob os níveis de crescimento atuais, a economia levaria 34 anos para duplicar. Para Pérez-Liñan (2017, p. 39, tradução nossa), isso significa que "a promessa do progresso incessante, característica da segunda metade do século XX, resulta cada vez mais difícil de ser cumprida".

Inglehart (2018a) e Norris e Inglehart (2019) abordam um argumento semelhante. Os autores salientam que, desde meados dos anos 1990, a educação formal não tem mais garantido bons empregos e salários nas sociedades industriais avançadas, e atribuem isso à globalização. No entanto, a resposta de Inglehart (2018a; 2018b) e Norris e Inglehart (2019) não é pessimista em relação à sobrevivência da democracia liberal, a qual, segundo os autores, continua a caminhar na medida em que a cultura política das diversas sociedades "evolui". Isso porque, para os autores, a dinâmica da democratização é de ascensão e queda, isto é, momentos de declínios decorrentes de eventuais sentimento de insegurança próprios do período devem ser esperados. Com a chegada do crescimento econômico ao seu ponto máximo nas sociedades de alta renda e, consequentemente, à estabilização da economia, grande parte da população, sobretudo, aqueles com níveis educacionais mais baixos, mas também pessoas com níveis mais altos de educação, recebeu esse novo momento econômico como um período de queda da segurança existencial (INGLEHART, 2018a; NORRIS; INGLEHART, 2019).

Embora os resultados de Norris e Inglehart (2019) demonstrem que, a longo prazo, baixas econômicas conduzem todos os grupos geracionais em direção ao materialismo, os autores mantêm o otimismo em relação à prosperidade da democracia. Esses fenômenos ligados ao período de baixa econômica são solucionáveis politicamente, segundo os autores, e nada têm a ver com consequências da liberalização da economia. Para Norris e Inglehart (2019, p. 137, tradução nossa), "o que importa não é apenas as condições econômicas, mas também a resposta política a elas". Por isso, o argumento dos autores é de que a constatação de muitos observadores sobre a democracia liberal ter alcançado seu nível máximo e

estar começando a declinar é um erro (INGLEHART, 2018a; NORRIS; INGLEHART, 2019).

Conclusão

Iniciou-se este capítulo discutindo a percepção de Inglehart e seus colaboradores sobre o Estado de bem-estar social, que, embora apareça como essencial para moderar e manter o capitalismo, para frear desigualdades extremadas, para barrar a reação conservadora aos valores liberais e, sobretudo, como elemento-chave para a mobilização social que conduz à mudança cultural descrita na Teoria do Desenvolvimento Humano, não aparece com destaque na trajetória "desenvolvimento econômico – mudança cultural – democracia".

Inglehart desvia-se do debate sobre o papel da pressão exercida pelas forças do mercado para a instauração de políticas econômicas neoliberais, na medida em que apoia a limitação das políticas sociais, sob o argumento de que a atuação estatal exacerbada pode converter-se em opressão e de que a mitigação da desigualdade de renda pode levar a perda do apoio popular à redistribuição. Assim, ao mesmo tempo em que revela o seu posicionamento ideológico no que diz respeito à política econômica, o autor acaba por deixar passar desapercebida a conclusão lógica de que, sendo o Estado de bem-estar social o elemento condutor entre desenvolvimento econômico e mudança cultural, sua ausência ou declínio traz prejuízo à própria dinâmica descrita em sua teoria. Sob essa perspectiva, o posicionamento político do autor, o leva a dar papel coadjuvante às políticas (e direitos) sociais, elaborando uma trajetória da democracia demonstrável, mas isenta de aspectos próprios da política.

Na seção seguinte, procurou-se debater o entendimento do autor sobre o capitalismo ser afluente e promotor de igualdade. Destacou-se a ideia presente na Teoria do Desenvolvimento Humano segundo a qual os eventos de desigualdades de renda extremada são exceções solucionáveis com as políticas adequadas. A lógica do pensamento de Inglehart e de seus colaboradores é bastante pragmática e focada na solução. Assim, com frequência, seja qual for a causa do efeito periódico identificado, o raciocínio sobre o qual se desenvolve a teoria implica retirar o foco do problema e deixar a solução por conta dos governantes. Conforme se interpreta, entretanto, essa percepção envolve abstrair da reflexão o fato de que a ênfase na liberdade individual não apenas cria condições para a democracia liberal – conforme

a concepção de Inglehart e de seus colaboradores – como também para a manutenção do modelo político-econômico focado na retração da intervenção estatal.

Por último, uma vez identificadas evidências de certo posicionamento dos autores frente à política econômica dominante, elaborou-se uma breve digressão da literatura que reconhece um dito neoliberalismo progressista, a fim de detectar algumas características dos pressupostos da Teoria do Desenvolvimento Humano em seus argumentos. No entanto, para além disso, pensando-se no neoliberalismo como um conceito que extrapola os limites da política econômica, buscou-se problematizar o posicionamento dos autores como parte de dada forma normativa de organização, que embasa e impacta as mais diversas relações sociais e políticas. Sob essa perspectiva, a abordagem neoliberal, ainda que sob vestes progressistas, sempre está adequada à manutenção do *status quo*. Com isso, demonstrou-se a visão benevolente de Inglehart e seus colaboradores com o capitalismo e suas dinâmicas frente à política, bem como conseguiu-se dar início à tarefa de evidenciar a abstração dos aspectos atinentes à política da regra geral elaborada na teoria como consequência da sua normatividade orientada à defesa da democracia liberal. No capítulo seguinte, dando sequência a tal tarefa, aprofundam-se minúcias da relação entre a noção de mudança cultural e questões de gênero, raça, etnia, religião etc.

Capítulo 6 - Mudança cultural: homogeneização cultural e relações de poder

Este capítulo, além de detalhar aspectos referentes à noção de mudança cultural da Teoria do Desenvolvimento Humano ainda não abordados, se presta a demonstrar que os papeis de gênero e étnicos são construídos na teoria como diluídos pela mudança cultural, de forma que desigualdades oriundas da distribuição desigual de poder nas sociedades são abstraídas da trajetória da democratização em benefício da ênfase no indivíduo. Assim, procura-se evidenciar como o fomento da construção de um *ethos* cívico liberal mantém a valorização da cultura política ocidental, não obstante Inglehart e seus colaboradores procurem evitar filiar-se a uma ideia de homogeneização cultural. Na sequência, busca-se desvelar a noção de que a mudança cultural em direção ao individualismo representa evolução cultural, abordando-se, como consequência teórica da ênfase no indivíduo, a construção na Teoria do Desenvolvimento Humano do coletivismo como não democrático. Por conseguinte, dada a priorização do individualismo, revela-se a visão consensual da democracia presente na teoria, que aposta em uma perspectiva de comunicação renovada entre indivíduos em iguais condições no debate público para fomentar a ação política.

6.1 Mudança cultural: possibilidades e limitações

A noção de mudança cultural implica afirmar que os valores das pessoas se alteram na medida em que a sociedade em que vivem desenvolve-se economicamente. Isso porque, a Teoria do Desenvolvimento Humano argumenta que pessoas que têm a segurança existencial garantida tendem a apoiar mais a democracia. Em tese, a teoria pressupõe que sociedades desenvolvidas economicamente proporcionam essa segurança. Especificamente, importa a

sensação de segurança existencial durante o período de formação do indivíduo (infância/adolescência), pois as normas culturais internalizadas desde cedo têm implicações mais efetivas nas atitudes e comportamentos dos indivíduos. Assim explicam Inglehart e Welzel (2009a, p. 57):

> As normas culturais tendem a ser internalizadas precocemente e reforçadas por sanções não racionais. O poder dessas sanções não está em sua racionalidade, mas sim em sua efetividade, de forma que violar normas gera sentimentos de culpa e vergonha [...].

De acordo com Inglehart (2016b) e Inglehart e Welzel (2009a), o desenvolvimento econômico promove o declínio da vulnerabilidade às doenças, à fome, e à violência, o que possibilita às pessoas preocuparem-se com outros temas, que não a sobrevivência. Isso favorece a ênfase em valores relacionados à expressão da personalidade, que os autores denominam valores de autoexpressão. Isso importa, porque sociedades com altos níveis de valores de autoexpressão aparecem em seus resultados como mais propensas a terem instituições democráticas e a serem tolerantes com grupos externos (INGLEHART, 2016b, INGLEHART; WELZEL, 2009a). Veja-se como explicam Inglehart e Welzel (2009, p. 45):

> Primeiro, as orientações valorativas predominantes refletem as condições existenciais predominantes. Segundo, se as condições existenciais se modificam, é provável que as orientações valorativas mudem na mesma proporção – mas apenas após um lapso de tempo significativo, necessário para que se reaja ao impacto das mudanças existenciais e se experimente novas estratégias de vida, melhor ajustadas às novas condições.

De acordo com Inglehart (1997, p. 25, tradução nossa), “A ascensão de novos valores e estilos de vida está ocorrendo em muitos outros aspectos da vida, da orientação sexual à religião”. Com efeito, o desenvolvimento econômico na Teoria do Desenvolvimento Humano produz duas dimensões de variação transcultural: uma ligada à industrialização e outra à ascensão da sociedade pós-industrial. A primeira dimensão emancipa as pessoas da autoridade religiosa, enquanto a segunda as emancipa de autoridades seculares, como são as autoridades políticas, que podem ser tão dogmáticas quanto as religiosas, da forma como o fascismo e o comunismo fizeram ver. Segundo Inglehart (1997, p. 38, tradução nossa), “A ideologia comunista forneceu um equivalente funcional à religião, fornecendo uma explicação de como o universo funcionava e para onde a história estava indo”. Os valores de autoexpressão,

assim, são próprios da segunda dimensão da modernização e contribuem para que as pessoas cada vez mais tendam a rejeitar a autoridade externa que viola direitos individuais. Para o autor, a variação transcultural reflete essas duas dimensões, possibilitando localizar qualquer sociedade em uma delas.

A primeira fase da modernização pode ser representada na teoria pela seguinte passagem de Inglehart e Welzel (2009a, p. 49): “Na medida em que a tecnologia dava às pessoas maior controle sobre seu ambiente, Deus se tornava menos crucial”. Isso porque, segundo os autores a principal função da religião era proporcionar segurança em um período de incertezas. Essa dinâmica teria aberto espaço para outras formas de autoridade, como para a ciência e suas crenças no progresso tecnológico, mas também, como se referiu, para autoridades políticas dogmáticas. No entanto, a Teoria do Desenvolvimento Humano não espera pelo desaparecimento da religião. Exatamente ao contrário, Inglehart e Welzel (2009a) argumentam que tanto teóricos de cultura política, que afirmavam a imutabilidade dos dogmas religiosos, quanto teóricos da modernização, que previam o seu declínio, estavam certos. Assim explicam os autores:

> Embora a autoridade das igrejas estabelecidas continue a declinar, durante os últimos vinte anos os públicos das sociedades pós-industriais se tornaram cada vez mais propensos a dedicar algum tempo à reflexão sobre o significado e o propósito da vida. O fato de as pessoas atribuírem a essas preocupações um caráter religioso depende da forma como definem religião. Entretanto, está claro que o secularismo materialista da sociedade industrial está esmorecendo. Há uma mudança de formas institucionalmente fixas de religião dogmática para formas individualmente flexíveis de religião espiritual. Até mesmo as ideias religiosas das pessoas se tornam uma questão de opções, criatividade e autoexpressão (INGLEHART; WELZEL, 2009a, p. 54).

Nesse sentido, na Teoria do Desenvolvimento Humano não há a suposição de que a religião possa desaparecer, mas sim de que sua função possa ser ressignificada. Os autores argumentam que as formas institucionalizadas de religiosidade dogmática não são mais tão aceitas na fase pós-industrial, pois ditam regras absolutas de conduta, o que não cabe em uma sociedade em que os indivíduos priorizam a liberdade de escolha. No entanto, novas formas de espiritualidade, que atendem a uma necessidade de propósito de vida, surgem e crescem na fase pós-industrial, dando apenas a impressão de que a previsão das teorias da modernização estava equivocada. Para os autores, o fato de que a função de determinado padrão cultural possa ser enfraquecida não significa que a norma desapareceu, mas pode ser

enfraquecida gradativamente se a razão para sua existência deixar de fazer sentido, sobretudo, a partir das novas gerações (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Assim, embora a cultura política possa e deva mudar para privilegiar a ênfase na liberdade individual, segundo Inglehart e Welzel (2009a, p. 92), “a cultura de uma sociedade reflete toda a sua herança histórica”. Por exemplo, o comunismo deixou marcas na cultura das sociedades em que esteve presente, de forma que todas as sociedades que foram comunistas se encaixam em um *cluster*, elaborado por Inglehart e Welzel (2009a) aos moldes do mapa cultural de Huntington (1994). Da mesma forma, os autores pontuam que a herança colonial fica evidente na possibilidade de criação de uma zona cultural latino-americana, a qual, pela complexidade da realidade social, também pode ser classificada como católica. O mesmo acontece em relação ao *cluster* dos países de língua inglesa, que se confunde com a herança cultural protestante. Nessa esteira, países da América Latina aparecem no mesmo *cluster* de padrões culturais que Portugal e Espanha (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

A Teoria do Desenvolvimento Humano parte do princípio de que as condições culturais, sociais, políticas e econômicas das sociedades estabelecem limites para a utilidade das oportunidades de sucesso pessoal. Inglehart e Welzel (2010) exemplificam dizendo que um diploma universitário tem utilidade limitada para um indivíduo que vive em uma sociedade agrária, em que há poucas oportunidades para pessoas com formação acadêmica. Ainda, de acordo com os autores, em sociedades em que o modelo de trabalho masculino é valorizado, pouco adianta que as mulheres se capacitem profissionalmente. O mesmo em relação às liberdades políticas: se não há liberdades políticas em dada sociedade, a utilidade da obtenção de informação sobre política torna-se restrita. Em suma, segundo Inglehart e Welzel (2010), há uma ligação entre utilidade e ambiente, isto é, as pessoas priorizam oportunidades de maior utilidade em sua sociedade.

De acordo com Inglehart e Welzel (2010), a industrialização gera mobilização cognitiva, mas para iniciá-la, mantê-la e acelerá-la, liberdade intelectual e igualdade de oportunidades são características essenciais, as quais, uma vez presentes, tornam disfuncionais as fronteiras discriminatórias de grupo. Assim, para os autores, é a mobilização cognitiva que dá origem a valores emancipadores (chamados na teoria de valores de autoexpressão) que enfatizam a liberdade individual (da qual a liberdade de expressão é um componente central) e a igualdade de oportunidades. Para os autores, pessoas que enfatizam esses valores possuem um sentimento de que devem

ser agentes de suas próprias vidas, por isso o potencial de agência tem um peso maior em moldar a satisfação com a vida do que outros aspectos atinentes à cultura política. Como a teoria parte de um pressuposto utilitarista, em que a autorrealização é considerada a estratégia de vida dos indivíduos, a ênfase na liberdade individual é o elemento que produz apoio à democracia, na medida em que nenhum outro sistema político oferece mais liberdade individual (INGLEHART; WELZEL, 2010).

Nesse contexto, os valores materialistas e pós-materialistas, escolhidos por Inglehart e seus colaboradores para a construção de variáveis de análise da mudança cultural, são apenas um componente de uma dimensão muito mais ampla de tal mudança. Os autores embasam sua teoria em achados empíricos obtidos pela análise de dados do *World Values Survey,* os quais mostram que, ao longo do tempo, o surgimento de altos níveis de prosperidade material tende a transformar motivações humanas e visões de mundo, trazendo mudanças fundamentais em vários domínios de valores, desde motivações de trabalho a papéis de gênero (INGLEHART, 2000; INGLEHART; OYSERMAN, 2004; INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Como uma revisão das teorias da modernização, Inglehart (2003, p. 133, tradução nossa) afirma:

> [...] um conceito central da teoria da modernização ainda parece válido: a industrialização produz consequências sociais e culturais generalizadas, como o aumento dos níveis educacionais, mudança de atitude em relação à autoridade, participação política mais ampla, taxas de fertilidade em declínio e papéis de gênero em mudança.

No entanto, conforme explica Inglehart (2018a), como os resultados da mudança cognitiva são vistos apenas de geração em geração, condições socioeconômicas atuais não explicam mudanças culturais atuais. Considerando-se a hipótese da socialização, pela qual as condições de segurança existencial na fase de formação de personalidade têm papel fundamental na internalização de valores no indivíduo, há um atraso entre o período em que as condições de mudança cultural iniciam na sociedade e o momento em que passam a de fato ocorrer. Nesse sentido, a hipótese da escassez, a qual indica a existência de uma hierarquia de necessidades baseada na sobrevivência entre os seres humanos, deve ser interpretada conjuntamente com a hipótese da socialização (INGLEHART, 1997; INGLEHART 2018a).

Além disso, segundo Inglehart e Welzel (2004), questões políticas dependem de agendas políticas específicas de cada nação e de cada período, o que reduz sua comparabilidade no espaço e no tempo. Ou seja, a comparação entre países é feita na teoria por meio de uma regra geral cabível a todas as sociedades estudadas, o que indica que, embora os autores mencionem a importância dos aspectos atinentes à política, não os consideram de fato para a elaboração da sua trajetória da democracia testável empiricamente. Nesse sentido, a trajetória definida como regra geral na Teoria do Desenvolvimento Humano parece depender da construção de uma cultura política baseada na liberdade individual, pois especificidades culturais próprias de cada nação mitigam a sua capacidade preditiva. Ao mesmo tempo em que afirma considerar as especificidades culturais de cada sociedade, a teoria as menciona apenas para argumentar que estas regulam a velocidade com que a mudança cultural ocorre, apostando em uma ideia sobressaliente de evolução cultural.

Ademais, como a teoria tem seu foco no indivíduo, inclusive como unidade de análise, mesmo os membros de grupos minoritários são tratados como indivíduos, independentemente de suas condições políticas distintas em relação a membros de outros grupos, ou seja, aspectos essenciais no que diz respeito à política, como são as relações de poder interpessoais, são desprestigiados, embora impactem na distinta capacidade de influência dos indivíduos no debate político. Isso, argumenta-se, está relacionado à valorização do individualismo em detrimento do coletivismo, não obstante os autores não se oponham a ação política coletiva (sobre isso, tratar-se-á de forma detalhada no próximo capítulo). Por ora, na seção que segue procura-se debater a construção dos papeis de gênero e étnicos na teoria como diluídos pela mudança cultural. Isso porque, um dos argumentos principais elaborados no âmbito da Teoria do Desenvolvimento Humano diz respeito à capacidade da mudança cultural de proporcionar maior tolerância de gênero e étnica.

6.2. A construção dos papeis de gênero e étnicos como diluídos pela mudança cultural

Nesta seção, apresenta-se de forma detalhada o entendimento da Teoria do Desenvolvimento Humano sobre as consequências imediatas da mudança cultural. Sobretudo, pretende-se demonstrar que as relações de poder são apresentadas nessa teoria como diluídas por um processo de mudança cultural em direção à

priorização de valores ligados à liberdade individual. Inglehart e seus colaboradores destacam a importância da transferência de poder político para a realização dos critérios democráticos normativos; o fazem ao destacar o papel central da transferência de poder das elites para o público. No entanto, o público é descrito como uma massa de indivíduos e as análises empíricas elaboradas a partir dos valores individuais em nível societário. Por isso, não há reflexão teórica sobre formas de transferência interpessoal de poder. Em síntese, a lógica da Teoria do Desenvolvimento Humano é que, ao priorizar a liberdade individual sua e dos demais, o indivíduo deixará de tratar grupos minoritários com rejeição. Assim, Inglehart e seus colaboradores partem de uma perspectiva universalista, em que todos devem ser tratados igualmente por sua condição de indivíduo e de sujeito de direitos, a qual lhes permite influenciar na política por meio de formas não convencionais de participação política.

Como se viu há pouco, a Teoria do Desenvolvimento Humano argui que o processo de industrialização provoca uma mobilização cognitiva que passa pela especialização ocupacional e pelo aumento dos níveis educacionais e dos níveis de renda. Essa mobilização cognitiva, ao longo do tempo, conduz a uma síndrome de mudanças culturais, que vão desde a mobilização em massa à diminuição das diferenças nos papéis de gênero. Os primeiros sinais do processo de mudança cultural foram identificados por Inglehart e seus colaboradores nos jovens do período pós-guerra. Isso porque, segundo Inglehart (2018a), após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento industrial sem precedentes, que capacitou a classe trabalhadora para unir-se a sindicatos, levou à eleição de governantes de esquerda, que implementaram políticas de redistribuição de renda. Os jovens do pós-guerra, portanto, teriam crescido em situação de segurança, o que teria desencadeado uma mudança intergeracional de valores, que até os dias de hoje vem modificando a cultura política dos países desenvolvidos (INGLEHART, 2018a).

De acordo com Inglehart (2005, 2018a), as principais consequências dessa mudança intergeracional de valores foi a transformação de normas de gênero e étnicas, que mobilizaram temas como aborto, divórcio, controle de natalidade, orientação sexual, culturas etc., bem como o fomento da participação política de massa. Mesmo a aceitação a estrangeiros e o ativismo político social e ambiental seriam oriundos de uma ampla dimensão de valores relativos à expressão da personalidade. Entretanto, salienta o autor, a mudança de prioridades ocorre em

momentos diferentes em cada sociedade. Por isso, sobretudo, em países de baixa renda, valores tradicionais referentes a esses temas ainda não são predominantes[58] (INGLEHART, 2005, 2018a).

Para Inglehart (2018a), a segurança quanto à sobrevivência molda as estratégias humanas, o que, para o autor, é um consenso entre teóricos de várias áreas do conhecimento, sociólogos, psicólogos, biólogos, cientistas políticos, antropólogos etc. Assim, a segurança econômica e física torna as pessoas mais favoráveis a uma variedade de mudanças sociais, principalmente, no sentido de valorizar prioridades ligadas à liberdade individual e rejeitar normas tradicionais de grupo. Segundo Inglehart (2018a), é isso que tem permitido a aceitação dos homossexuais e da liberalização feminina, na medida em que a rejeição de qualquer sexualidade não ligada à reprodução decorre de normas culturais tradicionais.

Conforme explica Inglehart (2018a), durante o século passado essas normas foram mudando lentamente em sociedades de alta renda; levou em torno de 50 anos para alcançarem um ponto de virada, isto é, para tornarem-se majoritárias entre o público dessas sociedades. Recentemente, justamente em razão de serem agora as normas prevalecentes, a velocidade dessa mudança tem aumentado. Para o autor, ocorre que normas tradicionais pró-fertilidade deixaram de ser necessárias quando a escolha humana individual se tornou prioridade. Nas sociedades de alta renda, como a mudança cultural acontece com maior rapidez e, consequentemente, seus efeitos são sentidos de maneira mais prática, as novas normas, que Inglehart (2018a) aponta como relativas à escolha humana, tornam-se cada vez mais aceitáveis. Nesse sentido, normas culturais, como as de gênero e de etnia, são identificadas como questões de escolha na Teoria do Desenvolvimento Humano. Assim, explica Inglehart (2000, p. 223, tradução nossa):

> Na sociedade industrial tradicional, o papel das mulheres era em grande parte limitado à reprodução e à criação de filhos, duas funções que eram cruciais para a sobrevivência da sociedade, em condições de alta mortalidade infantil e curta expectativa de vida. No momento em que uma mulher havia gerado e criado os quatro ou cinco filhos que eram necessários para repor a população, ela estava provavelmente perto do fim de sua vida. As normas sexuais foram rigidamente voltadas a encorajar a reprodução, mas apenas dentro da família heterossexual de dois pais. Hoje, com a mortalidade infantil muito menor e um período de vida muito mais longo, a sociedade pós-moderna está se

[58] Por exemplo, o autor enfatiza que em países de baixa renda mulçumanos ainda é imposta pena de morte a homossexuais (INGLEHART, 2005, 2018a).

> movendo em direção a normas sexuais que oferecem maior espaço para a gratificação sexual individual e a autoexpressão individual.

Inglehart (2018a) acredita que as sociedades pré-industriais encorajavam muito a alta fertilidade, pois havia alta taxa de mortalidade e baixa expectativa de vida. O autor apresenta resultados de análises elaboradas em 41 sociedades com dados de 1981 a 2014 para demonstrar que o público de todas as sociedades de baixa ou média renda incluídas na pesquisa enfatiza fortemente normas pró-fertilidade, enquanto nas sociedades de alta renda, desde a década de 1960, essas normas vêm erodindo[59]. Com efeito, salienta Inglehart (2018a), mesmo em sociedades de baixa renda a expectativa de vida e a escolaridade vêm aumentando, ainda que lentamente. No entanto, como normas pró-fertilidade possuem larga relação com a religião – que envolve valores altamente arraigados nas sociedades e, por isso, de difícil alteração – a maioria dos países que enfatizam a fé ainda priorizam normas pró-fertilidade, mesmo não sendo mais necessárias para a sobrevivência (INGLEHART, 2018a).

De acordo com Inglehart (2018a), nas sociedades pós-industriais, as mulheres não aceitam mais as limitações de seus papéis tradicionais de gênero, o que está intimamente ligado à crescente ênfase nos valores de autoexpressão: tanto as mulheres como o público em geral das sociedades industriais avançadas passaram a enfatizar esses valores, tornando a igualdade de gênero um tema por excelência no que se refere ao desenvolvimento humano. A ênfase na igualdade de gênero é parte de uma síndrome de tolerância ligada à valorização da autoexpressão. Para Inglehart (2018a), a partir do momento em que as normas relativas à liberdade de escolha predominam nas sociedades, o efeito é a aceleração da mudança cultural e o alcance de consequências em nível social das novas normas, como a instituição de quotas de gênero nas listas eleitorais, por exemplo. Isso ocorre nas sociedades de alta renda, principalmente, em razão do alto nível de segurança existencial em nível individual[60]. Essa mudança rápida das normas pró-fertilidade para a escolha individual tem

[59] Foram incluídas na análise: Bulgária, Estônia, Chile, Romênia, Ucrânia, Sérvia, Eslovênia, Nigéria, Áustria, Moldova, Lituânia, Polônia, Alemanha (ocidental e oriental), Espanha, Coreia do Sul, Belarus, Suíça, Índia, China, Brasil, Estados Unidos, Austrália, Japão, Uruguai, Reino Unido, Hungria, Holanda, África do Sul, Nova Zelândia, Finlândia, Canadá, Noruega, Suécia, México, Rússia, Argentina, Taiwan, Turquia, Itália, França.

[60] Analisando a mudança para normas de escolha individual com dados de opinião pública de 2014, Inglehart (2018a) descobriu que o nível de segurança existencial sozinho explica 40% da mudança cultural em rede.

causado reações negativas entre os conservadores em muitos países, mobilizando xenofóbicos e sexistas (INGLEHART, 2018a).

Segundo Inglehart (2018a), as normas relativas à liberdade individual levam à feminização da sociedade e ao declínio das guerras[61]. Hoje, segundo o autor, dar prioridade ao crescimento econômico é uma estratégia de sobrevivência. Assim, se o indivíduo alcança um ponto de prosperidade e segurança em que o crescimento econômico não traz mais ganhos significativos, outra estratégia racional entra em cena: a de dar ênfase a objetivos não econômicos, como são a igualdade de gênero e de etnia, bem como todos os processos deles decorrentes. Ou seja, segundo Inglehart (2018a), a mudança de valores ocorre, porque as pessoas instintivamente buscam por felicidade. Logo, o autor conclui que em democracias as pessoas são mais felizes, pois há uma ampla abertura à liberdade individual.

Conforme explicam Inglehart e Welzel (2009b), como a guerra passou progressivamente a ser menos aceitável, as pessoas tornaram-se mais propensas a expressar suas preferências políticas buscando a conformidade. Por isso, os níveis de xenofobia são mais baixos entre os públicos de países de alta renda, como os dados de opinião púbica demonstram. Além disso, segundo os autores, o público desses países tende a estar menos dispostos a lutar em guerras do que o público de países de baixa renda. Isso porque, as etnias, raças e nacionalidades se comportam muito mais pacificamente em países altamente desenvolvidos (INGLEHART; WELZEL, 2009b).

Assim explicam Inglehart e Oyserman (2004, p. 10, tradução nossa):

> Aqueles que endossam valores de autoexpressão dão alta prioridade à proteção ambiental, à tolerância à diversidade (incluindo igualdade de gênero e tolerância de grupos externos - gays e lésbicas) e valorizam a ampla participação na tomada de decisões na área econômica e a vida política.

Por esse motivo, a noção de “tolerância”, frequente na literatura afeita ao liberalismo igualitário, é mobilizada e apresentada como uma virtude individual em relação a grupos que não fazem parte da norma. Os pós-materialistas são apresentados por Inglehart e Oyserman (2004) como indivíduos com níveis relativamente altos de bem-estar subjetivo e de confiança interpessoal, que enfatizam

[61] O capítulo destinado a esse tema em Inglehart (2018a) reporta análises elaboradas com base em: Inglehart, Puranen e Welzel (2015 *apud* INGLEHART, 2018a).

a imaginação e a tolerância, de modo que passam esses valores aos seus filhos. Não por outro motivo, Inglehart, Welzel e Klingeman (2003) utilizam Rawls (1993) como referência para argumentar que a priorização da liberdade individual não produz individualismo autocentrado, na medida em que há entre pessoas emancipadas uma noção de autorrespeito. Trata-se de uma noção de que enfatizar a liberdade individual envolve respeitar a liberdade do outro, o que Rawls (1993) denominou de “sentido racional de reciprocidade”.

Afora isso, não obstante haja uma vasta literatura sobre o papel essencial da confiança para democracia, de acordo com Inglehart (2005), a tolerância tem se mostrado ainda mais determinante. Segundo o autor, a sensibilidade para a tolerância é um elemento crucial, embora a literatura não o tenha valorizado suficientemente. Embora as diferenças nos níveis de tolerância à diversidade sejam grandes entre países ricos e pobres, são ainda maiores entre sociedades industriais e pós-industriais, bem como, de um ponto de vista individual, há grande diferença de valores entre as pessoas mais jovens e as mais idosas. A tolerância é um bom indicador, segundo Inglehart (2005), porque seus índices variam muito a cada geração e a cada sociedade. Conforme Inglehart e Welzel (2009b), ao cabo, a ênfase crescente em liberdade individual engendra uma cultura de confiança interpessoal e de tolerância.

Afora isso, um ambiente de segurança e bem-estar subjetivo, segundo Inglehart (1997), parece promover não apenas a tolerância, mas todo um conjunto de características que conduzem à democracia. Isso porque, para o autor, o público de sociedades industriais avançadas constitui-se cada vez mais de uma proporção sem precedentes de não-elites habilitadas para o debate político, o que restaurou o equilíbrio entre as elites e a massas (INGLEHART, 1997). Durante a maior parte da história registrada a religião foi a resposta dominante às condições de insegurança e, mais recentemente, ideologias, como o fascismo e o comunismo, apresentaram-se como formas seculares de segurança e previsibilidade. No período pós-industrial, no entanto, a segurança existencial deixou de ser uma questão a ser resolvida, permitindo aos indivíduos rechaçar quaisquer restrições a sua liberdade e autonomia (INGLEHART; OYSERMAN, 2004). Assim concluem Inglehart e Oyserman (2004, p. 37, tradução nossa):

> [...] fenômenos aparentemente diferentes como desenvolvimento econômico, valores de autoexpressão e democracia, que podem parecer completamente distintos à primeira vista estão na verdade sistematicamente ligados por meio

> de seu foco comum na escolha humana - gerando uma síndrome coerente de desenvolvimento humano.

Segundo Inglehart (1997), embora uma elite política coesa e determinada possa reprimir demandas por mais autonomia e mais participação no processo decisório, essas demandas levaram em muitas sociedades ocidentais à ascensão eleitoral da classe trabalhadora por volta da virada do século. Conforme explica Inglehart (1993, p. 22, tradução nossa), tal processo foi seguido pelo "movimento pelo sufrágio feminino, pelo nascimento do Estado de bem-estar e pela onda de ativismo da década de 1960". Hoje em dia, segundo o autor, essa mobilização é representada por fenômenos como os movimentos ambientalista, feminista e LGBT (INGLEHART, p., 1993). Veja-se como Inglehart (2000, p. 224, tradução nossa) explica:

> Esta mudança na visão de mundo deu origem a uma ampla gama de novos movimentos sociais, do movimento ambientalista ao movimento de mulheres e às novas normas relativas à diversidade cultural e à crescente aceitação dos estilos de vida de gays e lésbicas. Desde a o início da história registrada, em praticamente todas as sociedades, as mulheres estiveram restritas a papéis completamente diferentes dos homens. Em todas as sociedades industriais avançadas, as diferenças de papéis de gênero estão se desgastando. A autoridade estabelecida está cada vez mais sendo questionada.

Como salienta Inglehart (2000; 2018a), um componente importante do aumento dos valores de autoexpressão é a redução da deferência em relação a formas de autoridade externa. Isso porque, como a fase pós-industrial é marcada pela valorização da escolha individual, segundo o autor, a submissão à autoridade tem custos elevados ao indivíduo. Uma consequência disso, de acordo com Inglehart (2000), foi vista em meados dos anos 1990 quando as taxas de confiança no governo em todas as sociedades industriais avançadas estavam baixíssimas, apesar do desempenho notável da economia. Isso, segundo o autor, não refletiu um estado de apatia política, pois as pessoas estavam participando de petições, manifestações políticas e boicotes como nunca. Nas palavras de Inglehart (2000, p. 224, tradução nossa), "Os partidos políticos estabelecidos estavam perdendo sua capacidade de trazer os eleitores, mas as ações políticas desafiadoras da elite foram aumentando constantemente". Assim, outra consequência da mudança cultural é a transformação das formas de atuação do público em relação à política: os novos valores impulsionam formas não convencionais de participação política. Esse argumento é o que recentemente tem levado Inglehart (2016a, 2016b, 2018a) e Norris e Inglehart (2017,

2019) a contestar o papel dos baixos níveis de confiança nas instituições e nos governos como indício de crise da democracia liberal.

Além disso, Inglehart (1997) encontrou uma nova divisão cultural que demonstra forças conservadoras e xenófobas apoiadas amplamente pelos materialistas contra movimentos e partidos orientados para a mudança, vastamente apoiados por pós-materialistas, atuando em defesa de questões culturais, de gênero e relativas à proteção ambiental. Assim, o autor conclui que a mudança cultural teve papel nas novas formas de divisões políticas, o que está representado pelo antagonismo de forças que deram origem aos Ecologistas e à Frente Nacional na França, e aos Verdes e ao Republikaner na Alemanha, por exemplo. Por causa das restrições institucionais que dificultam o surgimento de novos partidos, mesmo que as mesmas forças estejam claramente presentes, essa divisão torna-se de difícil visualização nos Estados Unidos. No entanto, de acordo com o autor, as questões subjacentes à política mudaram profundamente no país, levando os partidos antigos a adotar a mesma nova agenda que em outras sociedades industriais avançadas (INGLEHART, 1997).

Como já se viu, o fato de as questões relacionadas à classe aparecerem como secundárias no debate político dos últimos anos tem sido apontado por Inglehart (2016a, 2016b, 2018a) e Norris e Inglehart (2017, 2019) como um fator determinante para a reação cultural que tem apoiado partidos e líderes conservadores hoje. Entretanto, é importante chamar atenção para o tratamento de aspectos como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo como questões de estilo de vida. Isso decorre, segundo se interpreta, do fato de que na teoria o elemento subjacente à dinâmica cultural central é a liberdade de escolha: a atividade humana é elaborada como, primeiramente, racional e utilitária. As pessoas que valorizam a liberdade de escolha buscam expressar a sua personalidade e, assim, atuar para maximizar o seu bem-estar subjetivo. Nesse sentido, decidir por casar-se ou realizar um aborto é uma questão de escolha e, por isso, de estilo de vida.

Conforme entendem Inglehart e Welzel (2009b), embora o desenvolvimento econômico tenda a trazer mudanças previsíveis nas visões de mundo das pessoas, é preciso considerar a herança valorativa das sociedades em que estão inseridas. No entanto, de acordo com Inglehart (2000) e Inglehart e Welzel (2009a), mesmo as orientações religiosas estão mudando. Isso porque, segundo o autor, o perigo físico leva à necessidade de se acreditar em um poder superior, o que acabou com a

sensação de segurança sem precedentes associada à paz, à prosperidade e ao Estado de bem-estar social. No entanto, a fase pós-moderna não acaba com a preocupação com o significado e o propósito de vida; embora as organizações religiosas estejam diminuindo, tem havido um redirecionamento das preocupações espirituais (INGLEHART, 2000; INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Em suma, a Teoria do Desenvolvimento Humano argumenta que a mudança intergeracional em direção aos valores de autoexpressão gero apoio para movimentos que defendem a paz, a proteção ambiental, os direitos humanos, a democratização e a igualdade de gênero e entre etnias. De acordo com Norris e Inglehart (2017), resultados desse processo foram, primeiramente, notados na política das sociedades afluentes por volta de 1968, quando a geração do pós-guerra teve idade suficiente para ter impacto político, desencadeando uma série de protestos estudantis. Os autores consideram que essa mudança cultural tem transformado as sociedades pós-industriais na medida em que os grupos mais jovens da população substituem os mais velhos. Conforme os pós-materialistas se tornam mais numerosos, salientam Norris e Inglehart (2017), trazem novas questões para o debate público e o conflito de classe social declina. Ademais, embora mais seguros financeiramente e mais educados, os pós-materialistas preferem partidos à esquerda do espectro político, apoiando a mudança cultural e desfalcando as fileiras conservadoras[62] (NORRIS, INGLEHART, 2017).

Inglehart e seus colaboradores, assim, mesclam características tipicamente liberais, como a valorização do indivíduo, com outras próprias da crítica ao liberalismo, como a rejeição do universalismo e a incorporação de demandas coletivas no debate que efetua, o que os leva a refletir sobre políticas afirmativas, como no caso das quotas para mulheres nos parlamentos. Entretanto, a rejeição ao universalismo parece alcançar seu limite quando se atenta para o fato de que mesmo os membros dos grupos minoritários são tratados na teoria como indivíduos em par de igualdade no debate público, quando a própria necessidade de que sejam agraciados com políticas afirmativas indica a desigualdade com que podem influenciar na política.

[62] Inglehart e seus colaboradores esperavam que os mais seguros financeiramente fossem conservadores e contrários a mudanças sociais, uma vez que estão em situação de privilégio. No entanto, seus achados mostraram que, por terem valores pós-materialistas, os indivíduos mais seguros financeiramente são altruístas, mantêm-se engajados em demandas por transformações sociais e, não raro, estão alinhados à esquerda do espectro político. Nesse sentido, os autores não fazem juízo negativo da esquerda liberal, mas sim do socialismo “real” ou das chamadas “democracias socialistas”, as quais não poderiam ser consideradas democracias pela ausência de liberdade.

Nesse sentido, os autores contam com o altruísmo e a tolerância por parte dos membros de grupos majoritários, em uma abstração idealizada do conflito político.

Veja-se essa perspectiva sob a ótica feminista apresentada por Phillips (2011, p. 341):

> Como argumentam Carole Pateman (1988), Zillah Eisenstein (1989), Iris Marion Young (1989) e outras, não há indivíduo neutro quanto ao gênero e, quando os liberais tentam lidar conosco apenas em nossa condição de cidadãs abstratas, estão desejando apagar não apenas diferenças de classe, mas aquelas que podem ser diferenças ainda mais intransigentes de sexo. A democracia liberal deseja ignorar (e o republicanismo cívico deseja transcender) todas as identidades e diferenças mais locais; na realidade, as duas tradições insinuam o corpo masculino e a identidade masculina em suas definições da norma. Os democratas liberais, em particular, acreditam ter estendido todos os direitos e liberdades necessários às mulheres ao permitir-lhes o voto nos mesmos termos dos homens. Isso é simplesmente inadequado, como até os indicadores mais crus (como o número de mulheres na política) mostram. A democracia não pode pairar acima da diferença sexual, mas tem que ser redefinida com essa diferença em mente. Uma implicação óbvia é que a democracia deve lidar conosco não apenas como indivíduos, mas como grupos.

Como Phillips (2011) assevera, muitos autores liberais abordam questões que envolvem discriminação e demonstram satisfação com a ocupação de espaço político por mulheres e minorias étnicas, mas ainda assim insistem em manter seu foco em indivíduos. Segundo a autora, a tendência desses autores é de requerer a remoção de obstáculos institucionais que bloqueiam o caminho dos indivíduos e de ver o problema como um desvio próprio de alguma norma preconceituosa remanescente. Nesse contexto, a perspectiva adotada por Inglehart e seus colaboradores parece não diferir da descrição elaborada por Phillips (2011), uma vez que os autores veem na participação política não convencional um meio de pressionar as elites para que institucionalizem direitos para grupos minoritários, bem como atribui a rejeição a esses grupos à manutenção de aspectos culturais tradicionais.

Entretanto, a noção levantada por Phillips (2011) de que entre autores liberais o apreço pelas liberdades civis e políticas os faz preterir ações afirmativas parece não se encaixar, à primeira vista, nos pressupostos da Teoria do Desenvolvimento Humano. Inglehart e seus colaboradores têm posicionamentos progressistas no que se refere às questões de gênero, étnicas, ambientais, culturais e não se opõem a ações afirmativas, como se poderia conjecturar, inclusive, a partir de uma aproximação ao corolário neoliberal. Isso porque, a preocupação dos autores é de demonstrar que desdobramentos variados da política, mesmo as ações afirmativas,

acontecem sob uma perspectiva cultural de longo prazo. Assim, quando movimentos feministas requisitam por procedimentos institucionais que dissipem a diferença de poder político entre homens e mulheres, a interpretação dos autores é de que essa mobilização se constituiu somente porque mulheres com valores de autoexpressão prioritários, como indivíduos emancipados de qualquer autoridade, se organizaram para requerer direitos que os garantam ainda mais liberdade. Ou seja, na Teoria do Desenvolvimento Humano a ação coletiva pode ser explicada pela mudança cultural: uma vez emancipados de autoridades dogmáticas e políticas, os indivíduos unem-se em prol de demandas comuns e pressionam as elites.

Essa emancipação, como se viu, se dá a partir da priorização da liberdade individual. Sob essa ótica, Inglehart e seus colaboradores reconhecem a importância da ação coletiva, mas seu compromisso normativo com o liberalismo os mantém atrelados ao individualismo. A crítica de Phillips (2011) aos pressupostos liberais está posta no sentido de afirmar que a diferença prévia de níveis de poder impacta, inclusive, a resistência a demandas minoritárias em relação àquela efetuada sobre demandas normativas. Segundo a interpretação de Phillips (2011, p. 344) sobre os pressupostos da democracia liberal, “Significa que as mulheres não continuarão a ser ativamente excluídas, mas deixa a elas, enquanto indivíduos, a conquista de suas novas oportunidades de envolvimento”.

Isso porque, Phillips (2011) parte do princípio de que o foco no indivíduo se concentra em afirmar a igualdade entre homens e mulheres, reduzindo a relevância do sexo. Sob a perspectiva da autora, reconhecer a diferença entre os grupos sociais é essencial para compreender a desigualdade com que cada grupo tem condição de influir na política. Phillips (2011), ainda, pontua que o desejável seria que não fosse mais preciso marcar a diferença entre grupos sociais, mas esse é um futuro distante, na medida em que as estruturas políticas e econômicas das sociedades contemporâneas exibem alto grau de discriminação sexual, étnica e racial. Inglehart e seus colaboradores parecem estar atentos a esse fenômeno quando propõem a mudança cultural como essencial para a alteração das normas e instituições políticas discriminatórias, mas não fogem da normatividade liberal ao elaborarem sua proposta a partir da lógica do livre mercado, do individualismo e, nesse sentido, de uma perspectiva normativa do indivíduo, como se a sua constituição como membro de um grupo não implicasse diferença a priori politicamente relevante.

Phillips (2011), ainda, argumenta que nenhuma das identidades coletivas de grupo constituem as pessoas por si só, devendo-se atentar para a multiplicidade de identidades. A autora não defende que a representação nos espaços públicos deva sempre ser pensada em termos de grupo, na medida em que reconhece a existência de intersecções e de crenças individuais. No entanto, busca asseverar que por trás da noção de direitos iguais à participação e ao voto, os grupos minoritários mantêm-se na luta por direitos, enquanto essa luta inexiste para os grupos normativos. Nesse sentido, por exemplo, ainda que cada vez mais a rejeição às pautas de gênero seja menor, ela existe para as mulheres e não para os homens. O mesmo em relação a grupos étnicos, raciais, religiosos: o fato de que a eles precise ser permitido algo já indica a condição de desigualdade com que participam da política. De acordo com Phillips (2011, p. 351), se a igualdade entre indivíduos "for continuamente minada por padrões de patronagem, subserviência e condescendência, então a sociedade não é democrática".

Para Phillips (2011), sob uma perspectiva de gênero basta considerar as consequências políticas da divisão do trabalho: com menor tempo e menor confiança para a vida pública, as mulheres acabam tendo um papel político menor. A insistência liberal com a divisão entre público e privado oculta e legitima a desigualdade, mantendo a idealização de pretensos direitos iguais à participação política (PHILLIPS, 2011). Inglehart e seus colaboradores contam com a alteração dos papeis de gênero pela valorização da liberdade individual: pessoas que priorizam valores de autoexpressão tendem a apoiar demandas de gênero, étnicas e raciais, ainda que não façam parte desses grupos. Trata-se de uma visão decorrente da tradição normativa em que estão inseridos, que tende a sugerir possibilidades ideais de consenso, o que despolitiza as lutas de grupos minoritários, uma vez que as demandas desses grupos não raro são conflitantes com aquelas encampadas por grupos majoritários, afrontando, inclusive, a máxima da liberdade individual.

Na seção adiante, argumenta-se que a Teoria do Desenvolvimento Humano aposta na construção de um *ethos* cívico liberal, isto é, na formação de sociedades com valores liberais majoritários, apesar de procurar distanciar-se da ideia de convergência cultural apontada como problemática pelos críticos das teorias da modernização. Ademais, procura-se demonstrar que isso decorre da valorização do modelo liberal de democracia como o único capaz de fornecer liberdades civis e políticas.

6.3 Mudança cultural e homogeneização cultural: a construção de um *ethos* cívico liberal

Como se viu no capítulo 2, a pretensa homogeneização de culturas foi apontada com reprovação pelos críticos das teorias da modernização. Embora outros autores tenham se dedicado a revisar esse ponto, sobremaneira, Inglehart e seus colaboradores buscaram veementemente rechaçar a ideia de homogeneização cultural. Sua revisão parte do pressuposto de que traços culturais atinentes à trajetória de determinada sociedade, tais como religião e outros aspectos culturais tradicionais, não podem ser alterados com facilidade pela modernização.

Nesta seção, entretanto, pretende-se demonstrar que a Teoria do Desenvolvimento Humano, apesar da ressalva quanto à impossibilidade de convergência cultural, propõe a uniformidade de valores ligados à livre escolha como mais favorável a dinâmica que apresenta. A despeito de pontuar a persistência de traços culturais tradicionais e religiosos particulares de cada sociedade, os autores não estão isentos de terem sugerido uma realidade cultural futura, decorrente da substituição das gerações, de predomínio de uma cultura política ligada ao desenvolvimento econômico e ao individualismo. Mesmo em sociedades que mantêm fortes traços religiosos e culturais tradicionais, pela lógica apresentada, a desejada democracia somente poderá ser instalada quando tais traços sejam diminuídos ao máximo e os valores predominantes sejam os de autoexpressão. Nesse sentido, a Teoria do Desenvolvimento Humano apresenta uma perspectiva de democratização que depende de uma certa forma de convergência cultural, muito embora a construção da narrativa dos autores busque fazer crer não se tratar disso.

A ideia de desenvolvimento humano está fundada no pressuposto de que a modernização produz mudanças culturais que, em certo momento, tornam a autonomia individual prioridade na vida das pessoas. Esse processo, que Inglehart e seus colaboradores denominam de *emancipação,* tornaria as pessoas mais dispostas a contrapor autoridades, o que favoreceria demandas por democratização. Então, a dinâmica de mudança cultural, nas palavras de Inglehart e Welzel (2009a, p. 19), fariam “da democracia o resultado institucional lógico”. Os autores, inclusive, salientam que um equívoco das teorias da modernização foi ter deixado a importância da mudança cultural em segundo plano, quando o florescimento de uma nova cultura

que se propague por todos os grandes domínios da vida é essencial ao avanço da democracia liberal (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Inglehart e Welzel (2009a, p. 20) enfatizam que, “Entretanto – apesar da globalização – o mundo não está se tornando homogêneo e a marca das tradições culturais não está desaparecendo”. A lógica dos autores é que essas mudanças culturais mais profundas somente ocorrem em níveis muito elevados de desenvolvimento econômico, o que é uma tendência recente e própria de apenas algumas sociedades, as sociedades pós-industriais. Inglehart e Welzel (2009a, p. 20), em seguida, ressaltam que a mudança cultural “surge em sociedades em desenvolvimento na medida em que estas alcançam um crescimento sustentável”. Assim, sociedades de baixa renda e muitas sociedades pós-comunistas manteriam um sistema de valores dificilmente mutável, que imporia restrições a autoexpressão.

Entretanto, é possível depreender da teoria que, sendo a dinâmica da democratização explicada a partir da expansão da modernização e da consequente passagem das mais diversas sociedades para fase pós-industrial, níveis elevados de desenvolvimento econômico e a consequente mudança cultural são potenciais nos mais diversos países ao redor do mundo. Não por outro motivo o *World Values Survey* monitora periodicamente a mudança cultural em cerca de 100 sociedades. Além disso, uma noção-chave da teoria é que sem que passem por um processo de mudança cultural, os países de baixa renda, provavelmente, não serão democráticos ou terão democracias apenas minimamente efetivadas, ou seja, a expansão da democracia desejada necessita da mudança cultural impulsionada por altos níveis de industrialização. Ocorre que para rechaçar a ideia de homogeneização cultural, Inglehart e seus colaboradores afirmam que aspectos tradicionais próprios da trajetória de cada sociedade são muito dificilmente alteráveis. Entretanto, esses aspectos culturais remanescentes aparecem na teoria como agentes a atrasar a dinâmica de mudança cultural, mas não a impedi-la. Ou seja, embora os autores afirmem considerar a trajetória cultural de cada sociedade, a regra geral da teoria, que depende da mudança cultural em direção aos valores liberais, é elaborada a despeito disso. Do contrário, isto é, se não houvesse entre os autores a crença de que a mudança cultural pudesse ser concretizada, ainda que a passos lentos, a Teoria do Desenvolvimento Humano não seria considerada aplicável à maioria dos países que abrange.

Isso leva a crer que Inglehart e seus colaboradores defendem a possibilidade de que todas as sociedades ao redor do mundo possam alcançar níveis pós-industriais e, assim, convergirem no que diz respeito à cultura de valorização do indivíduo e da liberdade individual. Logo, parece coerente pensar-se que a pretensa perseverança de valores religiosos e culturais tradicionais anunciada por Inglehart e seus colaboradores, na verdade, precisa ser diminuída ao máximo para que a lógica da Teoria do Desenvolvimento Humano seja posta em marcha. Com efeito, tal teoria tem melhor perspectiva de desenvolvimento na realidade quando esses empecilhos culturais, que restringem o que denominam de liberdade humana, são desfeitos ou minimizados ao extremo.

Os autores negam que a democracia possa ser facilmente estabelecida em qualquer sociedade independentemente de sua cultura subjacente: uma premissa substancial da teoria é que a cultura política precisa mudar em direção à priorização em massa da liberdade individual. Inglehart e Welzel (2009a, p. 23, grifos dos autores) explicam que, a partir de um determinado ponto da mudança cultural, "torna-se cada vez mais difícil *evitar* a democratização. Assim, a modernização produz mudanças culturais que levam ao surgimento e florescimento de instituições democráticas". Veja-se o que descrevem Inglehart e Welzel (2009a, p. 35):

> Pessoas em diferentes sociedades veem o mundo de forma diferente e têm valores surpreendentemente diferentes. Em alguns países, 95% delas dizem que Deus é muito importante em suas vidas; em outros, apenas 3% compartilham dessa opinião. Em algumas sociedades, 90% dos indivíduos acreditam que, se o emprego é escasso, os homens têm mais direito a um trabalho do que a mulher; em outros, apenas 8% pensam dessa forma. Essas diferenças transnacionais são sólidas e resistentes, mas, como esse livro irá demonstrar, esses e muitos outros valores importantes estão mudando gradativamente em países desenvolvidos em todo o mundo.

Ao argumentar que a mudança cultural depende da trajetória de cada sociedade, Inglehart e seus colaboradores pretendem afirmar que sociedades historicamente protestantes, ortodoxas, islâmicas, confucionistas etc. manterão zonas culturais sólidas atinentes a aspectos religiosos próprios. Para Inglehart e Welzel (2009a, p. 40), a ideia de convergência de valores parte de "noções simplistas de globalização", pois, como já se referiu, os autores não acreditam que as sociedades estejam se movendo na mesma direção e na mesma velocidade, bem como defendem que, ainda que estivessem, a distância entre elas se manteria, não permitindo convergência. Assim, justificam a inexistência de qualquer intenção de defender a

convergência cultural, mas, ao mesmo tempo, demandam por sistemas de valores que trilhem a mesma direção nas mais variadas sociedades.

Veja-se como explicam Inglehart e Welzel (2009a, p. 40): os sistemas de valores de diferentes países estão “movendo-se na mesma direção sob impacto das forças poderosas da modernização”. Isto é, os autores afirmam a existência de uma mudança de valores unidirecional, para apenas algumas linhas adiante, na mesma página, pôr em dúvida esse movimento. Afora isso, a crítica da homogeneidade cultural não se refere à velocidade da mudança de valores em cada sociedade, mas sim ao fato de que, em algum momento, ocorrida a mudança cultural requerida, os sistemas de valores de muitas sociedades tornarem-se semelhantes. Inglehart e seus colaboradores afirmam que a trajetória das sociedades importa justamente por controlar a velocidade com que a mudança cultural ocorre: sociedades com fortes traços culturais tradicionais tendem a ter mudanças culturais mais tardias. Não obstante isso, o esperado, em tese, é que essas sociedades, em algum momento, também se democratizem ou vejam suas democracias avançarem ao alcançarem elevados níveis de modernização[63].

Interessante notar que Inglehart e Welzel (2009a, p. 41) parecem admitir uma ideia de homogeneização cultural, embora não aceitem que se deva à comunicação global.

> Essas mudanças não refletem uma tendência homogeneizante – elas não podem ser atribuídas, por exemplo, ao impacto de uma rede de comunicação global que, acredita-se, transmite um conjunto comum de novos valores em todo o mundo. Se esse fosse o caso, as mesmas mudanças de valores ocorreriam em todas as sociedades expostas à comunicação global. Mas não é isso o que está acontecendo, como demonstraremos. Essas mudanças de valores *não* estão ocorrendo em sociedades que vêm sofrendo quedas acentuadas de seus padrões de vida tais como os estados pós-soviéticos, embora essas sociedades estejam integradas à rede de comunicação global. Essas mudanças ocorrem somente quando as pessoas de uma determinada sociedade vivenciaram altos níveis de prosperidade econômica por longos períodos de tempo (grifo dos autores).

Ou seja, os autores afirmam não se tratar de homogeneização cultural, na medida em que não decorre da comunicação global; se assim o fosse, as sociedades

[63] A teoria requer que as sociedades ao redor do mundo se industrializem de modo a chegar na fase pós-industrial. Com a globalização, no entanto, as sociedades de baixa renda parecem estar em pé de desigualdade em relação às sociedades de alta renda. Inglehart (2018a) nega prejuízo às sociedades de baixa renda no mercado global e parece crer na possibilidade de que essas sociedades possam atuar de maneira paritária. Sobre isso tratou-se no capítulo 5.

de baixa renda já teriam novos sistemas de valores. As mudanças culturais somente ocorrem em países de alta renda e, seguindo a lógica da teoria, ocorrerão nas demais sociedades quando elas adiantarem a sua industrialização. Logo, é preciso que a industrialização avance e se expanda para que as sociedades periféricas tenham um novo sistema de valores. Nesse sentido, parece patente que, embora possa não estar sendo mobilizada pela comunicação global, certa forma de homogeneização cultural está sendo impulsionada pelo capitalismo global.

Inglehart e Welzel (2009a) negam, também, essa possibilidade, embora reconheçam que o capitalismo tenha se tornado um meio de vida quase universal. Mais uma vez abstraindo de sua compreensão os aspectos políticos atinentes à posição das variadas sociedades no capitalismo global, os autores argumentam que os fatores internos, ligados à trajetória, continuam a estruturar a organização de economias e sociedades. Segundo entendem Inglehart e Welzel (2009a, p. 43), “Pode-se afirmar de imediato, que os jovens em todo o mundo estão usando jeans, comunicando-se pela internet e bebendo Coca-Cola. Já a persistência de diferenças de valores subjacentes é menos óbvia – mas igualmente importante”. Ou seja, os autores acabam por resumir os fatores decorrentes da globalização capitalista a atividades de consumo.

Nesse sentido, é importante destacar o entendimento presente na literatura de que a globalização implica a disseminação de processos de caráter e abrangência local como modelos para outras sociedades. As sociedades que recebem a influência sofrem impacto em suas práticas de consumo, mas também em outros setores, como nas práticas de mercado, sociais e políticas. Como a Teoria do Desenvolvimento Humano evita abordar elementos atinentes à política, a fim de possibilitar a sua constituição como uma regra geral de longo prazo, acaba por não problematizar outras implicações da globalização, como a articulação entre grandes interesses econômicos e políticas governamentais, sempre postas como exceções ou efeitos periódicos. Enquanto isso boa parte da literatura considera que o discurso hegemônico da globalização econômica e política não logrou oferecer soluções para as crises financeiras globais, para as desigualdades sociais e para a violência, posta em termos de terrorismo, conflitos étnico-culturais, entre outros (BURITY, 2001).

Inglehart e seus colaboradores elaboram suas previsões a despeito disso, como se a própria expansão capitalista e inserção das sociedades periféricas no mercado global não fizessem parte dessa dinâmica. Por outro lado, Fraser (2009)

defende que a globalização parece estar redefinindo as fronteiras dos Estados nacionais, trazendo novos atores para o cálculo da política e intensificando relações desiguais na economia, na política e na cultura. Ao mesmo tempo, o predomínio ideológico mundial do neoliberalismo tem financeirizado todas as esferas da vida social (FRASER, 2018). Em suma, a globalização não implica o contato horizontal e igualitário de países e pessoas, de modo que não se resume à tendência de vestimenta e alimentação, muito embora o consumo seja um fator essencial a ser problematizado do ponto de vista do debate sobre o capitalismo global (BURITY, 2001).

Ademais, uma crítica elaborada às teorias da modernização que Inglehart e seus colaboradores buscam veemente rechaçar diz respeito à noção de que a modernização possa representar ocidentalização. Inglehart (1997, p. 11, tradução nossa), nesse sentido, afirma:

> Rejeitamos a perspectiva etnocêntrica daqueles que equipararam modernização a 'ocidentalização': em um ponto da história, a modernização foi concentrada no Ocidente; hoje é evidente que o processo é global e que, de certa forma, o leste da Ásia está passando pelo processo de modernização. [...] O protestantismo era exclusivamente ocidental, mas a racionalidade aquisitiva não é. Embora a industrialização tenha ocorrido primeiro no Ocidente, a ascensão do Ocidente foi apenas uma versão da modernização.

Ou seja, desconsiderando o cerne da crítica em relação à expansão da modernização e dos processos dela decorrentes desde o Ocidente, o autor rejeita a atribuição de etnocentrismo, justamente sob o argumento de que o Oriente também está passando pelo processo de modernização. De acordo com Inglehart e Welzel (2008), não é possível conceber-se que apenas os ocidentais desejem por liberdades civis e políticas, as quais, segundo entendem, somente são possíveis nas democracias capitalistas. Os autores argumentam que as liberdades não são exclusivamente ocidentais e o desejo por livre escolha e autonomia são aspirações universais. Para Inglehart e Welzel (2008), embora sociedades não-ocidentais possam estar oprimidas por necessidades de sobrevivência, na medida em que têm essas necessidades atendidas, ou seja, em que se modernizam, tendem também a dar prioridade cada vez mais alta às liberdades.

Os autores reconhecem que as instituições democráticas são próprias do Ocidente, mas, como sua teoria tem no desejo humano pela livre escolha seu elemento-chave, acreditam que muito dificilmente as sociedades não ocidentais

poderão resistir à democracia liberal na medida em que se modernizam. Cenários que não se encaixam nessa regra geral, sempre que possível protegida, são justificados como exceções: é o caso de países árabes do Oriente Médio, que embora ricos, não são democráticos. Inglehart e Welzel (2009a) explicam que o problema desses países está no fato de que a renda não chega à população, o que, segundo se entende, torna ainda mais evidente a relevância das políticas governamentais para a trajetória descrita.

Em suma, os autores acreditam que a modernização não significa valorização da sociedade ocidental, já que hoje em dia o leste da Ásia está na vanguarda da modernização, mas que, simplesmente, no decorrer da história, alguns padrões de organização social tornaram-se dominantes. Nas palavras de Inglehart (1997, p. 17, tradução nossa), “não há nada etnocêntrico na concepção de que a mudança social tenda a seguir trajetórias coerentes e amplamente previsíveis”. Outra diferença crucial, para o autor, está no fato de que a ocidentalização ou o imperialismo ocidental foi imposto às sociedades não ocidentais, enquanto a modernização foi adotada por quase todas as sociedades ocidentais e não ocidentais de forma voluntária. Nesse sentido, de acordo com Inglehart (1997, p. 25, tradução nossa), “[a modernização] está sendo perseguida hoje com muito mais entusiasmo no mundo não ocidental do que no Ocidente”.

Inglehart (1993) destaca que, além de não ser etnocêntrico, não tem nada de conservador e reacionário em perceber que a população dos países socialistas não estava satisfeita com as ditas “democracias populares”, como achados seus e de outros autores da área da Cultura Política fazem ver. Para o autor, essas são apenas constatações possíveis a partir de testagens empíricas. Por exemplo, Almond (1983 *apud* INGLEHART, 1993) tinha a percepção de que o comunismo seria um teste crucial para a teoria da Cultura Política, isto é, esse autor acreditava que, se a cultura não pudesse remodelar as instituições, a vida sob o regime comunista promoveria o predomínio de valores próprios da ideologia dominante. No entanto, isso não ocorreu: mesmo sob a égide comunista, países como Polônia, Hungria e Tchecoslováquia tiveram valores liberais predominantes, os quais auxiliaram nas transformações das instituições políticas e na consequente queda do comunismo. Por isso, segundo Inglehart (1993), ideológicas ou não, premissas da teoria da Cultura Política, como as adotadas por Almond (1983 *apud* INGLEHART, 1993), estavam empiricamente corretas.

Não obstante Inglehart e seus colaboradores se oponham a ideia de levar por via coercitiva a democracia liberal a outros países, o fazem por acreditar que a democracia liberal somente tem condições de se manter sob condições culturais adequadas, isto é, sob uma cultura política centrada na liberdade individual e na autoexpressão. No entanto, um aspecto levantado pelos críticos diz respeito ao fato de que, mesmo em termos culturais, a modernização tem representado ocidentalização mediante influência em relação à valores ocidentais, sobretudo, vindos de países centrais do capitalismo (BURITY, 2001). Além disso, como afirma Burity (2001, p. 3), a globalização “desencadeia uma lógica que não exige o fim das referências locais, mas as reinscreve num terreno em que estas não mais podem se definir pelo isolamento nem tampouco pela territorialidade”. O autor alerta também, que, sob o ponto de vista econômico, a articulação e interdependência entre países torna-se cada vez menos uma questão de escolha.

Inglehart (2018a) não está alheio ao diagnóstico de domínio das mais diversas esferas da vida pelo mercado, tanto que, ao abordar as possibilidades de plena secularização das sociedades altamente industrializadas, afirma não acreditar na possibilidade de desaparecimento da religião, entre outros motivos, porque no mundo pós-industrial, voltado para as ideias, uma nova versão da religião que permita espaço para autonomia individual pode gerar um crescente mercado para empreendedores. De acordo com o autor, durante a maior parte do século XX os cientistas sociais passaram a dizer que a religião estava desaparecendo, com a secularização decorrente da modernização tornando-se prioridade. De acordo com o autor, nos últimos anos, no entanto, o crescimento do fundamentalismo religioso tem desafiado essa tese e uma crítica promissora tem sugerido que a religião é um fator permanente na sociedade humana. Para uma corrente teórica baseada no mercado, afirma Inglehart (2018a), é a própria maximização da livre escolha e da competição que possibilita às pessoas comprarem cada vez mais produtos religiosos e às igrejas competirem entre si por fiéis. Assim, o grau de engajamento das congregações define o seu declínio ou crescimento. No entanto, segundo Inglehart (2018a), os teóricos do século XIX, como Weber, não estavam completamente errados, pois, embora duradoura, a religião não é um fator imutável e vem sendo ressignificada.

Assim, para Inglehart (2018a), apesar de poucas pessoas frequentarem a igreja na Europa protestante atual, as sociedades que foram historicamente moldadas pelo protestantismo continuam a manifestar um conjunto distinto de valores e crenças. O

mesmo, de acordo com o autor, se aplica às sociedades historicamente católicas, islâmicas, ortodoxas ou confucionistas. Entretanto, na fase da industrialização, segundo o autor, o papel da religião se torna menos importante e, mesmo nas sociedades pós-industriais, a capacidade das autoridades religiosas estabelecidas para ditar ordens às massas está desmoronando rapidamente. Mas as preocupações espirituais, amplamente definidas, não estão desaparecendo: a vida espiritual está sendo transformada em formas cada vez mais compatíveis com a autoexpressão individual (INGLEHART, 2018a).

Implicitamente, quando a teoria argumenta que as religiões estão sendo ressignificadas para englobar modelos que convirjam com a liberdade individual, parece coerente interpretar-se que, então, as formas tradicionais de religião estão em declínio, enquanto uma nova religiosidade tem surgido. Assim, não se trata da persistência de valores religiosos tradicionais, mas do surgimento de novos valores atrelados à liberdade individual que, ao espalharem-se ao redor do mundo, fazem diminuir cada vez mais a importância dos valores tradicionais religiosos de cada sociedade. Aparece claro que a trajetória da Teoria do Desenvolvimento Humano, que aposta na priorização de valores de autoexpressão, depende de que os valores tradicionais de qualquer tipo, sobretudo, os religiosos, deixem de ser prioridade. Nesse sentido, o próprio argumento levantado por Inglehart e seus colaboradores de que a religião é dificilmente mutável, acaba por depor contra a sua teoria: afirmar que a trajetória cultural tradicional importa implica assumir que a regra geral "desenvolvimento econômico - mudança cultural - democracia" não dá conta por si só de apresentar as minúcias dos processos políticos ao redor do mundo (e isso Inglehart e seus colaboradores, de certa forma, o fazem), mas também transparecer que a trajetória descrita depende da diminuição da ênfase em religião em cada sociedade e da priorização de uma nova forma cultural comum a todas as sociedades (e isso os autores procuram negar).

Assim, sem abster-se de procurar reproduzir a normatividade liberal nas mais diversas sociedades ao redor do mundo, a Teoria do Desenvolvimento Humano enfatiza a mudança cultural como condição imprescindível para a democratização e o avanço da democracia, de modo a propor a expansão do *ethos* cívico fundado no bem-estar individual, o que acaba por abstrair a existência de comunidades e grupos locais e identitários da trajetória descrita, como se não fossem parte fundante do próprio indivíduo. Ou seja, ao pretender que os valores liberais sejam prioritários, os

autores evitam elaborar uma proposta que considere a inserção de grupos e comunidades tradicionais. Embora refiram estar cientes da importância dos aspectos culturais remanescentes dessas sociedades para a possibilidade de mudança cultural, os autores tratam os seus membros como indivíduos, os quais esperam que se afastem de valores, atitudes e comportamentos tradicionais de grupo, religiosos e comunitários a ponto de priorizarem a liberdade individual. Nesse sentido, Inglehart e Welzel (2009a) referem que sua teoria se aplica à democracia liberal não apenas porque esse é o modelo hegemônico, mas porque a trajetória que propõem está ideologicamente fundada sobre aspectos próprios do liberalismo político e econômico.

Nesse sentido, não se pode deixar de pontuar que a herança colonial é mencionada por Inglehart e Welzel (2009a) na estratificação dos *clusters* no mapa cultural, mas que essa é a única perspectiva elaborada na teoria em relação aos traços coloniais remanescentes, isto é, os padrões culturais tradicionais são apresentados para rejeitar a ideia de homogeneização cultural. Uma crítica importante enfatiza o fato de que a independência e a formação de Estados nacionais não dissiparam a lógica colonial de subjugação das culturas originais, que naturalizou o colonialismo no imaginário da população e permaneceu nas estruturas sociais sob impacto do imperialismo e do capitalismo (SILVA, BALTAR; LOURENÇO, 2018). Assim, até mesmo a produção do conhecimento seria dominada pela hegemonia eurocêntrica em países colonizados (QUIJANO, 1992).

Inglehart e seus colaboradores, entretanto, afirmam que traços culturais atinentes à história da sociedade permanecem, rechaçando a noção de que as culturas das sociedades possam convergir em dado momento. Fazem isso a fim de garantir que, não obstante os valores liberais tornem-se prioridades a partir da mudança cultural que preveem, não há possibilidade de homogeneização de culturas. Entretanto, é importante salientar que, apesar de considerarem a herança cultural em sua teoria e em suas análises, os autores não procuram ressignificar a normatividade democrática para inserir grupos culturais distintos, mas sim mantêm o tratamento fundado na autonomia individual. Inglehart e seus colaboradores, nesse sentido, não tecem qualquer crítica à relação entre capitalismo e imperialismo e, inclusive, fomentam a expansão dos valores liberais ao redor do mundo, propondo uma outra forma de expansão cultural não original.

Conclusão

Iniciou-se este capítulo retomando e aprofundando o conceito de mudança cultural na Teoria do Desenvolvimento Humano, a fim de introduzir noções importantes para o argumento desta tese, como as ideias de que a ênfase no indivíduo apaga as diferenças de condições de influência na política. Nesse sentido, argumentou-se que essa perspectiva elimina questões políticas de alta relevância da trajetória da democratização e do avanço da democracia que a Teoria do Desenvolvimento Humano descreve, bem como que isso ocorre em razão da necessidade de tal teoria de constituir-se como uma regra geral de longo prazo replicável em um número elevado de sociedades, apesar de suas especificidades.

Na seção seguinte, aprofundou-se o debate sobre a noção de mudança cultural, alegando-se que Inglehart e seus colaboradores partem de uma perspectiva universalista, em que todos devem ser tratados igualmente no debate público por sua condição de indivíduo e de sujeito de direitos. Nesse sentido, destacou-se que os autores contam com a alteração dos papeis de gênero, raça, etnia etc. pela valorização da liberdade individual, defendendo que indivíduos com valores de autoexpressão prioritários tendem a apoiar demandas de gênero, étnicas e raciais, ainda que não façam parte desses grupos.

Ao final, procurou-se pontuar que, apesar de afirmar a persistência de traços culturais tradicionais e religiosos particulares de cada sociedade, os autores acabam por sugerir uma realidade cultural futura de predomínio de uma cultura política ligada ao desenvolvimento econômico e ao individualismo. Inglehart e seus colaboradores procuram negar a defesa da convergência cultural sem debater o cerne do argumento dos críticos, de forma a desprivilegiar discussões importantes sobre o impacto da globalização e da política econômica dominante para a vida cultural, social e políticas das variadas sociedades ao redor do mundo. Nesse sentido, Inglehart chega a adotar a explicação frágil de que, simplesmente, alguns padrões de organização social tornaram-se dominantes no decorrer da história, negligenciando o fato de que cada vez mais as decisões políticas frente ao mercado global reduzem as possibilidades de escolha.

Ademais, cumpre relembrar a tese de Inglehart e seus colaboradores de que a mudança cultural permite a chegada de ditas “demandas por mais liberdade” ao âmbito da política, isto é, os indivíduos com valores pós-materialistas têm maior

disposição para pressionar os governos por tais demandas. Nesse sentido, é importante destacar que, para além de um movimento cultural decorrente da modernização, no âmbito da política parece ter havido a passagem controlada de poder político a grupos minoritários, isto é, a atuação política desses grupos foi possível não apenas pelo altruísmo dos setores dominantes da sociedade, mas a partir de uma permissividade em troca da continuidade do capitalismo financeirizado. Interpreta-se, junto a Mouffe (2015), que essas são questões inerentemente políticas por justamente serem objeto de conflitos sociais. Assim, é válido considerar-se que a proposta consensual de resolução de conflitos, própria do itinerário liberal, traz resultados apenas temporários ou aparentes, na medida em que o conflito não deixa de existir, mas é apenas pacificado a partir de permissividades momentâneas e convenientes. É a aprofundar esse tema, entre outros aspectos, que se dedica o capítulo seguinte.

Capítulo 7 – Individualismo e ação política coletiva

A ênfase no indivíduo tem sido igualmente defendida e criticada ao longo da história humana. De um lado, a afirmação de que a ênfase individual emancipa as pessoas da autoridade e de outro a interpretação de que mesmo tal ênfase é capaz de oprimir o indivíduo. Por isso, a liberdade moral do indivíduo na esfera pública tem estado no centro do debate sobre a transformação da sociedade na fase posterior à modernização (GARCÍA, 2011). Com efeito, tem predominado uma constante tensão entre o interesse individual e a vontade coletiva, que, por um lado, leva à depreciação da esfera privada frente à pública e, por outro, gera censura à dissidência individual em relação ao coletivo (RAMIREZ, 2011).

A crítica mais influente da ênfase individual tem origem em Marx, que salientava a impossibilidade da existência de sujeitos independentes, isto é, não produzidos historicamente e pelo contexto social. Segundo o entendimento de Marx, conforme explica Scotini (2011, p. 1, tradução nossa), “o homem consegue se colocar como indivíduo isolado, como um ser único distinto dos demais, apenas no interior das relações sociais formadas”. Ou seja, as relações sociais conduzem o indivíduo a identificar necessidades externas a si e de interesse privado seu. A crítica de Marx dirigia-se, especialmente, a Smith e Rousseau, autores os quais, considerava, tomavam o indivíduo à priori, relegando, assim, às relações e aos acontecimentos sociais o papel de corromper ou desvirtuar o caminho individual, o que caberia à política recompor (SCOTINI, 2011).

A crítica originada em Marx ganhou eco na literatura crítica ao liberalismo e, consequentemente, à democracia liberal. Inglehart e Welzel (2009a) dão conhecimento de sua opção pela versão capitalista da teoria da modernização, fazendo referência a Smith, sob o argumento de que o determinismo de Marx estava equivocado. Por isso, desde as primeiras publicações em revisão às teorias da modernização, Inglehart e seus colaboradores apontam de maneira deliberada as

falhas da versão socialista e salientam os acertos da versão capitalista. Não por outro motivo, Inglehart e Welzel (2009a) destacam a aplicabilidade exclusiva de sua teoria à democracia liberal, o que atribuem ao relevo oferecido por esse modelo à liberdade individual – essa, sim, uma opção teórica. Entretanto, mais do que isso, o próprio destaque da liberdade individual decorre da tutela que os autores oferecem às versões capitalistas da teoria da modernização e, em consequência, à ideia de que a liberdade somente existe em termos individuais e sob a égide do liberalismo. Por isso, em sequência ao que já se vem argumentando nos capítulos anteriores, atribui-se à tal teoria estar atrelada à normatividade hegemônica, que controla e limita o próprio significado de democracia globalmente aceito.

Nesse sentido, para Inglehart e seus colaboradores, as normas culturais não são simples ferramentas da elite dominante, como afirmam os críticos das teorias da modernização, do liberalismo e da democracia liberal. Inglehart (1993, p. 20) chega a afirmar que “A Lei de Ferro da Oligarquia está sendo enfraquecida”. Em sua teoria, a comunicação e a possibilidade de consenso são os elementos que possibilitariam um individualismo não egoístico. Assim, neste capítulo procura-se desenvolver o entendimento de Inglehart e seus colaboradores sobre individualismo, coletivismo e ação política coletiva e desenvolver a importância da noção de bem-estar individual para o argumento defendido na teoria, para, então, arguir que aspectos atinentes à responsabilização e à identificação política coletiva são postergados na Teoria do Desenvolvimento Humano, demonstrando, assim, as implicações para isso da normatividade a que está atrelada.

7.1. Bem-estar individual e individualismo como evolução cultural: a construção do coletivismo como prejudicial à democracia

Inglehart (1997) busca estabelecer vínculos notavelmente fortes entre características de nível macro, como é a democracia estável, e características de nível micro, como confiança, tolerância, valores pós-materialistas e bem-estar subjetivo. Em razão da ênfase dada por sua teoria ao indivíduo, o bem-estar subjetivo tem papel essencial na explicação da estabilidade da democracia que desenvolve. Para Inglehart (1997), a industrialização demonstrou-se – sobretudo, para sociedades de baixa renda, mas também sob o ponto de vista individual – uma forma atraente de

enriquecer. Nesse sentido, o autor procura demonstrar que o desenvolvimento econômico é propício ao bem-estar subjetivo.

Inglehart (1997) demonstra que a ênfase na conquista econômica aumenta acentuadamente com o processo de modernização decorrente da industrialização, mas em determinado momento estabiliza. Para o autor, as sociedades em que os pós-materialistas se tornam maioria logo passam a ter taxas de crescimento econômico mais baixas em relação às sociedades de maioria materialista. Isso porque, o pós-materialismo retira o foco das questões econômicas, fazendo diminuir a motivação das pessoas para requerer por mais prosperidade financeira, pois consideram a segurança existencial garantida. De acordo com Inglehart (1997, p. 36, tradução nossa), “A pós-modernização enfatiza cada vez menos o crescimento econômico, mas também os desenvolvimentos científico e tecnológico que o tornam possível; a ênfase passa de lidar com a sobrevivência para maximizar o bem-estar subjetivo”.

Por isso, de acordo com Inglehart (1997), sob o aspecto econômico, as sociedades onde os pós-materialistas são maioria demonstram uma ênfase crescente no bem-estar subjetivo, isto é, em fatores que implicam a melhora da qualidade de vida. Conforme explica o autor, os objetivos centrais da modernização, como o crescimento econômico e a conquista econômica individual, ainda são valorizados, mas sua importância relativa entra em declínio. Além disso, segundo Inglehart (1997, p. 44, tradução nossa), “Há também uma mudança gradual no que motiva as pessoas a trabalhar: a ênfase passa de maximizar a renda e a segurança no emprego para uma crescente insistência no trabalho interessante e significativo”.

Segundo o autor, essa nova configuração própria do período pós-moderno faz com que haja uma ênfase crescente em modelos de gestão mais coletivos e participativos, mas, ao mesmo tempo, cada vez menos pessoas buscam soluções nos governos. Então, embora a pós-modernização faça decrescer a preocupação com a segurança física e existencial, mantém crescente a ênfase na aceitação do capitalismo e dos princípios de mercado. Conforme pontua Inglehart (1997, p. 44, tradução nossa), “Ambas as tendências estão ligadas à crescente rejeição dos padrões hierárquicos de autoridade e à ênfase crescente na autonomia individual”. Ou seja, cada vez menos pessoas recorrem aos governos, pois, segundo o autor, há um sentimento generalizado de que a intervenção estatal é ineficaz, disfuncional e ameaçadora à autonomia individual (INGLEHART, 1997).

Assim resume Inglehart (1993, p. 17):

> Começa a surgir um modo novo de participação que põe a elite em xeque e expressa as preferências individuais com muito maior precisão que o anterior. É orientado por questões substantivas, e baseado mais em grupos *ad hoc* do que em organizações burocráticas estabelecidas. Busca mudanças específicas de política e se recusa a simplesmente dar um cheque em branco às elites de um dado partido. Esta forma de participação requer níveis relativamente altos de competência.

Segundo Inglehart (1997), essa priorização do bem-estar subjetivo aliado à autonomia individual faz com que os públicos de sociedades ricas e seguras seja mais feliz e satisfeito. No entanto, chega-se a um ponto em que a elevação do crescimento econômico traz consigo apenas um ganho mínimo tanto em expectativa de vida como em bem-estar subjetivo para o público mais seguro, momento em que aspectos não econômicos passam a oferecer maiores ganhos em termos de bem-estar subjetivo. Nesse ponto, que Inglehart (1997) identifica com a pós-modernização, as gerações mais jovens não veem mais a maximização de seus ganhos econômicos aumentar o seu bem-estar subjetivo. Obviamente, alerta o autor, dentro de uma determinada coorte, muitos continuam aceitando as normas estabelecidas na sociedade industrial, mas outros assumem novas orientações e as transmitem por meio de processos sociais de aprendizagem (INGLEHART, 1997). Inglehart (1997, p. 66, tradução nossa) explica esse processo da seguinte forma:

> A mudança foi desigual. Mas os novos estilos de vida se espalharam gradualmente - e, em última análise, eles o fizeram porque representam maneiras mais eficazes de maximizar a sobrevivência e o bem-estar subjetivo sob novas condições. Em um estágio muito anterior da história, novas normas ligadas ao surgimento da sociedade moderna (como a Ética Protestante) gradualmente se espalharam de maneira semelhante. Faltam informações detalhadas sobre como isso ocorreu, mas parece ter ocorrido mais lentamente do que o aumento dos valores pós-modernos, o que de certa forma representa sua inversão.

O fato, de acordo com Inglehart (1997), é que dado esse processo de predomínio de valores pós-materialistas, o projeto principal do indivíduo é maximizar o seu bem-estar subjetivo. Isso cada vez mais depende de fatores pessoais, pois implica a noção individual de qualidade de vida. No entanto, o que o autor pretende destacar é que o comportamento humano deixa de ser dominado pelos imperativos econômicos de segurança física e de subsistência. Ainda que os objetivos econômicos se mantenham, são destinados a maximizar o bem-estar subjetivo. Segundo Inglehart (1997, p. 76, tradução nossa), “O crescimento econômico continua, mas a produção

consiste cada vez menos em coisas tangíveis que contribuem diretamente para a sobrevivência, e cada vez mais em intangíveis, cujo valor é subjetivo".

De acordo com o autor, o predomínio de pós-materialistas implicou a redução acentuada de materialistas nas sociedades industriais avançadas. Por isso, a característica central dessas sociedades são os níveis sem precedentes de bem-estar subjetivo em relação a sociedades menos industrializadas. Como a teoria opta pela versão capitalista da teoria da modernização e valoriza a liberdade individual, vê de forma positiva a redução da autoridade do Estado e a maior abertura de espaço entre os indivíduos às empresas privadas. Como já se teve a oportunidade de debater no capítulo 5, Inglehart e seus colaboradores não abordam aspectos do capitalismo e do liberalismo (político e econômico) em tom crítico. Assim, como se viu, não há na sua teoria menção à crítica contemporânea ao neoliberalismo, como as abordadas em Brown (2019) e Dardot e Laval (2016). No entanto, cumpre referir que interpretações críticas têm destacado a interpelação da liberdade individual e da política por outra forma de dominação, não mais do Estado, mas do mercado. Embora Inglehart (2018a) reconheça o papel do neoliberalismo para o aumento da desigualdade e para a consequente ascensão autoritária, não estabelece qualquer conexão disso com a trajetória de valorização do indivíduo que narra como benéfica à democracia. Conforme se interpreta, isso se deve a dois aspectos da lógica descrita na teoria: 1) o modelo de democracia adotado por Inglehart e seus colaboradores é justamente o que serve à manutenção e reprodução dessas tais formas de dominação; 2) os autores não acreditam na ideia de individualismo como conectada a egoísmo na segunda fase do capitalismo. Assim, procura-se destacar esses aspectos no decorrer deste capítulo.

A Teoria do Desenvolvimento Humano destaca a passagem de valores relacionados à "autoridade tradicional" (geralmente, religiosa) para valores relacionados à "autoridade legal-racional" (atinente à burocracia) na fase industrial. Já na fase pós-industrial, de acordo com a teoria, há a passagem de "valores de sobrevivência" para "valores de autoexpressão", os quais estão justamente ligados ao bem-estar subjetivo. Inglehart (1997), inclusive, se refere em alguns momentos a esse processo de mudança de valores como passagem de "valores de sobrevivência" para "valores de bem-estar". O autor, entretanto, salienta que, embora as sociedades de maioria pós-materialista possuam valores relacionados ao bem-estar subjetivo, o bem-estar em si não é um valor e não está relacionado ao pós-materialismo em nível

individual. A difusão do bem-estar subjetivo, para o autor, é uma condição para o florescimento de valores pós-materialistas, mas nem sempre o desenvolvimento econômico faz aumentar o bem-estar subjetivo. Inglehart (1997) ressalta que o pós-materialismo, em nível individual, não é uma ideologia, e sim um aspecto da mudança cultural possibilitado por fatores entre os quais está o bem-estar subjetivo. Segundo o autor, essa síndrome cultural passou despercebida em grande parte na literatura sobre modernização (INGLEHART, 1997).

No nível individual, de acordo com Inglehart (1997), os pós-materialistas não relatam níveis altos de bem-estar subjetivo. Como possuem níveis relativamente altos de segurança econômica desde os seus anos de formação, desenvolvem prioridades pós-materialistas precisamente porque a satisfação econômica básica já não lhes proporciona bem-estar subjetivo adicional, isto é, precisam ter outros objetivos, para além da garantia de sobrevivência, para sentirem-se satisfeitos. Conforme Inglehart (1993; 1997), em qualquer sociedade, os ricos mostram níveis mais altos de bem-estar subjetivo do que os pobres, mas os pós-materialistas, apesar de mais ricos do que a maioria das pessoas, não têm uma classificação mais alta em bem-estar subjetivo (INGLEHART, 1993; 1997).

O autor acredita que essa dinâmica se deve ao fato de que, na medida em que os países se tornam sociedades industriais avançadas, atingem um ponto máximo, em que priorizar o crescimento econômico ou os ganhos financeiros dos indivíduos não gera bem-estar subjetivo adicional. Esse é um dos fatores pelos quais, segundo Inglehart (1997), a mudança cultural tem início com um juízo racional, isto é, a ênfase crescente em preocupações com a qualidade de vida dá-se em forma de uma estratégia lógica em busca de bem-estar e felicidade.

Segundo Inglehart (1997), uma das razões pelas quais os valores associados ao bem-estar subjetivo são um componente essencial da democracia é a sua associação estatística com altos níveis de confiança interpessoal. Afora isso, a tendência de pessoas que priorizam o bem-estar subjetivo passarem a priorizar a participação em decisões de todos os níveis, inclusive, políticas, é outro fator crucial. O apoio difuso à democracia, de acordo com o autor, também é beneficiado por essa dinâmica, embora apenas a longo prazo: se as pessoas sentem que a vida foi boa sob um determinado regime político, elas tendem a apoiar mais esse regime. Nesse sentido, para Inglehart (1997), o bem-estar subjetivo é um fator essencial para a legitimidade da democracia e, portanto, níveis razoavelmente altos de bem-estar

subjetivo são uma condição necessária, embora não suficiente, para uma democracia estável.

O debate sobre o bem-estar subjetivo faz parte da própria definição de igualdade na tradição normativa liberal. Segundo Feres e Pogrebinschi (2010), ao menos desde a inserção de Dworkin no debate oriundo da publicação de "*A Theory of Justice*", de Rawls (1971), a ideia de igualdade pressupõe um aspecto relacionado à igualdade de bem-estar, que remete à distribuição de recursos entre os indivíduos tomados como iguais. No entanto, sob esse corolário, bem-estar individual e igualdade não têm o mesmo significado e a definição de bem-estar acaba tornando-se altamente subjetiva. Dworkin (2000 *apud* FERES; POGREBINSCHI, 2010), por exemplo, opta por classificar as teorias do bem-estar em dois grupos: (1) bem-estar como sucesso e (2) bem-estar como satisfação. Nesse sentido, para Inglehart (1997), a satisfação com a vida é um dos melhores indicadores disponíveis de bem-estar subjetivo.

Feres Jr. e Pogrebinschi (2010) pontuam que a noção de bem-estar como satisfação implica uma ideia de igualdade possível, mas não de igualdade real. Isso porque, sendo a satisfação algo subjetivo, que envolve não a igual realização de critérios de preferência, mas o sentimento de prazer ou de ausência de insatisfação de cada indivíduo, não envolve igualdade distributiva de recursos. Dworkin (2000 *apud* FERES; POGREBINSCHI, 2010) foi crítico à limitação da igualdade distributiva à satisfação, argumentando que os governos deveriam perseguir a igualdade de recursos. Entretanto, a distribuição de recursos em Dworkin (2000 *apud* FERES; POGREBINSCHI, 2010) parte do princípio de que as riquezas devem ser distribuídas de acordo com as escolhas dos indivíduos, justificando desigualdades decorrentes dessas escolhas. Além disso, para ajustar as desigualdades oriundas da diferença de recursos para a feitura das escolhas, o autor propõe que o mercado seja o regulador dos preços, apostando na necessidade de que o desenho das instituições políticas esteja adequado a ele (FERES; POGREBINSCHI, 2010).

Nesse sentido, cumpre referir que Inglehart e seus colaboradores mantêm uma escrita clara e coerente, mas estritamente descritiva e atrelada à narração dos achados empíricos. Em geral, as referências a conceitos de cunho teórico e filosófico são pontuais e, quando presentes, não se prolongam mais do que alguns parágrafos. Assim, embora tenham no bem-estar individual um aspecto-chave de sua teoria, os autores não aprofundam conceitualmente o tema. Entretanto, como já se referiu antes, a igualdade de recursos não é uma preocupação da teoria, que recorre à segurança

existencial como fator propulsor de valores de autoexpressão em nível individual. A ênfase no sentimento de segurança existencial, além de absolutamente subjetivo, permite a interpretação de que alguém com recursos mínimos pode desenvolver valores de autoexpressão, desde que considere tais recursos garantidos. Nesse sentido, a satisfação geral com a vida aparece como o principal fator de bem-estar subjetivo, de forma que, uma vez satisfeitas as necessidades físicas e de sobrevivência, os temas ligados à autoexpressão, como a qualidade de vida e a estética, ganhariam maior importância na busca racional do indivíduo por bem-estar e felicidade.

Ademais, cumpre referir que a ênfase no indivíduo na Teoria do Desenvolvimento Humano não se limita à defesa da individualidade, mas é posta em termos de "individualismo", este contraposto ao "coletivismo", construído na teoria como prejudicial à democracia liberal. De acordo com Inglehart e Oyserman (2004), as orientações culturais básicas, como acreditam ser o individualismo e o coletivismo, não são atributos culturais estáticos das sociedades, pois podem ser alterados a partir de mudanças socioeconômicas. Nesse sentido, os autores explicam que o "desenvolvimento econômico facilita uma mudança em direção a algumas das síndromes culturais associadas ao individualismo e afastando-se de algumas das síndromes culturais associadas ao coletivismo" (INGLEHART; OYSERMAN, 2004, p. 01, tradução nossa). O resultado dessa mudança cultural, como já se viu, seria o destaque de valores individuais focados na liberdade e menor relevância de hierarquias tradicionais.

Inglehart e Oyserman (2004) e Inglehart (2018a) tratam as dimensões culturais "valores de sobrevivência" *versus* "valores de autoexpressão" como correspondentes, respectivamente, às dimensões de variação cultural "individualismo" e "coletivismo". Ademais, associam sua noção de individualismo e de coletivismo a classificações similares elaboradas por outros autores, como "autonomia" e "integração" em Schwartz (1992; 1994; 1995, 2003 *apud* INGLEHART; OYSERMAN, 2004)[64], e "individualismo" e "coletivismo" em Hofstede (1980; 1991, 2001 *apud* INGLEHART; OYSERMAN, 2004) e em Triands (1995; 1996; 2001 *apud* INGLEHART; OYSERMAN, 2004). Todas essas concepções, segundo Inglehart e Oyserman (2004, p. 02, tradução nossa), "tocam em uma base de semelhante construção que reflete até que

[64] Tradução livre do inglês "*autonomy*" e "*embeddedness*", conforme empregado por Schwartz (1992; 1994; 1995, 2003 *apud* INGLEHART; OYSERMAN, 2004).

ponto as pessoas dão prioridade à escolha individual sobre as necessidades de sobrevivência". Essa dinâmica, conforme também já se viu, aparece na teoria como decorrente do desenvolvimento econômico: conclusão obtida a partir de mensurações estatísticas elaboradas ao longo dos anos em séries temporais por Inglehart e seus colaboradores, que certificam o alto impacto do aumento da prosperidade advinda do desenvolvimento econômico para minimizar as preocupações individuais com sobrevivência e aumentar o foco em autoexpressão (INGLEHART; OYSERMAN, 2004; INGLEHART, 1997; WELZEL; INGLEHART; KLINGEMANN, 2003).

Nesse sentido, Inglehart e Oyserman (2004, p. 6, tradução nossa) acreditam que o individualismo implica:

> que a livre expressão e a obtenção dos objetivos pessoais são fontes importantes de bem-estar; e essa inferência causal é geralmente orientada para a pessoa e não para a situação, porque se assume que a pessoa seja estável. Consequentemente, o individualismo promove uma descontextualização em oposição ao estilo de raciocínio voltado à situação específica. Por último, o individualismo implica uma postura algo ambivalente em relação aos relacionamentos. Os indivíduos precisam de relacionamentos e associações a grupos para atingir objetivos relevantes para si, mas os relacionamentos são caros de manter. Individualistas equilibram custos e benefícios dos relacionamentos, deixando relacionamentos quando os custos de participação excederem os benefícios; consequentemente, relacionamentos e associações de grupo são impermanentes e não intensivas.

A análise elaborada em Inglehart e Oyserman (2004) demonstra que altos níveis de individualismo acompanham altos níveis de autonomia e de autoexpressão. Nesse sentido, tendo um conceito de individualismo focado exclusivamente na satisfação individual, as perspectivas de grupo na teoria aparecem como autointeressadas, isto é, a união com outros indivíduos dá-se se a satisfação do interesse do grupo beneficiar os interesses pessoais de seus membros. Sob uma perspectiva crítica, tomar o indivíduo como racional e autointeressado desconsidera a possibilidade legítima de atitudes e decisões afetivas, aos moldes do que Mouffe (1993) identificou no modelo racional-comunicativo habermasiano, bem como deixa aparente a tensão entre a ideia de autonomia individual para expressar preferências e o fato de que tais preferências refletem relações de poder, nos termos delineados na crítica feminista (BIROLI, 2013).

No entanto, ao mesmo tempo, na Teoria do Desenvolvimento Humano o individualismo é relacionado a altruísmo, na medida em que haveria entre pessoas

emancipadas – como usualmente são tratados na teoria os indivíduos que valorizam a liberdade individual – uma noção de autorrespeito (INGLEHART, WELZEL, KLINGEMAN, 2003). Trata-se da ideia de que enfatizar a liberdade individual envolve respeitar a liberdade do outro, semelhante ao que Rawls (1993) denominou de "sentido racional de reciprocidade". Nesse contexto, Inglehart (2018a) chega a denominar a sua teoria de "teoria emancipatória da democracia", fazendo referência à noção de que a liberdade individual emancipa as pessoas da autoridade, tornando-as mais contestadoras e participativas na política. De acordo com o autor, o apreço à liberdade individual é o elemento que motiva as pessoas para a democracia liberal (INGLEHART, 2018a). Assim, Inglehart, Welzel e Kingleman (2003, p. 355, tradução nossa) explicam que: "os valores emancipativos estão ligados a uma maior satisfação com a vida, o que implica busca pela liberdade, autonomia e emancipação incorporadas na motivação humana, levando a uma maior satisfação e realização".

Inglehart e seus colaboradores adotam elementos teóricos da tradição liberal em suas variadas vertentes. A referência à tradição normativa comumente denominada de liberalismo igualitário, sobretudo, a partir de uma perspectiva rawlsiana, fica aparente na noção de que a valorização da liberdade individual implica a valorização da liberdade do outro. Nas palavras de Inglehart, Welzel e Kingleman (2003, p. 355, tradução nossa) "é natural que as pessoas que enfatizam sua própria liberdade respeitem a liberdade de outras pessoas também". Isso porque, para os autores, os valores emancipativos implicam uma noção de troca mútua que reflete a pretensão de fazer ao outro o que espera que seja feito para si. Por isso, o individualismo não é conectado ao egoísmo na Teoria do Desenvolvimento Humano (INGLEHART, WELZEL, KINGLEAMAN, 2003).

Muito do que se está apontando aqui tratam-se, obviamente, de elementos remanescentes da tradição teórica das teorias da modernização, as quais possuem origem comum à teoria da Cultura Política. A opção metodológica da Teoria do Desenvolvimento Humano, que tem o indivíduo como unidade de análise, está relacionada a isso. Inclusive, como os elementos teóricos não raro se confundem com elementos metodológicos, ao definir o que entendem por individualismo e coletivismo, Inglehart e Oyserman (2004, p. 3, tradução nossa) escrevem: "o individualismo é definido como o foco no indivíduo como a unidade básica de análise, o coletivismo é definido como o foco no grupo como a unidade básica de análise". Como se viu com Avritzer (2004) no capítulo 1, o individualismo metodológico é mais um elemento

oriundo do período de institucionalização da Ciência Política que fomentou a maximização dos interesses individuais como o fundamento normativo central da ação do *homo economicus* e do *homo politicus.* Uma característica essencial dessa perspectiva é a separação entre economia e política, legitimando a interpretação de que liberalismo econômico e político podem sobreviver de maneira independente apesar das influências mútuas. Avritzer (2004), como se viu, buscou demonstrar a impossibilidade lógico teórica do pressuposto individualista, alertando que essas narrativas acabam contrabandeando pressupostos societários, embora buscassem interpretar a sociedade a partir do indivíduo. Será possível destacar esse ponto a seguir.

Embora a ênfase no individualismo tenha sido um dos aspectos de crítica às teorias da modernização, Inglehart e seus colaboradores argumentam que a grande diferença da pós-modernização é a emancipação do indivíduo. Ou seja, enquanto na primeira fase do capitalismo o individualismo era valorizado sob uma perspectiva egoística ligada ao lucro, na segunda fase os benefícios materiais já não trazem tantos benefícios em termos de bem-estar aos indivíduos, de maneira que o individualismo agora reflete autoexpressão e altruísmo. Da mesma forma, como ensina Vita (2002), no liberalismo igualitário, em geral, os indivíduos são tomados como um corpo coletivo apenas no que diz respeito à responsabilidade em dar forma a direitos e oportunidades para todos os indivíduos, considerados livres e iguais sem distinção de qualquer natureza. Já individualmente, segundo o autor, cabe a cada um decidir sobre suas vidas e sobre o uso de tais direitos e oportunidades. Nesse ensejo, outro conceito próprio do liberalismo igualitário mobilizado por Inglehart e seus colaboradores é o da "tolerância". Inglehart, Welzel e Kingleman (2003) refletem sobre o tema definindo tolerância como uma abertura para o "alter-ego", para a diversidade humana e para a confiança interpessoal (INGLEHART, WELZEL, KINGLEMAN, 2003).

Nessa esteira, Vita (2009) identifica duas perspectivas da tolerância liberal: tolerância individual e tolerância como um ideal político. Sob o aspecto individual, o autor argumenta que a tolerância pode incidir sobre uma vasta gama de atos cotidianos, como a mera opção por não intervir na vida do vizinho com gosto musical distinto do seu. Já como um ideal político, a tolerância é tida como uma virtude das instituições e de pessoas que na qualidade de cidadãs exercem um mandato político, são juízes ou possuem uma responsabilidade deliberativa sobre decisões políticas fundamentais (VITA, 2009). Na Teoria do Desenvolvimento Humano a tolerância

reflete atitudes e comportamentos individuais em ambos os sentidos. Isso porque, não obstante o indivíduo na tradição culturalista seja considerado como cidadão, na medida em que se busca compreender suas atitudes e comportamentos em relação aos fenômenos políticos, na obra de Inglehart e seus colaboradores um posicionamento liberal levado a todos os aspectos da vida humana é esperado a partir da ênfase em valores de autoexpressão.

Em suma, de acordo com Inglehart (2018a), países que priorizam a autoexpressão tendem também a priorizar o individualismo e a autonomia. Dada a alta correlação estatística entre esses aspectos, Inglehart os trata como uma super-dimensão: “autoexpressão/individualismo/autonomia”. O autor recorre a pesquisas de outras áreas do conhecimento, como biologia e psicologia, para apresentar achados que corroboram o seu argumento. Nesse sentido, Inglehart (2018a) relata que uma razão para que essa super-dimensão seja tão robusta pode estar nas diferenças internacionais de variação genética, isto é, nos diversos níveis históricos de vulnerabilidade a doenças e a fome. Assim, o individualismo é apresentado na teoria como uma evolução em relação às formas culturais tradicionais das sociedades (INGLEHART, 2018a). Esse é um argumento bastante controverso: primeiro, porque, ainda que a variação genética exista, pontuar tal aspecto serve para legitimação de variadas formas de discriminação; segundo, porque não há consenso na literatura quanto a isso: muitos antropólogos estão convencidos de que variações genéticas não são determinantes para diferenças culturais (LARAIA, 2001). Nesse sentido, Laraia (2001, p. 6) ensina:

> Os dados científicos de que dispomos atualmente não confirmam a teoria segundo a qual as diferenças genéticas hereditárias constituiriam um fator de importância primordial entre as causas das diferenças que se manifestam entre as culturas e as obras das civilizações dos diversos povos ou grupos étnicos. Eles nos informam, pelo contrário, que essas diferenças se explicam, antes de tudo, pela história cultural de cada grupo.

Assim, Laraia (2001) reconhece que em sociedades tradicionais a visão de mundo situada em termos de “nós” e “eles” cria uma preferência pelo que é familiar, o que pode resultar em nacionalismo e em xenofobia. O autor, entretanto, não atribui isso a fatores genéricos, na medida em que o etnocentrismo – isto é, a crença de que a própria sociedade tem maior relevância em relação às demais – é uma característica comum às mais variadas sociedades, considerado até mesmo uma característica

universal. Sob perspectiva semelhante, Rocha (1988) procura abordar o etnocentrismo distanciando-se da ideia linear e evolucionista da história. Para esse autor é preciso relativizar a ideia de evolução para perceber outras culturas e descentralizar o entendimento étnico, evitando, assim, a possibilidade de autorreferência.

Ademais, o individualismo é descrito por Inglehart e Welzel (2009a) como presente sempre que existem altos níveis de valorização da autonomia e da autoexpressão na sociedade. Esses três elementos (individualismo, autonomia e autoexpressão) possuem a ênfase na escolha humana como dimensão subjacente e são apresentados como mutáveis de acordo com os níveis de desenvolvimento socioeconômico, isto é, quanto maior o nível de desenvolvimento socioeconômico em dada sociedade maior a valorização do individualismo, da autonomia e da autoexpressão. Segundo os autores, a habilidade para fazer escolhas autônomas em vez de adotar um comportamento socialmente predeterminado faz com que o público de sociedades individualistas seja mais favorável à igualdade de gênero, mais tolerante a estrangeiros, mais preocupado com o meio ambiente etc. (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Nesse sentido, pela Teoria do Desenvolvimento Humano, o quanto os valores de autoexpressão e o individualismo prevalecem em dada sociedade reflete o seu nível de desenvolvimento humano. Nesse sentido, assim Inglehart e Welzel (2001, p. 25, tradução nossa) definem o desenvolvimento humano:

> Desenvolvimento Humano é um conceito abrangente que integra mudanças em três esferas distintas da sociedade: estruturas socioeconômicas, cultura política e instituições políticas. Por outro lado, o conceito é específico porque integra as mudanças nessas esferas em um tema: o empoderamento individual. Finalmente e acima de tudo, o princípio da capacitação individual implica uma lógica geral que implica prioridades causais no surgimento do desenvolvimento econômico, aspirações de liberdade e democracia (que é apoiada por evidências estatísticas).

Segundo Inglehart e Welzel (2009a), é a diminuição das restrições à escolha humana que fomenta o individualismo e a autoexpressão, o que se dá em um padrão universal para o que a variação cultural importa apenas para adiantar ou atrasar a dinâmica. Assim, para os autores, a única forma de evitar o individualismo e, em consequência, a democracia liberal é escapando da modernização, o que hoje em dia é inaceitável para a maioria das pessoas (INGLEHART; WELZEL, 2009a). Com efeito,

conforme ensinam Gouveia e Clemente (2000), existe consenso na literatura de que o coletivismo é a forma natural de existir das sociedades, que passam ao individualismo na medida em que se tornam mais complexas.

Assim, as noções de evolução cultural decorrente do progresso tecnológico e científico são essenciais à teoria em análise: não por acaso o desenvolvimento humano, associado na teoria justamente à evolução cultural em direção ao individualismo, é o seu tema central. Noções tais como progresso e desenvolvimento humano remontam o século XIX e são oriundas do período de desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Nesse contexto, o positivismo de Auguste Comte definiu o progresso como horizonte fundamental para toda sociedade. Nessa perspectiva, segundo Bresser-Pereira (2014, p. 38), “os liberais o entenderam como a realização da liberdade individual, ao passo que os intelectuais e trabalhadores socialistas, clamando por progresso ou emancipação, o identificavam com democracia e socialismo”. Com a demonstração da possibilidade do “regresso” fornecida pela Segunda Guerra Mundial, a ideia de progresso perdeu o prestígio, mas se manteve proeminente com o reconhecimento de que muitos países estavam atrasados em relação aos países mais industrializados após a criação das Nações Unidas (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Interessante notar que Inglehart (1997, p. 78) se refere às sociedades de industrialização inicial como “sociedades de antes”, colocando-as em um período anterior em comparação com as sociedades altamente industrializadas. Como o autor escreve desde os Estados Unidos, ainda que por diversas vezes refira expressamente não ter esse país como o ideal, tende a tratar as sociedades altamente industrializadas como a norma, enquanto as demais sociedades como atrasadas no tempo, isto é, sua análise parece estar referenciada pela realidade de países altamente desenvolvidos. Não se trata apenas da análise de como têm se desenvolvido as democracias liberais existentes, mas de quais as condições necessárias para que esse modelo de democracia seja levado às demais sociedades. Essa proposta teórica coloca os países periféricos da economia na posição de precisarem cumprir etapas para alcançarem as condições previamente encontradas nos países centrais (e a partir dos quais foi criada a metodologia adotada nas análises). Apesar de reconhecerem a contingência dos fenômenos de ordem social e política (INGLEHART, 2018a; NORRIS; INGLEHART, 2019), os autores não se contrapõem à interpretação de que a ideia de evolução pressupõe que as culturas políticas distintas daquelas

consideradas ideais (basicamente, a dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental) são atrasadas. Além disso, o fato de que existem efeitos periódicos contingentes revelam por si só a limitação da capacidade preditiva da teoria sob forma de regra geral. Assim, a trajetória apontada como não linear, apesar do alerta sobre descontinuidades possíveis, acaba sendo descrita como de idas e vindas em uma mesma linha, em que o progresso é a regra.

Sob uma perspectiva crítica, a constatação de que alguns países são atrasados em relação a outros foi vista com grandes ressaltavas. Em suma, vasta literatura sobre dependência e descolonização buscou demonstrar a limitação prática da própria ideia de autonomia e autodeterminação dos povos, prevista na política da Organização das Nações Unidas (BALLESTRIN, 2017a). Por exemplo, Escobar (2007) salientou a necessidade de que a ideia de desenvolvimento seja ressignificada para que comunidades locais possam manter suas culturas ao entrar em contato com o capitalismo. Isso porque, para o autor, mesmo a oposição às estratégias do capitalismo acabou cedendo à "ideologia desenvolvimentista", formulando conceitos como "desenvolvimento participativo" ou "um outro desenvolvimento" (ESCOBAR, 2007). Nesse sentido, Escobar (1988) discutiu a própria constituição de países da África, Ásia e América Latina como "subdesenvolvidos" ou como países de "Terceiro Mundo" no discurso e nas práticas políticas, sociais e econômicas ocidentais no período posterior à Segunda Grande Guerra.

Mais recentemente, sob o âmbito de uma vertente oriunda dos estudos de Relações Internacionais conhecida como pós-colonialismo, as áreas disciplinares do *mainstream* foram questionadas por sua explicação isenta da discussão sobre processos imperiais e coloniais do sistema-mundo moderno (SETH, 2013 *apud* BALLESTRIN, 2017a). Uma das noções centrais dessa discussão implica a constatação de que mesmo após o fim do imperialismo europeu clássico do século XIX, determinadas dinâmicas coloniais foram mantidas, reinventadas e, sobretudo, marcadas pela globalização neoliberal como ideologia hegemônica (BALLETSRIN, 2017a). Segundo explica Ballestrin (2017a, p. 172), "[...] o imperialismo não foi eliminado como mentalidade e desejo das grandes superpotências ocidentais". Disso, explica a autora, decorre a adoção mais recente de um vocabulário familiar à racionalidade econômica, que introduz a noção de "governança global", em que Primeiro e Terceiro Mundo aparecem unidos para o enfrentamento de conflitos

supostamente compartilhados. Nesse sentido, o consenso democrático liberal atuaria para definir e controlar o modelo de democracia globalmente aceito.

Nesse contexto, cumpre ecoar perspectiva já delineada pela qual a democracia liberal mantém a sua definição minimalista, tributária de Schumpeter (1961) e Downs (1957), não obstante alcance o pluralismo de Dahl (2005). Nesse sentido, Ballestrin (2017a) salienta que a participação política aparece de forma ainda comedida na literatura *mainstream,* tanto no âmbito dos estudos de cultura cívica como entre os democratas pluralistas e participacionistas, ambos absorvidos pela lógica hegemônica, que acaba por servir ao projeto neoliberal. Ballestrin (2017a, 2017b) relaciona a lógica imperialista diluída nos regimes de governança global à imperialidade: um processo que estimula o apoio global à democracia liberal – apresentada como o único modelo possível – e que blinda a economia global de avanços democratizantes fora da norma hegemônica.

Sob outra perspectiva, mesmo entusiastas das ideias de progresso e desenvolvimento humano tecem crítica ao descumprimento das promessas do capitalismo. Bresser-Pereira (2014) destaca que, embora tenha havido avanço no que se refere à luta contra a pobreza e à garantia da sobrevivência, necessidades econômicas básicas ainda carecem de atenção para uma grande parcela da população das mais variadas sociedades, assim como a necessidade de proteção do meio ambiente continua a desafiar a ideia de progresso. Nesse sentido, para o autor, embora a modernização tenha conseguido tornar as sociedades industrializadas mais seculares, não teve êxito em derrotar a escassez básica de bens e serviços e os privilégios, principalmente, porque o capitalismo não consegue acabar com a pobreza sem tornar os ricos ainda mais ricos (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Já Inglehart e Welzel (2009a) falam em um mundo pós-materialista em que quase ninguém mais passa fome e em que a sobrevivência é dada como garantida. Embora reconheça que fatores provenientes da herança cultural de cada sociedade possam atrasar ou adiantar o caminho de evolução cultural em direção ao individualismo, Inglehart (2018a) acredita que essa herança pode ser remodelada pelo desenvolvimento econômico da sociedade. Isso porque, o desenvolvimento econômico conduz ao individualismo, o qual o autor não acredita ser um atributo psicológico de nível individual, mas sim um aspecto individual moldado pela sociedade. Por isso, a Teoria do Desenvolvimento Humano requer a difusão de valores de autoexpressão em nível societário: uma sociedade em que valores ligados

à liberdade individual predominam contribui para a formação de outros indivíduos com tais valores, em um processo de aprendizagem decorrente da socialização. Tratar-se-ia de um processo que se inicia, como se viu, como uma estratégia racional em direção ao bem-estar e à felicidade pessoal e transformar-se-ia com o passar das gerações em evolução cultural (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Assim, aprofundando argumento levantado há pouco, interessante contrastar esse entendimento com uma crítica frequente de Mouffe (1993) a autores liberais, sobretudo, a Habermas, de que o modelo deliberativo pressupõe indivíduos tomados a priori, isto é, anteriores à sociedade. A ideia de que indivíduos portadores de direitos são capazes de compartilhar uma mesma racionalidade em relação à democracia e à deliberação parece, para a autora, desconsiderar aspectos culturais, étnicos e religiosos, como se devessem ficar restritos ao âmbito privado. Mouffe (1993), ao contrário, acredita que as próprias ações políticas e concepções ideológicas decorrem dessa bagagem histórica. Nesse sentido, Inglehart e seus colaboradores, adotam uma posição teórica habermasiana para explicar a ação política coletiva. Embora se vá tratar disso de forma mais detalhada adiante, por ora, vale salientar o que diz Inglehart (1997, p. 26) a respeito do tema: “Habermas argumenta que é possível chegar a um consenso moral que não é simplesmente dominado pelas elites dominantes. Aqui, novamente, achamos que ele está certo”. Assim, Inglehart e seus colaboradores abordam ações políticas coletivas, como os movimentos feministas, por exemplo, como a reunião consensual de indivíduos iguais, sendo o gênero um aspecto do interesse individual comum.

Por isso, embora argumente que os valores podem ser moldados pela sociedade, a Teoria do Desenvolvimento Humano requer uma sociedade individualista, em que aspectos culturais e étnicos sejam reduzidos o quanto possível no sistema de valores, desprestigiando a própria existência não normativa do indivíduo. Ademais, a ideia de ação política de enfrentamento presente na teoria parece absorvida pela lógica hegemônica, isto é, limita-se pelo consenso em torno da democracia contemporânea como único modelo possível. Na próxima seção, detalham-se aspectos atinentes a consenso e conflito na Teoria do Desenvolvimento Humano.

7.2 Ação política coletiva, consenso e conflito na Teoria do Desenvolvimento Humano

Cumpre referir que, muito embora a Teoria do Desenvolvimento Humano considere a cultura política sob termos individualistas, isto é, rejeite a possibilidade de manutenção do coletivismo enquanto imaginário coletivo, não rejeita a ação política coletiva. Pelo contrário, um dos principais objetivos de Inglehart e seus colaboradores é descrever e prever como se dá a participação política não convencional. Veja-se a passagem a seguir presente em Inglehart (1997, p. 37-38, tradução nossa):

> Em regimes não democráticos, essas formas de ação política não convencional podem ter um papel ainda mais importante do que têm no ocidente: podem servir como a causa próxima através da qual o povo obtém democratização. Este parece ter sido o caso nas transições para a democracia que se deram na Europa Oriental em 1989, e essas formas de ação tiveram importante papel recentes movimentos pela democratização no Leste Asiático e na América Latina. A expansão da pressão ativista direta dos cidadãos parece ser encorajada pelo crescimento gradual dos valores pós-materialistas. Este não é um fenômeno meramente ocidental – ao contrário, valores pós-materialistas apresentam exatamente o mesmo tipo de vínculo com o potencial de protesto político não-convencional no Leste Europeu e no Leste Asiático que tem nos países ocidentais [...]. De forma consistente, de país a país, os pós-materialistas são duas a quatro vezes mais propensos ao envolvimento em ação política não-convencional do que os materialistas.

No entanto, como os autores partem da motivação individual para a ação coletiva, acabam por relegar aspectos atinentes à identificação política e responsabilização coletivas. Tais aspectos são postergados a um momento em que a maioria dos indivíduos de dada sociedade, sendo pós-materialistas, entrarão em consenso sobre interesses individuais comuns.

Nesse sentido, atento à passagem da fase do capitalismo explorador para o capitalismo moderado, Inglehart (1997) salienta que a pós-industrialização freou o encorajamento em direção às conquistas econômicas, ao individualismo e à inovação próprios da industrialização. Para o autor, com normas sociais cada vez mais seculares, tendências ligadas à transição da sociedade tradicional para a moderna atingiram seus limites na sociedade industrial avançada. Inglehart (1997) adota a perspectiva habermasiana de comunicação, afirmando a base racional para a vida coletiva somente pode ser alcançada quando as relações sociais são organizadas aos

moldes de um consenso que legitima a validade das normas, o qual é atingido por meio da comunicação livre de dominação[65].

Como se viu, Inglehart e Welzel (2009a) tratam “coletivismo-individualismo” como dimensões transculturais psicológicas, citando trabalhos da área de psicologia sobre o tema. O propósito dos autores é demonstrar que a contraposição “coletivismo-individualismo” explora o mesmo aspecto de variação transcultural que a dicotomia “valores de sobrevivência - valores de autoexpressão”. Nesse sentido, tanto o individualismo como os valores de autoexpressão exploram um polo em comum da variação transcultural: a diminuição da restrição à escolha autônoma. Em consequência, o coletivismo e os valores de sobrevivência aparecem como relacionados ao polo oposto: ao aumento das restrições a escolha humana autônoma (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Segundo Inglehart e Welzel (2009a, p. 173), o que fundamenta o coletivismo “é a suposição de que grupos vinculam e obrigam mutuamente os indivíduos”. Isso porque, de acordo com os autores, os grupos sociais possuem metas comuns em sociedades coletivistas, que não priorizam o indivíduo. No mesmo sentido, os autores apresentam essas sociedades como detentoras da percepção de que a associação a um grupo é essencial à formação da identidade dos indivíduos, de forma que as pessoas que vivem nelas são extrinsecamente motivadas para atender expectativas coletivas, sempre levando em conta em seu raciocínio causal o contexto social. As sociedades coletivistas são, ainda, descritas como movidas por laços patriarcais (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Pela lógica desenhada em Inglehart e Welzel (2009a), a ênfase na escolha humana é essencial à democracia, pois favorece que os indivíduos privilegiem o regime político em que tal aspecto tenha maior espaço. A força psicológica que move a valorização da escolha humana, segundo os autores, é o sentimento de autorrealização trazido pela possibilidade de se expressar livremente. Em consequência, pessoas autorrealizadas tendem a ser mais satisfeitas com a vida, mesmo em sociedades coletivistas, argumentam Inglehart e Welzel (2009a). É, então, a busca por um sentimento subjetivo de bem-estar, de acordo com os autores, que

[65] Aqui, cabe fazer referência à crítica de que a diminuição da ênfase na autoridade do Estado constitui-se na subordinação a outra forma de dominação, representada pela tomada da vida pública e privada pela lógica da economia de mercado. Sobre isso, se tratou no capítulo 5.

favorece a opção das pessoas por um regime que comporte normas e instituições que propiciem a liberdade humana.

Entretanto, Inglehart e Welzel (2009a) argumentam que isso não significa desprezar a importância dos laços sociais. Para os autores, a preocupação de estudiosos de capital social com a queda desse elemento nas sociedades pós-industriais é justa, mas negligencia um aspecto essencial dessa dinâmica. Isso porque, o tipo de capital social que estaria em queda é o capital social "vinculante", ou seja, aquele que não dá ao indivíduo opção externa ao grupo. Segundo a lógica da Teoria do Desenvolvimento Humano, a redução desse tipo de capital social é bem-vindo. No entanto, Inglehart e Welzel (2009a) chamam atenção para a existência de um outro tipo de capital social: o capital social do tipo "ponte", fundado livre opção das pessoas de associar-se em prol de demandas comuns, fomentando ações coletivas auto-organizadas de oposição às elites. Logo, para os autores, a confiança interpessoal existente em sociedades com predominância de valores de sobrevivência é apenas interna ao grupo e o capital social existente é vinculante, o que privilegia relações sociais discriminatórias. Já o capital social do tipo ponte está presente em sociedades com predomínio de valores de autoexpressão e fomenta a confiança generalizada, pois torna o indivíduo livre dos laços grupais (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Segundo se interpreta, o dito "capital social do tipo ponte" se trata de associação fundada em identificação política coletiva. Parece claro, e mesmo Inglehart e seus colaboradores estão cientes disso, que a diluição de grupos tradicionais possibilita a formação de novos grupos e que a ação política se dá de forma coletiva. No entanto, a identificação política na Teoria do Desenvolvimento Humano ocorre no período de formação do indivíduo (infância e adolescência), definindo a atitude mais ou menos liberal de cada indivíduo, conforme tenha experimentado ou não segurança existencial nesse período. Assim, como já se viu, na teoria a formação de movimentos e grupos feministas, LGBT, negros, étnicos, entre outros, dá-se pela consecução de consenso por vias comunicativas entre indivíduos com interesses comuns. Para isso, Inglehart e seus colaboradores requerem um número cada vez maior de indivíduos com valores semelhantes entre si e, como não poderia deixar de ser, voltados para a liberdade individual.

Assim, o conflito aparece na Teoria do Desenvolvimento Humano para demarcar a possibilidade de choque cultural entre gerações, uma vez que os mais

jovens aparecem como mais vinculados a valores de autoexpressão, e para afirmar a atitude crítica dos indivíduos pós-materialistas em relação à autoridade, o que, sob essa lógica, impulsiona atividades de protesto e outras formas de participação política não convencional e reduz formas convencionais de participação política. Nesse sentido, Inglehart (1993, p. 21) explica que encontrou duas tendências divergentes: “de um lado, as formas de participação a partir da elite, como o voto, têm estagnado, enquanto que as formas de participação individualmente motivadas ou que buscam pôr a elite em xeque têm crescido firmemente”. Essa participação política, cumpre referir, aparece como uma forma de pressionar as elites para que institucionalizem novos instrumentos de proteção e direitos, ao que Inglehart (2018a) se refere como demandas por “mais liberdade”.

De acordo com Miguel (2014b), a identificação política se dá pelo reconhecimento de um “oposto” cuja existência, em um contexto social fundando em relações de poder, desprivilegia determinados modos de vida. Para o autor, assim, a ideia de um consenso de base em relação aos valores políticos é inconcebível, a não ser que a ideia de dominação não seja levada em conta e que interesses pessoais possam ser deixados de lado quando não coadunem com os interesses dos demais. Nesse sentido, viu-se que Inglehart (1997) crê justamente na comunicação livre de dominação. De acordo com Miguel (2014b), entretanto, acreditar que valores de base possam delinear um consenso comunicativo é negar a política, entendendo-a como a possibilidade legítima do conflito, e desconsiderar que tais valores estão sujeitos à manipulação e a produção de preferências em um contexto real de interações entre desiguais. Inglehart e seus colaboradores, contudo, apostam em uma noção de igualdade ficta, isto é, os indivíduos são considerados iguais em liberdade e em direitos, embora não haja garantia de igualdade real.

O debate sobre consenso e conflito na democracia liberal interposto por Miguel (2014b), com efeito, está focado em elaborar uma revisão da noção de consenso comunicativo em Rawls e Habermas. Conforme já se pontuou, a Teoria do Desenvolvimento Humano adota perspectivas rawlsianas e habermasianas para explicar de que forma a ênfase no individualismo pode gerar ação política coletiva. Por isso, algumas das noções levantadas por Miguel (2014b) ajudam a refletir sobre aspectos normativos atinentes a esse tema. Nesse sentido, Miguel (2014b) destaca que o conflito é próprio da política, muito embora possa ser canalizado pelas instituições democráticas. Por isso, sob sua ótica, reconhecer a importância de

buscar-se construir uma unidade mínima que possibilite a vida comum não elimina o fato de que mesmo as regras e procedimentos institucionais não são neutros em relação a grupos de pessoas historicamente desprivilegiadas (MIGUEL, 2014b).

Segundo Miguel (2014b), Rawls e Habermas, cada um a seu modo, dividem a paternidade do chamado “modelo de democracia deliberativa”. O deliberacionismo, conforme explica Miguel (2014b, p. 17), “Trata-se de um rótulo de amplo espectro, que abriga compreensões diversas da democracia e unifica matrizes derivadas da obra de Habermas e de Rawls”. O ponto em comum entre versões diversas do deliberacionismo é a ênfase no consenso como algo a ser perseguido na vida em sociedade. Para Miguel (2014), no caso de Rawls (1971), o foco está no valor da imparcialidade, sendo que a parcialidade, isto é, o fato de cada pessoa ver o mundo segundo uma visão particular, emitir opiniões e tomar atitudes baseadas em interesses associados a essa posição, deve ser eliminada. Nesse aspecto, Inglehart e seus colaboradores optam por uma noção de aceitação e respeito pela individualidade alheia, uma perspectiva semelhante à desenvolvida por Rawls (1993) mais tarde, em “O liberalismo Político”. Por isso, os conflitos de interesses entre pessoas pós-materialistas – em um mundo ideal em que os materialistas são minoria (pois esses sim, deseja-se abertamente que sejam reduzidos ao extremo) – espera-se que sejam acomodados a partir do respeito mútuo. Ou seja, os autores não refletem sobre o choque de interesses entre pessoas com valores de autoexpressão predominantes, pois contam com uma perspectiva idealizada da possibilidade permanente de consenso.

De forma ainda mais evidente do que em Rawls (1993), que se detinha com maior frequência à ideia de imparcialidade, em Habermas (1992; 1996 *apud* MIGUEL, 2014) a questão da imparcialidade perde centralidade, enquanto o entendimento de que o consenso é o objetivo subjacente ao agir comunicativo torna-se essencial. Assim, ao mesmo tempo em que adotam a perspectiva de respeito mútuo rawlsiana, Inglehart e seus colaboradores apostam, a partir da obra habermasiana, em uma noção de “comunicação renovada”. Na teoria de Habermas (1992; 1996 *apud* MIGUEL, 2014) o agir comunicativo trata-se da busca pelo entendimento entre os participantes, que estão em condições de igualdade e de liberdade no que se refere ao poder de fala. Assim, não se trata puramente de imparcialidade, mas de abertura para a fala do outro (ainda que díspar em relação ao seu pensamento) e atenção

exclusiva ao argumento racional, o que mitigaria a busca pela simples satisfação dos próprios interesses (MIGUEL, 2014).

Quando os seguidores de Habermas começaram a pensar uma perspectiva democrática, a fim de tornar a tese menos utópica, a ideia de esfera pública, segundo Miguel (2014, p. 22), "é substituída pela de um 'sistema deliberativo', que congrega uma multiplicidade de espaços mais restritos. E mesmo a negociação e a barganha ganham espaço num modelo em que o consenso deixa de ser tão central". No entanto, de acordo com o autor, quando o próprio Habermas (1992 *apud* MIGUEL, 2014) se insere no debate democrático, em "Direito e Democracia: entre factibilidade e validade", a redução dos elementos utópicos faz a teoria perder o caráter filosófico crítico e acomodar-se ao modelo liberal. Além da prevalência do argumento racional e da busca pelo consenso, as regras de igualdade e liberdade são preteridas à regra da reciprocidade, isto é, da necessidade de considerar a fala do outro (MIGUEL, 2014).

Assim, levando esse argumento em conta, é indispensável destacar que a noção de participação política presente na Teoria do Desenvolvimento Humano é elaborada em consonância com as regras do jogo institucional, na medida em que tem por objetivo levar pautas às elites governantes para que novos direitos e garantias sejam institucionalizadas. Inglehart e seus colaboradores, no entanto, não obstante adotem uma visão consensual comunicativa entre indivíduos, consideram a ação política combativa como essencial ao aprofundamento democrático, isto é, abordam a participação política sob uma perspectiva de enfrentamento no que se refere à relação entre o público e a autoridade. Com efeito, como reportam resultados de análises estatísticas, os autores narram o que estaria acontecendo a partir da mudança cultural: o crescimento da participação política não convencional (boicotes, manifestações, greves etc.) em decorrência do aumento do número de pessoas com valores pós-materialistas nas sociedades altamente industrializadas, o que interpretam como favorável ao avanço da democracia em direção à democracia liberal genuína. Assim, a ação política não convencional em sua teoria envolve atividades em desconformidade com a lei inseridas nos questionários aplicados aos entrevistados pelo *World Values Surveys*, como participar de greves não oficiais ou ocupar prédios públicos. Nesse sentido, Inglehart e seus colaboradores propõem o enfrentamento das elites a partir de formas combativas (mas não disruptivas em relação ao sistema político hegemônico) de participação política, para que, então, as

instituições considerem demandas que tendem a ignorar, como as de gênero, raça e classe.

Portanto, longe de uma perspectiva antagônica atrelada à noção radical de democracia, a Teoria do Desenvolvimento Humano desenvolve-se inteiramente por dentro do modelo liberal de democracia, isto é, para os autores, é o liberalismo associado à democracia que permite a ação política livre em busca de mais liberdade. Sob essa perspectiva, de fato, a crítica ao capitalismo e às suas implicações para as desigualdades sociais não tem lugar, uma vez que a industrialização aparece como elemento propulsor de toda uma dinâmica cultural de aprofundamento democrático em sentido liberal. A democracia liberal aparece como autorregulada, isto é, toda questão problemática decorrente dos elementos empregados como centrais na teoria, seja a industrialização, seja a mudança cultural, pode ser resolvida por meios fornecidos pelo próprio sistema democrático liberal. Sobretudo porque, como se viu, os autores procuram salientar os benefícios da industrialização e negar as afirmações de que a liberalização da economia tenha impacto sobre as desigualdades. Em suma, a teoria não apenas deixa de criticar a união entre democracia e capitalismo na democracia liberal, como depende dela.

Nesse ensejo, interessante atentar para a crítica de Mouffe (2015), esta, sim, uma autora associada à noção de democracia radical, à democracia liberal. Segundo a autora (2015, p. 32), o que entende "por 'democracia liberal' é constituído por formas sedimentadas de relações de poder resultantes de um conjunto de intervenções hegemônicas contingentes". Sob essa perspectiva, insurgir-se contra e buscar transformar de forma eficaz tais relações de poder requer desarticular as práticas hegemônicas por meio da elaboração de um novo discurso e de novas instituições políticas. Isso porque, conforme entende Mouffe (2015), toda sociedade é sempre politicamente instituída – considerando o conflito como elemento constituinte da política – e o terreno de disputas políticas nunca é neutro, mas decorrente de práticas hegemônicas anteriores.

Assim, segundo Mouffe (2015), a forma de enxergar a política democrática dos liberais deixa de atentar para o papel das relações de poder na própria estrutura das sociedades contemporâneas, quando a democratização das instituições básicas da sociedade exige desafiar o poder do grupo dominante: no caso da burocracia, o poder dos administradores precisará ser reduzido; no caso das questões ecológicas, a priorização do lucro precisará ser freada etc. Para Mouffe (2015), não há possibilidade

de aprofundamento democrático sem rever a distribuição do poder em todas as áreas cruciais. A autora salienta que não pretende defender qualquer forma de política revolucionária e reafirma o seu compromisso com os princípios do pluralismo democrático liberal. Justamente por isso propõe uma forma que considera mais eficaz do que a política dialógica para efetivar esses princípios: o agonismo ou a política adversarial. Mouffe (2015), assim, busca levantar a possibilidade de um "consenso conflituoso", em que haja espaço simbólico para que oponentes se vejam como "inimigos legítimos", portanto, como adversários. Apesar disso, a autora não pretende romper totalmente com o modelo democrático liberal e, por isso, Miguel (2014) considera que sua radicalidade é apenas aparente. De acordo com o autor, a distinção de Mouffe "entre o 'antagonismo' disruptivo, que precisa ser evitado, e o 'agonismo', que deve ser aceito, reintroduz a exigência de um consenso de base – não muito distante da leitura liberal convencional [...]" (MIGUEL, 2014, p. 15).

Sob sua perspectiva liberal, Inglehart e seus colaboradores apostam numa maior abertura às formas diversas de vida e em um altruísmo predominante a partir da prevalência de valores de autoexpressão, tanto por parte dos cidadãos comuns como das elites[66]. Nesse sentido, no âmbito da Teoria Política, Rancière (2014) criticou a interpretação liberal de que a democracia estaria em crise[67]. Segundo o autor, essa crise é apresentada como instalada em razão do aumento irresistível das demandas de pressão aos governos, do declínio da autoridade e do fim da disciplina coletiva. Por isso, Rancière (2014, p. 16) constata que em tal interpretação "o que provoca a crise do governo democrático nada mais é que a intensidade da vida democrática". Da mesma forma, Inglehart e seus colaboradores se distanciam da conclusão majoritária entre os liberais de crise da democracia, na medida em que apostam, assim como Rancière (2014), na vivacidade da democracia a partir do enfrentamento das elites pelo público.

Assim, diferentemente da maioria das interpretações liberais, em que a insatisfação popular seguida de enfrentamento das autoridades democráticas parece um sinal de alerta, Inglehart e seus colaboradores enxergam tal movimento como uma

---

[66] Esse é um ponto importante: embora na Teoria do Desenvolvimento Humano haja destaque para a participação política não convencional em enfrentamento às elites, os autores acreditam que mesmo as elites governantes serão majoritariamente formadas por indivíduos com valores de autoexpressão na fase pós-industrial.

[67] O autor se refere especificamente à "*The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Comission*", de Crozier, Huntington, Watanuki (1975 *apud* RANCIÈRE, 2014).

criticidade saudável e propulsora de transformações sociais essenciais ao aprofundamento democrático. Assim, conforme destacam Inglehart e Welzel (2009a), a presença de elites responsivas, isto é, atentas às demandas oriundas do crescimento da participação política não convencional, é um elemento da democracia liberal genuína. No entanto, a ausência de resposta ou a resposta negativa por parte das elites pode gerar risco de estagnação política e econômica, ou seja, é essencial à continuidade do sistema hegemônico que as elites respondam as aspirações populares. Nesse aspecto, Inglehart e seus colaboradores acabam, mais uma vez, evidenciando que sua regra geral de longo prazo imprescinde da política para se concretizar. A democracia não está em declínio para Inglehart e seus colaboradores, porque as aspirações por liberdade são crescentes, inclusive sob o aspecto econômico. Na perspectiva crítica de Rancière (2014), por outro lado, o domínio do mercado é que frustra a possibilidade de realização plena dos critérios democráticos normativos, como é a soberania popular.

Pela lógica apresentada na Teoria do Desenvolvimento Humano, o desenvolvimento econômico possibilita níveis mais elevados de educação e de diversificação na interação entre as pessoas, tornando-as material, intelectual e socialmente independentes. Nesse sentido, essa diversificação social mais intensa torna as pessoas ainda mais independentes umas das outras e dos governos. Em síntese, Inglehart (1993) explica que, enquanto a mobilização social expôs mudanças visíveis, como de localização e de ocupação, a mobilização cognitiva própria da pós-industrialização se manifesta em mudanças invisíveis, que aumentam as capacidades individuais. Nesse sentido, a ênfase em valores de autoexpressão aumenta o repertório das pessoas em relação ao senso de agência que possuem, dando origem ao que Inglehart e Welzel (2008) chamam de uma “cosmovisão emancipadora”, que as leva a valorizar outras pessoas como indivíduos ativos, eficazes e de confiança (INGLEHART; WELZEL, 2008).

Além disso, Inglehart (1997, p. 19, tradução nossa) menciona o papel da experiência de trabalho no setor de serviços para essa dinâmica:

> De forma crescente, não apenas a educação formal, mas também a experiência de trabalho ajuda a desenvolver capacidades politicamente relevantes. O trabalhador da linha de produção produzia objetos materiais, trabalhando num sistema hierárquico que requeria (e permitia) muito pouca autonomia de julgamento. Trabalhadores dos setores de serviços e informação interagem com pessoas e conceitos. Operando num meio onde a

> inovação é crucial, precisam de autonomia para o uso de julgamento individual. É inerentemente impossível prescrever a inovação de cima, de forma hierárquica. Acostumadas a trabalhar em estruturas decisórias menos hierárquicas no seu trabalho, pessoas nos setores de serviços e informação tendem a ter tanto a capacidade como a inclinação a participar do processo decisório no domínio da política.

A disciplina coletiva, a conformidade a um grupo social ou cultural e a autonomia do Estado são, assim, descritas como indesejáveis ao melhor cenário previsto pela teoria, sendo a ação política coletiva uma composição de indivíduos com interesses comuns e provenientes de uma cultura política voltada para a autoexpressão. Nesse sentido, a existência de valores liberais predominantes na sociedade criaria um ambiente cultural propício para o surgimento de demandas por mais liberdade, em que os indivíduos se engajariam para garantir autoexpressão para si e para os demais. Trata-se de algo semelhante ao que Miguel (2014), mencionado há pouco, chamou de “valores de base”; na Teoria do Desenvolvimento Humano a construção de uma base valorativa liberal é encontrada sob a expressão “valores subjacentes de longo prazo”. Nesse sentido, Inglehart e Welzel (2001, p. 5, tradução nossa) referem que “A democratização é um produto da ação coletiva, e a ação coletiva é guiada por preferências coletivas que estão embutidas nas culturas políticas”. Assim, a dinâmica de ascensão de preferências coletivas na teoria dá-se a partir da diminuição das restrições à escolha individual.

Isso porque, para Inglehart e Welzel (2009a, p. 20), “Papeis de gênero, orientações religiosas, padrões de consumo, hábitos de trabalho e comportamento eleitoral se tornam cada vez mais questões de escolha individual”. Os autores mencionam explicações da democracia concorrentes, que enfatizam atores coletivos ou o contexto internacional, mas apenas para dizer que essas perspectivas não invalidam o papel dos valores de autoexpressão e da escolha individual para a democracia. Nesse caso, Inglehart e Welzel (2009a) reconhecem a importância de eventos internacionais e de ações coletivas, sejam elaboradas por meio da mobilização de massa ou da negociação entre elites, mas afirmam que há forças sociais fundadas na autoexpressão, isto é, tendências de atitudes e comportamentos de massa liberais, que direcionam a ação política coletiva. Nas palavras de Inglehart e Welzel (2009a, p. 254), “Ações coletivas conduzem transições. Mas forças sociais canalizam ações coletivas numa direção específica”.

Inglehart e Welzel (2009a) acreditam que sua teoria coaduna com as teorias dos movimentos sociais. Citam Tilly (1978 *apud* INGLEHART; WELZEL, 2009a) para fazer referência à constatação desse autor sobre a necessidade de recursos cognitivos, econômicos e sociais para a constituição de forças sociais. Nesse sentido, acreditam que a modernização proporciona esses recursos, mas são os valores predominantes na cultura política que determinam a direção em que as forças sociais se mobilizarão e quais metas serão preferidas em detrimento de outras. Em outras palavras, pessoas que enfatizam valores de autoexpressão serão mais receptivas a temas relacionados a liberdades civis e políticas para a definição das demandas em que se engajarão. Em suma, para Inglehart e Welzel (2009a), valores de autoexpressão contribuem para a geração de ações coletivas, as quais estabelecem e aprofundam democracias.

Conforme Inglehart e Welzel (2009a), a interação social se dá entre indivíduos com base em consenso conquistado por meio de negociação. Assim colocam os autores: “A diversidade crescente das interações humanas liberta as pessoas de laços comunais que lhes são impostos e de círculos sociais fechados, levando-as a interagir com outras na base da negociação” (INGLEHART; WELZEL, 2009a, p. 46). Os autores relatam que sociólogos antigos já percebiam essa tendência: por exemplo, Durkheim a expôs em termos de substituição da “solidariedade mecânica” pela “solidariedade orgânica”. Essas substituições dizem respeito à interconexão de círculos sociais, isto é, com a individualização as pessoas não se sentem mais presas a laços tradicionais de grupo, como a família, a comunidade, a nação, e criam relações externas (INGLEHART; WELZEL, 2009a). Nesse sentido, a sequência da crítica de Rancière (2014) se dirige à noção atomizada do indivíduo, que imagina poder-se criar laços sociais externos em substituição às solidariedades históricas. O autor se refere, por exemplo, a ideia de que a institucionalização de liberdades civis e políticas, posta muitas vezes sob o termo de “direitos humanos”, tem o condão de promover uma democracia real.

A perspectiva de ação política na Teoria do Desenvolvimento Humano não tem outro objetivo que não a institucionalização de leis e direitos, os quais, na percepção de Rancière (2014) não podem substituir formas de solidariedade genuínas. Inglehart e seus colaboradores acreditam que, ainda que a solidariedade primitiva não possa ser substituída – Inglehart (1997; 2018a) reconhece, por exemplo, que a família ainda tem importância na sociedade contemporânea – a criação de uma cultura política com

valores de base liberais (portanto, em sua percepção, altruístas e igualitários) pode diminuir a ênfase em grupos tradicionais e aumentar a relevância de novos grupos formados pela comunicação entre indivíduos com valores de base semelhantes. Sob essa perspectiva, a institucionalização de direitos provenientes de demandas individuais apresentadas às elites em ação coletiva, fortalece e aprofunda a democracia liberal, ao criar sanções e canais de responsabilização à violação de liberdades. Assim, na Teoria do Desenvolvimento Humano, os valores de autoexpressão em nível individual direcionam novas formas de solidariedade.

Veja-se que Inglehart e Welzel (2009a) mencionam a criação de relações externas, que não obrigam os indivíduos, mas evitam referir que o resultado de novas associações são formações coletivas existentes em razão de um conflito anteriormente instalado e mantido pela lógica liberal hegemônica, seja no que se refere a gênero, raça, etnia, classe. Segundo se interpreta, a própria conexão externa ao grupo primitivo trata-se de uma forma de identificação coletiva, que se dá no momento da autoidentificação do indivíduo como membro de um grupo e, em consequência, da definição de outros grupos distintos em relação a si. Isso porque, para que um indivíduo se reúna a semelhantes em defesa de uma determinada demanda, antes é preciso instaurar-se um conflito, que faz com que aquela identificação coletiva tenha razão de ser. Inglehart e Welzel (2009a) preocupam-se em salientar que explicações coletivistas não tiram a importância que a ênfase na liberdade individual e na autoexpressão tem nessa dinâmica, mas acabam por interpretar o papel da ação política coletiva de forma restrita para enfatizar o indivíduo e, sobretudo, a identificação política individual próprias da tradição normativa liberal em que estão inseridos.

Como salientou Inglehart (2000), sua investigação encontra evidência de fortes ligações entre os valores dos indivíduos e as características das sociedades em que vivem, as quais comportam-se aos moldes da relação largamente estudada entre a cultura política e as instituições democráticas. Assim, Inglehart e Welzel (2001, p. 4, tradução nossa) concluem que “os públicos de massa em países com níveis mais altos de desenvolvimento econômico mostram aspirações de liberdade mais fortes”. Nesse sentido, a liberalização econômica é valorizada na teoria por seu papel na construção de condições sociais que capacitam os indivíduos para exercerem pressões por liberalização política. Segundo Inglehart (1997), essa é a lição deixada aos líderes

soviéticos após 1989 e, conforme destacam Inglehart e Welzel (2009a), essa constatação fornece elementos para crer-se na democratização da China no futuro.

Em consequência, não obstante Inglehart e seus colaboradores se distanciem de muitos autores liberais para quem o enfrentamento às autoridades representa risco à democracia, os autores mantêm o padrão democrático hegemônico, aliado ao capitalismo. Como se viu no capítulo 5, a benevolência dos autores com a dinâmica de liberalização econômica não os permite aceitar as alegações de que as desigualdades sociais decorrem dos processos atinentes ao mercado global. Por isso, da mesma forma que a democracia liberal é apresentada como o melhor e único modelo possível, a despeito dos críticos enfatizarem ser esse um modelo em que desigualdades estruturais de toda ordem foram forjadas e aceitas em benefício de grupos normativos (não raro ligados ao mercado), o capitalismo é tido como promotor de igualdade e o individualismo aparece como altruísta.

Conclusão

Neste capítulo destacou-se a ideia presente na Teoria do Desenvolvimento Humano de que as atitudes e os comportamentos individuais partem de uma estratégia racional para a maximização do bem-estar subjetivo, que se desenvolve culturalmente pela priorização de valores ligados à autonomia e à liberdade individual. Esse processo é apresentado na teoria como de evolução cultural em direção ao individualismo, o qual é atrelado a altruísmo.

Argumentou-se que a valorização do individualismo orienta a opção pelo individualismo metodológico, sendo ambos herança das características atreladas à disciplina da Ciência Política em seu período de institucionalização. Além disso, procurou-se evidenciar que a noção de evolução cultural pressupõe o atraso de determinadas formas culturais em relação a outras, o que pode estar fornecendo à Teoria do Desenvolvimento Humano uma perspectiva autorreferenciada, embora os autores busquem distanciar-se do etnocentrismo. Afora isso, pela perspectiva evolutiva, muito embora os autores neguem a linearidade da trajetória da democracia, acabam desenhando um caminho de idas e vindas em que o progresso é a regra.

Entretanto, destacou-se que, embora a Teoria do Desenvolvimento Humano considere a cultura política sob termos individualistas, não rejeita a ação política coletiva. Não obstante isso, argumentou-se que a sua perspectiva consensual, que

aposta na comunicação entre indivíduos em igualdade de condições do debate público, acaba por desconsiderar formas de dominação atreladas às relações de poder social, político e econômico. Assim, salientou-se que o tratamento do conflito intergeracional desenvolvido na teoria simplifica as possibilidades de choque de interesses e idealiza um futuro em que o pós-materialismo predomina.

Muito do que foi destacado, como se viu, está atrelado à visão benevolente presente na Teoria do Desenvolvimento Humano em relação ao modelo de democracia dominante no Ocidente. Por isso, no capítulo que segue, retorna-se ao conceito de democracia de Inglehart e seus colaboradores traçado no capítulo 3, para aprofundar detalhes que evidenciam a normatividade em que está inserida a teoria. Especificamente, debatem-se as opções dos autores no que diz respeito às definições de estabilidade democrática e de democratização.

Capítulo 8 – A democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano: evidenciando em definitivo a normatividade orientada à defesa do modelo liberal

No capítulo 3 foram apresentados elementos centrais da definição de democracia de Inglehart e de seus colaboradores, a fim de adiantar ao leitor elementos-chave da teoria em análise. Viu-se que os autores optam pelo modelo liberal de democracia não apenas porque é o modelo experenciado de maneira hegemônica no Ocidente, mas em razão da sua opção por enfatizar a liberdade individual (INGLEHART; WELZEL, 2009a). Assim, percebeu-se que a teoria, para além de elaborar um diagnóstico sobre o caminho da democratização, desenha uma rota de como avançar em direção a um modelo específico de democracia, que tem a liberdade individual como fundamento para uma ideia de emancipação. Especificamente, de acordo com Inglehart e Welzel (2008; 2009a), a democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano requer instituições democráticas, liberdades civis e políticas e elites responsivas, que efetivem tais liberdades.

Nesta seção, retoma-se sempre que necessário aspectos apresentados no capítulo 3, mas divide-se a abordagem da democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano em duas partes correspondentes a momentos distintos da teoria: uma, com ênfase na estabilidade democrática; outra, com ênfase na democratização e no avanço da democracia[68]. Acreditou-se ser importante destacar esses dois momentos, porque em Inglehart e Welzel (2009a), obra mais frequentemente referenciada sobre a teoria no Brasil, a questão da estabilidade democrática é secundária, dando a impressão equivocada de que Inglehart e seus colaboradores centram-se em seus textos unicamente no desenrolar da democratização e no avanço da democracia desde uma concepção formal para uma concepção efetiva.

[68] Optou-se por desenvolver a explicação da estabilidade da democracia antes da concepção de democratização, porque os primeiros textos de Inglehart sobre o tema davam maior centralidade à estabilidade da democracia em relação aos textos mais recentes.

8.1 Aprofundando o entendimento da democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano

Conforme se viu, Inglehart e Welzel (2009a) expressamente afirmam que a Teoria do Desenvolvimento Humano se refere ao modelo liberal de democracia, na medida em que possui a liberdade de escolha como fator central. Nessa perspectiva, Inglehart (2018a) se refere a sua teoria como “teoria emancipatória da democracia”, pois descreve e busca prever o caminho da democratização a partir da ênfase na liberdade individual, que proporciona, segundo entende o autor, a emancipação dos indivíduos. Nos termos do que referem Inglehart e Welzel (2009a, p. 190), “Em síntese, aspirações subjetivas à escolha geram demandas de direito à escolha”. Ou seja, a emancipação dos indivíduos se dá quando deixam de submeter-se a autoridades dogmáticas (em geral, religiosas) ou políticas (como um Estado forte) e passam a expressar seus desejos individuais. O fim, portanto, da sequência descrita pela Teoria do Desenvolvimento Humano é criar indivíduos participativos na política, que se disponham a desafiar as autoridades e, assim, pressionar as elites governantes para que cada vez mais demandas relacionadas à liberdade de escolha sejam institucionalizadas (GAT et al, 2009; INGLEHART; WELZEL, 2009a, INGLEHART, 2018a).

Há na teoria uma defesa da democracia liberal, considerada vital por garantir direitos civis e políticos que permitem aos indivíduos fazer escolhas autônomas em suas atividades públicas e privadas ao institucionalizar a liberdade de ação. O elo entre os valores subjetivos e as instituições está no grau de liberdade das pessoas para moldar suas vidas, por isso a democracia liberal é vital. Assim, primeiro, é importante referir que o fim da Teoria do Desenvolvimento Humano é a maior participação política orientada por valores liberais, a fim de que as elites sejam pressionadas a institucionalizar direitos que possibilitem a autoexpressão. Inglehart e Welzel (2009a), nesse sentido, deixam bastante claro o seu objetivo, quando referem propor um modelo de previsão de como os sistemas de valores das sociedades evoluirão nas próximas décadas, demonstrando que esses valores impactam de maneira crucial o surgimento de instituições democráticas. Nas palavras dos autores, “A escolha humana possibilita o aumento de demandas, que contribui para criação e manutenção de instituições mais adequadas à escolha humana, num ciclo favorável à democracia liberal” (INGLEHART; WELZEL, 2009a, p. 18).

Embora a literatura aponte outras dinâmicas envolvendo a democracia liberal (globalização, mercado, dominação, competição), que podem atuar para restringir o grau de liberdade das pessoas[69], na medida em que proporcionam desigualdades interpessoais e internacionais, Inglehart e seus colaboradores procuram evitar elaborar críticas ao modelo e, não raro, justificam muitos dos aspectos apontados pelos críticos. Segundo se percebe, o pragmatismo do autor, bastante comum em autores liberais, que o faz centrar-se na solução e não no problema, conduz à elaboração de uma trajetória de mudança cultural em direção ao fomento da participação política sob vias superficiais, isto é, que evitam aprofundar os detalhes inerentes aos acontecimentos sociais, políticos e econômicos, os quais, invariavelmente, influem mesmo na realização do critério democrático normativo por excelência da Teoria do Desenvolvimento Humano, a liberdade individual. Por isso, embora mencione a possibilidade de efeitos periódicos que atravancam a trajetória descrita, atrasando-a ou adiantando-a a depender do contexto sociopolítico da sociedade em análise, é indispensável perceber que, na verdade, é esse contexto que constrói a trajetória dos regimes políticos das mais variadas sociedades, representando o caminho delineado por Inglehart e seus colaboradores uma reserva correspondente ao ideal decorrente da concepção dos autores sobre a melhor democracia possível. Aqui não se está fazendo juízo sobre a democracia liberal, se é ou não a melhor democracia possível, mas sim constatando a percepção do autor de que assim o seja e destacando algumas das implicações dessa percepção, de acordo com a literatura.

Ao focar na solução, os autores narram uma trajetória cabal e satisfatória em direção à democracia liberal, em que todos os desvios são tratados como exceção, quando, segundo se interpreta, esses desvios são partes constituintes das trajetórias de cada sociedade, que não seguem uma regra. Delinear uma regra geral não tem outra consequência que não a existência de exceções e de efeitos periódicos, estes, sim, dada a contingência dos acontecimentos sociais e políticos, esperados. É a isso que se refere quando se diz que a Teoria do Desenvolvimento Humano promove a eliminação da política para poder constituir-se: somente “limpando” a regra geral de toda e qualquer interferência, seja do mercado, das relações de poder, das desigualdades de renda etc., ela poderia existir.

[69] Perspectivas nesse sentido podem ser encontradas sob diferentes vieses, por exemplo, em Mouffe (2015), Fraser (2018), Brown (2019).

Inglehart (1993) supõe que, sendo as elites responsivas, atenderão as demandas do público, sem fazer menção ao papel cada vez mais sobressaliente dos interesses econômicos sobre a política. A política deve solucionar as crises oriundas de efeitos periódicos, não importando os detalhes de como os governantes terão condições de atuar. Da mesma forma, a tomada do público como indivíduos iguais no debate público faz parecer que a atuação de pessoas de origem cultural, social, racial, étnica etc. distinta da norma dá-se em condição de igualdade. Sobre isso tratou-se de forma detalhada nos capítulos anteriores.

No entanto, Inglehart e seus colaboradores insistem em argumentar que a busca por liberdades civis e políticas é o que tem feito as pessoas lutarem pela autodeterminação que a democracia liberal proporciona, ou seja, o que faz as pessoas apoiarem a democracia é o desejo por liberdades. O voto é importante, mas é apenas uma parte da ideia de democracia liberal; trata-se de democracia eleitoral, que pode ser facilmente mal utilizada para esconder a deficiência de efetividade das liberdades civis e políticas. Para definir tais liberdades, os autores adotam a interpretação de Berlin (1969 *apud* INGLEHART; WELZEL, 2009a): liberdade privada para a tomada de decisões e, portanto, liberdade negativa da autoridade do Estado de interferir, e liberdade política para tomada de decisões na vida pública e, em consequência, liberdade positiva superior à autoridade do Estado.

Para Inglehart e Welzel (2009a), análises como a de Pzeworski e Limongi (1997) são úteis se se quiser analisar a democracia eleitoral, mas a simplificação binária elaborada por esses autores de “democracia e não democracia” não se aplica à democracia liberal. De acordo com os autores, assim, a democracia liberal não pressupõe elementos inteiramente presentes ou ausentes, mas graus de presença e ausência de determinados elementos. Nas palavras Inglehart e Welzel (2009a, p. 217), “a democracia liberal é uma questão de grau, atravessando o *continuum* desde a ausência completa de liberdade civis e políticas, até sua presença integral”. Como será visto adiante, as pesquisas elaboradas pelo autor sobre estabilidade democrática consideram o período de duração da democracia formal, ou seja, a ausência completa ou a presença mínima de liberdades é considerada democracia liberal em algum grau.

Para mensurar os graus de democracia liberal, Inglehart e Welzel (2009a) utilizam medidas da *Freedom House* de liberdades civis e políticas. No entanto, consideram essa medida restrita, pois alcança apenas a institucionalização dessas liberdades. Por isso, Inglehart e Welzel (2009a) assumem que os níveis de

responsividade das elites pode auxiliar na mensuração da efetividade das liberdades civis e políticas, pois definem se e em que medida essas elites são comprometidas com o estado de direito e, portanto, com a efetivação das liberdades presentes nas leis do país. Segundo os autores, as liberdades civis e políticas servem à limitação do poder do Estado desde seu aparecimento, mas, para que isso de fato ocorra, as elites precisam ser honestas e cumpridoras da lei, ou seja, não corruptas, na mais ampla acepção da palavra, e comprometidas em tirar os direitos do papel (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Inglehart e Welzel (2009a) pontuam que sua noção de democracia efetiva diz respeito à democracia formal associada à colocação em prática por elites responsivas dos elementos essenciais da democracia liberal: as liberdades civis e políticas. Com isso, os autores desejam esclarecer que o a expressão “democracia efetiva”, conforme empregado na Teoria do Desenvolvimento Humano, não possui relação com a eficácia do regime político no que diz respeito ao sucesso de políticas, mas tão somente diz respeito à forma como as liberdades civis e políticas institucionalizadas e tomadas como direitos são respeitadas no uso do poder do Estado pelas elites (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Daí a ausência de menção na Teoria do Desenvolvimento Humano aos direitos sociais. Primeiro, não compõem o rol de liberdades institucionalizadas como direitos para limitar o poder do Estado na vida privada e pública do indivíduo; justamente pelo contrário, os direitos sociais implicam a atuação das elites governantes para solucionar desigualdades e promover justiça social. Segundo, essa atividade positiva é deslocada na Teoria do Desenvolvimento Humano ao âmbito da política, isto é, são medidas a serem tomadas conforme a necessidade de intervenção por políticas governamentais (INGLEHART, 2018a). Como foi evidenciado por Inglehart e Welzel (2009a), sua noção de democracia efetiva não considera a tomada e a eficácia de políticas dessa natureza, na medida em que a teoria busca elaborar uma regra geral de longo prazo. É importante referir que a tendência a elaborar uma regra geral testável empiricamente está relacionada à tradição metodológica normativa da Ciência Política estadunidense e, em decorrência disso, diz respeito também à tradição normativa liberal, que crê na autorregularão dos processos sociais e políticos a partir da ênfase na liberdade individual.

Inglehart e seus colaboradores não o dizem expressamente, mas uma interpretação possível é a de que, enquanto as liberdades civis e políticas são

condições imprescindíveis de existência da democracia liberal, os direitos sociais são facultativos, isto é, a democracia liberal pode existir sem eles. No entanto, por diversas vezes, como foi demonstrado no capítulo 4, Inglehart (1993; 1997) afirma que políticas sociais, próprias do Estado de bem-estar social, são as responsáveis pela mudança cultural que leva os indivíduos a enfatizarem a escolha humana. No mesmo sentido, Inglehart (2018a) refere que se, por algum efeito de período, as desigualdades sociais se tornarem extremadas, políticas sociais precisarão ser postas em prática, porque a insatisfação de uma parcela muito extensa da população pode fazer ruir as bases de apoio à democracia liberal. Ou seja, como se viu, a atuação governamental por meio de políticas que efetivem direitos sociais parece ser mais necessária à democracia liberal efetiva do que a Teoria do Desenvolvimento Humano faz parecer.

Nesse caso, os direitos sociais não aparecem ao lado dos direitos civis e políticos na definição de democracia liberal efetiva da Teoria do Desenvolvimento Humano, porque, segundo se percebe, a ênfase na liberdade individual não tem apenas o objetivo de tornar os indivíduos emancipados em relação à autoridade dogmática ou ideológico-política comunista/fascista, mas de manter os indivíduos atrelados à ideologia liberal, em que a autoridade é a dinâmica do livre mercado. Gat et al (2009) acreditam que o modelo de democracia aliada ao capitalismo não se trata de uma contradição irreconciliável, como os críticos afirmam. Primeiro, os autores argumentam que nem toda tensão necessariamente leva a implosão, se referindo à alegação dos socialistas sobre a desigualdade econômica gerada pelo capitalismo. Isso porque, para o autor, um mínimo de desigualdade de renda é sempre necessário para a manutenção da eficiência econômica em nível macro, ficando o Estado de bem-estar social encarregado de proporcionar a distribuição de renda possível (GAT et al, 2009). Depois, Inglehart (2018a) afirma que a alegação de que o capitalismo gera desigualdades não é verdadeira, pois, ao contrário, promove igualdade de renda até determinado estágio da modernização.

Segundo Inglehart e Welzel (2008), os critérios normativos da democracia liberal costumam ser definidos como inspirados em uma visão de mundo que considera uma vida baseada na liberdade, na igualdade e no autogoverno como a melhor forma de organizar sociedades. É importante lembrar que a noção de igualdade aqui diz respeito a pressuposição de que todos os indivíduos têm igual condição de participar do debate público em virtude do império da lei. Sendo a liberdade de escolha o conceito-chave da Teoria do Desenvolvimento Humano, a

interpretação é a de que todos os indivíduos são igualmente livres para manifestarem-se nas esferas social e política. A igualdade de renda em níveis elevados viu-se não ser possível, segundo Inglehart (1997), em razão de tornar-se insustentável para a liberdade individual e de mercado. Já a igualdade de gênero e raça/etnia depende da mudança cultural, que proporciona a abertura a demandas que lhes efetive, na medida em que um maior número de pessoas apoia a livre escolha (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Assim, na Teoria do Desenvolvimento Humano, a igualdade política decorre da valorização na sociedade da liberdade individual. Entretanto, como a igualdade política não faz parte da definição de democracia liberal efetiva nessa teoria, é possível interpretar que dada sociedade pode ser considerada efetivamente democrática sem esse atributo. Nesse sentido, embora Inglehart e Welzel (2009a) abordem a mudança cultural como indispensável para o abandono de valores tradicionais que auxiliam na manutenção de xenofobia, racismo, homofobia, machismo, e apresentem o tema em termos de avanço democrático, seu critério de definição da democracia liberal em seu grau mais elevado pressupõe a presença integral de liberdades civis e políticas definidas em lei e postas em prática pelas elites governantes. No entanto, não há uma clara definição de como a transferência de poder entre pessoas ocorre. O autor lança mão da noção de mudança cultural entendida como a passagem de valores aquisitivos para valores de autoexpressão, mas (1) não delimita o alcance da mudança cultural, isto é, não informa se em algum momento os materialistas desaparecerão completamente ou se, ao menos, haverá uma grande maioria de pós-materialistas, e (2) nesse caso, não elabora sobre a existência de conflitos dentro do novo grupo valorativo dominante, dando a impressão de que o conflito deixa de existir e de que toda a complexidade das relações humanas em sociedade se limita a sua definição de valores aquisitivos e de autoexpressão.

Vê-se, da mesma forma, que, ao mencionar a noção de autogoverno, pensando sobre a soberania popular, Inglehart e Welzel (2008) buscam afastar-se da noção elitista de democracia. Os autores afirmam que sob a perspectiva elitista, não faz diferença que o público deseje ou não a democracia, pois o elemento essencial desse modelo é um acordo entre elites em que os requisitos sociais da democracia ficam de fora. Nas palavras de Inglehart e Welzel (2008, p. 1), conforme o modelo elitista, “A democracia surge e sobrevive onde quer que as elites a considerem vantajosa, seja na Índia, Polônia ou Mali”. Assim, os autores acreditam que a sua definição de

democracia é bastante abrangente, pois acompanha o entendimento majoritário na literatura de que o surgimento e a sobrevivência da democracia dependem de um conjunto de requisitos sociais fundamentais, como uma ampla distribuição de recursos participativos. Esses recursos, segundo Inglehart e Welzel (2008), possibilitam a promoção de uma visão de mundo emancipadora, isto é, focada na liberdade individual.

Em síntese, assim entendem Inglehart e Welzel (2008, p. 1, tradução nossa):

> Em contraste com o conceito estreito, conceitos amplos veem a democracia como mais do que apenas um método para designar líderes governamentais: a verdadeira democracia requer um conjunto abrangente de liberdades civis e políticas que capacitam as pessoas a governarem-se. Essas liberdades incluem o direito de votar em eleições livres, mas vão muito além disso. As liberdades civis e políticas estabelecem a "democracia liberal", em oposição à mera "democracia eleitoral".

Nesse sentido, Inglehart e Welzel (2008) destacam o fato de que muitos estudiosos têm apontado que a maioria das novas democracias apresentam graves deficiências na adoção do Estado de Direito e nas práticas de governança, o que não lhes permite tornarem-se democracias liberais efetivas. Essas sociedades, portanto, correm o risco de constituírem-se em formas fajutas de democracia, em que as elites corrompem as liberdades democráticas. Por isso, Inglehart e Welzel (2008) optam por adotar uma medida que associe liberdades civis e políticas à governança honesta, para o que utiliza um índice construído pela ponderação das avaliações da *Freedom House* sobre liberdades civis e políticos pelos dados de boa governança do Banco Mundial, que envolve respeito ao Estado de Direito e controle da corrupção.

A noção básica do conceito de democracia da Teoria do Desenvolvimento Humano, assim, é de que o empoderamento das pessoas somente ocorre de maneira satisfatória com liberdades civis e políticas institucionalizadas e concretizadas na realidade social. Inglehart e Welzel (2008) explicam que as liberdades apenas institucionalizadas não têm o efeito de capacitar o cidadão comum para a vida pública: as liberdades civis permitem que as pessoas comandem suas próprias vidas da forma como desejarem, desde que não colidam com os demais, e as liberdades políticas possibilitam que suas preferências sejam conhecidas e expostas na vida pública. De acordo com os autores, são essas liberdades codificadas na forma de direitos civis e políticos, que constituem a cidadania. Embora seja raro encontrar-se referência

expressa à palavra “cidadania” nas obras de Inglehart, aqui os autores a definem como a instituição central da democracia (INGLEHART; WELZEL, 2008).

Um aspecto importante da definição de democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano é que o funcionamento satisfatório das características institucionais da democracia, como a competição eleitoral e a responsabilidade dos governantes, aparecem como decorrentes das liberdades civis e políticas efetivas. Para Inglehart e Welzel (2008), o Estado de Direito é crucial a sua definição, pois está intimamente ligado à mensuração da democracia efetiva, isto é, uma sociedade pode ter baixa pontuação no que se refere à efetividade de sua democracia se (1) há pouca ou nenhuma liberdade democrática, mesmo com Estado de Direito constituído; (2) há ampla liberdade democrática, mas não há Estado de Direito (INGLEHART, 2008).

Afora isso, Inglehart e Welzel (2008) elaboram a ideia de empoderamento humano em uma tríade: (1) liberdades democráticas, (2) valores de autoexpressão e (3) recursos de ação. Esses aspectos capacitariam as pessoas da seguinte forma:

> As liberdades democráticas capacitam as pessoas no nível de direitos, garantindo-lhes direitos civis e políticos que lhes permitem governar-se na vida pública e privada. Os valores de autoexpressão capacitam as pessoas no nível de motivações, as tornando dispostas para governar suas vidas. Os recursos de ação capacitam as pessoas no nível de qualificação, equiparando-lhes em meios, habilidades e oportunidades, que lhes permitem governar as suas vida. Juntos, esses três elementos completam a capacitação humana como um todo (INGLEHART; WELZEL, 2008, p. 4, tradução nossa).

Para que o empoderamento humano ocorra, assim, a democracia efetiva deve ser incorporada em um ambiente cultural que enfatiza os valores de autoexpressão e em um ambiente que fornece recursos de ação. Por isso, segundo o autor, suas evidências empíricas demonstram que saber o quão difundidos os valores de autoexpressão estão em uma sociedade explica 79% da variação entre os países no que se refere à efetividade da democracia. Assim, Inglehart e Welzel (2008) tratam de rechaçar interpretações de que a democracia depende de redistribuição de renda entre classes. Segundo os autores, nessa visão, a motivação das massas para apoiar a democracia é a possibilidade desse regime político de redistribuir a renda das elites, enquanto a motivação das elites é garantir que a redistribuição de renda não seja demasiada (INGLEHART; WELZEL, 2008).

Nesse sentido, é importante rememorar a noção de Inglehart (2016b, 2018a) e Norris e Inglehart (2017, 2019) de que o elemento que motiva o indivíduo em relação

à democracia é a ênfase em liberdade individual, de forma que não há risco de colapso, crise ou morte da democracia em sociedades altamente industrializadas, onde essa ênfase é majoritária. Portanto, essa não é uma noção nova incorporada à teoria após a ascensão de líderes e movimentos populistas autoritários, mas uma constatação decorrente de seus próprios pressupostos originais. O conceito de *"authoritarian reflex"* mobilizado em Inglehart (2018a) para explicar a reação dos materialistas ao pós-materialismo, por exemplo, foi elaborado na década de 1990 e aparece descrito em Inglehart (1997). A explicação do autor para a crise das democracias liberais trata-se, portanto, de uma reafirmação da teoria e de sua capacidade preditiva.

As desigualdades sociais que têm levado o público de sociedades altamente industrializadas a contestar os resultados da democracia liberal e a abrir-se para alternativas não democráticas aparecem na explicação de Inglehart (2016b, 2018a) e Norris e Inglehart (2017, 2019) como um efeito periódico, um momento de exceção no caminho de prosperidade próprio do capitalismo. Para conter o efeito periódico, os autores requerem a urgente implantação de políticas de redistribuição de renda, deixando transparecer que a explicação de que a redistribuição de renda oferece motivação ao público para apoiar a democracia, a qual foi negada por Inglehart e Welzel (2008), tem um relevante papel na trajetória da democracia. Os autores argumentam, a partir da interpretação que fazem de Boix (2003 *apud* INGLEHART; WELZEL, 2008) e Acemoglu et al (2005 *apud* INGLEHART; WELZEL, 2008), é de que a democracia não surge simplesmente de um interesse redistributivo para tornar o sufrágio universal mais aceitável às elites. No entanto, na melhor das hipóteses, a redistribuição contribui simplesmente à luta por justiça social, a qual, segundo se percebe, é essencial para uma democracia efetiva.

Ao que parece, a valorização do empirismo como parte inerente à orientação normativa da Teoria do Desenvolvimento Humano está intimamente ligada a essa interpretação. Embora os autores tenham testado a predição de variáveis correspondentes a fatores levantados na literatura em relação à democratização e à estabilidade democrática e demonstrado sua reduzida relevância para tais fenômenos, as variáveis dependentes utilizadas nas análises priorizam um modelo de democracia definido como presença de instituições e liberdades, nos moldes da tradição estadunidense. Como explicam Inglehart e Welzel (2009a), é adotado o índice de liberdades civis e políticas da *Freedom House* para medir até que ponto

essas liberdades existem formalmente nos países, elaborando, assim, um ranking de sociedades que se moveram em direção à democracia (pois adquiriram liberdades civis e políticas) e o número de sociedades que trilharam o caminho inverso (pois perderam liberdades civis e políticas). Assim, as próprias variáveis e os modelos estatísticos elaborados por Inglehart e seus colaboradores partem de uma perspectiva decorrente da normatividade orientada à defesa da tradição liberal de democracia. Nesse sentido, a opção dos autores por não tecer críticas ao modelo de democracia liberal parece não se dever apenas à intenção de realizar um diagnóstico da democracia hegemônica no Ocidente, mas do fato de que Inglehart e seus colaboradores discordam de muitas das críticas elaboradas a esse modelo de democracia e as rechaçam. Também por isso, os autores vão de encontro às críticas à teoria da Cultura Política de Almond e Verba (1989), parte da mesma tradição teórica oriunda do período de institucionalização da disciplina.

Como esse posicionamento fica expresso nas opções metodológicas dos autores, obviamente, a Teoria do Desenvolvimento Humano somente é aplicável à democracia liberal, sendo que suas testagens estatísticas levam em conta apenas esse modelo de democracia – diga-se, em termos bastante restritos, considerando que somente medidas relativas às instituições e às liberdades civis e políticas são incorporadas. Importante referir que a ênfase nos princípios do liberalismo, centrados na liberdade do indivíduo, não podem ser confundidos com democracia (BIANCHI, 2011). Essa confusão, entretanto, acontece com frequência pela hegemonia do modelo de democracia liberal. Inglehart e Welzel (2009), por exemplo, justificam a opção por esse modelo pela centralidade da liberdade individual para sua teoria; implicitamente, a democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano se confunde com a presença de liberdade individual, de forma a pressupor-se que a democracia liberal é a única possível e a única capaz de oferecer ditas liberdades. Por exemplo, muito embora no campo teórico os autores mencionem a existência de igualdade de condições entre indivíduos – pressuposto com frequência contestado pelos críticos do liberalismo e da democracia liberal – tal assertiva não é mensurável com as variáveis disponíveis.

Apesar de Inglehart (1993) ter defendido que opções teóricas e metodológicas orientadas por ideologia são justificáveis quando repercutem na realidade por meio da demonstração empírica, é preciso atentar para o papel da normatividade orientada à defesa da democracia liberal para a própria construção da metodologia pela qual se

dá a demonstração empírica elaborada pelo autor e por seus colaboradores. Os pressupostos liberais repercutem na construção da metodologia de Inglehart e seus colaboradores, que utilizam variáveis independentes representativas de aspirações por liberdade individual para predizer a democracia entendida em termos de presença ou ausência de liberdades. Nesse sentido, é grande a possibilidade de variáveis independentes enfatizando liberdades estarem associadas estatisticamente a medidas de democracia constituídas também por medidas de liberdades. A interpretação que se faz é que não se trata de opção pela democracia liberal em razão da ênfase dada à liberdade individual na teoria, como afirmaram Inglehart e Welzel (2009), mas da ênfase na liberdade individual para priorizar o modelo de democracia liberal.

8.2 Estabilidade democrática na Teoria do Desenvolvimento Humano

A ênfase na estabilidade da democracia é uma característica marcante nos estudos de comportamento político informados pela teoria dos sistemas políticos de Easton (1953), elaborada sob um viés analítico empirista, muito focado em tornar operacionalizável a análise dos fenômenos políticos. Na teoria da modernização, da mesma forma, viu-se que Lipset (1967) via a modernização como o fator propulsor de elementos capazes de evitar extremismos e, portanto, garantir a moderação necessária para manter estável a democracia. A preocupação com a estabilidade, isto é, com a manutenção pelo máximo tempo possível de uma ordem jurídico-formal estabelecida, está associada à tendência do *mainstream* da Ciência Política, sobretudo, daquela produzida nos Estados Unidos, de aceitar o estabelecimento de elementos mínimos como definição de democracia.

Bollen e Jackman (1975 *apud* INGLEHART, 1997) criticam análises que utilizam medidas de estabilidade democrática e, também, medidas de democracia incluindo liberdades civis e políticas, pois acreditam que isso cria uma confusão entre a estabilidade da democracia e a extensão da democracia. Inglehart (1997) e Granato, Inglehart e Leblang (1996) afirmam concordar enfaticamente que são duas coisas distintas, mas que isso não constitui um impedimento contra o estudo da estabilidade das instituições democráticas, que é uma variável importante por si só. Assim, os autores buscam precaver-se das críticas e, previamente, informam que, apesar de estarem cientes de que a análise da estabilidade aborda uma noção de democracia

restrita, pretendem utilizar ambas as abordagens em suas análises. Veja-se como explicam Granato, Inglehart e Leblang (1996, p. 680, tradução nossa):

> Em outro artigo (Inglehart, et al. 1995) analisamos: (1) os níveis de democracia em um determinado momento; (2) a estabilidade da democracia em determinadas sociedades; e (3) mudanças nos níveis de democracia de uma época para outra. Todos os três são significativos. Se as instituições democráticas sobrevivem ou não em tempos bons e ruins, depende se elas criaram vínculos culturais profundamente enraizados entre os cidadãos.

Granato, Inglehart e Leblang (1996) lembram, ainda, do estudo de Jackman e Miller (1996 *apud* GRANATO, INGLEHART; LEBLANG, 1996), que procurou debater o anúncio feito por Inglehart (1988) do renascimento da cultura política. Embora não tenha sido selecionado para a análise nesta tese por não cumprir os critérios definidos na metodologia, o artigo "*The Renaissance of Political Culture*" (1988), tornou-se um dos mais influentes da obra de Inglehart ao apresentar uma mudança de paradigma na clássica interpretação de que as orientações culturais das sociedades eram duradouras e que somente aquelas com certa cultura cívica poderiam alcançar a estabilidade democrática[70]. Isso porque, a ênfase na perspectiva de mudança cultural fez a Teoria do Desenvolvimento Humano despontar como inovadora no estudo do comportamento político, embora já quinquagenária. Na onda de revisões da teoria da Cultura Política, após o ostracismo a que foi relegada a partir das críticas a Almond de Verba (1989), a Teoria do Desenvolvimento Humano foi um dos pilares em que se apoiaram estudiosos que pretendiam evitar os equívocos da teoria inaugural.

Jackman e Miller (1996 *apud* GRANATO, INGLEHART; LEBLANG, 1996), nesse sentido, repercutindo o argumento de Bollen e Jackman (1975 *apud* INGLEHART, 1997), criticam o foco na estabilidade da democracia por sua interpretação restrita da noção de democracia. Granato, Inglehart e Leblang (1996), por sua vez, afirmam que a contrariedade com a ideia de estabilidade parece cegar Jackman e Miller (1996 *apud* GRANATO, INGLEHART; LEBLANG, 1996), aos quais atribuem estarem realizando alegações insustentáveis, sem qualquer embasamento teórico, utilizando variáveis irrelevantes. Na verdade, Jackman e Miller (1996 *apud* GRANATO, INGLEHART; LEBLANG, 1996) questionam a medida da estabilidade da democracia pelo número de anos em que determinada sociedade vive sob instituições

[70] Sobre esse artigo, amplamente difundido, teve-se a oportunidade de melhor discutir no Capítulo 3, ainda que não faça parte do material de análise.

democráticas, pois faz parecer que países com democracias distintas têm o mesmo nível de democracia.

Com efeito, de acordo com Inglehart (2016b, p. 98, tradução nossa), a estabilidade da democracia é entendida em sua teoria como “operacionalmente, o número de anos que as instituições democráticas funcionaram continuamente em uma determinada sociedade”. Assim, quando se fala em democracia estável, leia-se estabilidade de um modelo específico de democracia em termos formais. Veja-se que Inglehart e Welzel (2009a) preocupam-se em distinguir o que entendem por democracia liberal e o que denominam democracia liberal efetiva ou genuína. A democracia liberal genuína é posta pelos autores como um regime político em que há instituições democráticas, liberdades civis e políticas efetivas e elites responsivas. Quando esses elementos existem, mas apenas no papel, isto é, estão formalizados, mas não alcançam o público efetivamente, a democracia liberal não é genuína (INGLEHART; WELZEL, 2009a). Assim, a democracia no estudo da estabilidade é entendida de forma abreviada, sendo compatibilizada com a presença de instituições democráticas operantes.

Conforme se referiu, nos artigos mais antigos de Inglehart e seus colaboradores entre aqueles que foram selecionados para a análise, o tema da democratização não apareceu ou apareceu de forma entremeada às análises de estabilidade da democracia. Somente artigos mais recentes, a partir de meados dos anos 2000 centraram-se na democratização. Inglehart (1993), nesse sentido, afirma que o desenvolvimento econômico está relacionado à democracia estável porque leva ao surgimento de uma cultura política pró-democrática. Segundo o autor, a mobilização cognitiva, a presença de valores pós-materialistas, o bem-estar subjetivo e a confiança são fatores fortemente associados à estabilidade democrática. Isso porque, como salienta Inglehart (2016b), a cultura política tende a ter um papel mais relevante na consolidação da democracia do que na democratização, pois auxilia na sua sobrevivência em tempos difíceis.

Inglehart (1993) pontua, entretanto, que essas pré-condições não parecem ter estado presentes antes da Segunda Guerra Mundial. A exceção seria a antiga Tchecoslováquia (que era a sociedade mais desenvolvida economicamente na época) e a União Soviética, em que certas pré-condições societais subjacentes surgiam, mas foram potencializadas quando Mikhail Gorbatchev abriu caminho para a liberalização

em um período de falência econômica[71]. De qualquer sorte, salienta o autor, nenhum país podia ser considerado uma democracia estável no período entre guerras. Fora do Leste Europeu, as pré-condições para a democracia, isto é, certa infraestrutura de massas, desenvolveu-se apenas mais recentemente. Nesse sentido, afirma Inglehart (1993, p. 46), "embora as elites possam aperfeiçoar as instituições democráticas, sua sobrevivência a longo prazo depende de apoio de massa".

Inglehart (1993) encontra correlação estatística entre valores pós-materialistas e democracia estável, mas reconhece que correlação não significa causa. No entanto, o autor acredita que há uma poderosa evidência de nível individual que fornece uma explicação causal do porquê países com populações majoritariamente pós-materialistas tenderem de ser democracias estáveis. Isso ocorre, de acordo com Inglehart (1993, p. 47), porque "suas populações dão prioridade relativamente alta à liberdade individual e aos valores democráticos; e tendem a engajar-se na ação política direta, que pode, por sua vez, sob as circunstâncias adequadas, ajudar na liberalização de regimes autoritários.

Sob uma perspectiva global, Inglehart (1993) desenha a fase industrial como coincidente com a democratização, enquanto a fase pós-industrial é identificada com a democracia estável. Assim, segundo o autor, sociedades democráticas que se encontram na fase pós-industrial, têm maior probabilidade de ser democracias estáveis. No entanto, Inglehart (1993; 2000) salienta que a adoção de democracia formal não significa democracia estável. O autor exemplifica lembrando da República de Weimar, que em 1918 era uma democracia modelo, mas não sobreviveu. Para o autor, isso se deveu, entre outros fatores, ao fato de que a cultura política de massa na Alemanha daquela época não era congruente com a democracia (INGLEHART, 1993; 2000). Assim explica Inglehart (1993, p. 50):

> A democracia formal pode ser estabelecida pelas elites – mas uma vez que a política passa a definir-se por eleições livres, as orientações das massas tornam-se cruciais, e na Alemanha de Weimar o regime nazista chegou ao poder através de eleições livres. No início dos anos 1930, o partido nazista tornou-se o maior partido no Reichstag e Hitler tornou-se chanceler em 1933 através de procedimentos democráticos. Procedeu então à abolição da democracia e colocou a Alemanha num curso que se provou desastroso para seus vizinhos e em última análise para ela mesma. A República de Weimar

[71] Na época dessa publicação, Inglehart (1993) concluiu que países da Europa Central e Oriental, incluindo as sociedades da antiga União Soviética, tinham adotado ou estavam adotando instituições democráticas, com a realização de eleições.

> fracassou porque faltou legitimidade e por causa da persistência da cultura política autoritária.

Contudo, como se viu, na Teoria do Desenvolvimento Humano, a cultura é considerada uma variável, não uma constante. Assim, após 1945, a Alemanha conseguiu democratizar-se e, em meados da década de 1980, tornou-se uma democracia estável. Numa interpretação culturalista típica, Inglehart (1993) recorre à teoria dos sistemas de Easton (1953) para afirmar que resultados positivos da vivência em democracia podem gerar apoio de massa para os governantes. Já a curto prazo, o apoio aos governantes está relacionado, de acordo com o autor, com cálculo do indivíduo sobre o que o governo tem efetivamente feito em seu benefício. No entanto, se os resultados positivos do regime político perduram ao longo do tempo, o regime desenvolve "apoio difuso", que, para Inglehart (1993), corresponde à noção de legitimidade.

Nesse sentido, o bem-estar subjetivo torna-se um elemento essencial para a estabilidade da democracia. Inglehart (2000) utiliza variáveis atinentes à satisfação com a vida e à sensação de felicidade pessoal para avaliar o bem-estar subjetivo e conclui que as sociedades com uma sensação relativamente forte dessa característica têm maior probabilidade de ser democracias estáveis do que as sociedades caracterizadas por uma baixa sensação de bem-estar. O autor considera o bem-estar subjetivo como um elemento profundamente enraizado quando presente em dada sociedade, de forma que fornece uma base relativamente estável de apoio ao regime político. No entanto, embora seja raro, o contrário também possui forte poder de levar à rejeição do regime político, como aconteceu com a União Soviética e a Iugoslávia (INGLEHART, 2000).

Embora possa parecer surpreendente que a satisfação com a vida seja um preditor mais forte da democracia estável do que a satisfação com o sistema político em si, isso faz sentido, segundo Inglehart (1993, 2016b), porque a política constitui um aspecto relativamente periférico da vida da maior parte das pessoas. A satisfação com a esfera política tem impacto na percepção de bem-estar subjetivo, mas menor. De acordo com Inglehart (1993, 2016b), uma percepção generalizada de bem-estar condiciona uma base estável de legitimidade para um dado regime. Segundo o autor, isso é especialmente importante para as democracias, já que regimes autoritários conseguem manter-se, pelo menos por algum período, por meio de coação (INGLEHART, 1993; 2016b). Inglehart (1997, 2016b) acredita que a legitimidade é

crucial, porque pode ajudar a sustentar instituições democráticas em tempos de crise. Segundo o autor, as instituições democráticas podem ser impostas pelas elites, mas somente se mantêm se estiverem enraizadas entre o público.

Além disso, com relevância ainda mais expressiva, Inglehart (1993) encontra a confiança interpessoal como vinculada à democracia estável. O autor lembra que essa já era uma variável apontada pela literatura da área da cultura política, mas que os dados internacionais sempre foram limitados para a demonstração empírica em estudos anteriores. Sua análise para 40 países demonstrou o vínculo entre altos níveis de confiança interpessoal e a democracia estável. As exceções foram a China, com alto nível de confiança, embora não democrática, e a Bélgica, com baixo nível de confiança, não obstante democrática. Afora isso, Inglehart (1993) percebeu que nenhum dos países com uma alta proporção de revolucionários era uma democracia estável.

Sobre o tema, Inglehart (2005, p. 23, tradução nossa) assim escreveu:

> Há valores que estejam vinculados com o triunfo e a estabilização da democracia? A resposta a esta pergunta é muito clara e inequívoca. Se trata de uma questão que foi investigada durante décadas, com a suposição de que, com efeito, existem provavelmente certos valores vinculados com a democracia, como por exemplo a confiança. Existe uma ampla literatura, superabundante, sobre o papel essencial da confiança para a democracia.

Inglehart (1997) aprofunda o tema referindo que a confiança faz parte da síndrome de mudanças culturais decorrentes do desenvolvimento econômico e não se restringe à relação entre cidadãos, mas também entre os membros da elite. Uma cultura de confiança é essencial para o que autor chama de “norma da oposição leal”, isto é, para a garantia de que o vencedor das eleições cumprirá as regras democráticas, realizando novas eleições no tempo previsto, nas quais se poderá competir livremente pelo poder (INGLEHART (1997).

Interessante notar, nesse sentido, que os dois elementos culturais enfatizados por Inglehart (1993; 1997, 2016b), confiança e legitimidade, são abordados como essenciais para a manutenção da institucionalidade democrática. É bastante recorrente nas publicações da área da cultura política um posicionamento em oposição às análises institucionais da política; não raro, aborda-se um conceito de democracia dito substancial por abarcar a percepção do público às análises. Entretanto, nos mesmos moldes elaborados por Inglehart (1993, 1997, 2016b), os

elementos culturais são abordados para explicar a manutenção formal da democracia liberal. Assim, a noção de democracia estável não raro se confunde com a instalação da democracia formal seguida de elementos substanciais/culturais que a mantenham pelo maior tempo possível. Não obstante, Inglehart e seus colaboradores expressamente afirmam que a adoção de democracia formal não significa democracia estável.

Assim, Inglehart (1993; 1997) concluiu que o valores pós-materialistas, a confiança, o bem-estar subjetivo e os baixos níveis de apoio à mudança revolucionária constituem uma síndrome de atributos culturais interrelacionados decorrentes do desenvolvimento econômico e propulsores da democracia estável. Assim, sua interpretação é de que o desenvolvimento econômico sozinho quase não tem efeito direto na democracia estável (INGLEHART, 1993;1997). Para Inglehart (1993, p. 60) “Apesar de haver uma correlação entre desenvolvimento econômico e democracia estável, o vínculo é quase inteiramente devido ao fato de que desenvolvimento econômico leva ao surgimento de uma cultura política pró-democrática”.

Veja-se que, enquanto Lipset (1967) acreditava que a modernização possibilita a democracia estável em razão do seu potencial em aumentar a classe média, considerada mais moderada em relação aos pobres, Inglehart e seus colaboradores não tratam o tema em termos de pobreza e riqueza. Embora a ideia seja parecida, pois a lógica da Teoria do Desenvolvimento Humano destaca a importância de que as pessoas sejam retiradas de situações em que precisem lutar pela sobrevivência, Inglehart e seus colaboradores propõe isso de maneira mais cuidadosa, no sentido de evitar relegar os pobres à condição de extremistas. No entanto, claramente, a proposta da Teoria do Desenvolvimento Humano pretende afastar as pessoas de posições políticas não liberais, a partir da garantia de sobrevivência aos indivíduos por sociedades ricas. Entretanto, sociedades ricas que não promovem o sentimento de segurança aos indivíduos, terão dificuldade em manter a democracia Nesse sentido, eis o exemplo de Inglehart (1993, p. 60): “não é a riqueza *per se* que faz surgir a democracia estável: Kuwait e Líbia, por exemplo, são ricos, mas não desenvolveram as mudanças culturais e sociais que produziam a democratização”.

Perceba-se na citação acima como o autor fala em “democratização”, quando abordava a “democracia estável”. Isso parece decorrer da tendência nas publicações mais remotas atinentes à Teoria do Desenvolvimento Humano de abordar as condições de sustentação da democracia. Inglehart e seus colaboradores sofreram

críticas em razão da confusão em relação a esses conceitos, como se mencionou na introdução desse capítulo. No entanto, esse tratamento duplo em relação aos conceitos decorre do fato de os autores não admitirem a noção de que um regime político somente possa ser considerado democrático após presentes todos os aspectos de uma democracia efetiva, isto é, embora minimalista, uma sociedade com democracia formal é considerada democrática desde sua instalação. Assim, a noção de "avanço democrático", que apareceu mais recentemente nas publicações de Inglehart e seus colaboradores, parece estar ligada ao aprofundamento da democracia até ao que o autor definiu como "democracia liberal efetiva", enquanto a "estabilidade democrática" diz respeito aos anos de manutenção da democracia, ainda que apenas em seu aspecto formal.

Entretanto, Mueller e Seligson (1991 *apud* INGLEHART, 1993) argumentaram que a cultura política não é, de fato, significativa estatisticamente. Os autores reanalisaram os dados do *World Values Survey* de 1981 e observaram que, quando se faz controle pela igualdade econômica, os vínculos culturais desaparecem. Para Inglehart (1993, p. 61, tradução nossa), a análise dos Muller e Seligson (1991) "está baseada no pressuposto de que a igualdade econômica leva à democracia, e não o contrário – um pressuposto questionável". De acordo com o autor, a correlação encontrada nos dados de 1981 existe, mas somente porque o Estado de bem-estar social proporcionou redistribuição de renda; segundo o autor, como já se viu, foram as instituições democráticas que produziram o Estado de bem-estar social. Afora isso, o autor afirma que a igualdade de renda tende a aumentar com o desenvolvimento econômico, embora não em altos níveis, e esse, possivelmente, é o elo entre a igualdade econômica e a democracia estável (INGLEHART, 1993).

O fato, segundo Inglehart (1993), é que a democracia transfere poder político para o público, habilitando-o a pressionar por políticas sociais relativamente igualitárias, inclusive, no que se refere à renda. Embora considere as teorias da modernização das décadas de 1950 e 1960 muito otimistas no que se refere à agenda política, pois negligenciam a relação das demandas de massa com as políticas de elites, o autor acredita que a tese da convergência está correta. Nesse sentido, percebe-se que Inglehart (1993) mantém o otimismo em relação às teorias da modernização, pois, da mesma forma, não problematiza a relação entre as demandas da população e as demandas da elite, supondo que, sendo as elites responsivas, atenderão às demandas do público, sem fazer menção ao papel cada vez mais

sobressaliente dos interesses econômicos sobre a política e tampouco ao conflito entre demandas apresentadas às elites.

Afora isso, Inglehart (2005) afirma que, muito embora existam resultados inequívocos sobre o papel da confiança para a estabilização da democracia, há fatores que se revelaram ainda mais importantes, como é caso da tolerância. Segundo o autor, os dados indicam evidências observáveis de que a tolerância é o fator que permite frear xenofobia e homofobia, por exemplo. Assim resume Inglehart (2005, p. 23, tradução nossa): “a sensibilidade para a tolerância é elemento crucial, apesar de eu pensar que a literatura não a valorizou o bastante. Creio que demos um passo adiante ao descobrir certos valores relacionados com o prezar pela democracia”.

Essa suposição de que elementos do comportamento político dos indivíduos levados a um nível de massa favorecem a estabilidade da democracia é bastante frequente na literatura da área da cultura política. Inclusive, Inglehart e Welzel (2009a) preocupam-se em realizar um longo debate sobre a possibilidade de utilização de dados individuais para investigar um fenômeno que existe apenas no nível do sistema, como é o caso da democracia. Tal prática é denominada na literatura de “falácia ecológica”[72], termo utilizado originalmente por Robinson (1950 *apud* INGLEHART; WELZEL, 2009a), para quem dados em nível individual não podem ser agregados para representar fenômenos em nível societário, porque as relações entre variáveis tomadas em nível individual não necessariamente serão semelhantes àquelas em nível societário. Para Inglehart e Welzel (2009a), entretanto, a interpretação feita pelos críticos sobre dita a falácia ecológica é equivocada, pois não é correto afirmar que a ligação entre valores individuais agregados e instituições democráticas deve ser a mesma no nível societário e no nível individual, sob pena de ser espúria. Os autores argumentam que o fato de “uma ligação ser ou não espúria somente pode ser determinado no nível no qual a ligação existe” (INGLEHART; WELZEL, 2009a, p. 288). Por isso, como a democracia existe apenas no nível societário, não faz sentido buscar encontrar ligação entre valores individuais e democracia no nível individual. Para os autores, uma vez agregados, os dados individuais passam a ser considerados dados societários, embora de natureza distinta em relação à democracia. Trabalhar com os dados dessa forma, segundo entendem Inglehart e Welzel (2009a), não invalida a ligação encontrada, bem como é a única forma de mapear valores em nível de massa.

[72] Para saber mais sobre o tema ver Inglehart e Welzel (2003).

Inglehart (2005), entretanto, refere que suas análises têm levado a crer que tanto a hipótese da cultura política de que os valores impactam na existência e no funcionamento das instituições democráticas, como a hipótese institucionalista de que a democracia institucional produz uma cultura política pró-democrática estão em parte corretas. Segundo o autor, é verdade que a democracia faz com que as pessoas tenham maior confiança, mas isso está intimamente relacionado com o desenvolvimento econômico, que impulsiona mudanças culturais a partir das quais surgem condições de instauração de instituições democráticas, que, então, canalizam as demandas populares atinentes da cultura política pró-democrática, em um movimento de retroalimentação.

8.3 Democratização e avanço da democracia na Teoria do Desenvolvimento Humano

De acordo com Inglehart (2016, p. 107), “os mesmos fatores culturais que estabilizam e sustentam a democracia também tendem a estabilizar regimes autoritários”. Por isso, para o autor, os fatores culturais que auxiliam a estabilizar a democracia não explicam mudanças de curto prazo em direção à democracia, isto é, não são determinantes da democratização. Justamente pelo contrário: o colapso de regimes políticos exige baixos níveis de legitimidade e de confiança, dessa forma a transição para a democracia precisaria de baixa legitimidade e confiança entre os cidadãos da sociedade autoritária. Segundo Inglehart (2016b), a precipitação imediata de novos regimes surge, majoritariamente, de algum macroevento, seja uma crise econômica ou a perda de poder político de líderes linha-dura para líderes reformistas, mas mudanças culturais graduais podem dar origem a condições que tornam cada vez mais favoráveis o surgimento das instituições democráticas (INGLEHART, 2016b).

Em Inglehart (1993) e em Inglehart e Welzel (2005a), no entanto, encontrou-se um tom mais enfático no sentido de rechaçar explicações que atribuem a mudança de regime a manobras das elites, como a elaborada por O’Donnell (1978 *apud* INGLEHART, 1993), apontado pelo autor como um teórico da dependência, que considerou o desenvolvimento econômico como responsável pelo surgimento de governos autoritários nos países periféricos. Nas palavras de Inglehart (1993, p. 10), “Desconsiderando a literatura anterior, os teóricos da dependência afirmavam ter

destruído a ‘equação otimista’ segundo a qual o desenvolvimento levava à democracia”. A hipótese de que o capitalismo global levaria o desenvolvimento econômico a aprofundar o autoritarismo na América Latina, segundo Inglehart (1993), falhou, na medida em que a democracia retornou no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai durante os anos 1980. Assim, Inglehart (1993) enfatiza que, especialmente, a passagem para a democracia depende da tendência de longo prazo decorrente do desenvolvimento socioeconômico da sociedade.

Assim resume Inglehart (1993, p. 10) a sua perspectiva:

> Não há dúvida de que manobras de elite têm importante papel na transição para a democracia, e O'Donnell e associados têm dado contribuições valiosas ao examiná-las. Da mesma forma, Di Palma (1990) argumenta que se as elites pró-democráticas forem suficientemente habilidosas podem sempre conseguir que grupos conflitantes trabalhem sob regras democráticas; e uma vez obtido tal acordo, a democracia pode autossustentar-se mesmo sem uma cultura política democrática ou na ausência de legitimidade de massa. O otimismo de Di Palma é atraente e a persistência da democracia na Índia indica que, no limite, a democracia pode sobreviver sob circunstâncias muito difíceis. Mas a recusa tenaz em considerar a possibilidade de tendências sociais e culturais subjacentes torna difícil interpretar e antecipar desenvolvimentos de longo prazo.

De acordo com Inglehart (1993, 1997) e Inglehart e Welzel (2005a) é indispensável levar em consideração que quase todos os países em transição para a democracia nos anos 1980 pertenciam ao grupo de renda *per capita* média e alta (1000 e 6000 dólares). Assim, o autor questiona: “Devemos supor que nos países relativamente pobres as elites são quase sempre ineptas ou contrárias à democracia, enquanto que nos países mais ricos são quase sempre habilidosas no compromisso?” (INGLEHART, 1993, p. 11). De acordo com Inglehart e Welzel (2005a), as descobertas de Przeworski e Limongi (1997) deram origem a uma crença generalizada de que uma cultura pró-democrática pode ajudar as democracias existentes a sobreviver, mas que não contribui para o processo de democratização. Assim, os autores se preocupam em demonstrar que a cultura política tem um impacto maior na dinâmica da democratização do que a literatura da área faz parecer (INGLEHART; WELZEL, 2005a).

No entanto, para Inglehart (1993), a democratização não é simples e automática, como os teóricos da dependência argumentam, pois envolve situações socioculturais específicas e a influência de eventos próprios das sociedades, mas ocorre em razão da mobilização cultural de longo prazo proporcionada pela

industrialização. Nesse sentido, para abordar a democratização, Inglehart (1993, p. 11) entende por sociedades democratizadas aquelas “nas quais os postos nacionais mais altos são decididos por eleições livres envolvendo ampla participação”. Ou seja, para o estudo da democratização, assim como da estabilidade democrática, a Teoria do Desenvolvimento Humano considera aspectos formais da democracia. A participação política, nessa fase, está ainda relacionada ao voto (INGLEHART, 1993).

Segundo Inglehart (1993), a chegada das massas à relevância política começa com a industrialização, não obstante a participação fique restrita ao voto e seja liderada pela elite. A participação política de contestação, entretanto, inicia-se num momento vinculado à mobilização cognitiva próprio da fase pós-industrial. Segundo o autor, que tem a educação formal como um elemento determinante da participação política, a alfabetização básica é suficiente para produzir o voto, mas altos níveis de educação são necessários para conduzir a atividades de confronto. Isso é importante, pois o elemento-chave da Teoria do Desenvolvimento Humano em relação à democratização e ao avanço da democracia é a participação política, isto é, a trajetória de mobilização cognitiva e mudança cultural descrita conduz à democracia justamente por produzir ampla participação política. Veja-se como descreve Inglehart (1993, p. 17):

> [na fase pós-industrial] Começa a surgir um modo novo de participação que põe a elite em xeque e expressa as preferências individuais com muito maior precisão que o anterior. É orientado por questões substantivas, e baseado mais em grupos *ad hoc* do que em organizações burocráticas estabelecidas. Busca mudanças específicas de política e se recusa a simplesmente dar um cheque em branco às elites de um dado partido. Esta forma de participação requer níveis relativamente altos de competência.

A ideia central é que há uma tendência de longo prazo à democratização em decorrência da industrialização; uma vez que a sociedade se democratiza, isto é, passa a ter democracia formal e ampla participação nas eleições, o avanço do desenvolvimento econômico até a fase pós-industrial possibilita a modificação das formas de participação política, acentuando a frequência de formas não convencionais de participação. No entanto, esse processo, segundo o autor, é condicionado pela mudança cultural que o desenvolvimento econômico é capaz de promover a depender das tradições e das ações das elites das diferentes sociedades. Nesse sentido, o autor afirma que a democracia emerge por meio da interação de fatores políticos, culturais

e econômicos (INGLEHART, 1993; 1997). Veja-se como Inglehart (1993) representa a trajetória da democratização na figura abaixo:

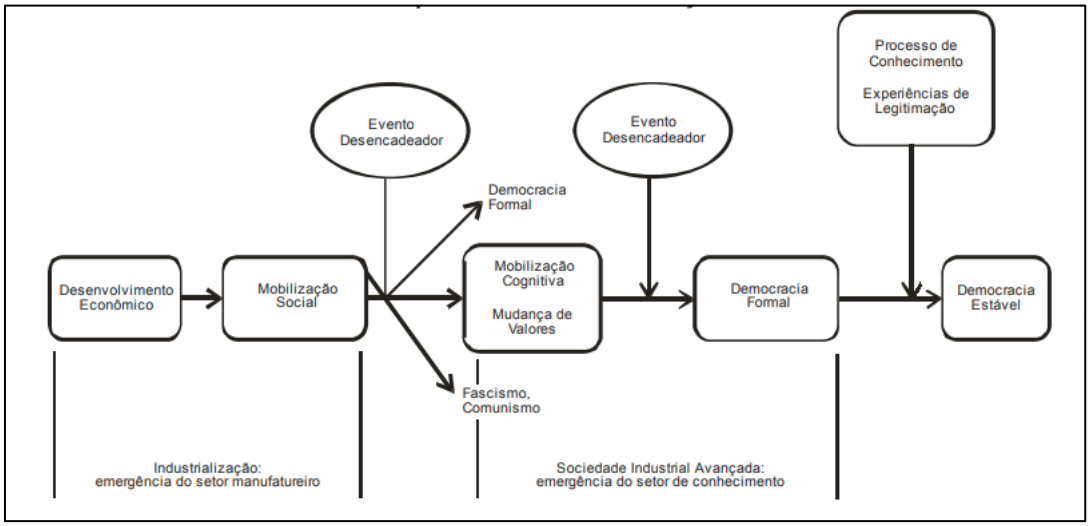

Figura 4- O processo de democratização na Teoria do Desenvolvimento Humano
Fonte: Inglehart (1993, p. 15).

Muito embora Inglehart (1993) descreva o processo de democratização como complexo e dependente de outros fatores, para além do desenvolvimento econômico e da mudança cultural, é inequívoco que a trajetória delineada privilegia esses dois fatores, tendo-os como essenciais ao processo delineado. A trajetória é majoritariamente descrita pela sequência: desenvolvimento econômico – mudança cultural – democracia. A mudança cultural proporciona a ênfase em valores de autoexpressão, que tornam os indivíduos menos deferentes à autoridade e, assim, mais contestadores e participativos na política. Portanto, a atuação das elites, os fatores culturais tradicionais arraigados e os eventos econômicos e políticos internos e externos – que possuem impacto inequívoco na trajetória da democratização descrita, inclusive, de modo a fazê-la estagnar ou retroceder, influindo diretamente na própria possibilidade de realização da mudança cultural – recebem lugar secundário na teoria e, em alguns casos, não aparecem nas análises.

Isso porque, a despeito de mencionar a relevância desses fatores, o autor está preocupado em delinear uma trajetória de longo prazo, que possa ser descrita independentemente dos eventos políticos, sociais e econômicos. Assim, Inglehart (1993) acusa os teóricos da dependência de manterem-se relutantes em considerar a possibilidade de tendências sociais e culturais subjacentes de longo prazo, fixando-se em detalhes atinentes àqueles eventos. Por outro lado, o autor mantém-se centrado

na elaboração de uma trajetória de longo prazo, para o que precisa isolar todos os fatores inconstantes ou imprevisíveis. Segundo se percebe, essa forma de elaborar a teoria em termos gerais está atrelada à normatividade metodológica própria da tradição empirista da Ciência Política. De fato, o autor consegue criar uma regra geral de longo prazo, mas acaba por desprestigiar os detalhes que compõem a possibilidade de realização dos próprios critérios por ele elaborados, isto é, descreve uma trajetória da democratização em condições ideais do ponto de vista político, econômico e cultural, mas que pode ser falha ou inconstante em condições imprevistas.

Inglehart (1993) sublinha que não considera a democratização como uma consequência automática dos altos níveis de educação e de certo limiar de mudança de valores, pois o processo pode ser bloqueado ou desencadeado por eventos específicos. Por isso, considera-se que tais eventos de origem política, econômica ou cultural são mais relevantes ao caminho da democratização desenhado do que o autor faz parecer, porque, com efeito, constituem a trajetória da democracia de cada sociedade. No entanto, assumir essa constatação impediria a predefinição de uma trajetória da democracia aplicável a todos os países ao redor do mundo, de forma não conveniente ao objetivo de Inglehart e seus colaboradores. O caminho delineado pela Teoria do Desenvolvimento Humano, que insula os eventos culturais, políticos e econômicos, somente pode desenrolar-se na prática, se tais eventos não ocorrerem ou forem previsíveis, caso em que, ainda assim, contribuem para o atraso da evolução cultural pretendida. Inglehart (1993), entretanto, insiste que, mesmo as preferências de massa não tendo a capacidade de determinar sozinhas a democratização, a correlação estatística entre a razão de pós-materialistas para materialistas e a existência de democracia estável é muito forte. Perceba-se que aqui o autor já menciona “democracias estáveis”, revelando que seu foco é em “democracias que são capazes de emergir e persistir ao longo do tempo” (INGLEHART, 1993, p. 46).

Com efeito, o autor menciona o impacto de eventos externos à trajetória para, logo em seguida, mitigar a sua relevância frente à mobilização cultural de longo prazo. Veja-se a passagem a seguir, em que Inglehart (1993, p. 50) descreve a importância dos eventos desencadeadores, para na sequência questioná-los no que se refere a sua relevância, não mais para a democratização, mas para a possibilidade de manutenção de democracias recentemente instaladas:

> Uma mudança no regime geralmente requer algum poderoso evento desencadeador a fim de superar a inércia da ordem estabelecida. Se as derrotas na I Guerra mundial e na II Guerra mundial foram os eventos-chave que provocaram a primeira e segunda ondas de democratização, o colapso das economias comunistas, combinado à sucessão intergeracional que trouxe Gorbachev ao poder, causaram a onda recente de democratização na Europa Oriental (com repercussões que afetaram mas não levaram à mudança de regime na China). Mas uma coisa é adotar a democracia formal e outra coisa tornar-se uma democracia estável. Imediatamente após a I Guerra mundial um certo número de novas democracias foi estabelecido. Muitas delas não sobreviveram às crises do período entre-guerras [sic].

Nesse sentido, a noção de estabilidade democrática parece confundir-se com a ideia de “avanço da democracia”, mais frequentemente encontrada em obras recentes, muito embora Inglehart (1993) tenha definido a estabilidade da democracia como a duração ao longo do tempo da democracia em determinada sociedade, ainda que apenas em seu sentido formal. Ou seja, uma democracia formalmente instalada, que dure por número razoável de anos, pode ser considerada estável na teoria, ainda que não tenha liberdades efetivadas. No entanto, se a democracia avança até a disponibilização e a efetivação das liberdades e mantém-se por razoável número de anos, será também uma democracia estável. Com isso, é possível interpretar que (1) o autor toma a democracia em seu sentido mínimo como parâmetro, ainda que, com frequência, procure distanciar-se de modelos minimalistas de democracia e (2) a trajetória elaborada na teoria não tem o condão de explicar a democratização por si só, isto é, não incorpora seus determinantes-chave. Não obstante isso, o autor afirma que a tese da convergência das teorias da modernização dos anos 1960, embora negligenciasse a complexidade das interações das elites, estava correta, mantendo a desconsideração a tais interações, embora as mencione.

De acordo com Inglehart e Welzel (2001), havia uma abordagem de modernização econômica, que enfatizava o papel dos recursos objetivos, e uma abordagem de cultura política, que enfatizava o papel dos valores subjetivos. Sua teoria uniu essas duas abordagens, relacionando-as com o tema subjacente do empoderamento humano. Assim, para o autores, enquanto os recursos objetivos aumentam a capacidade, os valores subjetivos aumentam a vontade das pessoas de praticar as liberdades democráticas. Segundo Inglehart e Welzel (2008, p.13, tradução nossa), “Quando ambos se unem, as elites não conseguem resistir à democratização efetiva”. Para os autores, o que ocorre é que se torna relevante para o público ter um conceito ampliado de democracia (INGLEHART; WELZEL, 2008).

Daí, mesmo demandas por igualdade de gênero, de etnia, de raça e pela defesa do meio ambiente são decorrência da valorização da liberdade de escolha. Assim, a democratização é um processo que pode ocorrer de forma abrupta por algum evento externo ou por decisão das elites, mas apenas terão condições de se manter no tempo e avançar se as condições culturais, representadas pela capacidade e pela vontade do público de exercer as liberdades civis e políticas, estiverem presentes. Assim, Inglehart e Welzel (2001) reconhecem que alianças abruptas de regime limitam a extensão em que a modernização, que é um elemento endógeno, pode explicar as transições para a democracia. Nesse sentido, a modernização não cria as situações que favorecem ondas internacionais de democratização, as quais dependem de eventos de grandes proporções. Por exemplo, segundo os autores, a explosão de democracias dos anos 1980 decorreu da queda da aliança entre regimes. Então, de acordo com a teoria, as aspirações por liberdade em nível de massa, como um indicador de modernização cultural, são os mais poderosos preditores de transições para a democracia, embora em nível global os eventos externos ganhem grande relevância. Os testes estatísticos elaborados por Inglehart e Welzel (2001) confirmam o efeito robusto da modernização cultural representada pela ênfase na liberdade individual contra diversos tipos de controle mencionados na literatura. Além disso, os resultados demonstram que a aspiração por liberdade não depende de experiência democrática anterior, mas sim da modernização econômica (INGLEHART; WELZEL, 2001).

Não obstante considerem que a democratização é um produto da ação coletiva guiada por preferências coletivas, os autores evitam estudar o tema sob perspectivas coletivistas, sendo toda identificação política coletiva produto da união de interesses individuais difundidos na cultura política. O impacto da modernização econômica na democratização, portanto, é o de promover a modernização cultural, isto é, a ênfase na liberdade individual. Nesse sentido, para os autores, saber em que estágio da democracia as sociedades entram no período de mudança é essencial, pois limita o alcance possível de mudança em direção a mais democracia, já que, nas palavras dos autores, “sociedades que já estão perto do máximo no desempenho democrático, não têm chance de melhora substancial” (INGLEHART; WELZEL, 2001, p. 6, tradução nossa).

Disso é possível depreender que o desempenho democrático possui um ponto último, que todas as democracias deveriam buscar, e que as melhores democracias

têm pouca chance de melhora substancial. Segundo dados apresentados em Inglehart (2018a), decorrentes da pesquisa do *World Values Survey* de 2010-2014, a democracia com mais valores seculares e de autoexpressão é a da Suécia, repetindo resultados anteriores. Esses resultados, inclusive, são utilizados por Inglehart e Welzel (2009a) para negar que modernização signifique “americanização” ou defesa do modelo de democracia estadunidense. Isso porque, os Estados Unidos mantêm um sistema de valores atrelado à religiosidade e ao orgulho nacional, muito semelhante ao de países em desenvolvimento. Um diferencial importante da Suécia, entretanto, talvez seja o alargamento de políticas de bem-estar social. Como se viu no capítulo 5, Inglehart e seus colaboradores passaram a mencionar “desenvolvimento socioeconômico” desde o início dos anos 2000, fazendo referência à importância da mobilização social para a trajetória que propõem. Uma mudança discreta de nomenclatura, que deixou aparente o fato de que as políticas adotadas pelos governos são mais relevantes do que o autor pretendeu demonstrar. Assim, embora modernização não corresponda à americanização, modernização econômica associada a políticas restritas de redistribuição de renda pode representar.

Nesse sentido, retomando o conceito de democracia da Teoria do Desenvolvimento Humano, os autores entendem que a disponibilidade de liberdades civis e políticas e a vontade de exercê-las são os elementos substanciais, que ampliam o conceito de democracia formal até a democracia liberal. Mais uma vez restringindo a democracia a seu aspecto formal, os autores referem que “Simplesmente ser rico não estabelece instituições democráticas; isso requer ação coletiva” (INGLEHART; WELZEL, 2005a, p. 85, tradução nossa). Ou seja, a democratização é pensada em termos de instauração de instituições e a participação política tem como fim pressionar as elites para que institucionalizem direitos que regulem o exercício da liberdade civil e política, possibilitando, assim, o avanço da democracia.

De acordo com Inglehart e Welzel (2005a), teóricos da modernização, como Dahl (2005) e Lipset (1967), estavam cientes de que o desenvolvimento econômico não gera democracia por si só. Uma possibilidade, para os teóricos da modernização, era que desenvolvimento econômico exerceria o papel de democratizar – isto é, promover o avanço da democracia para além de seu aspecto formal – na medida em que remodelasse as preferências públicas predominantes, de modo a diminuir a obediência inquestionável à autoridade. Como não havia dados de pesquisa internacional adequados que os permitissem analisar essa hipótese, as análises

centradas no comportamento das elites predominaram, ignorando-se o impacto das forças sociais para a mudança de regime político (INGLEHART; WELZEL, 2005a). Nesse sentido, implicitamente, os autores consideram que inserir o impacto das forças sociais para a mudança de regime confere às análises distanciamento das análises minimalistas de democracia.

Segundo Miguel (2016), Dahl (2005) foi um dos primeiros entre os liberais a investir numa tentativa de compatibilizar o ideal democrático inclusivo com o predomínio do liberalismo nas sociedades do pós-guerra. A percepção de pluralismo explorada por Dahl (2005) era de que a capacidade de influência junto aos líderes deveria ser distribuída entre muitas minorias, em um modelo – a poliarquia – em que múltiplos centros de poder influenciam escolhas políticas. O autor admite que as democracias existentes no Ocidente não se tratam realmente de “governos do povo”, mas investe no pluralismo orientado pela multiplicidade de centros de poder, um modelo possível e comprovável empiricamente. Assim, o autor pressupõe que o poder está nas mãos daqueles capazes de tomar ou influenciar as decisões estratégicas para uma comunidade, que não necessariamente serão aqueles em posições formais (DAHL, 1997). Para Miguel (2016), entretanto, Dahl ressaltou as consequências das desigualdades de recursos para a igualdade política, mas nada propôs para combatê-las. Assim, o pluralismo liberal, defendido por Dahl, reduziu o modelo possível à concessão de direitos civis e políticos, com foco em eleições competitivas e múltiplos grupos de pressão (MIGUEL, 2016).

Nesse sentido, a crítica elaborada por Miguel (2016) a Dahl (2005) aborda elementos que coincidem relativamente com a perspectiva de participação política presente na Teoria do Desenvolvimento Humano. Assim como Dahl (2005), Inglehart e seus colaboradores procuram rechaçar o modelo elitista de democracia e elaborar uma teoria que considere o impacto da participação política para a democratização. Sob uma perspectiva pluralista, os autores refletem sobre as desigualdades de gênero, raça, etnia, renda etc. No entanto, reduzem a participação política à pressão às elites para que institucionalizem direitos atinentes à liberdade individual. Assim, embora reconheçam as consequências das desigualdades de recursos e de poder para a igualdade política, os autores justificam as desigualdades econômicas e limitam as desigualdades de poder político, social e cultural ao reconhecimento legal.

Conforme Miguel (2016), o liberalismo apoia-se em premissas que refletem na sua conjugação com a democracia. Conforme já se mencionou no capítulo 5, Inglehart

(1997; 2016a, 2018a) rechaça qualquer alegação de incompatibilidade entre capitalismo e democracia. No entanto, de acordo com Miguel (2016), a noção de que todos os seres humanos são iguais em dignidade convive no pensamento liberal com a aceitação de uma desigualdade necessária advinda da relação entre as pessoas. Segundo o autor, a autonomia coletiva é preterida em relação à autonomia individual na maioria das teorias liberais, de forma que a injustiça social é desprestigiada (MIGUEL, 2016). Na Teoria do Desenvolvimento Humano não é muito diferente: como já se demonstrou, Inglehart e seus colaboradores apostam em uma desigualdade de renda necessária e elaboram a necessidade de transferência de poder vertical, relegando a transferência de poder interpessoal a uma noção idealizada de altruísmo e tolerância, perspectiva já sob referência rawlsiana, sem considerar as desiguais condições de chegada de indivíduos diversos à relevância no debate público. Da mesma forma, a autonomia coletiva não é elaborada na teoria, embora a relevância da ação política coletiva seja mencionada. A identificação política coletiva, aliás, é pensada a partir da ideia de união de interesses pré-definidos individualmente.

A questão da justiça social foi revisitada por John Rawls (1971) em “Uma teoria da justiça”, que não apenas reconheceu a importância das desigualdades materiais para a desigualdade política, mas buscou agregá-la a uma noção de respeito igual a todos os indivíduos, para o que a ruptura com a “meritocracia” seria essencial. De acordo com Miguel (2016), ao estabelecer princípios de justiça e delinear a estrutura básica da sociedade, Rawls e outros liberais-igualitários não consideraram a possibilidade de conflito e trataram os interesses como acomodados. No mesmo sentido, Inglehart e seus colaboradores abordam a existência de conflitos entre materialistas e pós-materialistas, mas vislumbram uma comunicação renovada para o momento em que os pós-materialistas predominarem nas sociedades, evitando estabelecer a possibilidade de conflito no interior desse grande grupo.

No mesmo sentido, quando Miguel (2005) se refere à classificação da democracia de Giovani Sartori (*A teoria democrática revisitada*)[73] como ideologizada, salienta a disposição desse autor de classificar os modelos que apontam insuficiências nas democracias existentes como irrelevantes para a prática política e prejudiciais à democracia que se pode de fato ter. A classificação de Sartori acaba por considerar a “democracia empírica” como a única possível e imune a disputas

[73] Referência utilizada por Miguel (2005): SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1987.

políticas, como se apenas o arranjo institucional em vigor nos países capitalistas desenvolvidos merecesse o rótulo de democrático, quando esse arranjo não realiza plenamente as promessas que a democracia historicamente carrega (MIGUEL, 2005). Inglehart e seus colaboradores não raro tecem comentários condescendentes com a teoria da cultura política de Almond e Verba (1989) em razão da sua relevância empírica, e muitas vezes justificam aspectos apontados como insuficiências do modelo de democracia liberal, da mesma forma elaborada pela teoria normativa liberal-pluralista, muito embora, mais tarde, Dahl tenha reconhecido a ordem capitalista como um empecilho à efetivação da democracia.

Nesse sentido, muito embora o fim da trajetória proposta por Inglehart e seus colaboradores seja o aumento da participação política, em rechaço a modelos minimalistas de democracia, sua proposta evita debater o papel da dominação da política pela lógica de mercado para as desigualdades sociais e, em consequência, para a real possibilidade de inserção do cidadão comum no debate público, demonstrando seu alinhamento normativo do ponto de vista teórico e metodológico. Nesse sentido, o conceito de participação política da teoria não deve se confundir com aquele delineado no âmbito do modelo participativo de democracia, do qual teóricos como Pateman (1992) e Macpherson (1978) são expoentes. Para Miguel (2005), os participacionistas vão de encontro à rígida separação entre público e privado, clamando pela implantação de mecanismos democráticos nas várias esferas da vida cotidiana (nos bairros, nas escolas, nas famílias etc.) e são sensíveis às desigualdades existentes nas sociedades e a sua influência na política, motivo pelo qual discutir a relação entre democracia e capitalismo é central nos debates que propõem.

Conclusão

Retomou-se o conceito de democracia da Teoria do Desenvolvimento Humano, visando debater o seu tratamento para a análise da estabilidade democrática, da democratização e avanço da democracia. Com isso, salientou-se a ideia de democratização, entendida como a instauração da democracia, ainda que apenas sob o aspecto formal, de estabilidade democrática, tida como o número de anos de permanência da democracia em determinada sociedade, e de avanço da democracia, definido como a ascensão desde um modelo formal até a chamada democracia

efetiva, para o que o pós-materialismo, sobretudo, é considerado crucial ao tornar os indivíduos participativos na política em prol de cada vez mais liberdade. Nesse sentido, destacou-se a relevância da participação política orientada por valores liberalizantes para a ideia de democracia efetiva na Teoria do Desenvolvimento Humano.

Nesse sentido, destacou-se a opção dos autores por não tecer críticas ao modelo de democracia em estudo e, não raro, por justificar muitos dos aspectos apontados pelos críticos. Salientou-se, mais uma vez, a tendência da teoria de focar na solução dos problemas atrelados ao mercado e às relações de poder, descartando o diagnóstico de que sejam patologias próprias do sistema liberal de democracia. Com isso, argumentou-se que sua trajetória de mudança cultural em direção ao fomento da participação política evita aprofundar detalhes inerentes aos acontecimentos sociais, políticos e econômicos, essenciais para a realização do critério democrático normativo por excelência da própria teoria, a liberdade individual. Nesse sentido, a noção de participação política da Teoria do Desenvolvimento Humano distancia-se da perspectiva participacionista, para qual debater a relação entre democracia e capitalismo é essencial.

Considerações Finais

Ao final desta tese cumpre rememorar que a correção e a validade dos achados empíricos da Teoria do Desenvolvimento Humano não estiveram em questão, isto é, a dinâmica apresentada pela Teoria do Desenvolvimento Humano, provavelmente, conduz à democracia liberal nos moldes traçados por Inglehart e seus colaboradores. No entanto, procurou-se chamar atenção para o fato de que a trajetória da democracia proposta pelos autores negligencia alguns dos aspectos políticos mais relevantes para o alcance dos critérios normativos democráticos elencados pela própria teoria: liberdade, igualdade e soberania popular. Buscou-se destacar, nesse sentido, que a Teoria do Desenvolvimento Humano evita tecer críticas à democracia liberal, elaborando não propriamente uma explicação do caminho percorrido até a instituição e o avanço desse modelo de democracia, mas justamente uma trajetória limitada pelos contornos de uma concepção ideal de democracia, que, segundo entendem os autores, deve ser levada ao maior número de sociedades possível ao redor do mundo.

Perceber isso se torna relevante na medida em que alcançar os critérios normativos democráticos mencionados parece requerer reconhecer as fragilidades do modelo de democracia dominante no Ocidente, ainda que não se pretenda rechaçá-lo completamente. Dessa forma, foi importante à análise aqui efetuada enfatizar que a Teoria do Desenvolvimento Humano trata aspectos relacionados à política de maneira externa à trajetória que descreve, procurando de maneira deliberada retirar o foco dos problemas ligados ao modelo liberal de democracia, não raro apontados pelos críticos, e lançar luz à possibilidade de solução. Isso ocorre, argumentou-se aqui, porque a trajetória da democratização e do avanço democrático na Teoria do Desenvolvimento Humano foi elaborada como uma regra geral de longo prazo, que precisa apartar certas minúcias para existir. Com isso, ainda que possa não ter sido a intenção dos autores, a Teoria do Desenvolvimento Humano acaba por realizar uma

defesa do modelo de democracia dominante, revelando o posicionamento ideológico sobre o qual foi construída. Nesse sentido, argumentou-se como pressupostos principais (1) que a Teoria do Desenvolvimento Humano insula aspectos atinentes à política, tais como as desigualdades de renda e oriundas das relações de poder, para possibilitar a construção de uma regra geral cultural subjacente ao regime político, e (2) que tal opção decorre da visão de mundo com a qual estão identificados os autores e a qual pretendem difundir. Assim, partiu-se desse argumento para responder aos seguintes questionamentos: como a Teoria do Desenvolvimento Humano orienta-se normativamente e quais as implicações dessa orientação normativa para a explicação da democratização e do avanço da democracia elaboradas em seu âmbito? Assim, objetivou-se analisar em um jogo duplo (1) a ausência de aspectos próprios da política na trajetória da democracia delineada na Teoria do Desenvolvimento Humano e (2) a presença da percepção política dos autores em seus pressupostos teóricos, metodológicos e empíricos.

Para isso, a fim de compor um marco teórico robusto sobre a teoria em análise e sobre a tradição teórica a que está filiada, iniciou-se a tese remontando-se ao período de institucionalização da Ciência Política (capítulo 1), passou-se pelas teorias da modernização e por suas revisões (capítulo 2) e chegou-se aos aspectos centrais da Teoria do Desenvolvimento Humano e de sua metodologia (capítulos 3 e 4). Em seguida, passou-se à análise direcionada a apreciar os pressupostos da tese; havia-se delineado quatro pressupostos a auxiliar a condução da pesquisa. Assim, esperava-se que na Teoria do Desenvolvimento Humano (1) o capitalismo estivesse construído como afluente e promotor de igualdade; (2) a cultura política estivesse restrita à priorização de valores próprios do liberalismo; (3) as relações de poder fossem abordadas como diluídas por tal mudança cultural, privilegiando-se o individualismo; e (4) para além de um mero diagnóstico do modelo de democracia existente, fosse traçada uma rota de manutenção e legitimação do *status quo*, isto é, do modelo de democracia dominante.

Dessa forma, no capítulo 5 demonstrou-se que, de fato, o capitalismo é descrito como afluente e promotor de igualdade na Teoria do Desenvolvimento Humano. Inglehart e seus colaboradores salientam que a democratização e o avanço da democracia não dependem do Estado de bem-estar social, muito embora afirmem que políticas sociais são importantes para definir o sentimento de segurança existencial dos indivíduos. Como se viu, os autores argumentam que, historicamente, a

emergência das instituições democráticas precedeu o surgimento do Estado de bem-estar. Nesse sentido, Inglehart e seus colaboradores supõem que, sendo as elites responsivas, atenderão às demandas do público. Por isso, os autores se colocam em oposição a interpretações que mencionam a dependência dos países periféricos, enfatizando que a queda das democracias liberais não está relacionada com a inclusão das sociedades democráticas no mercado global, uma vez que consideram tal inclusão benéfica, sobretudo, às sociedades periféricas. Para Inglehart e seus colaboradores, quando são postas em contexto global, as desigualdades de renda aparecem de maneira mais evidente apenas em certo estágio do desenvolvimento econômico.

No ensejo do debate atual sobre a crise das democracias liberais, Inglehart argumentou que o estágio de desenvolvimento correspondente à passagem da economia industrial para a economia de serviços, cada vez mais conectada à alta tecnologia, gerou efeitos periódicos, que barraram os resultados da mudança intergeracional de valores. Para o autor, análises que anunciam o colapso da democracia, no entanto, estão assumindo que tais condições são permanentes, o que, de fato, traria perspectivas negativas para a democracia liberal. Embora assuma que níveis altos de insegurança existencial são propícios ao autoritarismo, à xenofobia, e à rejeição de novas normas culturais, Inglehart, ao contrário, acredita que as consequências de tais efeitos periódicos podem ser revertidas por políticas destinadas à redistribuição de renda. Disso extraiu-se uma conclusão lógica: primeiro, se a crise é algo decorrente do estágio de industrialização em que se encontram as sociedades, isso indica, implicitamente, que todas as sociedades capitalistas alcançarão esse estágio em algum momento, a não ser que nunca passem para a fase da pós-industrialização, o que não é o desejo do autor. Assim, o momento de estagnação pretensamente gerado pela fase da alta tecnologia parece o fim coerente da atividade capitalista sem a contenção por políticas adequadas. A forma como Inglehart e seus colaboradores abordam a questão, entretanto, indica que o capitalismo é inteiramente afluente, deixando evidente a visão benevolente dos autores, focada em salientar benefícios do capitalismo aliado à democracia. Nesse sentido, Inglehart (2016b; 2018a) acaba, involuntariamente, por corroborar o argumento de Piketty (2014), a quem critica.

Na Teoria do Desenvolvimento Humano o individualismo é valorizado e relacionado a altruísmo, na medida em que haveria entre pessoas emancipadas uma

noção de autorrespeito (INGLEHART, WELZEL, KLINGEMAN, 2003). Assim, o apreço à liberdade individual seria o elemento que motivaria as pessoas para a democracia (INGLEHART, 2018). Por isso, de acordo com Inglehart (2018), não há que se falar em morte ou colapso da democracia liberal. Veja-se: enquanto muito autores liberais passaram a alertar quanto à possibilidade de colapso da democracia após constatarem o caráter iliberal da proposta dos líderes e partidos populistas autoritários – com atraso, negligenciando o papel anterior dos elementos que circundam a própria relação da democracia com o capitalismo –, Inglehart (2016a; 2018a) sequer acredita que a crise tenha o condão de fazer declinar a democracia. Para o autor, como em muitos países altamente industrializados o número de pessoas que priorizam a liberdade individual é majoritário (e crescente nos países em desenvolvimento), as perspectivas para a democracia a longo prazo são positivas. A teoria interpreta os momentos de exceção à prosperidade prometida pelo desenvolvimento econômico como efeitos periódicos, os quais atrasam o processo de mudança cultural ou atravancam os seus desdobramentos, mas são temporários e, por isso, inofensivos à democracia liberal (INGLEHART 2016a, 2018a). Expressamente, Inglehart (2018) assume a existência de risco à democracia liberal, mas conta com solução de todo e qualquer efeito periódico.

Na sequência, demonstrou-se no capítulo 6 que a Teoria do Desenvolvimento Humano propõe a uniformidade de valores ligados à livre escolha, tendo-os como mais favoráveis à dinâmica da democratização e do avanço da democracia que apresenta. Apesar de argumentar que traços culturais tradicionais e religiosos particulares de cada sociedade mantêm-se mesmo após a mudança cultural prevista, os autores sugerem uma realidade cultural futura de predomínio de cultura política ligada ao desenvolvimento econômico e ao individualismo. Nesse sentido, o caminho da democracia traçado na teoria depende da redução ao máximo dos valores tradicionais de cada sociedade. Afora isso, Inglehart e seus colaboradores contam com a alteração dos papeis tradicionais de gênero, raça e etnia pela valorização da liberdade individual, pois entendem que a priorização dos valores de autoexpressão leva os indivíduos a apoiar demandas que contribuem para a alteração de tais papeis tradicionais, ainda que não façam parte dos grupos desprivilegiados.

O caminho do avanço da democracia até o que Inglehart e Welzel (2009) denominaram “democracia liberal efetiva” é descrito na Teoria do Desenvolvimento Humano como não linear, em atenção às críticas preexistentes às teorias da

modernização. Inglehart e seus colaboradores justificam a não linearidade em razão de adiantarem a possibilidade de que ocorram efeitos periódicos durante a trajetória descrita. Assim, a despeito de apresentarem a teoria como evolutiva, os autores se previnem-se das críticas, afirmando que o caminho descrito na teoria pode estagnar ou regredir, de acordo com o contexto social, político e econômico do momento em cada sociedade. Da mesma forma que os teóricos da modernização, Inglehart e seus colaboradores protegem o núcleo da teoria e justificam aspectos periféricos, que impedem a própria realização da sua regra geral. Apesar de reconhecerem a contingência dos fenômenos de ordem social e política, os autores abstêm-se de mencionar que a ideia de evolução pressupõe que as culturas políticas distintas daquelas consideradas ideais (basicamente, a dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental) são atrasadas. Por isso, procurou-se destacar aqui que a trajetória apontada como não linear acaba apresentando-se como de idas e vindas em uma mesma linha, em que o progresso é a regra.

Inglehart e seus colaboradores têm posicionamentos progressistas no que se refere às questões de gênero, étnicas, ambientais, culturais e não se opõem a ações afirmativas, como se poderia conjecturar a partir de uma aproximação ao corolário neoliberal. A preocupação dos autores é de demonstrar como desdobramentos da política – por exemplo, a instituição de quotas para garantia de assentos às mulheres nos parlamentos – acontecem sob uma perspectiva cultural de longo prazo. No entanto, como o foco da teoria é no indivíduo, a chegada de demandas de gênero às instituições dá-se, sob a sua lógica, porque as mulheres uniram-se como indivíduos livres e iguais, pressionando as elites. Tal como assevera Phillips (2011), entretanto, apenas o fato de que medidas destinadas a assegurar uma representação aumentada das mulheres já demonstra a diferença sexual considerável politicamente. Assim, as distintas condições dos diferentes grupos para fazerem-se relevantes no debate público são excluídas da pretensa trajetória da democracia.

Ademais, o capítulo 7 apresentou argumento que dá continuidade ao que foi exposto no capítulo 6 no sentido de aprofundar a ideia de que as relações de poder aparecem como diluídas pela mudança cultural. Além disso, expôs-se a defesa do individualismo elaborada no âmbito da Teoria do Desenvolvimento Humano e a construção do coletivismo como prejudicial à democracia liberal. Para tanto, debateu-se o argumento de Inglehart e seus colaboradores de que a comunicação e a possibilidade de consenso são os elementos que possibilitam um individualismo não

egoístico, desenvolvendo-se, ainda, o entendimento dos autores sobre bem-estar individual e ação política coletiva.

A Teoria do Desenvolvimento Humano enfatiza a mudança cultural como condição imprescindível para a democratização e o avanço da democracia (para utilizar os termos adotados pelos autores), de modo a propor a expansão de um *ethos* cívico fundado no bem-estar individual. Ainda, como consequência da valorização do individualismo, a teoria toma o público como a agregação de indivíduos, que, pretensamente, estariam em condições de igualdade no debate da política. Importante referir que, não obstante Inglehart e seus colaboradores rejeitem a ideia de comunidade, não recusam o engajamento coletivo. A ideia é que indivíduos livres e iguais perante a lei possam comunicar-se e unir-se em prol de demandas comuns; demandas essas que serão pró-democráticas e inclusivas, na medida em que mais indivíduos valorizem a autoexpressão (a livre expressão da personalidade). Com efeito, como a teoria se apresenta como descritiva e preditiva, são os seus resultados que indicam a maior propensão de sociedades com altos níveis de valores de autoexpressão a serem mais tolerantes com grupos aos quais o autor se refere como “externos”.

Por último, o capítulo 8 se prestou a retomar o conceito de democracia da Teoria do Desenvolvimento Humano, desvelando minúcias ainda não pontuadas sobre democratização e estabilidade democrática na teoria. Com efeito, os capítulos 5, 6 e 7 demonstraram a filiação da Teoria do Desenvolvimento Humano à orientação normativa atrelada ao modelo liberal de democracia, seja pela defesa do capitalismo, seja pelo tratamento de demandas de grupo por vias individuais, seja pela valorização do individualismo e da comunicação voltada para o consenso etc. Portanto, no capítulo 8 procurou-se agregar outras evidências da normatividade orientada à defesa da democracia liberal, mas, sobretudo, tratou-se de debater as implicações de tal normatividade para a explicação da democratização e da estabilidade democrática elaborada no âmbito da Teoria do Desenvolvimento Humano.

Segundo Inglehart e Welzel (2008), os critérios normativos da democracia liberal costumam ser inspirados em uma visão de mundo que considera uma vida baseada na liberdade, na igualdade e no autogoverno como a melhor forma de organizar sociedades. No entanto, o compromisso normativo com o capitalismo aliado à democracia, leva os autores a abster-se de debater o papel da ênfase no individualismo e na economia de mercado para a própria realização desses critérios.

Para além disso, Inglehart e seus colaboradores negam qualquer incompatibilidade entre capitalismo e democracia. A opção dos autores por enfatizar a liberdade individual revela que a trajetória delineada na teoria não se trata de um diagnóstico do estado de coisas, mas de uma defesa de certo modelo de democracia. Como a teoria parte da ideia de modernização sob uma perspectiva capitalista, a ênfase na liberdade individual cria um ciclo de manutenção do modelo de democracia liberal hegemônico. Logo, a teoria não se constitui como uma proposta de otimização da democracia – considerando-se os próprios critérios normativos listados por Inglehart e Welzel (2008): liberdade, igualdade e soberania popular – mas da projeção de realização desses critérios sem desestabilizar a ordem política e econômica instituída.

Inglehart (2018a) se refere a sua tese como “teoria emancipatória da democracia”, estando a emancipação por conta do pleno exercício da liberdade individual. Nessa obra, em que traça linhas preliminares do argumento que aprofundaria em “*Cultural Backlash*” (NORRIS; INGLEHART, 2019), o autor assume que o conflito político está agora centrado na luta dos 99% contra os 1% que concentram a renda. Inglehart (2018a) acredita estar em curso uma nova dinâmica decorrente da entrada na era da inteligência artificial e aborda, enfim, a responsabilidade do incentivo das forças de mercado para tanto. No entanto, defende que o problema se deu em razão de os partidos convencionais não terem colocado políticas sociais em prática, como se a própria política econômica predominante no Ocidente não privilegiasse a liberdade de mercado frente a essas políticas. Debater esse tema envolve perceber que o caminho delineado pela Teoria do Desenvolvimento Humano a partir do desenvolvimento econômico implica a passagem controlada de poder político a grupos minoritários em troca da continuidade de um modelo econômico financeirizado.

Nesse sentido, Inglehart (2018a) e Norris e Inglehart (2019) constatam o prejuízo da política econômica levada a efeito nas últimas décadas nos países centrais da economia global, mas abstém-se de mencionar que o predomínio de valores de liberdade individual em decorrência da liberalização da economia faz parte da constituição de um terreno favorável à continuidade da dinâmica que incentiva essa mesma política econômica. Ademais, como os autores veem o momento atual como de afluência da democracia em países periféricos, sua contribuição para análise da crise da democracia nessas sociedades torna-se limitada. Isso porque, desde o declínio do Estado de bem-estar social no início dos anos 1980, a política econômica

neoliberal tem tomado forma em muitas democracias liberais, inclusive, naquelas de industrialização tardia.

Uma interpretação liberal importante refere que o aumento da ação política não convencional repercute uma disposição de enfrentamento ao próprio sistema democrático associado ao capitalismo, isto é, ao sistema que permite e convive de forma confortável com inúmeras formas de desigualdades. Nesse sentido, Mounk (2018) afirma que o liberalismo se tornou antidemocrático ao não cumprir com a promessa de permitir às pessoas estarem no poder. Assim, para além da ideia de que o modelo liberal de democracia possibilita a abertura necessária para que o público demande por liberdades e melhorias no próprio sistema, como Inglehart e seus colaboradores argumentam, tal modelo permite formas diversas de dominação e privilégios que têm sido revelados, mostrando a sua limitação sob uma perspectiva que enfatize a soberania popular. Afirmar que a democracia liberal continua a caminhar pela sua capacidade de autogestão advinda da modernização – ao capacitar o público para pressionar os governos – desconsidera que a própria democracia liberal possibilita a existência dos problemas contra os quais o público tem se posicionado. Ou seja, é possível uma visão que reconheça benefícios e malefícios do modelo de democracia que associa o capitalismo à soberania popular, mas Inglehart e seus colaboradores optam por destacar apenas os benefícios, construindo uma trajetória da democratização a legitimar o consenso democrático liberal e sua expansão**.**

Aqui procurou-se destacar que, a fim de elaborar uma regra geral de longo prazo, Inglehart e seus colaboradores acabam por refinar a trajetória da democracia liberal, evitando detalhes próprios da contingência dos acontecimentos políticos. Sem abandonar a herança da tradição empírica da Ciência Política, que enfatiza a pretensa neutralidade e a imparcialidade, a Teoria do Desenvolvimento Humano promove a exclusão da política de tal trajetória para possibilitar a sua constituição como uma regra geral descritiva e preditiva. Embora possa parecer óbvio que tal teoria esteja atrelada ao modelo liberal de democracia, o fato de pertencer à área da Ciência Política empírica e de ser elaborada para trazer um diagnóstico científico e imparcial da trajetória da democratização e do avanço democrático, acaba por escamotear ou, no mínimo, desvanecer a orientação normativa. Por isso, ao final desta tese, cumpre dizer que foi possível responder ao problema de pesquisa proposto e confirmar os pressupostos de que a Teoria do Desenvolvimento Humano se abstém de agregar

aspectos próprios da política a suas análises e que o faz por sua orientação normativa atrelada à defesa da democracia liberal.

Uma dos argumentos de Inglehart e seus colaboradores é que a distância dos riscos ambientais, permite ao público concentrar sua atenção em estética, qualidade de vida, direitos etc. Em contraponto a isso, cientistas alertam para os riscos climáticos iminentes, enquanto grande parte da população, mesmo em sociedades altamente industrializadas, pouco atenta para isso. A “revolução cultural”, se ocorre nos moldes descritos na Teoria do Desenvolvimento Humano, é lenta, como ponderou Dalton (1977 *apud* ABRAMSON, 2011), e parece não ter chegado a tempo de transformar a cultura política das sociedades a ponto de converter a consciência social em prática individual. Isso porque, como os autores mesmo destacam, a possibilidade de regressão da dita evolução cultural é frequente, o que desvela a fragilidade da trajetória descrita e deixa ainda aparente a necessidade de debater a relação entre democracia e capitalismo, ainda que não se deseje abandonar o modelo de democracia liberal.

Referências Bibliográficas

ABRAMSON, Paul R. Critiques and Counter-Critiques of the Postmaterialism Thesis: Thirty-four Years of Debate. **CSD working papers**. Escolarship, Center for the Study of Democracy, Oakland, Estados Unidos, 2011. Disponível em: https://escholarship.org/uc/item/3f72v9q4. Acesso em: 1 out. 2018.

ABRAMSON, Paul R.; ELLIS, Susan; INGLEHART, Ronald. Measuring Value Change**. Political Behavior**, vol. 19, n. 1, p. 41-59, 1997. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1023/A:1024845706077. Acesso em: 15 out. 2018.

ABRAMSON, Paul R.; INGLEHART, Ronald. Education, Security, and Postmaterialism: A Comment on Duch and Taylor's "Postmaterialism and the Economic Condition". American **Journal of Political Science**, vol. 38, n. 3, pp. 797-814, 1994. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2111607. Acesso em: 10 out. 2018.

ABRAMSON, Paul R.; INGLEHART, Ronald. Value Change in Global Perspective. **The Public Opinion Quarterly**, vol. 60, n. 2, p. 322-331, 1995. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2749693. Acesso em: 31 out. 2018.

ABRAMSON, Paul R.; INGLEHART, Ronald. Formative Security, Education, and Postmaterialism: A Response to Davis. **Public Opinion Quarterly**, v. 60, p. 450-55, 1996. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2749747. Acesso em: 20 nov. 2019.

ALEXANDER, Jeffrey C. Modem, Anti, Post, and Neo: How Social Theories Have Tried to Understand the "New World" of "Our Time". **Zeitschrift für Soziologie**, vol. 23, n. 3, p. 165-197, 1994. Disponível em: https://www.journals.vu.lt/sociologija-mintis-ir-veiksmas/article/view/6844. Acesso em: 20 abr. 2020.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture Revisited**. Boston: Little Brown; 1980, 432 p.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture - Political Attitudes and Democracy in Five Nations.** Stanford, EUA. Sage Publications: 1989, 562 p.

ANDRADE, Daniel. Neoliberalismo: Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 109-135, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002019000100007. Acesso em: 15 jan. 2021.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**. São Paulo: Perspectiva, 2004, 176 p.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e a construção da democracia: reflexões acerca da contradição entre o elitismo democrático e a democratização. In: XXI Encontro Anual da ANPOCS, 1997. **Anais do XXI Encontro Anual da ANPOCS,**

Caxambu, ANPOCS, 1997, s/p. Disponível em: https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/21-encontro-anual-da-anpocs/st-3/st15-2/5314-leonardoavritzer-teoria/file. Acesso em: 14 ago. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. Imperialidade democrática como injustiça global: problemas para a democracia e a justiça no século XXI. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.) **Encruzilhadas da Democracia**. 1 ed. Porto Alegre: Zouk, 2017a, p. 214

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Dados**, vol. 60, n. 2, p. 505-540, 2017b. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582017000200505&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 dez. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. **Revista Sul-americana de Ciência Política**, vol.4, n. 2, p. 149-164, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824. Acesso em: 08 dez. 2020.

BALL, Terence. Aonde vai a teoria política? **Revista de Sociologia e Política**, n. 23, p. 9-22, 2004. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3691. Acesso em: 15 set. 2020.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva**.** In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (org.). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1997, 264 p.

BENHABIB, Seyla. Toward a deliberative model of democratic legitimacy. In: BENHABIB, Seyla (org.). **Democracy and difference: contesting the boundaries of the political.** Princeton: Princeton University Press, 1996, 384 p.

BERLIN, Isaiah. **Four Essays on Liberty**. Oxford: Oxford University Press, 1969, 286 p.

BIANCHI, Álvaro. Political Science contra a democracia: a formação de uma tradição. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, n. 1, 2011, p.76-105. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000100003. Acesso em: 15 ago. 2020.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e Desigualdades de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Horizonte, 2013, 208 p.

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova**, n. 102, p. 173-210, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452017000300173&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 nov. 2020.

BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. 11 ed., v. 1. Tradução: Carmen C. Varriale et al. Coordenação de tradução: João Ferreira. Revisão geral: João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, 1299 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, n. 93, p. 33-60, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452014000300003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 dez. 2020.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York, Zone Books, 2015, 297 p.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente.** 1ª reimpressão. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019, 256 p.

BURITY, Joanildo. Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. **Trabalhos para discussão**. n. 107, p. 1-12, 2001. Disponível em: https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/923/644. Acesso em: 05 set. 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependency and development in Latin America.** Berkeley: University of California Press, 1979, 227 p.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Teorias da Modernização e Expansão Capitalista. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005. **Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=66&Itemid=171. Acesso em: 25 mar. 2020.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal.** Rio de Janeiro, Zahar, 2018, 127 p.

CENTER for Political Studies. People. **Ronald Inglehart**. University of Michigan. Disponível em: http://www.isr.umich.edu/cps/people_faculty_rfi.html. Acesso em: 11 abr. 2019.

CLARKE, Harold D. Refutations Affirmed: Conversations Concerning the Euro-Barometer Values Battery. **Political Research Quarterly**. v. 53, n. 3, p. 477-494, 2000. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/449194?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 4 out. 2018.

CLARKE, Harold D.; DUTT, Nitish. Measuring Value Change in Western Industrialized Societies: The Impact of Unemployment. **American Political Science Review**. v. 85, p. 905-920, 1991. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/measuring-value-change-in-western-industrialized-societies-the-impact-of-unemployment/ED213B54838D03384CC2287873648806. Acesso em: 3 out. 2018.

CLARKE, Harold D.; DUTT, Nitish; RAPKIN, Jonathan. Conversations in Context: The (Mis)Measurement of Value Change in Advanced Industrial Societies. **Political**

Behavior, v. 19, n. 1, p. 19-39, 1997a. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1023/A:1024893622007. Acesso em: 2 out. 2018.

CLARKE, Harold D.; DUTT, Nitish; RAPKIN, Jonathan. (Mis)Measuring Value Change: A Brief Postscript. **The Economics of Politics in Comparative Perspective Revisited**, n. 19, p. 61-63, 1997b. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/586550?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 9 nov. 2018.

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites, três exemplos clássico. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. **Como Estudar Elites**. Curitiba: UFPR, 2015, 319 p.

COHEN, Jean. L.; ARATO, Andrew. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: MIT Press, 1992, 794 p.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019, 698 p.

CONRAD, Sebástian. The colonial ties are liquidated': modernization theory, post-war japan and the global cold war. **The Past and Present Society**, n. 216, p. 181-214, 2012. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/23360228?seq=1. Acesso em: 02 mai. 2020.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Gisella Narcisi, 2003, 384 p.

CRUZ, Marcio; FOSTER, James E.; QUILLIN, Bryce; SCHELLEKENS, Philip. Ending Extreme Poverty and Sharing Prosperity: Progress and Policies. **Policy Research Note**, PRN 15/03, World Bank, Washington, 2015. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/23604. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

DAHL, Robert A. Uma crítica ao modelo de elite dirigente. In: AMORIM, Maria Stella (org.). **Sociologia Política II**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 90-100, 1970, 161 p.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. Tradução: Celso Mauro Paciornik. 1. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, 234 p.

DALTON, Russel. Political Support in Advanced Industrial Democracies. In: NORRIS, Pippa. **Critical Citzens: Global Support for Democratic Governance**. Nova York: Oxford University Press, 1999, 320 p.

DAVIS, Angela. **Women, race and class**. Nova York, Vintage Books, 1981, 250 p.

DAVIS, Darren W.; DEVENPORT, Christian. Assessing the Validity of the Postmaterialism Index**. The American Political Science Review**, vol. 93, n. 3, p.

649-664, 1999. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2585580. Acesso em: 8 out. 2018.

DAVIS, James A. Review Essay of Value Change in Global Perspective. **Public Opinion Quarterly.** v. 60, n. 2, p. 322-331, 1996. Disponível em: https://academic.oup.com/poq/article-abstract/60/2/322/1906307?redirectedFrom=fulltext. Acesso em: 12 out. 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, 413 p.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. **Assessing the quality of democracy**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2005, 328 p.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Brothers, 1957, 306 p.

DRYZEK, John S.; HONIG, Bonnie; PHILLIPS, Anne. Introduction. In: DRYZEK, John S.; HONIG, Bonnie; PHILLIPS, Anne (org.). **The Oxford Handbook of Political Theory**. Oxford University Press, 2006, 886 p.

DUCH, Raymond M.; TAYLOR, Michaell A. Postmaterialism and the Economic Condition. **American Journal of Political Science**. vol. 37, n. 3, p. 447-479, 1993. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2111573?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 04 out. 2018.

DUVERGER, Maurice. **Ciência Política: teoria e método**. Introdução. 3° Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 437 p.

EASTON, David. **The Political System*:* An Inquiry into the State of Political Science.** New York: Knopf, 1953, 378 p.

EISENSTADT, Shmuel N. Modernization: Growth and Diversity. **India Quarterly**. vol. 20, n. 1, p. 17-42, 1964a. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/45071167?seq=1. Acesso em: 07 abr. 2020.

EISENSTADT, Shmuel N. Breakdowns of Modernization**. Economic Development and Cultural Change**. vol. 12, n. 4, p. 345-367, 1964b. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1152334?seq=1. Acesso em: 13 mai. 2020.

ESCOBAR, Arturo. Power and visibility: development and the invention and management of the third world. **Cultural Anthropology**. v. 3, n. 4, p. 428-443, 1988. Disponível em: https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1525/can.1988.3.4.02a00060. Acesso em: 20 nov. 2020.

FERES JÚNIOR, João; POGREBINSCHI, Thamy. **Teoria Política Contemporânea: uma introdução**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, 248 p.

FIALHO, Fabrício Mendes. Assessing the vality of modernization-post modernization dimension: evidences from a grade of membership approach. In: IV Congresso Latino-Americano de Opinião Pública da WAPOR, 2012. **Anais do IV Congresso Latino-Americano de Opinião Pública da WAPOR**, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/Fabrcio-Mendes-Fialho.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

FLANAGAN, Scott C. Value Change and Partisan Change in Japan: The Silent Revolution Revisited. **Comparative Politics**, vol. 11, n. 3, p. 253-278, 1979. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/421822. Acesso em: 12 out. 2018.

FLANAGAN, Scott C. Value Cleavages, Economic Cleavages, and the Japanese Voter. **American Journal of Political Science**. vol. 24, n. 2, p. 177-206, 1980. Disponível: https://www.jstor.org/stable/2110862. Acesso em: 12 out. 2018.

FLANAGAN, Scott C. Changing Values in Advanced Industrial Societies: Inglehart's Silent Revolution from the Perspective of Japanese Findings. **Comparative Political Studies**. vol 14, n. 4, 1982a. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0010414082014004001. Acesso em: 13 out. 2018.

FLANAGAN, Scott C. Measuring Value Change in Advanced Industrial Societies: A Rejoinder to Inglehart. **Comparative Political Studies**. vol. 15, n. 1, p. 99-128, 1982b. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0010414082015001005. Acesso em: 13 out. 2018.

FLANAGAN, Scott C.; LEE, Aie-Rie. The new politics, culture wars, and the authoritarian-libertarian value change in advanced industrial democracies. **Comparative Political Studies**. vol. 36, n. 3, p. 235-270, 2003. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010414002250664. Acesso em: 8 out. 2018.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, n.77, p.11-39, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-64452009000200001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 jul. 2020.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista à Trump – e além. **Revista Política & Sociedade.** vol. 17, n. 40, 2018, p. 43-64. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43. Acesso em: 2 jul. 2020.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange.** New York; London: Verso, 2003, 276 p.

FREEDOM HOUSE. **About us.** Washington, 2018. Disponível em: https://freedomhouse.org/about-us. Acesso em: 04 set. 2018.

FOA, Roberto Stefen; MOUNK, Yascha. The democratic disconnect. **Journal of Democracy**. vol. 27, n. 3., s/p., 2016. Disponível em: https://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/Foa%26Mounk-27-3.pdf. Acesso em 15 set. 2018.

FOA, Roberto Stefen; MOUNK, Yascha. The Signs of Deconsolidation. **Journal of Democracy** vol. 28, n. 1, s/p., 2017. Disponível em: https://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/02_28.1_Foa%20%26%20Mounk%20pp%205-15.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. n. 21, p. 213- 259, 2000. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158. Acesso em: 19 jan. 2021.

GALSTON, William A. The Populist Challenge to Liberal Democracy. **Journal of Democracy**, vol. 29, n. 2, s/p., 2018. Disponível em: https://www.journalofdemocracy.org/article/populist-challenge-liberal-democracy. Acesso em: 15 set. 2018.

GARCÍA, Mariano. Individuality. In: **Atlas of transformation**. 2011. Disponível em: http://monumenttotransformation.org/atlas-of-transformation/html/i/individuality/individuality-mariano-garcia.html. Acesso em: 09 nov. 2020.

GAT, Azar; DEUDNEY, Daniel; IKENBERRY, G. John; INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Which Way Is History Marching? Debating the Authoritarian Revival. **Foreign Affairs**, vol. 88, n. 4, p. 150-159, 2009. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/20699630. Acesso em: 02 mai. de 2020.

GOODE, William J. **World Revolution and Family Paterns**. New York: Free Press, 1963, 432 p.

GOUVEIA, Valdiney V.; CLEMENTE, Miguel. O individualismo-coletivismo no Brasil e na Espanha: correlatos sócio-demográficos. **Estudos de psicologia**. vol. 5, n. 2, p.317-346, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-294X2000000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 05 jan. 2021.

GRANATO, Jim; INGLEHART, Ronald; LEBLANG, David. Cultural Values, Stable Democracy and Economic Development: A Reply. **American Journal of Political Science**, vol. 40, n. 3, p. 680-696, 1996. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2111789?seq=1. Acesso em: 06 abr. 2020.

HELLEVIK, Ottar. Postmaterialism as a Dimension of Cultural Change. **International Journal of Public Opinion Research**, vol. 5, n. 3, p. 211-233, 1993. Disponível em: https://academic.oup.com/ijpor/article/5/3/211/745162?login=true. Acesso em: 02 jan. 2019.

HUNTINGHTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: USP, 1975, 496 p.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994, 384 p.

INKELES, Alex; SMITH, David H. Individual Modernizing Experiences and Psycho-Social Modernity: Validation of the OM Scales in six Developing Countries**. International Journal of Comparative Sociology.** vol. 16, n. 3-4, p. 155-173, 1975. Disponível em: https://brill.com/view/journals/ijcs/16/3-4/article-p155_1.xml. Acesso em: 15 dez. 2020.

INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics.** Princeton: Princeton University Press, 1977, 496 p.

INGLEHART, Ronald. New Perspectives on Value Change: Response to Lafferty and Knutsen, Savage, and Böltken and Jagodzinski. **Comparative Political Studies**. vol. 17, n. 4, p. 485-532, 1985. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0010414085017004004. Acesso em: 04 mai. 2019.

INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. **American Political Science Review**. vol. 82. n. 4., p. 1203-1230, 1988. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1961756. Acesso em: 01 mar. 2018.

INGLEHART, Ronald. Changing Values in Japan and the West. **Comparative Political Studies**. vol. 14, p. 445-479, 1982. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010414082014004002. Acesso em 23 dez. 2018.

INGLEHART, Ronald. The Persistence of Materialist and Post-Materialist Value Orientations: Comments on Van Deth's Analysis. **European Journal of Political Research.** vol. 11, p. 81-91, 1983. Disponível em: https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1475-6765.1983.tb00044.x. Acesso em 20 dez. 2018.

INGLEHART, Ronald. **Culture Shift in Advanced Societies**. Princeton: Princeton University Press, 1990, 504 p.

INGLEHART, Ronald. Democratização em Perspectiva Global. **Opinião Pública.** vol. 1, n. 1, p. 09-67, 1993. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8640907. Acesso em: 05 mai. 2020.

INGLEHART, Ronald**. Modernization and Post-modernization: cultural, economic and political change in 43 societies.** Princeton, Princeton University Press, 1997, 452 p.

INGLEHART, Ronald. Globalization and Postmodern Values. **The Washington Quarterly**. vol. 23, n. 1, p. 215–228, 2000. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1162/016366000560665. Acesso em: 7 abr. 2020.

INGLEHART, Ronald. Technological Change, Cultural Change and Democracy. In: BRETON, Raymond; REITZ, Jeffrey G. (org.). **Globalization and Society: processes of differentiation examined**. London: Praeger, 2003, 336 p.

INGLEHART, Ronald. Modernización y cambio cultural: la persistencia de los valores traditionales. European Institute of Mediterranean. **Quaderns de la Mediterrània**, n. 5, p. 21-31, 2005. Disponível em: https://www.iemed.org/publicacions/quaderns/5/eInglehart.pdf. Acesso em: 03 abr. 2020.

INGLEHART, Ronald. A revolução silenciosa na Europa: mudança intergeracional nas sociedades pós-industriais. **Revista de Sociologia e Política**. vol. 20, n. 43, p. 159-191, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n43/a08v20n43.pdf. Acesso em: 28 abr. 2017.

INGLEHART, Ronald. Inequality and Modernization: why equality is likely to make a comeback. **Foreing Affairs**. v. 95, n. 1, s/p., 2016a. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-12-14/inequality-and-modernization. Acesso em: 16 fev. 2018.

INGLEHART, Ronald. Danger of Descosolidation: How Much Should We Worry? **Journal of Democracy**. vol. 27, n. 3, p. 18-23, 2016b Disponível em: https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-danger-of-deconsolidation-how-much-should-we-worry/. Acesso em: 05 nov. 2018.

INGLEHART, Ronald. **Cultural Evolution: people's motivations are changing and reshaping the world.** Cambridge: Cambridge University Press, 2018a, 279 p.

INGLEHART, Ronald. The age of insecurity: can democracy save itself? **Foreing Affairs**. vol. 97, n. 3, s/p., 2016b. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/2018-04-16/age-insecurity. Acesso em: 05 out. 2019.

INGLEHART, Ronald; ABRAMSON, Paul R. Economic Security and Value Change. **American Political Science Review**. vol. 88, n. 2, p. 336-354, 1994. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2944708. Acesso em: 02 dez. 2018.

INGLEHART, Ronald. ABRAMSON, Paul R**.** Measuring Postmaterialism. **The American Political Science Review**. vol. 93, n. 3, p. 665-677, 1999. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2585581. Acesso em: 21 fev. 2018.

INGLEHART, Ronald; FLANAGAN, Scott C. Value Change in Industrial Societies. **American Political Science Review.** vol. 81, n. 3, p. 1289-1319, 1987. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-

review/article/value-change-in-industrial-societies/B6A9C5CB9461CB53CBEF26A75B25AFD7. Acesso em: 18 out. 2018.

INGLEHART, Ronald. OYSERMAN, Daphne. Individualism, Autonomy and Self-Expression: The Human Development Syndrome. In: VINKEN, H.; SOETERS, J.; ESTER, P. (Eds.). **Comparing Cultures, Dimensions of Culture in a Comparative Perspective.** Leiden, The Netherlands: Brill, 2004. Disponível em: http://hdl.handle.net/2027.42/89924. Acesso em: 09 abr. 2020.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Human Development and the Explosion of Democracy: Analyzing Regime Change across 60 Societies. **Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung.** n. 3, p. 01-202, 2001. Disponível em: https://www.econstor.eu/handle/10419/48991. Acesso em: 25 mar. 2020.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Democratic Institutions and political culture: Misconceptions in Adressing the Ecological Fallacy. **Comparative Politics**. vol. 35, n. 4, p. 61-79, 2003.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. What Insights Can Multi-Country Surveys Provide about People and Societies? **Comparative Politics Newsletter**. 2004. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2391770. Acesso em: 07 mar. 2020.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Liberalism, Postmaterialism and the Growth of Freedom. **International Review of Sociology**. vol. 15, p. 81-108, 2005a. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03906700500038579?journalCode=cirs20. Acesso em: 08 abr. 2020.

INGLEHART, Ronald. WELZEL, Christian. Democratization as the Growth of Freedom: The Human Development Perspective. **Japanese Journal of Political Science.** vol. 6, n. 1, 2005b, p. 313-343. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/japanese-journal-of-political-science/article/abs/div-classtitledemocratization-as-the-growth-of-freedom-the-human-development-perspectivediv/46D47D1330404EAF7109FF031948E5B4. Acesso em: 05 abr. 2020.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Democracy as Human Empowerment: Ordinary Citizens and Democracy. Democracy as Human Empowerment: The Role of Ordinary People in the Emergence and Survival of Democracy. **CSD working papers**. Escolarship, Center for the Study of Democracy, Oakland, Estados Unidos, 2008. Disponível em: https://escholarship.org/uc/item/3tj7c4bb. Acesso em: 03 mar. 2020.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. Tradução: Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho. São Paulo, Francis, 2009a, 399 p.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. How development leads to democracy. **Foreign Affairs.** vol. 88, n. 2, s/ p., 2009b. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/2009-03-01/how-development-leads-democracy. Acesso em: 21 fev. 2018.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Changing Mass Priorities: The Link between Modernization and Democracy. **Perspectives on Politics**. vol. 8, n. 2, p. 551-567, 2010. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/25698618. Acesso em: 03 abr. 2020.

IPPEL, Lianne; GELISON, John; MOORS, Guy. Investigating Longitudinal and Cross Cultural Measurment Invarince of Inglehart's short Post-materialism Scale. **Social Indicators Research**. vol. 115, n. 3, p. 919-932, 2014. Disponível em: https://link-springer-com.ez66.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/s11205-013-0241-y. Acesso em: 15 nov. 2018.

KOTZÉ, Hennie; LOMBARD, Karin. Revising the Value Shift Hypothesis: A Descriptive Analysis of South Africa's Value Priorities between 1990 and 2001. **Comparative Sociology.** vol. 1, p. 413-435, 2002. Disponível em: http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/10.1163/156913302100418664. Acesso em: 30 out. 2018.

KYVELIDIS, Ioannis. Measuring Post-Materialism in Post-Socialist Societies. **European Integration online Papers (EIoP)**. vol. 5, n. 2, s/p. 2001. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=302775. Acesso em: 20 out. 2017.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Apresentação. In: LACERDA, Gustavo Biscaia de (Ed.). Dossiê "Teoria Política entre normatividade e história". **Revista de Sociologia e Política**. vol. 19, n. 39, p. 9-15, 2011. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200002. Acesso em: 02 abr. 2020.

LACLAU, Ernestro; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Toward a Radical Democratic Politics.** London: Verso, 1985, 225 p.

LAISNER, Regina. Visões da democracia: o debate entre tradições e o caminho para um novo modelo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. vol. 2, n. 2, p. 12-27, 2008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16158. Acesso em: 04 mar. 2020.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 107 p.

LEVY, Marion. **Modernization and the Structure of Society**. Princeton: Princeton University Press, 1966, 488 p.

LIMONGI, Fernando. Prefácio. In: DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. 1. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, 240 p.

LATINOBARÔMETRO. **Banco de datos**. 2006, 2017. Disponível em: http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp. Acesso em: 02 fev. 2019.

LIPSET, Seymour Martin. **O homem político.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967, 440 p.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A democracia liberal: origens e evolução**. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 118 p.

MARSH, Robert. Modernization Theory: then and now. **Comparative Sociology**. n. 13, p. 261-283, 2014. Disponível em: https://brill.com/view/journals/coso/13/3/article-p261_1.xml?language=en. Acesso em: 15 abr. 2020.

MICHELS, Robert. A lei de ferro da oligarquia. In: SOUZA, Amauri de. **Sociologia Política I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, 162 p.

MIGUEL, Luis Felipe. Uma democracia esquálida – a teoria de Anthony Downs. **Revista Política e Trabalho**. n. 18, p. 125-134, 2002. Disponível em: http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6496/19869. Acesso em: 18 fev. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento. **BIB.** n. 59, p. 5-42, 2005. Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-59. Acesso em: 14 fev. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação**: territórios em disputa. São Paulo: Unesp, 2014a, 331 p.

MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo". **Lua Nova**. vol. 92, p. 13-43, 2014b. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000200002#tx01. Acesso em: 05 out. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. O liberalismo e o desafio das desigualdades. In: MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Desigualdades e democracia**: o debate da teoria política. São Paulo: Unesp, 2016, 436 p.

MIGUEL, Luis Felipe. **Consenso e Conflito na democracia contemporânea.** São Paulo: Unesp, 2017, 228 p.

MOORE JR., Barington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Martins Flores: São Paulo, 1983, 532 p.

MOSCA, Gaetano. A Classe dirigente. In: SOUZA, Amauri de. **Sociologia Política I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, 162 p.

MOSTAFA, Mohamed. Wealth, Post-materialism and Consumers Pro-enviromental Intentions: A Multilevel Analysis across 25 Nations. **Sustainable Development.** vol 21, n. 6, p. 3-25, 2013. Disponível em: https://onlinelibrary-

wiley.ez66.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1002/sd.517. Acesso em: 03 mar. 2019.

MOSTAFA, Mohamed. Post-materialism, Religiosity, Political Orientation, Locus of Control and Concern for Global Warming: A Multilevel Analysis Across 40 Nations. **Social Indicators Research.** vol.128, n. 3, p.1273-1298, 2016. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11205-015-1079-2. Acesso em: 12 out. 2018.

MOUFFE, Chantal. **The Return of the Political**. Londres: Verso, 1993, 203 p.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015, 193 p.

MOUNK, Yascha. The Undemocratic Dilemma. **Journal of Democracy**. vol. 29, n. 2, p. 98-112, 2018. Disponível em: https://www.journalofdemocracy.org/article/undemocratic-dilemma. Acesso em 15 set. 2018.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. **Ciência, política e normatividade: dilemas metodológicos**. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

NORRIS, Pippa. **Critical Citzens: Global Support for Democratic Governance.** Nova York: Oxford University Press, 1999, 320 p.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide.** Nova York: Cambridge University Press, 2011, 392 p.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald.Trump and the Populist Authoritarian Parties. **Perspectives on Politics**. vol. 15, n. 2, p. 443-454, 2017. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/trump-and-the-populist-authoritarian-parties-the-silent-revolution-in-reverse/FE06E514F88A13C8DBFD41984D12D88D. Acesso em: 18 mai. 2020.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019, 540 p.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? **Novos Estudos.** n. 31, p. 25-40, 1991. Disponível em: http://novosestudos.com.br/produto/edicao-31/. Acesso em: 16 out. 2020.

PARETO, Vilfredo. As elites e o uso da força na sociedade. In: SOUZA, Amauri de. **Sociologia Política I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, 162 p.

PARSONS, Talcott. **The Social System**. Glencoe: The Free Press, 1951, 592 p.

PATEMAN, Carole. Cultura Política, Estrutura Política e Mudança Política. **British Journal of Political Science**. vol. 1, n. 3, p. 291-305, 1971. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/193390?seq=1. Acesso em 03 mar. 2020.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992, 161 p.

PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. La superveniência de la democracia em América Latina (1945-2005). **América Latina Hoy**. vol. 68, p. 139-168, 2014. Disponível em: http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/alh201468139168/12667. Acesso em: 16 set. 2018.

PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. Podrá la democracia sobrevivir al siglo XXI? **Nueva Sociedad: democracia y politica en América Latina**. n. 267, p. 35-45, 2017. Disponível em: https://nuso.org/articulo/podra-la-democracia-sobrevivir-al-siglo-xxi/. Acesso em: 10 set. 2018.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? **Rev. Bras. Ciência Política**, n. 6, p. 339-363, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522011000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 ago. 2020.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century**. Cambridge: Harvard University Press, 2014, 696 p.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. Modernization: theories and facts. **World Politics**. vol. 49, n. 2, 1997. Disponível em: https://muse-jhu-edu.ez66.periodicos.capes.gov.br/article/36370. Acesso em: 13 mar. 2019.

PUENTE-PALACIOS, Katia Elizabeth; LAROS, Jacob Arie. Análise multinível: contribuições para estudos sobre efeito do contexto social no comportamento individual. **Estudos de Psicologia.** vol. 26, n. 3, p. 349-361, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2009000300008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 abr. 2019.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: 1996, 247 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. **Peru Indígena.** vol. 13, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5698653/mod_resource/content/2/quijano.pdf. Acessado em 15 set. 2020.

RAMÍREZ, Eileen Legaspi. Individuality. In: **Atlas of transformation**. 2011. Disponível em: http://monumenttotransformation.org/atlas-of-transformation/html/i/individuality/individuality-eileen-legaspi-ramirez.html. Acesso em: 18 nov. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014, 115 p.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: 34, 2018, 160 p.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Havard University Press, 1971, 560 p.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. Nova York: Columbia University Press, 1993, 636 p.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; FUKS, Mario. Comportamento Político. In: **Associação Brasileira de Ciência Política.** Disponível em: https://cienciapolitica.org.br/area-tematica/comportamento-politico. Acesso em: 10 abr. 2019.

ROCHA, Everaldo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988, 120 p.

ROSTOW, Walt Whitman. The Economic History Review. **New Series**. vol. 12, n. 1, 1959, p. 1-16. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2591077. Acesso em: 20 abr. 2020.

RUIZ, Enrique Sánchez**.** Globalização e convergência: rumos para as indústrias culturais latino-americanas. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. vol. 23, n. 2, 2000, p. 13-40. Disponível em: http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2021/1796. Acesso em: 12 jul. 2020.

SANTOS, Wesley Oliveira, MOURA, Fábio Rodrigues; SILVA, Anderson Renê Santos; MATOS, Danilo Lima; FARIAS, Tácito Augusto Farias. A teoria do U invertido: um teste da hipótese de Kuznets para a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil (1976-2007). **Revista de Economia**. vol. 37, n. 2, p. 7-28, 2011. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/27235. Acesso em: 08 mai. 2020.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961, 718 p.

SCOTINI, Marco. Collectivity. In: **Atlas of transformation**, 2011. Disponível em: http://monumenttotransformation.org/atlas-of-transformation/html/c/collectivity/collectivity-marco-scotini.html. Acesso em: 09 nov. 2020.

SILVA, Fabricio Pereira da; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas.** vol. 12, n. 1, p. 68-87, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15980. Acesso em: 06 ago. 2020.

STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. 11 ed., v. 1. Tradução: Carmen C. Varriale et al. Coordenação de tradução: João Ferreira. Revisão geral: João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, 1299 p.

TILLY, Charles. **Democracia**. Tradução: Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2013, 252 p.

TU, Weiming. Implications of the Rise of Confucian East Asia. **Daedalus**. vol. 129, No. 1, p. 195-218, 2000. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/20027620. Acesso em: 05 mai. 2020.

VITA, Álvaro de. Liberalismo igualitário e multiculturalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 05-27, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452002000100001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jan. 2021.

VITA, Álvaro de. Sociedade democrática e tolerância liberal. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 84., p. 61-81, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/nec/n84/n84a05.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

VITA, Álvaro de. Liberalismo, Justiça Social e Responsabilidade Individual. **Dados**. vol. 54, n. 4, 2011, p. 569-608. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400003. Acesso em: 04 mai. 2020.

VITA, Álvaro de. Teoria Política Normativa e Justiça Rawlsiana. **Lua Nova**, n. 102, p. 93-135, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ln/n102/1807-0175-ln-102-93.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World-Economy.** New York: Cambridge University Pres, 1979, 320 p.

WATTS, Lynelle; HODGSON, David. **Social Justice Theory and Practice for Social Work Critical and Philosophical Perspectiv**e. Singapore: Springer Nature Singapore Pte Ltd., 2019, 210 p.

WEBER, Max. **Três tipos de poder e outros escritos.** Tribuna da História, Lisboa, 2005, 196 p.

WELZEL, Christian; INGLEHART, Ronald; KLINGEMANN, Hans-Dieter. The theory of human development: a cross-cultural analysis. **European Journal of Political Research**. vol. 42, p. 341–379, 2003. Disponível em: https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1475-6765.00086. Acesso em: 10 abr. 2020.

WELZEL, Christian; INGLEHART, Ronald; KRUSE, Stefan. Pitfalls in the Study of Democratization: Testing the Emancipatory Theory of Democracy. **British Journal of Political Science.** vol. 47, p. 463-472, 2016. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/abs/pitfalls-in-the-study-of-democratization-testing-the-emancipatory-theory-of-democracy/9C72D3F1F7E3AA25706AFEEC8900C3DE. Acesso em: 05 mai. 2020.

WRIGHT MILLS, C. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, 421 p.

YING, Wang. Social stratification, materialism, post-materialism and consumption values. **Asia pacific Journal of Marketing and Logistics**. vol. 28, n. 4, p. 580-593, 2016. Disponível em: https://www-emeraldinsight-com.ez66.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1108/APJML-10-2015-0149. Acesso em: 12 mar. 2019.

YOON, In-Jin; CHO, Seongkyung. Why are countries different in post-materialism? The effect of welfare and insecurity. **Development and Society**. vol. 44, n. 3, p. 495-533, 2015. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/deveandsoci.44.3.495?refreqid=excelsior%3Ad49bc15c29b91fffa719f343f690b4f6&seq=1. Acesso em: 09 jan. 2019.